UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Marcio Antonio Tralci Filho

**“Atleta negro, psicólogo branco”: racialização e esporte na visão de
profissionais de psicologia**

São Paulo
2019

MARCIO ANTONIO TRALCI FILHO

**“Atleta negro, psicólogo branco”: racialização e esporte na visão de
profissionais de psicologia**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de
Doutor em Ciências.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Alessandro de Oliveira dos Santos

São Paulo

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo autor

Tralci Filho, Marcio Antonio
“Atleta negro, psicólogo branco”: racialização e esporte na visão
de profissionais de psicologia / Marcio Antonio Tralci Filho;
orientador Alessandro de Oliveira dos Santos. -- São Paulo, 2019.
219 f.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo,
2019.

1. Esportes. 2. Colonialismo. 3. Racismo. 4. Psicologia do
Esporte. 5. Corporeidade. I. dos Santos, Alessandro de Oliveira,
orient. II. Título.

TRALCI FILHO, Marcio Antonio. **“Atleta negro, psicólogo branco”**: *racialização e esporte na visão de profissionais de psicologia*. 2019. 219 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

A todas e todos que buscam descobrir
o que está por trás das máscaras que cada um carrega

Agradecimentos

Uma tese de doutorado não se faz só. Nesses quatro anos de leituras, entrevistas, escritas e reescritas, tive a companhia de pessoas que caminharam comigo até chegar nesse momento de entrega. De entrega do texto e de entrega pessoal também. Esse é o espaço para agradecer algumas delas, as quais, certamente, contribuíram das mais diversas formas para que isso tudo acontecesse.

Aos meus pais, Cibele e Marcio, por sempre acreditarem em mim e por me apoiarem nas escolhas que tenho feito, mesmo quando eu não estava tão confiante nelas. Obrigado por sempre me incentivarem a estudar e a ter senso crítico. Sem isso, não teria chegado até aqui. Amo vocês.

À minha noiva, Maiara, que me acompanhou ao longo desses anos de doutorado, primeiramente enquanto colega de pós-graduação, em conversas de bandeirão sobre séries de TV, viagens e dilemas da vida acadêmica, e depois como companheira e namorada durante tempos de crise em minha vida, mas que, ao mesmo tempo, foram os mais mágicos, pois ela estava comigo. Obrigado por ser quem você é, Maya. Te amo.

Ao Sr. Carlos, à Lee, meus sogros, e ao Arthur, meu cunhado e atleta de polo aquático, por me receberem genuinamente na família e por ampliarem o conjunto das pessoas com quem posso contar e a quem fico feliz em cuidar também.

Aos amigos que foram, aos que continuam e aos que chegaram. Em especial, ao Paulo, que me acompanha desde meu início na academia e que segue comigo mesmo depois de tantas mudanças em nossas vidas. A ele agradeço também a ajuda com as traduções do francês para o português dos textos de Pierre de Coubertin. À Bianca, cuja amizade supera a distância entre São Paulo e Jundiaí e se fortalece em cada raro encontro. Ao Sergio, que foi parceiro inesquecível na minha formação intelectual e política na graduação em Educação Física. Aos amigos e amigas da graduação, Rebeka, Nathaly, Bárbara e Charles, pelos reencontros surpreendentes. Ao povo da Casa 01 “Ilê Ayó”, Dina, Mateus, Nico e Val por serem uma grata surpresa de muito afeto nesses últimos seis meses de nova morada.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Alessandro de Oliveira dos Santos, pelo acolhimento, compreensão, leituras atentas e rigorosas e por todas as oportunidades que ofereceu para o meu crescimento enquanto pesquisador.

Ao Professor Doutor Deivison “Nkosi” Mendes Faustino, pelo apoio e pela generosidade nas indicações de leituras e apontamentos sobre o texto no exame de qualificação e em outras oportunidades. A pretendida inspiração fanoniana que essa tese apresenta, inclusive parte do título, se deve a ele em grande medida.

À Professora PhD Christen Smith, pela disponibilidade para participar da banca do exame de qualificação, na qual trouxe contribuições importantes para o texto. Além disso, as aulas na disciplina “Mulheres Negras e Violência: A Luta por Justiça nas Américas”, os seminários proferidos e os encontros nos grupos de pesquisa trouxeram aportes teóricos e analíticos relevantes e inovadores, não somente para essa tese, como também para minha trajetória acadêmica.

Ao Professor Doutor Ricardo Casco, pelo rigor na leitura e nos apontamentos sobre o texto apresentado no exame de qualificação, os quais colaboraram para o seu amadurecimento e aproximação do que, agora, pode se chamar de uma tese.

Ao instituto AMMA Psique e Negritude, que, por meio dos três cursos dos quais participei, pude entrar em contato com profissionais sérias e comprometidas com a luta antirracista no âmbito da psicologia, bem como com grandes intelectuais do pensamento racial brasileiro da atualidade. Essas experiências deram o fôlego, teórico e vivencial, necessário para continuar minha caminhada.

À Maria Cristina Francisco, pela paciência, pela escuta atenta, pelo fortalecimento, pelo acolhimento nos momentos mais difíceis dessa caminhada e por me ajudar a perceber a vida de outro modo e a me sentir mais humano.

Aos colegas de grupo de pesquisa que compartilharam seus escritos e se dedicaram a ler os meus também: Renata, Laís, Rodolfo, Marcelo, Romy, Gabriel Castro, Gabriel Mardegan, Alina, Saulo e José Roberto. Em especial, aos colegas doutorandos e, também em breve, doutores Carlos Vinícius Gomes Melo e Rodrigo Ribeiro Frias.

Aos oito entrevistados que gentilmente ofereceram algumas horas para compor o corpo empírico dessa pesquisa e com os quais pude aprender um pouco mais sobre o ofício em Psicologia e também sobre o cotidiano do esporte.

Ao Mestre Dagoberto Luis de Souza, a todos os irmãos e irmãs de Kung Fu e aos alunos e alunas do Kung Fu na USP. Os ensinamentos, a amizade, o comprometimento e a alegria que compartilho com vocês é algo para se levar para a vida.

A todos e todas que pude encontrar através da marcenaria, quer seja como colegas de curso, como clientes ou como quem gosta do meu trabalho com madeira.

Descobrir que sou artesão e que posso ter também esse tipo obra apreciada expandiu os horizontes da minha criatividade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela bolsa concedida sob o processo 2015/03390-0.

Às Funcionárias da Secretaria de Pós-graduação em Psicologia Social, Nalva, Rosângela, Teresa e Selma pelo apoio e pela simpatia.

Resumo

TRALCI FILHO, Marcio Antonio. **“Atleta negro, psicólogo branco”**: *racialização e esporte na visão de profissionais de psicologia*. 2019. 219 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Essa tese é um dos resultados possíveis provenientes da lacuna acadêmica referente à intersecção de três campos: o esporte, a psicologia e as relações raciais. A articulação entre eles se dá a partir de seu objetivo: analisar o processo de racialização no contexto esportivo a partir das narrativas de profissionais de psicologia. Os conceitos de raça, racialização, racismo, supremacia branca e branquitude são apresentados e contextualizados, uma vez que foram importantes para a construção do texto. No seu escopo teórico, a tese faz uma apresentação e aprofundamento da discussão a respeito do esporte moderno, porém, diferentemente da literatura consagrada do campo esportivo, há um enfoque no papel dessa instituição na consolidação da supremacia branca no contexto do colonialismo europeu a partir do século XIX. Em seguida, é elaborada uma revisão de literatura sobre os estudos das relações raciais e o esporte, bem como da contribuição da psicologia no tema. Por fim, um panorama histórico brasileiro sobre a psicologia do esporte e as relações raciais é apresentado, apontando para os problemas enfrentados pela área ao se propor um trabalho antirracista. Já o campo empírico é composto por oito entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro psicólogos e quatro psicólogas que trabalharam em algum momento de suas carreiras no esporte. O conteúdo delas é analisado a partir do referencial teórico da Teoria Crítica de Raça. Dessa análise de conteúdo resultaram três narrativas sobre racialização e esporte: as que se amparam em um essencialismo biológico, outras que naturalizam as desigualdades sociais e raciais e ainda aquelas que apresentam visões críticas às hierarquias raciais. Além disso, foi realizada uma análise das narrativas sobre a atuação profissional em psicologia do esporte e seu papel diante do racismo, questionando se é possível pensar em uma psicologia do esporte antirracista.

Palavras-chave: Esporte. Colonialismo. Racismo. Psicologia do Esporte. Corporeidade.

Abstract

TRALCI FILHO, Marcio Antonio. "**Black athlete, white psychologist**": *racialization and sport in the view of psychology professionals*. 2019. 219 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This thesis is one of the possible results from the academic gap regarding the intersection of three fields: sport, psychology and race relations. The articulation between them takes place from its objective: to analyze the process of racialization in the sporting context from the narratives of professionals of psychology. The concepts of race, racialization, racism, white supremacy and whiteness are presented and contextualized, since they were important for the construction of the text. In its theoretical scope, the thesis presents and deepens the discussion about modern sport, but unlike the established literature of the sports field, there is a focus on the role of this institution in the consolidation of white supremacy in the context of European colonialism from the XIX century. Next, it is elaborated a literature review on the study of racial relations and sport, as well as the contribution of psychology on the subject. Finally, there is a Brazilian historical panorama on the psychology of sport and race relations, pointing to the problems faced by the area when proposing an antiracist work. The empirical field is composed of eight semi-structured interviews with psychologists (four women and four men) who worked at some point in their careers in sports. Their content is analyzed from the theoretical framework of Critical Race Theory. This analysis of content resulted in three narratives about racialization and sport: those that rely on a biological essentialism, others that naturalize social and racial inequalities and those that present critical views of racial hierarchies. In addition, an analysis of the narratives about the work in sport psychology and its role in the face of racism was carried out, questioning whether it is possible to think of an antiracist sport psychology.

Keywords: Sport. Colonialism. Racism. Sport Psychology. Corporeity.

Sumário

Lista de Figuras	11
1. Introdução	12
1.1. Apresentando: o autor, a ideia da pesquisa e alguns conceitos.....	12
1.1.1. Raça	18
1.1.2. Racialização.....	21
1.1.3. Racismo	25
1.1.4. Supremacia branca.....	30
1.1.5. Branquitude	34
2. O esporte moderno e a crise da branquitude	37
2.1. Supremacia atlética branca e o colonialismo	37
2.1.1. Modernidade e Racialização.....	38
2.1.2. Esporte moderno, Olimpismo e Colonialismo	50
2.1.3. A dicotomia corporal racializada.....	60
2.2. Medo branco e a reconfiguração das narrativas esportivas.....	65
3. Estudos sobre relações raciais no esporte	75
3.1. Contribuições da Psicologia: esporte universitário, interseccionalidade e branquitude	86
4. Psicologia do (no) Esporte no Brasil e as relações raciais.....	100
5. Delineamento teórico-metodológico	114
5.1. Os dados empíricos: entrevistas com psicólogas(os).....	114
5.2. A análise: o racismo que “não enxerga cores” e o esporte	118
6. Supremacia branca e o esporte: essencialismo, naturalização e hierarquia. 123	
6.1. Essencialismo biológico e racialização.....	123
6.2. Naturalização das desigualdades sociais e raciais.....	133
6.3. Visões críticas à hierarquia racial	143
7. A psicologia, o esporte e o racismo: é possível uma psicologia do esporte antirracista?	157
8. Considerações Finais	173
Referências bibliográficas.....	178
Anexos.....	195
Anexo I – Roteiro para condução das entrevistas.....	196
Anexo II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	198
Anexo III – Texto e tradução livre de “France on the Wrong Track” (1901) de Pierre de Coubertin	200
Anexo IV – Texto e tradução livre de “Le question nègre” (1903) de Pierre de Coubertin	211
Anexo III – Texto e tradução livre de “Colonisation sportive” (1931) de Pierre de Coubertin	215

Lista de Figuras

Figura 01 - Tommie Smith e John Carlos.....	76
Figura 02 - Muhammad Ali e Malcolm X em 1964.....	81
Figura 03 - Seleção brasileira antes da partida contra a Áustria na Copa de 1958.	109

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTANDO: O AUTOR, A IDEIA DA PESQUISA E ALGUNS CONCEITOS

— *Muito bem, estávamos falando sobre a Ginástica Artística...*

— *Isso aí é tudo esporte de branco, né professor?*

— *Esporte de branco? Você acha?*

— *Eu acho.*

(Diálogo ocorrido em uma aula de Educação Física entre mim e dois estudantes)

É sempre um desafio escolher as primeiras palavras para iniciar um texto, ainda mais quando se propõe apresentar, para além do tema, os caminhos que levaram o autor a chegar até ele. Se, por um lado, uma tese demanda uma retomada do percurso acadêmico, por outro, também exige uma apresentação mais abrangente, em que a própria experiência de vida do pesquisador diz sobre essa escolha e os rumos tomados ao longo dos anos dedicados à escrita.

Em um trabalho que pretende abordar criticamente as relações raciais e o esporte, esse segundo aspecto é expressamente relevante, pois permite apontar para o compromisso ético-político de evitar uma perspectiva de falsa neutralidade em relação ao tema, como se fosse possível que o caráter científico da pesquisa eximisse o pesquisador de sua visão de mundo, de sua posição social e do que pensa a respeito da transformação da realidade. Vale ressaltar que, em se tratando das desigualdades raciais, adotar uma postura pretensamente neutra nas discussões públicas reafirma um sistema que já estabelece vantagens e desvantagens para determinados grupos.

Nesse sentido, escrevo, falo e me posiciono a partir da condição de homem branco e pretendo contribuir, nessa pesquisa, com a crítica dessa branquitude, entendida como lugar social privilegiado nas relações de poder, que estabelece as bases ideológicas e as condições materiais para as pessoas brancas nas relações raciais. Como também não estou imune a esse lugar social, é importante evidenciar os movimentos que me permitiram estabelecer essa crítica, a mim mesmo, primeiramente, e aos privilégios que as pessoas que compartilham desse mesmo lugar possuem.

Sou de uma família de classe trabalhadora que se consolidou como classe média a partir da geração de meus pais. Como neto de imigrantes italianos, não fiquei alheio às

histórias sobre como minha família paterna, que já era pobre na Europa, perdeu tudo na segunda guerra e cruzou o Atlântico em busca de melhores oportunidades. Não duvido que a vida de meus antepassados tenha sido de privações e muito trabalho, mas essa imagem do imigrante europeu trabalhador, quase como um mito, circulava com muita potência pelo ambiente familiar. De certo modo, o que pude aprender somente anos depois, essa história recorrente consolida uma visão de mundo sobre os brancos pobres que não leva em consideração os dados objetivos da realidade sobre a história da imigração no Brasil, os frutos materiais e simbólicos que os imigrantes colheram da exploração do trabalho escravo negro e indígena e as políticas de branqueamento populacional pós-abolição.

Por outro lado, a origem operária e periférica de outros membros da família e sua orientação mais à esquerda no espectro político resultaram, de alguma maneira, em uma noção genérica de que era importante ser “contra o preconceito”, inclusive no embate com outros familiares. Essa visão, porém, ainda que positiva, não conseguia captar as múltiplas dinâmicas que envolvem o sistema de dominação pela branquitude. Caso convivesse somente entre pessoas brancas de maneira próxima e horizontal, talvez tivesse adotado a visão de mundo hegemônica: não me consideraria racista ao mesmo tempo em que descartaria a categoria raça como fator que gera desigualdades sistemáticas.

Cresci no bairro de Lauzane Paulista, periferia da zona norte de São Paulo, em um dos primeiros conjuntos residenciais da região, que abriga aproximadamente 200 famílias em cinco prédios de apartamentos. Foi ali que passei a infância e a adolescência e pude estabelecer vínculos afetivos inter-raciais que seriam quase ausentes se vivesse em bairros de maioria branca, geralmente na região central da cidade ou mesmo em outras regiões da zona norte, como Santana ou Jardim São Paulo. Seus equipamentos de lazer contavam com quadra poliesportiva, piscina e espaço para festas, algo incomum no bairro, apesar de contar com uma equipe de futebol amadora reconhecida, o Lausanne Paulista Futebol Clube.

Foi em torno desses equipamentos que grande parte da convivência entre os moradores se dava. Além disso, foi nessa época e lugar que comecei a minha formação política a partir da escuta do Rap. As letras de Z'África Brasil, 2Pac, Sabotage, RZO, SP Funk, Public Enemy e Racionais Mc's forneceram as primeiras noções sobre um pensamento crítico da sociedade e ajudaram a me situar no contexto político mais amplo. Desse modo, talvez no caminho inverso de outras pessoas brancas, entrei

primeiramente em contato com a luta antirracista para depois ser apresentado aos proponentes das teorias de esquerda europeia e latino-americana.

A convivência afetiva não hierarquizada com pessoas negras e a disposição para o contato com as discussões sobre as desigualdades raciais contribuíram para minha introdução no “letramento racial” (SCHUCMAN, 2012), ou seja, no esforço individual das pessoas brancas em se perceberem racializadas e beneficiárias da supremacia branca, ao mesmo tempo em que se mobilizam para decifrar as dinâmicas de poder da branquitude. Penso, junto com Schucman (2012), que essas duas condições são indissociáveis para esse movimento pessoal: nem só a convivência afetiva, nem só a compreensão racional dão conta do processo de letramento racial. É necessária uma convivência informada ou uma compreensão vivenciada, algo como uma práxis antirracista das pessoas brancas.

Ainda assim, é preciso apontar que o letramento racial não é, se tomado unicamente, uma estratégia suficiente para dismantelar a branquitude e eliminar a supremacia branca. Do ponto de vista das estratégias pessoais, é certamente potente na construção de relações interpessoais não racialmente hierarquizadas, mas, sozinho, não altera as estruturas sociais que sustentam a supremacia branca, o que “implica uma reestruturação do mundo” (FANON, 2008, p. 82). Em outras palavras, “para isto é necessário que a sociedade produza novos significados para os lugares racializados de brancos e negros, e que os sujeitos produzam novos sentidos (...)” (SCHUCMAN, 2012, p. 104).

Sem esse exercício necessário de compreender as estruturas de hierarquização social baseada em raça e suas institucionalizações, bem como o papel da discriminação racial na conformação dessas estruturas, esse processo individual pode gerar apenas uma sensação de alívio para as pessoas brancas e um não engajamento em mudanças concretas (ANDERSEN, 2003). Conscientizar-se acerca dos privilégios materiais e simbólicos da branquitude e perceber-se envolvido em relações de poder que resultam no genocídio do povo negro e indígena pelo Estado brasileiro, na violência sexual e de gênero contra as mulheres negras, na falta de demarcação e titulação de terras quilombolas e indígenas e nas desigualdades raciais de acesso ao capital e ao trabalho significa estar em constante posição de interpelação. Não é um movimento que busca algum tipo de conforto ou estabilidade individual nas relações raciais, mas, pelo contrário, é esse desconforto em saber-se entrelaçado na perpetuação da supremacia

branca que pode implicar em ações antirracistas capazes de eliminar as suas estruturas. De acordo com Andersen (2003, pp. 29-30):

A ideia de que pessoas brancas apenas individualmente podem abrir mão de sua branquitude parece absurda se entendermos que a identidade racial não é somente um processo individualizado, mas envolve a formação de grupos sociais organizados em torno de interesses materiais com suas raízes em estruturas sociais, não somente em consciência individual.

Fazendo uma análise retrospectiva da minha experiência pessoal, uma cena e um contexto vieram à tona e podem ser utilizadas para exemplificar o modo como os privilégios da branquitude se concretizam por mais que a pessoa branca tente se desassociar deles. Ambas estão relacionadas ao meu percurso acadêmico e minha escolha em cursar a faculdade de Educação Física em universidade pública.

A primeira delas, uma cena, ocorreu ainda no Ensino Médio, em que fazia o curso Técnico em Informática e estava decidido a não seguir essa carreira em nível superior. Ao saber da minha opção pela Educação Física, uma professora com quem tinha uma relação próxima se surpreendeu: “Não faça isso, você é tão inteligente!”. Sua decepção talvez tenha sido enfatizada por ela ter visto em mim algum potencial que seria supostamente desperdiçado em uma profissão ligada explicitamente ao corpo e ao movimento. Não descarto que minha decisão tenha contrastado com uma visão de mundo cristalizada como “normal”: a do jovem branco que tem um lugar reservado para ocupar na sociedade. Optar por uma profissão não prestigiada socialmente, sendo eu quem sou, pode ter sido um choque nas concepções de normalidade (racial) para a professora que investiu esforços na minha formação.

É de se pensar se em outra circunstância, diante, por exemplo, de uma jovem negra, haveria o mesmo espanto ou, inclusive, a mesma preocupação em relação ao futuro. Assim, mesmo com a opção por uma carreira socialmente “não esperada” para mim, eu tinha a certeza que estaria amparado caso tivesse feito a escolha por profissões mais concorridas e prestigiadas.

A outra situação, já cursando Educação Física na Universidade de São Paulo, se deu ao longo dos anos de circulação pelo campus da Cidade Universitária e, principalmente, quando do meu interesse em frequentar disciplinas em outras unidades. A universidade pública foi o primeiro espaço em que definitivamente pude notar, no cotidiano, como as desigualdades sociais apresentam uma contrapartida subjetiva. A

universidade, para além do espaço de educação em nível superior, se revelou para mim como um local que evocava uma distinção, em que o conhecimento estava vinculado a determinada posição social. Essa posição, em qualquer uma das unidades que frequentasse, tinha classe, gênero e cor: professores, homens e brancos.

O primeiro reflexo dessa percepção na minha subjetividade foi a adoção de uma postura corporal, uma linguagem e uma vestimenta estranha ao que costumeiramente lançava mão, mas que, acreditava eu, pudessem me aproximar desse referencial. Imaginei que as oportunidades que não tive (ainda que melhores que dos meus colegas de bairro, mas, ainda assim, muito longe do que a classe média alta moradora do centro de São Paulo pode acessar) pudessem ser compensadas com a adoção desse padrão estético. Em outras palavras, busquei corresponder à branquitude universitária hegemônica.

O que chama atenção é que – até o momento em que pude adotar uma posição crítica em relação a essa colonização da minha subjetividade e abrir mão de buscar esse referencial – eu não era visto como estranho nesse ambiente de supremacia branca. Eu adotava essa *máscara branca* para tornar fluida a minha presença, para me tornar ainda mais branco. Branquíssimo. E tal estratégia inconsciente, de fato, surtia efeito. Contudo, isso somente foi possível porque havia uma correspondência entre a máscara e seu suporte corporal. Com o passar do tempo compreendi que o suporte corporal, minha brancura, falava mais alto que a máscara: continuei circulando pelos espaços com a mesma facilidade que antes de rejeitar essa correspondência¹. É essa a sensação que torna a branquitude um lugar confortável: ela oferece um lugar estável de superioridade a partir de uma correspondência entre o fenótipo e o que é valorizado socialmente como bom, belo e verdadeiro (SCHUCMAN, 2012). Desse modo, é preciso uma tomada de ação propositiva por parte das pessoas brancas para desvelá-la e desmantelá-la e não apenas o seu reconhecimento e rejeição.

Essa noção de branquitude como lugar social voltou a ficar demarcada em um diálogo, apresentado no início dessa introdução, que tive, já como professor de Educação Física, com dois estudantes em uma escola também “no Lauzane” onde morei. Com a fala deles – e a minha surpresa ao ouvi-la – pude aprender que a Ginástica

¹ Boa parte da organização dessa retrospectiva foi incentivada pela leitura do texto de Allan da Rosa (2014), “Universidade pública de boy pra boy?”. Nele, inclusive, é possível constatar como a interação com a branquitude universitária hegemônica para pessoas não brancas pode apresentar resultados danosos à subjetividade e à saúde mental.

Artística é um lugar social da branquitude e que, por isso, transcende a figura de seus atletas, visto que conheciam a ginasta Daiane dos Santos. Os acontecimentos envolvendo as gravações realizadas pelo atleta Arthur Nory enquanto se dirigia ao seu colega de equipe, Ângelo Assumpção, com frases de cunho racista, o posicionamento da Confederação Brasileira de Ginástica e o arquivamento do processo pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva ajudam a corroborar essa consideração dos estudantes (RIBAS, 2015; NOGUEIRA e COSTA, 2015; TERRA, 2015; ALEIXO, 2015).

Nesse mesmo ano, iniciei a escrita do projeto que culminou com o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. O objetivo inicial era investigar a atuação de psicólogas(os) do esporte no tema das relações raciais. Contudo, ao longo do primeiro ano de trabalho, a partir das leituras realizadas e de discussão acerca dos objetivos da pesquisa em reuniões de orientação, decidi estipular um enfoque mais amplo para o estudo, considerando não propriamente a atuação de psicólogas(os), mas as suas narrativas sobre temas que envolvem as relações raciais e o esporte. Essa decisão se deu por conta da minha formação e interesse na Educação Física, a qual, pelo seu caráter transdisciplinar, por um lado, permite transitar por outras áreas de conhecimento, mas que, por outro, não se restringe à determinada área na investigação das práticas corporais e nem, enquanto prática profissional, a substitui. Igualmente, a alteração me auxiliou a lidar com dificuldades que enfrentei no primeiro ano de pesquisa ao me relacionar com o tema. O fato de não ser psicólogo estudando a atuação profissional dessa profissão, a qual não tenho o compromisso nem habilitação para atuar, poderia enfraquecer a legitimidade do trabalho.

Além disso, compreendo que para além do contexto estritamente esportivo do “campo de jogo”, as práticas esportivas e as visões de mundo racializadas de corpos em movimentos se materializam cotidianamente nas relações sociais. O esporte moderno não pode ser compreendido de maneira separada do projeto colonialista branco-europeu, de sua relevância para construção discursiva do conceito de “atleta negro” como uma ameaça à hegemonia corporal branca e das possibilidades de resistência à colonização desses corpos a partir da “diáspora negra esportiva” (CARRINGTON, 2010).

O desafio de investigar tais questões levanta a necessidade de abordar alguns conceitos que são centrais e serão retomados com recorrência ao longo da tese. Tais conceitos são: raça, racialização, racismo, supremacia branca e branquitude. Nos tópicos

seguintes, apresento uma breve revisão sobre eles e que, obviamente, não pretende esgotar a discussão que se tem feito em torno dos mesmos.

1.1.1. RAÇA

O conceito de raça tem sua origem no campo das ciências da natureza na Europa, as quais, desde o século XVI, passaram a utilizar a palavra para designar, distinguir e classificar determinados grupos de seres vivos. Concomitantemente, a mesma denominação serviu para conceituar as distinções entre grupos humanos e, posteriormente, para hierarquizar determinadas populações (gauleses, francos, saxões, etc.) no interior das sociedades europeias a partir de classes sociais; tal utilização deu origem, por exemplo, à ideia de “sangue puro” da nobreza (MUNANGA, 2003).

Até então, “raça” não se referia necessariamente a uma característica biológica observável entre os grupos, mas operava como um demarcador social e político de poder. No século XVIII, entretanto, esse cenário se transforma e os pensadores iluministas – em contraponto às explicações teológicas sobre a superioridade e inferioridade – viriam a responder as questões a respeito da humanidade dos povos não europeus a partir do conceito de raça e, no século XIX, o racismo científico vincularia definitivamente a raça ao biológico² (MUNANGA, 2003). O conceito de raça passa a ser utilizado não somente para classificar grupos humanos fenotipicamente distintos, mas para derivar do fenótipo uma continuidade intelectual, moral, estética e cultural (GUIMARÃES, 2003; SCHUCMAN, 2012).

A partir dessa “biologização” da raça, o conceito ganha nova forma e força na institucionalização da violência colonial dos povos não brancos. Esse processo coincide com a abolição oficial da escravidão nas colônias – sendo a Revolução Haitiana (1791-1804), o grande paradigma de emancipação negra e terror branco (JAMES, 2000; MBEMBE, 2008) – e implica em uma reconfiguração das justificativas para a dominação e o extermínio: uma vez que juridicamente a subjugação de seres humanos não era mais admitida, outro discurso deveria ser mobilizado para manter as estruturas de poder racial. As teorias produzidas por essa ciência racial alcançaram grande vulto e impacto no final do século XIX e início do século XX, dando amparo para o

² Essa discussão será retomada e aprofundada no capítulo 2.

neocolonialismo europeu na Ásia e na África e culminando com a ascensão do nazismo na Europa.

É somente a partir desse último evento, gerador do genocídio de milhões de judeus nos campos de extermínio nazistas, que as ciências biológicas passam hegemonicamente a questionar a validade dos critérios raciais para diferenciar e hierarquizar grupos humanos. As pesquisas genéticas, apoiadas pela UNESCO já na década de 1950, apontavam para a não existência da raça enquanto categoria real no mundo biológico (SANTOS e MAIO, 2004). Em grande medida, tais pesquisas impuseram uma crise aos estudos anteriores e ao pensamento baseado no racismo científico, ao qual Gilroy (2007) denominou “raciologia”.

“Raça” passa a ser um conceito sem qualquer fundamento científico para a biologia e, paralelamente, diversas correntes de cientistas sociais também propuseram uma tratativa para a questão: eliminar os vestígios do conceito de raça da agenda das pesquisas e substituí-lo por termos moralmente menos comprometedores, como “população” (GUIMARÃES, 2003). No Brasil, esse é o principal aspecto dos escritos que defendem o país como uma “democracia racial”, ou seja, aqueles cuja tese é que a colonização portuguesa permitiu uma harmonização entre brancos, negros e indígenas de tal modo que o paradigma para compreender as desigualdades seria mais voltado à classe do que à raça, sendo a cor da pele apenas um fator contingencial. Embora não utilize o termo na obra, *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre é reconhecido como principal expoente desse pensamento.

Contudo, a mera substituição do termo não resolveu o problema: mesmo não sendo um dado biológico, a raça não deixou de ser uma realidade social. Em outras palavras, o enfraquecimento do discurso biológico da raça não enfraqueceu a construção social da raça, sendo que esta continua a reproduzir e ressignificar, como “efeitos de discursos” (GUIMARÃES, 2003, p. 96), o legado daquela que, por sua vez, “saturou os discursos nos quais circula” (GILROY, 2007, p. 29).

Por outro lado, esses discursos de negação científica “abriram rachaduras na prática de ‘raça’” (GILROY, 2007, p. 29). No Brasil, os estudos da UNESCO, que em princípio visavam diagnosticar os supostos sucessos do modelo de apaziguamento racial no país, acabaram por demonstrar que a discriminação racial era uma realidade prevalente na sociedade brasileira. Esses estudos, com destaque para as pesquisas desenvolvidas no âmbito da psicologia social por Aníela Ginsberg e Virgínia Leone Bicudo e pela denominada escola paulista de sociologia, impulsionaram as ciências

sociais no Brasil com enfoque na temática racial (GUIMARÃES, 1999, 2003; SANTOS, SCHUCMAN e MARTINS, 2012; GOMES, 2013; CUNHA e SANTOS, 2014).

Outro ator de fundamental importância na retomada e ressignificação do conceito de raça foram os movimentos negros. Tanto no Brasil quanto nos EUA, diversas vertentes de grupos negros organizados reivindicaram o termo “raça”, quer seja para reivindicar a ancestralidade africana, quer seja como constructo da luta política antirracista. É devido a esse posicionamento dos movimentos negros afirmando a importância da raça tanto no âmbito da reconstrução da história quanto na práxis política que o conceito volta fortalecido para academia. Essa mobilização acadêmica em torno do conceito inspirada nas tensões provocadas pelos movimentos negros pode ser verificada no relevante trabalho de Hasenbalg (1979), no qual a tese aponta para a estruturação das classes sociais no Brasil a partir das dinâmicas de poder decorrentes da raça.

É nesse sentido – e somente nesse, conforme alerta Guimarães (2003) – que “raça” faz sentido de ser mobilizada como conceito científico: como um discurso que diz respeito às identidades de determinados grupos sociais imaginadas a partir de certos traços fenotípicos de seus membros e que, historicamente, estão inter-relacionados em uma dinâmica estrutural de opressão e sua correlata resistência.

Vale ressaltar que a reivindicação da raça como conceito analítico³ não é consenso. Paul Gilroy (2007, p. 30), por exemplo, aponta para a necessidade da superação do conceito de raça como uma forma de “liberar a humanidade do pensamento racial”. Para o autor, se por um lado as pessoas que desfrutam dos privilégios das hierarquias raciais não querem abrir mão dos dividendos de tal estrutura, os sujeitos prejudicados por esse sistema se utilizam das mesmas categorias criadas pelos seus dominadores, ou seja, o conceito de raça, a fim de se afirmar na luta antirracista a partir de uma identidade coletiva comum, ainda que reinventada.

Gilroy (2007) adota uma postura de pleno antiessencialismo diante do conceito de raça. Entretanto, ainda parecemos, enquanto sociedade, estar muito distantes do objetivo pós-racial a que o autor propõe atingir com a sua renúncia. Não

³ Guimarães (2003) analisa “raça” enquanto conceito nativo – que possui sentido no mundo prático, oriundo de um determinado grupo social, nesse caso, dos movimentos negros – e enquanto conceito analítico – que faz sentido somente dentro de um corpo teórico e é utilizado para analisar determinados fenômenos, no caso, o racismo.

necessariamente discordando dos caminhos que levaram Gilroy (2007) a propor a renúncia da raça, para os fins dessa tese, se considera que, para além da disputa de narrativas, há atualmente opressões de ordem concreta que, atuando prioritariamente com orientação racial, estipulam modos distintos de nascer, viver e morrer entre pessoas brancas e não brancas.

Adotarei, portanto, o conceito de raça enquanto operador conceitual analítico da realidade social; realidade esta que segue apresentando hierarquias raciais independentemente da existência biológica de raças. Por esse motivo, compreendo “raça” como uma ficção útil que sustenta o mito do ocidente como centro da humanidade a partir do marco temporal da modernidade (MBEMBE, 2013). Mbembe (2013) também traz uma definição fanoniana de raça: um complexo de microdeterminações, efeito interno do olhar do outro, manifestação de crenças e desejos tão insaciáveis quanto inconfessáveis.

Raça, portanto, possui facetas estruturais e interpessoais: se relaciona com o desejo humano (apetite, afetos, paixões e medos), mas não se resume ao mundo da percepção. É também um modo de estabelecer poder. Esse poder, por sua vez, cria um imaginário que, conseqüentemente, alimenta o desejo. Desse modo, “a verdade do indivíduo a quem é atribuída uma raça está simultaneamente em outro lugar e nas aparências que lhe são atribuídas” (MBEMBE, 2014, p. 66).

Concordo com Gilroy (2007) que a categoria raça é uma criação do opressor, porém, por outro lado, penso que as opressões podem ser mais bem problematizadas e circunscritas a partir da decodificação dessa mesma categoria. Tal postura permite, inclusive e principalmente, conhecer de que modos os próprios opressores (sujeitos ou instituições) atuam.

1.1.2. RACIALIZAÇÃO

Se raça é esse conceito que, mesmo após a comprovação de sua inexistência biológica, persiste no imaginário social como marcador grupal a partir do corpo, ele é posto em prática através de processos de racialização. Atribuir “raça” a grupos humanos, o fundamento da racialização é, por sua vez, um fenômeno complexo, que apresenta características históricas, ideológicas e políticas.

Silvério (2013, p. 34) entende racialização quando se pensa em “casos em que as relações sociais entre as pessoas foram estruturadas pela significação de características

biológicas humanas, de tal modo a definir e construir coletividades sociais diferenciadas”. Além disso, considera, sob uma perspectiva fanoniana, que “racialização” pode ser um termo mais revelador das relações raciais contemporâneas, em face ao “racismo”, termo demasiadamente polissêmico, o qual transitou do racismo biológico para o racismo cultural (cujo alvo é certa “forma de existência”) ao longo século XX.

Segundo Silvério (1999, 2013), o conceito de racialização foi utilizado pela primeira vez por Frantz Fanon no contexto dos desafios a serem enfrentados ao se encarar o tema da dominação colonial no período posterior ao colonialismo “oficial”. Desde então, outros autores contribuíram teoricamente na sua delimitação. Silvério (1999, 2013), conseqüentemente, apresenta uma revisão de literatura sobre o conceito, a qual descrevo resumidamente a seguir.

Micheal Banton, em 1977, a definiu como os caminhos utilizados pela ciência para tipificar as populações humanas. Frank Reeves, em 1983, distinguiu uma racialização ideológica, pautada nos dispositivos discursivos utilizados para emoldurá-la, de uma racialização prática, que se concretizaria na formação, distinção e hierarquização de grupos a partir de critérios raciais. Para Robert Miles, em escrito de 1989, racialização se trata da atribuição de significados a características corporais, significação esta elaborada em um processo dialético, uma vez que é pelo atributo supostamente biológico do Outro que se dá a construção do Eu. Yehudi Webster, escrevendo em 1992, por sua vez, traz à tona o caráter político da racialização: a própria conformação do campo de estudos em torno do conceito de raça é realizada a partir da construção social e política da raça; assim, a racialização seria o processo autorreferente, ou seja, que realimentaria o conceito de raça e, portanto, a si própria. Já para Michael Omi e Howard Winant, ainda em 1986, a racialização é um processo histórico, uma vez que ela cria significações enquanto “raça” para relações que anteriormente não eram raciais e, pelo mesmo motivo, os grupos raciais não podem ser encarados de maneira estática, uma vez que critérios de inclusão e exclusão de seus membros ou de dominação e subalternidade podem ser alterados ao longo do tempo.

Silvério (2013) compreende, então, que o conceito de racialização pode ser circunscrito a partir de vários pontos de partida, quer sejam eles ideológicos, sociológicos, políticos ou históricos. Entretanto, estabelece três usos em que é possível sintetiza-lo como: 1) as representações sociais de características fenotípicas que acabam por designar coletividades distintas; 2) as práticas científicas e políticas que

antagonizam raças; 3) o próprio projeto político ideológico que deu origem à modernidade.

A respeito da racialização como base do projeto da modernidade, Mbembe (2014) estabelece que esse fenômeno teve como objetivo marcar grupos de populações, fixar os limites de circulação, os espaços ocupados para afastar a ameaça e garantir a segurança desse projeto. Racializar foi, portanto, um dispositivo de segurança e uma tecnologia de governo.

Guimarães (2016) contribui para esse debate distinguindo o conceito de racialização e o de formação racial. A justificativa para tal está relacionada, segundo o autor, à possibilidade de confusão teórica a respeito dos fenômenos aos quais eles podem se referir, sendo que, por exemplo, Omi e Winant (1994) utilizam *racial formation* indistintamente para ambos os processos que Guimarães (2016) busca diferenciar.

Para este autor, a racialização é o fenômeno que transforma um conjunto de indivíduos em um grupo racial subalterno a partir de traços fenotípicos hereditários e sistematizado por uma ideologia dominante. Além disso, é constantemente reelaborada pela percepção social vivida cotidiana e espontaneamente. É, portanto, uma ideologia.

Ainda considera que há um plano coletivo e um plano individual no quais a racialização se consolida. No primeiro, a racialização se arraiga nas instituições e passa a balizar saberes que se pautam no panorama racial hegemônico. Já no segundo, a atribuição de uma raça ao outro acarreta na racialização de si, mas sem que esse processo seja encarado como tal, uma vez que a racialização do outro é feita com a intenção de considerar a própria existência como universal e como modelo de normalidade (GUIMARÃES, 2016). Assim, na racialização, ser branco não é ser só mais uma raça: é ser o humano universal, superior e redentor dos demais.

A partir disso, o autor propõe a diferenciação desse conceito para o de formação racial. Este, por sua vez, seria o processo de elaboração de uma “contraidentidade racial positiva” que, atuando na contra-hegemonia das políticas raciais, formaria coletivos políticos, não indivíduos isolados, em torno do conceito de raça (GUIMARÃES, 2016, p. 165). Assim, para ocorrer, a formação racial depende de ações coletivas e circunstâncias históricas.

A formação racial reivindica raça de um modo distinto da racialização, a qual foi fortemente pautada por um referencial supostamente científico oriundo da biologia. É a

partir de referências históricas, políticas e culturais que a formação racial busca se afirmar:

Quando se remetem à história, a noção de raça reúne pessoas que vivenciaram uma experiência comum de opressão; quando se remetem à política, o sentido de raça cria uma associação em torno de reivindicações; quando se remetem à etnia, o uso da raça quer criar um sentimento de comunidade a partir da cultura (GUIMARÃES, 2016, 168).

Se o senso comum das relações raciais no Brasil admitia que a formação racial e a utilização de raça como categoria política era prevalente somente nos EUA – uma vez que na América Latina se acreditava que a integração nacional estava mais estabelecida para além da raça – Guimarães (2016) se contrapõe a esse argumento ao considerar que a racialização no Brasil teve como uma de suas características mais distintivas a adoção da mestiçagem como mitologia de formação nacional. A mestiçagem dificultou a evidência de raças, uma vez que a “brasilidade” foi enfatizada e as “cores”, conceito que passou a ser corrente no lugar de “raça”, seriam meros resíduos da mistura racial do passado. Esse processo, conseqüentemente, dificultou a formação racial, mesmo com a formação nacional brasileira tendo sido fortemente racializada.

Ao afirmar que a formação racial no Brasil, ainda que possa percorrer caminhos distintos dos tomados nos EUA, é um processo de fundamental importância para a formação de uma coletividade antirracista e de resistência à supremacia branca, Guimarães (2016) enfatiza a maneira distinta pela qual se deu a racialização (ou normatização) dos povos que compuseram a “identidade brasileira”. Os africanos escravizados nas Américas não se constituíram como etnias (yorubás, bantos, hauças, etc), mas sim como raça (negros). Essa condição, de serem trazidos à força e serem racializados, se difere da imigração europeia e asiática do século XIX, uma vez que estes vieram livremente e mantiveram sua etnicidade (enquanto italianos, alemães, japoneses, etc.). Nesse sentido, a unificação possível das pessoas negras enquanto coletivo político na diáspora se dá em torno do conceito de raça. Exemplos de coletivos políticos no Brasil que reivindicaram e reinterpretaram o conceito de raça – expressando a descontinuidade da racialização e a manifestação de formação racial – são a Frente Negra Brasileira, nos anos de 1930, o Teatro Experimental do Negro, na década de 1950 e o Movimento Negro Unificado, a partir de 1978.

Além das consequências para a formação de identidades políticas, o resultado material dessa racialização no Brasil se deu na formação das classes sociais, uma vez que a estas foram vinculados marcadores fenotípicos perenes, ou seja, a raça. Assim, os “efeitos de classe” (GUIMARÃES, 2016, p. 170) da racialização são constantemente reatualizados a partir de mecanismos explícitos e implícitos de discriminação racial, como já haviam demonstrado Hasenbalg (1979) e Clóvis Moura (2014a).

Desse modo, é possível estabelecer uma relação entre racialização e formação racial: se uma almeja a segmentação de povos humanos para a afirmação de humanidade de apenas um deles, a outra implica na libertação desse enquadramento a partir da valorização e emancipação desses povos. Nas palavras de Guimarães (2016, p. 176-177):

A formação racial de que tratamos é um processo de afirmação de cidadania, de pleno uso das potencialidades das cidades, que se faz contra a racialização para afirmar justamente o caráter universal da espécie humana. [...] Racialização, portanto, é um processo de opressão, de balcanização e de desumanização, enquanto a formação racial, quando deixa de ser simples reverso da racialização, aspira ao universalismo. [...] A racialização é sempre um discurso racista, enquanto a formação racial é um antirracismo. A formação racial, na tradição fanoniana, é uma luta antirracista e anticolonial – de liberação de mentes e corpos emparedados, de emancipação de culturas coloniais e colonizadas.

Essa tese considerará a relação entre racialização e formação racial, tal como proposta por Guimarães (2016), porém será dado enfoque às concepções sobre a primeira, com apoio da sistematização de Silvério (2013). Ou seja, a racialização é o foco desse estudo, uma vez que busca circunscrever e analisar o discurso sobre raça e esporte daqueles imbuídos do saber psicológico no campo esportivo: as(os) psicólogas(os) do esporte.

1.1.3. RACISMO

Uma vez contemplada a categoria que diferenciaria grupos humanos a partir de uma visão biológica equivocada (a “raça”) e a atribuição dessa categoria de maneira a hierarquizar a experiência de vida, justificar a dominação de determinados grupos e normatizar e universalizar a experiência de outros (a “racialização”), é necessário dissertar sobre o sistema de perseguição, controle e, em última medida, extermínio de

grupos racializados que antecede a invenção dessas categorias. Daí também a importância de compreender as atitudes e as omissões que se fazem presentes e, sobretudo, a ideologia que estrutura tal sistema. É a partir do entendimento de como se articulam tais mecanismos que é possível analisar o racismo.

Na compreensão do racismo como um sistema de dominação com base na racialização histórica de povos e grupos sociais, podemos delimitar uma dimensão interpessoal e uma dimensão sistêmica em sua manifestação. Vale ressaltar que essa delimitação existe somente de maneira descritiva, ou seja, ela existe apenas enquanto método de compreensão do fenômeno, não significando necessariamente que, por exemplo, um episódio interpessoal de racismo não esteja vinculado a um contexto mais amplo de violência racial.

Isto posto, o racismo possui uma dimensão nas relações entre indivíduos, que se expressa no preconceito e na discriminação. Enquanto o preconceito racial está relacionado ao julgamento prévio, de caráter afetivo e de pouca mobilização frente a argumento contrário (MARTINS, SANTOS e COLOSSO, 2013), a discriminação racial se vincula à limitação ou restrição de acesso a oportunidades econômicas, sociais e políticas dos sujeitos de determinado grupo racial (GUIMARÃES, 2004). Assim, por exemplo, uma pessoa que está em certa posição de poder e apresenta preconceito racial contra determinado grupo, pode praticar discriminação racial ao impedir um sujeito que ela julga como pertencente a esse grupo de acessar certos espaços. Essa atitude estaria, portanto, embasada na ideologia do racismo que foi construído e é reproduzido cotidianamente no imaginário social.

Essa compreensão do racismo enquanto um fenômeno das relações interpessoais estabeleceu a possibilidade de determinar de maneira quantitativa níveis de preconceito a partir de escalas ou questionários, estudos elaborados em grande medida pela psicologia social. Ainda que se tenha observado uma mudança de foco das relações interpessoais para as relações de poder entre grupos (MARTINS, SANTOS e COLOSSO, 2013), tais estudos se debruçam sobre preconceito e discriminação como fatores ocasionadores de racismo. O enfoque na dimensão das relações intersubjetivas do racismo daria ênfase na determinação dos modos pelos quais os sujeitos reforçam o racismo em suas atitudes e comportamentos. Nesses termos, a ocorrência do racismo estaria vinculada à manifestação, explícita ou implícita, individual ou grupal, de preconceito e de discriminação.

A circunscrição de tal dimensão é relevante para a compreensão dos mecanismos afetivos e dos discursos de defesa de um senso racial de grupo, porém é incompleta uma vez que a sua interpretação é comumente vinculada a uma “disposição psicológica individual” (BONILLA-SILVA, 2014, p. 07). Bonilla-Silva (2015) aponta para os riscos em se adotar a perspectiva do racismo como expressão de preconceitos: essa “psicologização” do racismo tenderia a alocá-lo a par da estrutura da sociedade e como resultado de comportamentos irracionais e explicitados. Assim, o racismo seria algo limitado à análise de pessoas “racistas” e algo a ser resolvido com o passar do tempo através da educação, por exemplo.

A questão remanescente desse problema é a seguinte: se não mais houvesse pessoas preconceituosas, continuaria havendo racismo? Em outras palavras, o preconceito e a discriminação são causas ou consequências do racismo? É a partir desses questionamentos que é possível conceber uma dimensão sistêmica na abordagem do racismo.

Tal dimensão está presente nas evidências materiais e estruturais que orientam a divisão e a hierarquização de grupos sociais a partir de critérios raciais. Nesse sentido, os atores sociais, independentemente de serem ou não preconceituosos ou de atuarem de maneira discriminatória ou não, apresentam visões de mundo geralmente correspondentes à sua posição social no interior do sistema. Para Bonilla-Silva (2014, pp. 07-08):

Aqueles que estão no fundo do poço racial tendem a manter opiniões de oposição e aqueles que recebem os múltiplos salários da branquitude tendem a ter pontos de vista em favor do status quo racial. Se os atores expressam “ressentimento” ou “hostilidade” em relação às minorias é, em grande parte, irrelevante para a manutenção do privilégio branco. Como David Wellman observa em seu Retrato do Racismo Branco [Portraits of White Racism], “pessoas preconceituosas não são as únicas racistas na América”⁴.

Isso evidencia que o racismo estrutura concretamente os modos de nascer, viver e morrer, além de estipular historicamente os discursos públicos e privados sobre as relações raciais. Em sua dimensão sistêmica, o racismo não é apenas o resultado de

⁴ Tradução livre. No original: “Those at the bottom of the racial barrel tend to hold oppositional views and those who receive the manifold wages of whiteness tend to hold views in support of the racial status quo. Whether actors express ‘resentment’ or ‘hostility’ toward minorities is largely irrelevant for the maintenance of white privilege. As David Wellman points out in his *Portraits of White Racism*, ‘prejudiced people are not the only racists in America’”

atores sociais preconceituosos e discriminadores, mas é, ao contrário, a estrutura e a ideologia que ordenam a sociedade. É desse modo, portanto, que se compreende que o racismo é um fenômeno estrutural: trata-se de um sistema social que dispõe vantagens para o grupo racial branco e desvantagens para os grupos raciais não brancos. E é esse sistema que garante privilégios de um grupo sobre o outro, inclusive, na orientação ideológica sobre as definições do racismo: enquanto o grupo privilegiado tende a considerar o racismo a partir do paradigma do preconceito, o grupo desprivilegiado o compreende geralmente de modo sistêmico (BONILLA-SILVA, 2014).

Nesse sentido, não por acaso um dos conceitos mais importantes na discussão sobre relações raciais e racismo na contemporaneidade foi introduzido pela intelectualidade presente no movimento negro estadunidense. Trata-se do conceito de *racismo institucional*, explanado na obra *Black Power: The Politics of Liberation* de 1967, escrito pelos integrantes do Partido dos Panteras Negras Kwame Ture (anteriormente, Stokeley Carmichael) e Charles V. Hamilton.

Nesse livro, Ture e Hamilton (1992 [1967]), estabelecem divisão semelhante à proposta nesse tópico: o racismo pode ser um fenômeno tanto explícito quanto implícito e se manifesta quer seja em atos de indivíduos brancos contra indivíduos negros, quer seja da comunidade branca contra a comunidade negra. Denominam essas duas aparições do racismo como racismo individual e racismo institucional, o primeiro sendo composto de atos flagrantes de ódio e violência e o segundo sendo mais sutil, de difícil diagnóstico por não ser cometido por indivíduos específicos. De acordo com os autores, o racismo institucional é tão destrutivo quanto o individual, mas é menos condenado publicamente, uma vez que está relacionado diretamente com o poder estabelecido.

O que está em jogo no racismo institucional é um senso coletivo de autovalorização entre brancos em consonância com a depreciação do que é relacionado ao povo negro. São valores que permeiam a sociedade e não apenas mentalidades individuais. Ture e Hamilton (1992, p. 05) assim descrevem essa dinâmica:

Indivíduos "respeitáveis" podem absolver-se da culpa individual: nunca plantariam uma bomba em uma igreja; eles nunca apedrejariam uma família negra. Mas eles continuam a apoiar funcionários públicos e instituições que perpetuam políticas institucionalmente racistas. Assim, os atos de racismo explícito e individual podem não tipificar a

sociedade, mas o racismo institucional o faz – com o apoio de atitudes individuais e implícitas de racismo⁵.

Desse modo, Bonilla-Silva (2014; 2015) dialoga com Ture e Hamilton (1992), em primeiro lugar, ao concordarem que há alterações⁶ nas formas como se compreende o racismo ao longo do tempo, demonstrando seu caráter dinâmico e processual e, em seguida, ao afirmarem que as análises que se voltam apenas para atitudes e comportamentos individuais baseados em preconceito racial, ainda que apontem indícios, são insuficientes para compreender o sistema pelo qual opera o racismo.

O racismo institucional, após essa primeira conceituação e apropriação pelo movimento negro estadunidense na década de 1960, é novamente articulado nos 1980 e sistematizado no começo dos anos 1990 na Inglaterra, com o caso da absolvição de um grupo de jovens brancos pelo assassinato do jovem negro Stephen Lawrence, após uma série de negligências da polícia investigativa. Posteriormente, um relatório sobre o caso acabou por utilizar do conceito de racismo institucional para se referir ao conjunto de ações racistas “inconscientes” de agentes de relevância social e delimitando-o a um contexto relativo à falência das instituições públicas e privadas em promover situações que combatam a discriminação racial. Esse relatório elaborou a definição de racismo institucional que orientou diversas políticas públicas de caráter antirracista no Brasil como o Programa de Combate ao Racismo Institucional de 2005⁷, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2010) e a publicação “Racismo Institucional: uma abordagem conceitual” do Geledés – Instituto da Mulher Negra em parceria com o Fundo para a Igualdade de Gênero da ONU Mulheres e o Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria (GELEDÉS, 2012). Tal definição é a seguinte (MACPHERSON, 1999):

⁵ Tradução livre. No original: “‘Respectable’ individuals can absolve themselves from individual blame: they would never plant a bomb in a church; they would never stone a black family. But they continue to support political officials and institutions that would and do perpetuate institutionally racist policies. Thus acts of overt, individual racism may not typify the society, but institutional racism does — with the support of covert, individual attitudes of racism”

⁶ Vale ressaltar que Ture e Hamilton o fizeram já nos anos de 1960, evidenciando que a perspectiva de um racismo “que não enxerga cores” (*colorblind racism*) nos EUA tem antecedentes teóricos desde ao menos essa época.

⁷ Parceria estabelecida entre o Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza (DFID), o Ministério da Saúde (MS), a Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o Ministério Público Federal (MPF), a Organização Panamericana de Saúde (Opas) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

[Racismo institucional é] A falha coletiva de uma organização em fornecer um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que equivalem à discriminação por meio de preconceito inconsciente, ignorância, inconsciência e estereótipos racistas que prejudicam as minorias étnicas⁸.

Em que pese limitação dessa definição a um aspecto menos abrangente do que propuseram Ture e Hamilton com o conceito de racismo institucional, ela avança na compreensão das dimensões estruturais da hierarquização racial, que independem das vontades ou consciências individuais, mas que, operadas por sujeitos investidos de poder, atuam na discriminação cotidiana e implícita de determinados grupos raciais.

Essa tese, portanto, entende o racismo na interface entre o interpessoal e o sistêmico, considerando que o racismo manifesto nas relações intersubjetivas carece também de uma análise institucional, no sentido atribuído por Ture e Hamilton (1967), para uma delimitação mais apurada e precisa do fenômeno. Além disso, compreende que racismo não se trata somente de manifestações explícitas de ódio e aversão, mas se propaga na contemporaneidade contraditoriamente pela sua negação, permitindo que os sujeitos criem para si um discurso enquanto pessoas que não praticam o racismo ou não enxergam raça, ao mesmo tempo em que oportunidades e bens materiais continuam a serem distribuídos em condições altamente racializadas (BONILLA-SILVA, 2014).

1.1.4. SUPREMACIA BRANCA

A definição de racismo apresentada no tópico anterior, ainda que circunscrita em uma perspectiva sistêmica e estrutural, pode deixar margens para que a percepção sobre esse fenômeno esteja voltada para atos e situações observáveis envolvendo uma relação entre sujeitos ou entre instituições e sujeitos, de modo a, potencialmente, permitir uma compreensão do racismo como uma distorção da ideologia e da estrutura social em que vivemos. Entretanto, a hierarquização racial não está expressa apenas em ações pontuais e flagrantes, mas pelo contrário, está alocada na aparente “normalidade” social de determinados contextos, discursos e imaginários sociais e que não depende de manifestações explícitas de ódio racial para existir.

⁸ Tradução livre. No original: "The collective failure of an organisation to provide an appropriate and professional service to people because of their colour, culture, or ethnic origin. It can be seen or detected in processes, attitudes and behaviour which amount to discrimination through unwitting prejudice, ignorance, thoughtlessness and racist stereotyping which disadvantage minority ethnic people".

Ademais, a discussão sobre o racismo – principalmente se pautado pelo paradigma do preconceito – pode, por vezes, perder de vista os atores sociais envolvidos no seu processo histórico e a materialidade dos seus efeitos cotidianos, correndo o risco de abarcar como racismo *qualquer* ação direcionada a *qualquer* grupo racial.

Assim, quando está em questão a estrutura socioeconômica, a ideologia e a hierarquia de poder baseadas na raça e na racialização, é necessário mobilizar um conceito que delimite tanto o seu caráter histórico e sistêmico quanto o grupo racial que as instituiu e que delas se beneficia. É nesse sentido que o conceito de supremacia branca é articulado nessa tese.

Ainda que desenvolvido em países de língua inglesa (*white supremacy*), a supremacia branca não está circunscrita somente à experiência histórica dos países de colonização britânica, que praticaram o leis segregacionistas no pós-abolição da escravidão, como as leis Jim Crow nos EUA e o *apartheid* sul-africano e australiano, nem a grupos expressamente racistas como os neonazistas ou a Ku Klux Klan, mas se aplica também à colonização ibérica nas Américas com suas estratégias políticas de embranquecimento populacional a partir do incentivo à imigração branco-europeia e restrições à imigração de outros grupos raciais (TWINE, 2001; MILLS, 2003; CARONE, 2003; CARNEIRO, 2012).

Apesar de não aparentar ser bipolar, a supremacia branca latino americana privilegia as pessoas com cor de pele mais clara com uma ideologia de mestiçagem que supostamente transcende raça, mas que na prática valoriza o branqueamento e a ascendência europeia. E mesmo nesses países, os donos do capital são os brancos e estes restringem o acesso ao capital aos grupos não brancos, inclusive aos de cor de pele mais clara (MILLS, 1997).

O filósofo jamaicano Charles W. Mills dedica grande parte de seus esforços teóricos à compreensão e delimitação da supremacia branca e é a principal referência no que se refere à utilização desse conceito nessa tese. Mills (1997, 2003) interpreta a supremacia branca, para além do paradigma jurídico, como um sistema de dominação política pela branquitude, cuja origem se deu no projeto de expansão colonialista europeu e, portanto, constituindo-se como um fenômeno global. A utilização desse termo também enfatiza o fato sociológico e político de que as relações de poder superam os “atos de racismo”, ou seja, sobrevivem mesmo após o desmantelamento de suas manifestações mais explícitas (MILLS, 2003). Vale ressaltar, portanto, que esse conceito não se limita aos grupos extremistas neonazistas, de nacionalismo branco ou

White Power que defendem explicitamente em seus programas a superioridade e/ou o separatismo branco e cristão.

A supremacia branca está presente em diversas dimensões na sociedade, como nas esferas jurídico-política, econômica e cultural. A supremacia branca também não é uniforme sincronicamente nem estática diacronicamente. Toma formas diferentes em lugares distintos do globo e se reelabora com o passar do tempo. Reelabora-se em razão de sua intersecção com outras formas de dominação e pelas lutas de resistência contra ela (MILLS, 1997). Nas palavras de Mills (1997, p. 102):

Assim, pode-se facilmente dizer que a supremacia branca continua a existir de uma forma diferente, não mais apoiada por lei, mas mantida pela herança de padrões de discriminação, vínculos raciais excludentes, estereótipos culturais, e poder branco distinto derivado do privilégio econômico consolidado⁹.

De maneira relevante para os propósitos desse trabalho, Mills (2003) aponta para uma dimensão somática/corporal da supremacia branca: em se tratando de um sistema político de dominação e subordinação a partir da demarcação racial, o corpo é o suporte dessa delimitação. O corpo, aqui, é compreendido em sua dimensão política, ou seja, nos modos como é avaliado publicamente.

Essa avaliação das corporeidades racializadas é considerada uma forma ainda mais fundamental de alienação do que as estabelecidas na relação capital e trabalho, uma vez que “não se pode sair da própria pele” (MILLS, 2003). Nesse sentido, a dimensão corporal da supremacia branca está relacionada com o conceito fanoniano de alienação colonial. Se Fanon (2008) estabeleceu que a alienação oriunda do colonialismo não é resolvida apenas a partir da subjetividade, de uma “tomada de consciência”, a concretude implacável das corporeidades racializadas pela violência colonial estabelecem visões distorcidas tanto para as pessoas negras quanto para as brancas. Para as primeiras, sua humanidade é negada enquanto expressão do ser humano universal, permanecendo aprisionada em especificidades fetichizadas e encaradas como exóticas. Para as segundas, tudo aquilo que está presente em si, mas que as amedronta

⁹ Tradução Livre. No original: “So a case can easily be made that white supremacy continues to exist in a different form, no longer backed by law but maintained through inherited patterns of discrimination, exclusionary racial bonding, cultural stereotyping, and differential white power deriving from consolidated economic privilege”

de algum modo (o lúdico, o corpo, a sexualidade, o desejo), é depositado no outro, que é visto como inferior (FAUSTINO, 2013a).

Para além de estabelecer a crítica à hierarquização racial, o campo intelectual dos estudos que adotam o conceito de supremacia branca enquanto sistema político – e que é geralmente denominado Teoria Racial Crítica (*Critical Race Theory*) – o fazem a partir de um referencial teórico que centra a análise social no conceito de raça e nos processos de racialização oriundos da modernidade. Esse campo busca interpelar a dominação europeia mundial e seus legados na distribuição racializada dos poderes econômicos, políticos e culturais na contemporaneidade (MILLS, 1998). Dominação esta que envolve, inclusive, a produção intelectual a respeito do sistema-mundo moderno. Nesse sentido, a opção teórica pelo conceito de supremacia branca leva em consideração que:

A teoria negra e do terceiro mundo tem como característica estar preocupada em mapear esse sistema *como um todo*, enquanto a teoria dominante se concentrou em uma seção muito limitada, ignorando o resto do mundo ou forçando-o estranhamente nas categorias desenvolvidas para esse mapeamento restrito (MILLS, 1998, pp. 98-99, grifos no original).

O conceito de supremacia branca é utilizado como alternativa e complemento a outros conceitos que também são mobilizados para a compreensão de determinados fenômenos da modernidade. Um deles é o imperialismo ou capitalismo colonial, ao qual pode deixar escapar as dinâmicas *internas* de dominação das colônias, para além da relação com a metrópole, nas quais os seus habitantes brancos, descendentes de europeus, são os privilegiados e controladores do capital econômico, financeiro e simbólico. Além disso, e principalmente, esses termos não dão enfoque à dimensão racial da dominação europeia, como, por exemplo, o fato de que o imperialismo trouxe à tona um "poder branco" de tal modo que à época da Primeira Guerra Mundial o poder global, em vários aspectos, já estava controlado por pessoas brancas, mesmo estes sendo minoria numérica. (MILLS, 1998).

Vale ressaltar que Mills (1998), ao interseccionar as análises de classe e raça, analisa que, na supremacia branca, os benefícios econômicos e políticos são potencializados para brancos ricos em comparação a brancos da classe trabalhadora, de tal modo que o fim do capitalismo supremacista branco não somente beneficiaria os não brancos, como também os trabalhadores brancos, uma vez que, ainda que em melhores

condições, são mais pobres do que seriam em uma sociedade cuja racialização não operasse na redistribuição social do capital e do trabalho. É partir dessas compreensões que se pode pensar a supremacia branca como um fenômeno sistêmico que envolve a todos os grupos raciais globalmente.

O conceito de racismo é também problematizado pelas discussões que envolvem a opção teórica pelo uso do conceito de supremacia branca. De acordo com Mills (1998), “racismo” foi usado de maneiras imprecisas e divergentes ao longo dos anos, gerando por vezes situações nas quais sua utilização geram mais dúvidas sobre a que ele se refere do que o contrário. A ambiguidade do termo “racismo” reside no interregno entre o racismo como um conjunto de ideias, crenças e atitudes e racismo como uma estrutura político-econômica institucionalizada que, daí sim, derivam ideias, crenças e atitudes. No primeiro, todos podem ser racistas, enquanto que o segundo permite observar que existe uma dinâmica de poder que é desigual entre brancos e não brancos. Assim, “supremacia branca e supremacia branca global, em contraste, têm as virtudes semânticas de sinalizar claramente a referência a um sistema, um tipo particular de política, estruturado para oferecer vantagem para brancos”¹⁰ (MILLS, 1998, p. 100).

O conceito de supremacia branca é aqui adotado pensando no tema da tese e na maneira de melhor evidenciar o que ela pretende circunscrever. Ao se falar sobre “racismo no esporte”, as primeiras imagens que vem à tona são as das ofensas proferidas no ato do jogo ou em decorrência dele, geralmente enfocando a atuação de indivíduos no processo, ou seja, lembra-se de quem proferiu a injúria e de quem foi seu alvo, dando um caráter pontual e situacional ao fato. Além disso, deixa de delimitar que há um grupo privilegiado e outro prejudicado ao longo do processo histórico de hierarquização racial e que isso se reflete cotidianamente. Por isso, o racismo é compreendido como uma manifestação desse sistema de hierarquização que beneficia o grupo branco em detrimento dos grupos não brancos e não como algo excepcional ou estranho ao sistema político hegemônico.

1.1.5. BRANQUITUDE

¹⁰ Tradução livre. No original: “White supremacy and global white supremacy, in contrast, have the semantic virtues of clearly signaling reference to a system, a particular kind of polity, so structured as to advantage whites”.

Por fim, a branquitude é um conceito chave a ser utilizado nessa tese, pois é nele que se congrega a perpetuação e o benefício de toda a estrutura da supremacia branca, ao mesmo tempo em que os sujeitos a ele atribuídos se observam fora do jogo das racializações. A branquitude pode ser entendida como uma norma invisível, como um sistema de privilégios e como uma construção social de raça (ANDERSEN, 2003). É norma invisível porque o lugar social e a identidade racial das pessoas brancas não são identificados como componentes das relações raciais e, portanto, são vistos como alheios à dinâmica de desigualdades.

Piza (2002) utiliza a metáfora da porta de vidro para analisar o aspecto da invisibilidade da branquitude. Do lado de “dentro” da porta há uma sensação ilusória de segurança de que é possível observar e analisar o “outro” (não branco) que está para lá da fronteira invisível sem ser interpelado do mesmo modo. Nesse sentido, perceber-se racializado é se chocar com a porta de vidro que, até então, aparentava não estar lá. Em outras palavras, é uma posição de poder que permite apontar, definir e julgar racialmente outros grupos ao mesmo tempo em que dispõe do privilégio de não ser racializada.

Bento (2002) denomina como *pactos narcísicos* da branquitude os acordos e convenções sociais tácitos e não declarados estabelecidos entre pessoas brancas que ajudam a explicar e manter sua posição de vantagem enquanto negam a desigualdade racial. Assim, é comum, quando se debate sobre raça e racismo, considerar esse um “problema” ou uma “questão” das pessoas negras, não avaliando o papel das pessoas brancas em validar e reproduzir os sistemas de vantagens e desvantagens com base na cor/raça. Isso é relevante, uma vez que é necessário afirmar que a branquitude é também uma construção social, ou seja, não é um atributo relacionado à biologia, mas às relações de poder que historicamente conferem às pessoas brancas posições de hegemonia em detrimento de grupos não brancos.

A branquitude é um sistema de privilégios, pois confere vantagens simbólicas e materiais para pessoas brancas, tanto historicamente, quanto na vida cotidiana atual. Além de sermos vistos em nossa individualidade, sem a necessidade de “falar pela nossa raça”, recebemos dividendos concretos da hierarquização racial, independentemente da posição de classe, tanto nas relações intersubjetivas, como em indicadores socioeconômicos (SCHUCMAN, 2012). Se o capitalismo brasileiro estabeleceu a divisão social do capital e do trabalho com base na escravidão do povo negro e no extermínio indígena e na concentração da propriedade privada e poder estatal

nas mãos do grupo branco dominante, a discriminação racial atua cotidianamente para manter essa estrutura, oriunda do colonialismo, no século XXI (MOURA, 2014a).

Nesse sentido, a branquitude é um conceito que visa delimitar o exercício do poder e do privilégio no sistema de supremacia branca global, de modo que corpos identificados socialmente como brancos colhem, mesmo que involuntariamente, os frutos do colonialismo e do racismo. Se a branquitude é um conceito que visa descrever fenômenos em âmbito coletivo, ela, por outro lado, também precisa ser compreendida enquanto uma identidade racial, o que implica na possibilidade de escolha das pessoas brancas de mobilizá-la ou não, de criticá-la e, porventura, de renunciar a essa posição de poder.

Tendo em vista o exposto, já é possível estabelecer o que se pretende com o presente estudo. Se a investigação sobre as relações raciais e as práticas corporais é o grande tema que norteia essa tese, a sua abordagem será realizada a partir de seu objetivo: *analisar o processo de racialização no contexto esportivo a partir das narrativas de profissionais de psicologia*. Para tanto, alguns capítulos teóricos antecedem a análise dessas narrativas e são de grande importância para estabelecer um contexto histórico tanto dos cruzamentos entre o esporte e a supremacia branca, quanto dos estudos que se voltaram a pesquisar esse tema, bem como do papel da Psicologia nesse panorama.

2. O ESPORTE MODERNO E A CRISE DA BRANQUITUDE

O fenômeno esportivo tal qual conhecemos atualmente, a despeito de práticas corporais semelhantes originárias desde a antiguidade e em diversas civilizações, é uma criação da modernidade e estabelece relações próximas com o processo de colonização europeia na África, América e Ásia. No cerne dessa relação estão os olhares que o pensamento ocidental lançou sobre as corporeidades, a razão (ou a suposta ausência dela) e a autonomia dos povos não europeus. Olhares estes que construíram tanto a visão sobre o que consideravam como “outro”, mas, principalmente, a visão sobre si próprios e as decorrentes justificativas para a empreitada colonial.

Antes de prosseguir, é importante destacar que a referência ao “esporte” aqui realizada é feita para práticas institucionalizadas que giram em torno do profissionalismo e estão organizadas a partir da lógica do espetáculo esportivo. Não se desconsidera que existam práticas corporais desenvolvidas em outros contextos ou ainda as diversas formas de apropriação do esporte que, de certa maneira, o subvertem, como, por exemplo, certas manifestações do futebol de várzea e do basquete de rua. Contudo, quando o objetivo é investigar os discursos que aproximam os processos de racialização e as práticas esportivas, a constituição do esporte moderno europeu tem muito a revelar.

Desse modo, esse segundo capítulo pretende evidenciar como o discurso da modernidade e do colonialismo foram mobilizados para construir os mitos da superioridade racial branca e suas repercussões sobre o ser humano, o corpo e as práticas esportivas. Também abordará as transformações nesses discursos em resposta aos desafios impostos à supremacia atlética branca e à crise da branquitude.

2.1. SUPREMACIA ATLÉTICA BRANCA E O COLONIALISMO

Desde a década de 1960, a referência às práticas esportivas contemporâneas tem sido denominada como “esporte moderno”, em grande parte devido às contribuições acadêmicas dos sociólogos Norbert Elias e Eric Dunning, reunidas no livro *Em busca da excitação* (ELIAS e DUNNING, 1992). Nele, os autores se propuseram a caracterizar o esporte enquanto instituição que acompanhou o “processo civilizador”, conceito também desenvolvido por Elias, e que o diferenciou das práticas corporais populares até então manifestadas no continente europeu.

Na Inglaterra, a acumulação primitiva dos grandes proprietários a partir da transformação da terra em capital privado (*enclosures* ou política dos cercamentos) desarticulou a população camponesa e fortaleceu a aristocracia e a alta burguesia. Diante desse cenário, as práticas populares, consideradas violentas pela elite política e econômica, passaram por um processo de destacamento da vida cotidiana, esvaziando seus significados rituais e religiosos e deslocando o significado da prática para a busca pelo prazer de praticar (a “excitação”). Esse processo é denominado “esportivização” (ELIAS e DUNNING, 1992).

A esportivização demanda uma reconfiguração, além do significado, do espaço, do tempo e da organização das práticas corporais. Os espaços deixam de ser a cidade, as ruas e as praças e passam a ser as quadras, os ginásios e os estádios; o tempo passa a ser delimitado e quantificado. Mais preponderante ainda é o estabelecimento de um código de regras e condutas abrangente e válido para qualquer contexto. Tal padronização permitiu a instituição da disputa em qualquer território global, ao mesmo tempo em que desconsiderava outras codificações regionais.

Nesse sentido, mais do que apontar para uma oposição entre o antigo e o novo (MARTINS e ALTMANN, 2007), o que chama atenção na denominação “esporte moderno” é a segunda palavra da locução. Se a modernidade marcou a história como a Era que elevou a racionalização como aspecto central da organização da vida, a esportivização é a sua face nas práticas corporais, uma vez que visou à *racionalização* das práticas e jogos populares.

2.1.1. MODERNIDADE E RACIALIZAÇÃO

A modernidade, por sua vez, é um projeto de âmbito global, decorrente da exploração do mundo pela Europa, e com uma ideologia que visava dar sustentação a essa empreitada. Trata-se do projeto de expansão europeu sem limites a partir do final do século XVIII que resultou no imperialismo do século XIX. É fruto do poder despótico que a Europa só exerce em quem não considera como iguais. Assim, é forjada em um contexto de despotismo externo e busca por um governo representativo interno (MBEMBE, 2014). Nesse percurso, a invenção do que era “ser humano”, quais critérios definiam certos povos como pertencentes à humanidade e quais eram os benefícios advindos de tal pertencimento foram o cerne das inquietações filosóficas.

Para fundamentar seu poder, a Europa construiu mitos enquanto centro da razão e da verdade da humanidade. Alegou para si a invenção do direto, da civilização e da política (MBEMBE, 2014). Constituiu-se como centro da humanidade a partir da oposição direta com o “resto” (MORE, 1996). O “resto” é no máximo visto como “existência objetual”, sendo o africano, o objeto máximo.

O filósofo sul-africano Mabogo More, em um artigo sobre a autoimagem logocêntrica da filosofia europeia e o seu papel na deslegitimação da filosofia africana (MORE, 1996), estabelece brevemente um panorama, que apresento a seguir, sobre a questão da racionalidade e humanidade na filosofia europeia¹¹.

As inquietações a respeito do que seria o humano são um dos temas centrais da filosofia desenvolvida na Europa. A natureza humana seria definida como os atributos permanentemente necessários para que um ser humano seja considerado como tal. Consequentemente, a ausência desses atributos permitiria afirmar o oposto, de tal modo que o que é evidenciado como naturalmente humano previne o ser humano de ser qualquer outra coisa.

Já na antiguidade grega, Heráclito postulava que a razão pertenceria a todos os seres humanos. Platão apontava para a superioridade da razão sobre os sentidos e que os governantes a adquiririam com o conhecimento. Aristóteles, por sua vez, vinculou racionalidade e poder, pois, ao afirmar o ser humano como um ser racional, concluiu que aqueles que não atenderiam ao critério da racionalidade seriam consequentemente escravos. A dominação dos não humanos, nesse sentido da racionalidade, seria uma condição natural.

A base teológica da filosofia ocidental seguiu a mesma linha: provar a existência de Deus com base na racionalidade. Tomás de Aquino, influenciado por Aristóteles, hierarquizou a existência com Deus no topo e dele descendendo as outras formas de existência, do racional para o irracional. Humanos ocupariam o posto da racionalidade, logo abaixo dos anjos e acima dos animais e vegetais. Além disso, é também a partir de Aquino que a racionalidade começou a expressar uma moralidade: se Deus representava a manifestação máxima da moral, os seres racionais, por estarem mais próximos deste, eram moralmente mais valiosos.

¹¹ A discussão realizada é, obviamente, insuficiente para abarcar com profundidade todo o arcabouço filosófico sobre a filosofia ocidental sobre as noções de humanidade, porém, diante das limitações de uma tese que não se pretende filosófica, foi realizada a opção de confiar no trabalho analítico e sintético de autores que se dedicaram a analisar criticamente o tema.

Também com base em Aristóteles, René Descartes atualizou a racionalidade para o seu conceito moderno: o ser humano é definido como um ser que pensa, ou seja, o pensamento é a base da humanidade. O empirismo de John Locke segue a mesma base do racionalismo cartesiano. Para ele, a liberdade humana é compartilhada por aqueles que possuem igualmente a racionalidade. Em contrapartida, o comportamento irracional deveria ser mantido na servidão. É a partir daí que a liberdade, junto com a racionalidade, passa a integrar os atributos da natureza humana.

Esses filósofos forneceram os fundamentos para o Iluminismo e estão expressos no pensamento kantiano. Para Immanuel Kant, a razão é o critério supremo de validade. A racionalidade ocupa lugar central em sua concepção de bondade e moralidade. Sua filosofia da moral é um exemplo da racionalidade como fundamento da moralidade.

Friedrich Hegel, apesar de discordar das teorias da moral de Kant, sustenta que a racionalidade e a liberdade constituem a natureza, a sociedade e a história humanas. É também o primeiro filósofo a conectar o Iluminismo à racionalidade. É a partir de Hegel que a modernidade e a racionalidade se revelarão contaminadas com traços etnocêntricos, racistas e sexistas.

Contudo, outros filósofos europeus já haviam construído bases para a consolidação dos pressupostos que posteriormente seriam utilizados como justificativa para o colonialismo. Tais filósofos, assim como Hegel, não estão nas notas de rodapé da história da filosofia ocidental, mas foram os pensadores centrais do Iluminismo. Como já exposto, essa relação entre os filósofos do Iluminismo e o colonialismo, não ocorreu ao acaso.

Montesquieu, por exemplo, avaliava que o clima seria um fator que diferenciaria as raças humanas, sendo o branco a raça original e todas as outras degenerescências desta, devendo, portanto, serem reestabelecidas. Também afirmava de maneira taxativa, em *O Espírito das Leis* de 1748, texto inspirador da Revolução Francesa e da ciência política moderna, que os negros não poderiam ser considerados humanos.

Entretanto, ainda não havia explicações sobre as causas dessa hierarquia. Voltaire é um dos primeiros a apontar um suposto motivo: a ausência de racionalidade. Também é pioneiro em justificar a sub-humanidade a partir de critérios naturais de inferioridade intelectual. Voltaire se utiliza de critérios taxonômicos da biologia para afirmar que os negros não seriam capazes de aplicar e associar ideias e não seriam informados pela filosofia.

Já David Hume é notoriamente reconhecido por seus posicionamentos racistas. Em nota de rodapé da coletânea *Ensaaios Morais, Políticos e Literários*, publicados pela primeira vez em 1742, comentando, tal qual Montesquieu, sobre a influência do clima na diferença entre os povos, Hume defende que os europeus (brancos) são naturalmente superiores aos africanos (negros): em suas palavras, mesmo os brancos mais bárbaros produziram artefatos culturais e científicos mais prolíficos que todos os povos negros.

O pensamento de Hume sobre a naturalização da hierarquia racial, ainda que pouco desenvolvido, foi prescritivo para outros filósofos europeus, como o já citado Kant. Este, por sua vez, dá como argumento de prova para a superioridade branca que, por mais que sejam libertos da escravidão, os africanos não produziram ciência e arte como os brancos, ao passo que seria muito comum os brancos das “classes inferiores” atingirem grandes feitos artísticos e científicos. Assim, o universalismo de Kant e, por consequência, do Iluminismo, é um "universalismo particularizado", pois rejeita a humanidade ao opor a racionalidade e os povos africanos (MORE, 1997, p. 114). A generalização dos conceitos de racionalidade, moralidade, civilidade, era, portanto, restrita àqueles que teorizavam sobre elas, ou seja, homens brancos.

Desse modo, o Iluminismo construiu concepções racializadas de povos não brancos que faziam uma correlação entre características físicas e qualidades morais. À Era das classificações – o Iluminismo de base racionalista – decorre a da hierarquização e a da consideração de pessoas e culturas como encerradas em si mesmas, pois “[...] uma vez identificados e classificados os gêneros, as espécies e as raças nada resta senão indicar através de que diferenças eles se distinguem uns dos outros” (MBEMBE, 2014, p. 38).

É nesse sentido que o filósofo camaronês Achille Mbembe (2014) caracteriza esse processo histórico como o marco inicial de uma das facetas do que denominou como “razão negra”: o conjunto de práticas discursivas sobre África e os africanos que tem como base a fabulação e seu ápice na modernidade. É um sistema de narrativas pretensamente conhecedoras que carece de uma constante reinvenção para se sustentar. Ao se referir a “fabulações”, Mbembe (2014) aponta para a aparente contradição na qual, mesmo com o intuito de construir realidades objetivas, a partir do racionalismo, o discurso europeu o fez sobre imaginações e fantasias sobre África.

Essa faceta da “razão negra” se pautava na necessidade da consciência ocidental de situar o Negro¹² em oposição a si, autoconsiderada o centro da humanidade. A “consciência ocidental do Negro” opera no sentido de buscar subsídios para delimitar a separação entre instinto animal e razão humana (MBEMBE, 2014). Deslocando tudo o que suscita medo no ocidente, ou seja, tudo o que é da ordem do animalesco, do brutal e, em última instância, tudo o que é corpo para os povos africanos, o discurso branco-europeu os circunscrevem como “perigo biológico” (FANON, 2008).

É nesse sentido que Mbembe (2014) estabelece o engenho (ou a *plantation*) como uma instituição paranoica, uma que vez que vive sob o regime do medo. O escravista é assombrado pela revanche diante das torturas que inflige ao escravo. O escravo, por sua vez, é assombrado pela tensão entre a revolta e a submissão.

Mills (1997), também sob a perspectiva da filosofia, mas pensando nas implicações para as ciências políticas, afirma que o projeto da modernidade europeia tem por objetivo o estabelecimento de uma supremacia branca global e que, para tanto, se baseou em um “contrato racial”. O contrato racial é um acordo que estabelece a divisão do mundo entre brancos e não brancos e, diferentemente do “contrato social”, não é consensual entre seus membros, pois se trata de uma imposição dos primeiros sobre os segundos. A raça não é, portanto, um desvio do Humanismo Iluminista Europeu, mas um elemento fundamental para compreender suas concepções; o contrato racial revela, portanto, a verdade do contrato social. Em suas palavras (MILLS, 1997, p. 27), “humanismo europeu significa que somente os europeus são humanos”.

Presente nos escritos dos filósofos da teoria do contrato, de Thomas Hobbes a Locke e Kant, a busca pela objetividade das relações humanas em uma moral natural, inerente a todos os seres humanos, encontra diversas barreiras para ser de fato universalizada, pois foi pensada e criada no e para o contexto europeu. Nesse sentido, o contrato racial, criando uma “psicologia moral racializada” (MILLS, 1997, p. 93) fornece uma “epistemologia invertida, uma epistemologia da ignorância”, uma vez que produz, a partir de critérios falsamente objetivos, mas social e psicologicamente funcionais, “o resultado irônico de que os brancos em geral não conseguirão entender o mundo que eles mesmos criaram” (MILLS, 1997, p. 18).

¹² Mbembe (2014) menciona “Negro” com letra maiúscula para se referir à construção discursiva europeia que aprisiona a diversidade dos povos que ocupam o território africano. Do mesmo modo, posteriormente se referirá ao “Branco” como também uma figura discursiva do ocidente, para se referir a si mesmo, e que se beneficia desse aprisionamento.

More (1996, p. 115) faz, então, as perguntas que permitiriam encontrar internamente uma saída que afastaria o racionalismo e a modernidade do colonialismo: se o racionalismo é universal, não seria justamente sua defesa que impediria concepções racistas sobre a humanidade? Afinal, “todos os humanos não possuem mentes”? A busca por objetividade, universalidade e racionalidade não estaria para além de raça, gênero e história?

O próprio filósofo sul-africano oferece a resposta: a racionalidade e a universalidade, em sendo supostamente além de raça e gênero, são racializadas e generificadas dentro do próprio discurso ocidental. Os mesmos pensadores que proclamavam igualdade entre os homens, defendiam a inferioridade de outros.

Seriam os discursos racistas desses autores, então, somente uma dissonância entre “inclusão teórica e exclusão prática”? Em outras palavras, More (1996) questiona se esses filósofos entram em contradição ao defender teoricamente a racionalidade como uma característica intrínseca da humanidade, mas, quando lidam com a realidade do colonialismo europeu, principalmente na África, tentam explicar as diferenças culturais entre europeus e não europeus em níveis hierárquicos de humanidade.

More (1996, p. 117) avança afirmando que não há contradição, pois, para esses filósofos, a natureza humana possui um valor moral e não apenas descritivo. A humanidade, em se tornando um conceito moral, valorativo, é utilizada como uma "arma ideológica": quem não dispõe do aparato ideológico europeu, não dispõe de racionalidade. Abria-se caminho para que se pudesse pensar “[...] em que condições pode a *ratio* penetrar e governar esta *animalitas*” (MBEMBE, 2014, p. 64).

Nesse sentido, tal contradição só é levantada se há uma confusão sobre a categoria “racional”. Não há dúvidas que os filósofos iluministas defendem a ideia de que todos os seres humanos são detentores de razão e, por isso, dignos de igualdade e liberdade. Contudo, o que está em jogo são os critérios utilizados para afirmar quem é humano – homens brancos – e quem não é.

A formação da “epistemologia da ignorância” (MILLS, 1997, p. 18) não ocorre tanto em função das problemáticas fontes das informações fornecidas por exploradores e missionários ou mesmo pelo desconhecimento de modelos de racionalidade de outros sistemas de interpretação de mundo (MORE, 1996). Hegel em *Filosofia da História*, por exemplo, ao afirmar que os povos africanos são estáticos, não históricos, infantis, emocionais e físicos, estabelece a falta de razão e, portanto, a falta de humanidade como condição primeira (MORE, 1996). O não reconhecimento de uma outra racionalidade

ou a suspeita em relação aos relatos dos viajantes eram irrelevantes diante do fato mais preponderante para os filósofos iluministas: os povos africanos não são europeus, logo, não operam a partir da racionalidade formal. Embora essa seja uma falácia argumentativa, não é contraditório com o arcabouço filosófico desses pensadores.

A centralidade da razão europeia criou categorias antitéticas e oposições binárias. Da dicotomia cartesiana mente-corpo derivaram-se diversos pares binários: razão/emoção, racionalidade/animalidade, cultura/natureza, civilizado/primitivo, moral/imoral, eu/outro, europeu/não europeu (MORE, 1996). Nesses pares opostos, sempre a ideia do europeu está associada à humanidade e à razão, vista com uma qualidade moral superior.

O outro do par é marginalizado e desvalorizado: os não europeus. Isso se expressa na associação que Hume, Kant e Hegel fazem dos africanos à natureza, ao selvagem, subdesenvolvido, à força corporal, sensualidade, paixão, falta de autocontrole, etc. Há um jogo de opostos ao afirmar que os africanos são "físicos": falta-lhes a razão (MORE, 1996).

Assim, apesar de ser somente no século XIX que o discurso biológico de raça se institucionaliza na ciência, no colonialismo uma noção biológica protocientífica de raça e o discurso de raça como catalisador e resposta ao problema da dominação e submissão e da política de matar ou deixar sobreviver – ao que Mbembe (2003) denomina como necropolítica –, aparecem com força (MBEMBE, 2014).

O objetivo dessa visão sobre o “outro”, portanto, não residia na necessidade de uma descrição objetiva, embora fosse alegada como tal, dos povos não europeus, mas na afirmação da superioridade europeia em termos de uma supremacia racial em que os fenotipicamente considerados brancos seriam detentores da racionalidade e, em decorrência, da humanidade, da liberdade e do direito de subjugar outros povos. A constituição do pensamento ocidental, seu momento gregário, se dá com a simplificação do que enxerga no outro; se desligará da necessidade de conhecer a fundo o “objeto”. A afirmação de si, através do colonialismo, é o seu principal objetivo (MBEMBE, 2014). Em última instância, o discurso sobre o não europeu dizia mais a respeito dos próprios europeus. O discurso da supremacia branca assegura, portanto, a superioridade jurídica e moral das pessoas brancas em explorar os corpos e os territórios das pessoas não brancas (MILLS, 1997).

A conformação de uma geopolítica baseada na dominação europeia do mundo era necessária e a afirmação da humanidade como exclusividade europeia forneceria o

embasamento filosófico e a justificativa prática para o extermínio e a colonização de povos não brancos. Assim, o “Contrato Racial criou um regime branco transnacional, uma comunidade virtual de pessoas conectadas pela sua cidadania europeia dentro e fora do continente” (MILLS, 1997, p. 29).

A despeito das rivalidades internas, um senso europeu comum começou a se forjar a partir da exploração dos não europeus. Nesse sentido, a dimensão econômica do Contrato Racial é bastante evidente, uma vez que a orientação e o resultado prático da supremacia branca foram a exploração econômica. É na modernidade que a raça passa a orientar a acumulação de capital, à diferença das formas de servidão autóctones anteriores. Em outras palavras, o capitalismo recorre a “subsídios raciais” para a acumulação primitiva (MBEMBE, 2014).

Mbembe (2014) evidencia o processo no qual o capitalismo europeu dependeu da triangulação entre África e América para a consolidação da acumulação primitiva. Os africanos passam a ser racializados em um jogo necessário para a formação do primeiro capitalismo europeu. Para explicitar esse ponto, o autor utiliza a metáfora do “homem-minério”, “homem-metal” e “homem-moeda”, que dizem respeito tanto à objetificação e exploração dos corpos como ao itinerário da formação do capitalismo: a África é o continente onde se extrai o minério, a América é onde esse minério é transformado em metal e a Europa é o lugar onde o metal é transformado em moeda.

É nesse sentido que, com uma leitura fanoniana, Mbembe (2014) afirma que o Negro é uma criação do Branco. Entretanto, avança ao considerar que o Branco também é uma invenção, uma imaginação do ocidente. O Branco ganha estatuto de detentor de direitos e explorador do trabalho de não brancos no início do capitalismo, no século XVII, período no qual se enfatiza a racialização da figura do escravo. É nesse ponto que reside a força da fantasia da racialização. Fantasia esta compreendida como:

[...] o cunho de um modo de estar ocidental no mundo, de uma determinada figura de brutalidade e crueldade, de uma forma singular de predação e de uma capacidade desigual de submissão e de exploração de povos estrangeiros (MBEMBE, 2014, p. 87).

A construção da racialização como discurso filosófico-científico da modernidade foi elaborada tendo em vista a necessidade de distinguir a servidão branca da servidão negra que inicialmente não era tão bem definida racialmente. Para isso, foi necessária a criação de discursos e tecnologias para o convencimento dos brancos sobre a fantasia de

superioridade, a transformação disso em senso comum e o posterior desejo e fascínio por ela. “Pois só quando a crença se torna desejo e fascinação, impressionante para uns e com dividendo para outros, pode operar como força autônoma e interiorizada” (MBEMBE, 2014, p. 87).

Essa construção diferencia, pois, a escravidão transatlântica de outras formas de servidão. Até então, os sistemas escravistas consagrados não haviam sido capazes de extrair lucro comparável ao produzido pelo colonialismo europeu, o que, como já mencionado, foi o principal motor para a acumulação de capital em escala global. A racialização da servidão foi fundamental para a distinção dos brancos para com a escravidão, principalmente para os brancos pobres.

Resultou posteriormente, mesmo após a abolição oficial da escravidão no século XIX, no que W. E. B. Dubois denominou como “salário público e psicológico” da branquitude (CARDOSO, 2010). A racialização da escravidão e, portanto, das classes no contexto colonial, incentivou uma identificação da classe trabalhadora branca com a classe dominante também branca e dificultou a solidariedade com os trabalhadores negros. Assim, mesmo recebendo salários baixos, os brancos pobres foram “recompensados” com deferência e cortesia por brancos de outras classes sociais e eram admitidos em espaços públicos exclusivamente brancos, em uma estratégia colocada em prática com o intuito de desarticular a força da classe trabalhadora (DU BOIS, 1935).

Mbembe (2014, p. 87), por sua vez, explicita as consequências do que define como fantasia do Branco:

Essa violência estrutural e a sua contribuição para uma profundamente desigual redistribuição dos recursos da vida e dos privilégios da cidadania a uma escala planetária vão conferir à fantasia do Branco uma parte do seu bem-estar – ao que é preciso acrescentar as proezas técnicas e científicas, as criações da mente, as formas de organização da vida política relativamente disciplinadas, pelo menos aparentemente, e, quando houve necessidade, a crueldade desmedida e, como já dissera Aimé Césaire, uma propensão irracional para assassinar.

Desse modo, é possível cogitar que a “luta de raças” precede e prescreve a “luta de classes” no contexto colonial. O colonialismo une a lógica da raça, da burocracia e do negócio pela primeira vez e, para que se torne senso comum, a raça precisa ser colocada na agenda do capitalismo e do colonialismo (MBEMBE, 2014). A raça foi o mecanismo primordial para a consolidação do Império, diante do medo e em

compensação às humilhações nacionais internas. Não por acaso, o nazismo surge com a mesma estratégia de exaltação da força nacional em contrapartida ao que fantasiou como perigo à nação. Por esse motivo, Mbembe (2014) denomina o colonialismo do século XIX como “Nacional-Colonialismo” em óbvia comparação com o “Nacional-Socialismo” do partido nazista alemão. Vale ressaltar que Mbembe não é o único autor a afirmar que o colonialismo foi o regime que fez nas colônias o que o nazismo fez nas metrópoles: a racialização e o genocídio. É celebre a passagem do poeta martinicano Aimé Césaire (1978, p. 18) em *Discurso sobre o Colonialismo*:

Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que trás em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu demônio, que se o vitupera é por falta e lógica, que, no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o [fato de] ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os “coolies” da Índia e os negros da África estavam subordinados.

Mbembe (2014) cita, como exemplo, o ano de 1892 na França, onde houve uma proliferação de discursos que exaltavam a união dos franceses de todas as classes sociais e matizes políticos em defesa do colonialismo. Ao mesmo tempo em que estavam ancorados nas produções científicas sobre raça (raciologia), os discursos foram popularizados em museus, zoológicos humanos, na imprensa, em exposições universais, entre outros.

Chama atenção o fato de que nesse período as narrativas sobre raça e supremacia branca ultrapassam os círculos relativamente fechados de cientistas e filósofos e conseguem atingir um público maior, em especial as classes mais empobrecidas. Uma mudança importante decorrente desse processo se dá no significado do termo “sangue puro”: até então, era uma característica social reservada apenas à nobreza; na modernidade, vinculada a subterfúgios biológicos, é expandida para abarcar todas as pessoas consideradas brancas, inclusive das classes mais pobres (MBEMBE, 2014).

Esse período, o final do século XIX, ficou marcado, no campo das ciências sociais de base europeia, por um debate entre duas correntes teóricas: o evolucionismo social e o darwinismo social. A segunda revolução industrial, ocorrida na Inglaterra, havia dado uma guinada no processo de exclusão social das populações mais pobres e alheias aos meios de produção ao mesmo tempo em que as riquezas, ainda que

concentradas, aumentavam vertiginosamente em um período que ficou conhecido como *Pax Britannica* (STOCKING JR., 1987; COURTINE & VIGARELLO, 2009). Nesse momento, de grande expansão econômica, Inglaterra e França eram vistos como “exemplos de civilização” de tal modo que certos círculos de suas elites ensejavam se aproveitar desse acúmulo de capital para financiar empreitadas (neo)colonialistas com a justificativa de expandir esse “sucesso” para outros povos.

É nesse contexto que os termos “civilização” e “cultura” são delineados. Enquanto que o primeiro era utilizado para falar dos que alcançaram o auge da “evolução” humana, os povos que ainda estavam, nas palavras de Morgan (2005 [1887]), em condição de selvageria ou barbárie apresentavam “culturas”. Sendo assim, civilização era uma ideia unitária, um *telos* para a humanidade, enquanto cultura era uma ideia plural e particular, característica dos povos que não atingiram tal grau de desenvolvimento.

Essa era, contudo, uma visão particular de um grupo de estudiosos que posteriormente ficou conhecido por “evolucionismo social”. A ideia de que havia uma origem comum da humanidade (monogenismo) e que os grupos humanos estavam divididos em etapas de desenvolvimento evolutivo era o seu cerne. Stocking Jr. (1987) e Kuper (2008) concordam ao afirmar que essa corrente teórica, ao contrário do que uma leitura apressada possa sugerir, era mais signatária de Herbert Spencer do que de Charles Darwin. De fato, o termo “evolução” fora adotado primeiramente por Spencer, sendo que Darwin só veio a utilizá-lo na sexta edição do seu “A origem das espécies” após pressões editoriais.

Para Kuper (2008, p. 39):

A influência direta da teoria darwiniana sobre o pensamento das primeiras duas gerações de antropólogos foi difusa e frequentemente superficial. Para Tylor, Morgan, Frazer e Marret, Darwin oferecia a garantia de que a história dos seres humanos era uma (...). Ele também propiciou uma explicação biológica para o progresso gradual da racionalidade.

Ainda que a teoria de Darwin tenha fornecido esse amparo teórico, ela concorria desfavorecida pela retomada de uma teoria elaborada no começo do século XIX por Jean-Baptiste Lamarck que ficou conhecida como neolamarckismo e pelas ideias de alguns filósofos do século XVIII (STOCKING JR., 1987; KUPER, 2008). Tais ideias rivalizavam com outras que buscavam definir diferenças essenciais entre os homens

(SCHWARCZ, 1993). Essa discussão estava vinculada ao debate em torno da origem da humanidade: se os evolucionistas alinhavam-se ao monogenismo, o poligenismo era a hipótese que mais se adequava ao pensamento da linha teórica conhecida como darwinismo social. A recorrência à biologia e a contestação dos dogmas monogenistas da Igreja deram um impulso à grande aceitação obtida por essa tese (SCHWARCZ, 1993).

A antropologia da época se voltava cada vez mais para essa hipótese, sendo os darwinistas sociais os que mais se aproximaram dela, em uma tentativa de determinar as influências das diferentes raças nas possibilidades de futuro dos povos. E é a partir de leituras desviantes da teoria da seleção natural de Darwin que o darwinismo social passou a justificar empreendimentos colonizadores, saindo, portanto, do contexto da biologia para adentrar o horizonte político (SCHWARCZ, 1993). O darwinismo social ocupava, então, um lugar de vanguardismo na sociedade europeia do início do século XX tal era a urgência de se investigar um fenômeno que crescia à época: a questão da miscigenação.

Havia uma necessidade em se identificar e classificar os sujeitos “desajustados”, e isso valia tanto para as populações cada vez mais excluídas dos processos produtivos pós-Revolução Industrial (COURTINE & VIGARELLO, 2009) quanto para os povos alvos dos intentos coloniais até então considerados selvagens ou primitivos, uma vez que era sondado o perigo que a miscigenação poderia causar ao futuro dos povos. Questionando fortemente a ideia de “evolução” – a tendência, advogada pelos evolucionistas, de que todos os povos estariam fadados à “civilização” e que tudo tendia ao “progresso” (“civilização” e “progresso”, entendidos a partir do modelo europeu) – os darwinistas pensavam em termos de “degeneração”: o progresso estaria reservado às ditas sociedades sem miscigenação, sendo que esse fato determinaria a decadência de uma nação (SCHWARCZ, 1993). Com forte base na biologia, a ciência por excelência da época, o darwinismo social lança as bases para diversas disciplinas com pretensões científicas.

Mbembe (2014) denomina esse momento da história europeia como de um “pessimismo racial”. No final do século XIX e início do XX, a Europa passou a ser assombrada pelo medo da degenerescência, algo que, em sua definição, contrariaria a ordem natural do darwinismo social, o qual, por sua vez, garantia aos brancos a hegemonia do poder sobre a humanidade. Esse medo engendrou a necessidade de

defender o patrimônio biológico e reforçou a manutenção do Estado colonial como estratégia para tanto.

O Estado colonial – que inaugura as tecnologias de guerra contemporâneas, a qual deixa de ser um campo de batalha entre forças iguais e passa a operar na lógica do predador e da presa – confere importante papel à educação de cunho militarista: “Os estudantes são educados para se tornarem cidadãos-soldados. A pedagogia cidadã e a pedagogia colonial propagam-se no contexto de crise da masculinidade e de aparente desarmamento moral” (MBEMBE, 2014, p. 116). A educação escolar burguesa na Europa é também o espaço no qual foram organizados os primeiros esforços para a consolidação do esporte atual.

2.1.2. ESPORTE MODERNO, OLIMPISMO E COLONIALISMO

Foram nas *public schools* inglesas – escolas reservadas aos filhos da aristocracia e da alta burguesia – que diversos jogos e manifestações da cultura corporal popular passaram pelo processo de esportivização, tal qual mencionado no início desse capítulo. O esporte se tornou atividade central nessas escolas, pois dotava os jovens da elite inglesa de entretenimento apartado da dinâmica social dos jogos populares ao mesmo tempo em que lhes forjava atributos requeridos para corresponderem à vocação dominadora de sua classe social, em especial, a capacidade de liderança e a demonstração de virilidade, tanto no exército, como nos negócios (BOURDIEU, 2004b).

Desse modo, não se deve restringir a discussão da criação do esporte moderno apenas às tensões internas nas nações europeias que opunham burguesia e proletariado – como é tradição nos estudos do esporte –, mas se faz necessário localizar esse contexto no âmbito global da consolidação do Império dos Estados europeus sobre o mundo em resposta ao pessimismo racial e ao medo da degenerescência. A formação da juventude aristocrática e burguesa europeia, além da distinção de classe, vislumbrava também as colônias. A educação escolar elitista e colonialista lançava mão, concomitantemente, do esporte como conteúdo didático e formativo do caráter europeu e da representação dos povos africanos como sendo a infância da humanidade, regida por crenças e tiranos.

Assim, o colonialismo era visto ora como uma estratégia de defesa da humanidade (branca) diante dos invariavelmente menos humanos (não brancos) – visão difundida pelo darwinismo social – ora como uma empreitada que se justificaria

enquanto um auxílio humanitário aos povos não europeus que ainda não haviam alcançado o nível de civilização (europeia) – discurso repercutido pelo evolucionismo social (MBEMBE, 2014).

Não alheio a esse debate, o esporte moderno teve grande impulso a partir do movimento filo-helenista promovido pelo aristocrata francês Pierre de Coubertin: o movimento olímpico ou Olimpismo. Concretizado na última década do século XIX, com a formação do Comitê Olímpico Internacional (COI) em 1894 e a realização da primeira edição dos Jogos Olímpicos contemporâneos na cidade de Atenas em 1896, o Olimpismo foi um dos grandes responsáveis pela sistematização em escala global do esporte atual, uma vez que sua proposta foi, e continua sendo, a difusão da prática esportiva ao redor do mundo¹³.

Coubertin era um republicano que anteriormente havia defendido o regime monárquico, porém, como era recorrente à época, mesmo o pensamento republicano francês compartilhava os pressupostos raciais do paradigma científico corrente. Amigo próximo do marechal francês Hubert Lyautey, colono e regente do Protetorado Francês no Marrocos, Coubertin provavelmente havia sido influenciado pelo paradigma do direito defendido pelos republicanos franceses da época, como Alexis de Tocqueville e Jules Ferry, os quais afirmavam que os direitos humanos não deveriam ser aplicados sistematicamente a todos os humanos ou apenas circunstancialmente (SCHANTZ, 2008).

Desde o início da empreitada do movimento olímpico, nos anos de 1890, até a década de sua morte, em 1937, seus escritos transitaram entre perspectivas evolucionistas e assimilacionistas até defesas do darwinismo social e da segregação racial. Os primeiros apresentavam uma visão sobre raça baseada na hierarquização das práticas culturais de determinados povos. Entendia que essa suposta disparidade poderia ser resolvida a partir da educação ocidental para esses povos. Em viagem ao sul segregacionista dos EUA em 1890, Coubertin, espantado com a contínua dominação racial mesmo após o fim da escravidão, ocorrida havia pouco mais de vinte anos naquele país, conferiu esperançosamente à educação e às gerações futuras a equiparação racial com a assimilação da população negra à sociedade branca (SCHANTZ, 2008).

¹³ Além do movimento olímpico, representado institucionalmente pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e suas entidades nacionais, é possível mencionar o papel da *Fédération Internationale de Football Association*, a FIFA. Ambas, inclusive, protagonizaram diversos momentos de disputa e rivalidade em torno da hegemonia sobre o esporte moderno (GIGLIO, 2013).

Essa visão mudou radicalmente na virada para o século XX. Coubertin afirmou, em artigo da primeira página do jornal *Le Figaro* do dia 26 de setembro de 1903, intitulado *La question nègre*, que "apesar do progresso feito pela raça menos avançada", a disparidade ainda era impressionante. A “questão negra” seria uma tensão posta na sociedade estadunidense, uma vez que:

Ninguém tem o direito de censurar os negros pelo seu apego a esta América, aonde eles não vieram voluntariamente, mas onde eles afirmam permanecer. Nem ninguém pode censurar os brancos por sua atitude defensiva diante de um perigo étnico que, na Europa, seria igualmente assustador¹⁴.

Coubertin inicia o texto relatando com espanto a violência sofrida por uma senhora de “fisionomia formidável” e “encanto aristocrático” que forçosamente foi expulsa do vagão em que estava e a convivência dos outros passageiros. Era uma senhora negra de pele clara, cuja negritude o autor somente percebeu ao observar seus cabelos enquanto era arrastada pelo maquinista e outro funcionário para o vagão reservado às “*colored people*”. Coubertin (1903), ao que parece, transtornado pelo tratamento dedicado a uma mulher “rica e distinta” pelo fato de possuir “um pouco de sangue negro”, comenta sobre o que denomina como “problema mulato”, em uma leitura não muito distinta daquela que Gilberto Freyre faria décadas depois em *Casa Grande & Senzala*:

Todo mundo confessa que a maioria dos fazendeiros de ontem escolheram amantes entre suas escravas e, voluntariamente, procriaram pequenos mulatos, cujo trabalho era então para beneficiar o engenho. Isso, aliás, projetou uma luz singular sobre a pretensa repugnância da raça branca a se unir com a raça negra. Esta repugnância nasceu na América no momento em que a escravidão teve fim. Enquanto existiu, a mulher negra foi capaz de exercer a sua sedução perante seus senhores, e a crônica narra que o lar irregular que assim se fundou, nas sombras do outro, não era o menos favorito do senhor de engenho. De modo que não só os americanos, que, preocupados consigo mesmos para obter mão de obra escrava barata da África, deram luz à questão negra, mas foram eles que, para

¹⁴ Tradução Livre. Todas as citações diretas dos textos de Pierre de Coubertin constam dos textos que estão anexos. A opção por anexá-los se deu motivada pela relevância de seus conteúdos e de sua baixa circulação entre os(as) estudiosos(as) do esporte. Outros textos nos quais Coubertin possivelmente teceu comentários sobre o colonialismo ou sobre relações raciais e o esporte, todos citados por Schantz (2008), não foram encontrados. De qualquer modo, a análise dos textos de Coubertin sobre o tema merece um estudo específico pela sua importância para o esporte moderno e pelos seus posicionamentos prolíficos e contundentes.

satisfazer os seus apetites sensuais ao mesmo tempo em que seus instintos de traficantes, produziram o problema mulato, aquele dos dois cuja existência parece mais irritá-los nos dias de hoje.

A miscigenação seria, portanto, na visão de Coubertin, um dos grandes problemas a ser enfrentado pela sociedade (branca) dos EUA no começo do século XX. Vale ressaltar que, tal qual se reproduz a respeito do mito da democracia racial brasileira, Coubertin confere o suposto papel sedutor das mulheres negras sobre os senhores de engenho como crucial para estabelecer o “problema mulato” e não a violência sexual cometida por estes em relação às aquelas. O autor aponta, com essa posição, o caráter de degeneração que a “raça branca” pode sofrer em contato com a “raça negra”, o que fica mais explícito quando expõe seus pensamentos sobre qual deveria ser a resposta dos brancos sobre essa questão.

Para tanto, Coubertin (1903) apresenta três teses defendidas à época: “se livrar dos negros, ou assimilá-los, ou tolerá-los”. Descarta a primeira alternativa, pois acredita que o apelo do retorno à África não seria o suficiente para convencer a migração em massa e mesmo diante da coerção, o regresso seria inevitável: “mesmo que, em vez de areias equatoriais, lhes tivessem sido oferecido um Éden verdejante, as grandes crianças negras não se deixariam levar. Sua pátria é agora o sul ensolarado, onde o ar é suave e a vida fácil; nenhuma persuasão os atrairá; peguem-nos pela força, eles retornarão”. A segunda opção, a assimilação, seria muito arriscada, uma vez que ninguém poderia garantir que “as qualidades da raça superior pudessem sobrepor as falhas da raça inferior” (COUBERTIN, 1903).

Diante disso, “incapaz de se livrar dos negros ou absorvê-los, não há nada mais senão tolerá-los” (COUBERTIN, 1903). A tolerância é compreendida por Coubertin como sinônimo de suportar a inevitabilidade da presença e, para isso, estabelece alguns argumentos que avaliam serem favoráveis a essa tese: as pessoas negras já estariam acostumadas aos serviços impostos pelos brancos e, mais do que isso, o faziam de boa vontade; os brancos, por sua vez, se sentiam desconfortáveis sem a presença dos negros para lhes servirem e divertirem, afinal “ele [o branco] ama seu amplo sorriso e sua agilidade felina, sua alegre despreocupação e sua presunção infantil” (COUBERTIN, 1903). A quebra dessa reciprocidade veio no momento em que as pessoas negras começavam a resistir a essa situação de subalternidade e reivindicam a condição de sujeitos de direitos. Com isso, encerra o texto dizendo que não havia ódio racial nos EUA, apenas uma divergência política entre os brancos que não queriam ser governados

pelos negros, sendo que a igualdade política seria um erro de ser decretada nesse contexto:

No fundo desta guerra má, que engendra barbaridades como o linchamento e violências semelhantes à qual narrei anteriormente, no fundo de tudo isso, há apenas uma discussão política. Os brancos, que se sentem – e com razão – bem superiores aos negros, não desejam ser governados por eles; o seu desejo sobre este ponto é tão robusto que, em minha opinião, seriam capazes de pegar em armas novamente, se necessário, para defender prerrogativas que até hoje continuam a exercer, não de direito, mas de fato.

É, portanto, a partir da década de 1900 que Coubertin começa a publicar diversos escritos nos quais defende a impossibilidade de equiparação racial e que, por mais que haja "progresso", as raças não brancas não alcançariam os estágios civilizatórios dos brancos. Já em outros textos admitia a possibilidade de, por meio da educação dos povos colonizados, um suposto “alcance” em relação aos europeus. Contudo, esse seria um processo demasiado demorado. Concluía, assim, que seria suficiente proteger os colonizados de sua própria tirania e tratá-los sem crueldade (SCHANTZ, 2008).

Nesse ponto, vale ressaltar que a aparente benevolência desse posicionamento de Coubertin, ou seja, uma lógica contra abusos no processo de colonização, supõe a legitimidade do colonialismo. Se chegavam à Europa os relatos das brutalidades cometidas pelos colonizadores, não havia uma condenação ao colonialismo em si, mas a preocupação girava em torno de resguardar o pretense caráter humanitário do processo e de transformar o discurso sobre a violência colonial em um problema pontual e excepcional que, pelo contrário, confirmava a necessidade do colonialismo como uma missão civilizadora (MILLS, 1997). Coubertin (1901, p. 449), nesse sentido, foi um entusiasmado defensor do colonialismo.

Outra teoria, a igualdade de direitos para todas as raças humanas, leva a uma política contrária a qualquer progresso colonial. Sem incluir que, mesmo na forma mais branda de servidão, para não falar de escravidão, a raça superior se justifica ao se recusar a estender vários privilégios da vida civilizada ao inferior. Um tratamento justo, justiça para todos e uma proteção especial aos nativos contra as possíveis crueldades e invasões de seus governantes são suficientes, em muitos casos. Claro, é o dever deste último tentar e elevar a raça inferior ao seu próprio padrão; mas tal trabalho educativo é muito lento, e acelerá-lo é simplesmente feri-lo e, ao mesmo tempo, impedir a colonização e fadigar aqueles que estão ocupados com isso.

Coubertin se preocupava com a posição francesa na “corrida” colonial, tendo uma postura elogiosa à política expansionista e exploratória do ex-primeiro-ministro Jules Ferry. No artigo “França na pista errada” de 1901, escrito em língua inglesa para um periódico dos EUA, critica os caminhos pelos quais a política interna francesa se encaminhava – uma sinalização às orientações dos partidos socialistas e do então primeiro-ministro Waldeck-Rousseau – sendo que, em sua opinião, a principal decorrência dessa conjuntura seria o distanciamento da França da partilha do mundo entre as nações europeias. Assim, em suas palavras, “qualquer movimento anticolonial, então, deve ser temido, e seus efeitos sobre a prosperidade do império serão ruinosos e imediatos” (COUBERTIN, 1901, p. 449).

Ao final do texto, cujo título já estabelecia uma metáfora esportiva, Coubertin elenca uma possível saída para a situação ao mesmo tempo em que se autocongratula pelas ações que havia realizado em prol do triunfo francês: a introdução e difusão do esporte entre a juventude francesa.

A França está simplesmente em uma pista errada, e nada é mais fácil, quando se percebe isso, do que voltar e seguir a outra pista. Teremos perdido tempo e dinheiro, só isso. Claro, o risco se tornaria enorme se o reinado de Utopia [dos socialistas] pudesse continuar por alguns anos mais; mas os jovens franceses foram criados nos últimos quinze anos de uma maneira um tanto diferente do que seus pais. Eu mesmo fiz algumas coisas para tornar jogos viris populares entre eles, fazê-los ir para o exterior, fazê-los ansiar pela liberdade e iniciativa. Um jovem que jogou futebol e viajou não é, como regra, induzido a pedir ajuda estatal ou a se encerrar no castelo de sonho de Utopia (COUBERTIN, 1901, p. 450).

Coubertin vincula o esporte como um remédio tanto contra a ameaça interna socialista como para a política externa francesa, ou seja, seu projeto colonialista. Como prática “viril”, o esporte seria uma das instituições a resgatar a masculinidade nacional abalada pelas humilhações recentes e que ele menciona no texto, como a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Nesse ponto, Coubertin é captado pela análise de Mbembe (2014): a crise da masculinidade e o questionamento moral da nação é o gatilho para a empreitada colonialista e o processo pedagógico, sendo o esporte uma pedagogia inovadora e popular entre os jovens, um instrumento de preparação militar e política dos futuros “empreendedores coloniais”.

Nesse momento de sua obra, Coubertin estava participando do debate entre evolucionismo e darwinismo social e parecia buscar uma síntese dos dois lados ao admitir o processo educativo, mas sem grandes esperanças de mudança: "você pode melhorá-los como você pode melhorar o solo, mas apenas em uma proporção restrita; você reduzirá a ociosidade nos primeiros e a infertilidade do último, mas você nunca os fará desaparecer" (COUBERTIN, 1902 apud SCHANTZ, 2008, p. 57)¹⁵. Essa síntese, portanto, tendia a favorecer o darwinismo social, seguindo a tendência da ciência da época.

Inspirado nas conclusões do Congresso Internacional de Sociologia Colonial realizado em decorrência da Exposição Universal de Paris em 1900, a qual também sediou a segunda edição dos Jogos Olímpicos, Coubertin defendia a progressiva europeização dos "povos atrasados". Ao mesmo tempo, rechaçava aqueles que afirmavam a igualdade dos não europeus e reafirmava que a europeização é um processo longo e que, mesmo assim, haveria um grande hiato entre os povos. Para ele, a europeização era cientificamente possível, mas somente em longo prazo. Isso incentivava a defesa da colonização mais do que desencorajava (SCHANTZ, 2008).

Coubertin difundia o discurso de que os povos não brancos que habitavam as colônias eram como crianças que necessitavam de boa educação e defendia o "fardo do homem branco": "as colônias são como crianças: é relativamente fácil fazê-las, mas é difícil proporcionar-lhes uma boa educação" (COUBERTIN, 1909 apud SCHANTZ, 2008, p. 57). Posteriormente, confirma essa visão paternalista na sua concepção de esporte – em um artigo intitulado “Colonização Esportiva” – ao comentar que os Jogos Asiáticos e os Jogos Hindus seriam como um "jardim de infância do Olimpismo". Ao mesmo tempo apresentava como falsa a ideia em voga de que uma possível vitória das “raças dominadas” contra a “raça dominante” no campo de jogo poderia incentivar rebeliões coloniais. Para amenizar essa percepção – mais presente no que denomina como um “preconceito” contra os esportes coletivos – sugere a introdução de esportes individuais nas colônias, onde a ideia do enfrentamento de dois exércitos representando cidades ou países não é tão presente (COUBERTIN, 1931, p. 13).

Coubertin escreve, nesse momento, fazendo um balanço da Sessão do Comitê Olímpico Internacional ocorrida em 1923 em Roma, com apoio do rei da Itália, na qual

¹⁵ Tradução livre. No original: “you can ameliorate them as you can improve the soil, but only in a restricted proportion; you will reduce the idleness of the former and the infertility of the latter, but you will never make them disappear”.

propôs a criação dos “Jogos Africanos” e da “medalha africana” para celebrar aqueles envolvidos na difusão do movimento olímpico no continente e que levaria a inscrição, em latim, *athletae proprium est se ipsum noscere, ducere et vincere* (O dever e a essência do atleta é conhecer-se, guiar-se e vencer-se a si mesmo). Em suas palavras, esse foi um intento para “conquistar a África” (COUBERTIN, 1931, p. 13).

Contudo, a despeito da boa recepção de outras nações colonialistas, como Alemanha, Inglaterra e Itália, a França se opôs à proposta, expondo divergências internas entre os representantes franceses e as visões de Coubertin. Este, por sua vez, defende que seu país deveria apoiar o esporte nas colônias como estratégia para fortalecer o domínio colonial ao mesmo tempo em que promoveria a educação ocidental nos territórios ocupados. Seus argumentos, nessa oportunidade, já mais ligados às teorias do evolucionismo, expunham a viabilidade do movimento olímpico nas colônias sob a alegação de que haveria a possibilidade de “ultracivilizar” (leia-se “europeizar”) os “indígenas”:

Aqui nós estamos olhando para algo com os preceitos essenciais da pedagogia esportiva. São estes preceitos aplicáveis às raças indígenas, à sua existência muitas vezes primitiva? Mas, sem dúvida; e até mesmo integralmente. Pois esta é a sua beleza: que são fundamentalmente humanos o suficiente para serem adequados à condição do homem a partir do estado semisselvagem até o estado ultracivilizado (COUBERTIN, 1931, p. 13).

Por fim, hierarquiza as práticas corporais ao considerar as atividades não europeias como meras recreações e que caberia aos colonizadores estabelecer “os benefícios da ‘civilização esportiva’” aos colonizados com a introdução do sistema esportivo europeu (COUBERTIN, 1931, p. 14):

Existem também algumas formas de esportes indígenas que, localizadas em uma região ou mesmo em um distrito, não são desencorajados, ao contrário, mas nunca serão nada mais que entretenimento, recreação. Se quisermos estender aos indígenas de países colonizados o que chamamos corajosamente de os benefícios da “civilização esportiva” é necessário que adentrem no vasto sistema esportivo em regulamentos consolidados e aos resultados comparados, que se constitui a base obrigatória dessa civilização.

Com isso, adverte Coubertin, a metrópole tomaria a frente do processo de sistematização das práticas corporais dos povos colonizados e evitaria que estes o

fizessem autonomamente, o que seria um risco para os colonizadores e, admite, vantajoso aos colonizados (COUBERTIN, 1931, p. 14):

É perante esses acontecimentos decisivos que a administração metropolitana se omite cada vez mais. Teremos, portanto, que nos decidir... Ou os indígenas virão a se organizar sozinhos. E talvez, afinal de contas, isso não haverá de ser pior para eles, mas sim para os seus dirigentes.

Desse modo, Coubertin se apresenta como defensor e, mais do que isso, proponente de estratégias para a empresa colonial. Apostava na competição internacional em vários âmbitos (além do esporte, na indústria, na ciência e na cultura e mesmo na guerra), como um meio das nações fortalecerem seus corpos nacionais e, em última instância, a raça. O colonialismo era, conseqüentemente, a competição internacional entre as nações europeias e, para Coubertin, a França deveria fazer parte dela (SCHANTZ, 2008).

O Olimpismo de Coubertin foi inventado no contexto da reconstrução do imaginário da nação francesa após a derrota na Guerra Franco-Prussiana, em consonância com o “nacional-colonialismo” descrito por Mbembe (2014). O esporte foi percebido como fundamental para preparar os colonizadores para os esforços físicos decorrentes das investidas militares nas colônias. Entretanto, além da reconstrução da moral nacional, o colonialismo também conferia a si uma “missão de civilização”: um amálgama da vocação missionária cristã com o legado da Revolução Francesa de expandir os ideais do Iluminismo ao mundo (SCHANTZ, 2008).

Assim, após a primeira guerra, o esporte, além de ser instrumento auxiliar de preparação corporal, passou a ser parte integrante da política colonial. Além da preparação física, foi encarado como prática cultural civilizatória e deveria ser transmitida aos nativos, uma vez que, como já mencionado, as práticas destes eram encaradas como simples divertimento sem base civilizatória. Esta somente poderia ser adquirida a partir de um sistema atlético codificado e regulamentado, que somente o esporte ocidental poderia oferecer.

Outra função para o esporte seria seu papel disciplinarizador dos povos colonizados, no sentido de promover paz social e favorecer a atividade colonial e exploração comercial entre Europa e colônias. Vale ressaltar que o discurso do movimento olímpico de defesa da educação das classes populares se deu pela necessidade das nações europeias em se defender internamente nas disputas com outros

estados. Nesse sentido, o Olimpismo é apresentado como instrumento que visa à pacificação das tensões sociais no interior das nações europeias e, posteriormente, também na relação com as colônias (SCHANTZ, 2008).

Já no crepúsculo de sua vida, a postura de Coubertin sobre o colonialismo, nas palavras de Schantz (2008), se torna mais ambígua. Apresenta manifestações contra o "espírito colonial" e a favor da emancipação dos povos nativos. Essa ambiguidade pode ser compreendida pelo fato de que Coubertin possivelmente adotou um discurso mais parcimonioso nos *Olympic Review*, a revista oficial do movimento olímpico que possui alcance mundial, ao mesmo tempo em que continuou expressando posições colonialistas em publicações internas francesas, como a *Revue de Pays de Caux*, a *Revue pour les Français* e a *Revue des Deux Mondes* (SCHANTZ, 2008).

Contudo, a despeito das ligeiras mudanças em seu posicionamento, Coubertin é personagem chave para compreender a constituição do esporte contemporâneo em sua relação com a supremacia branca. Chama atenção especialmente seu posicionamento abertamente favorável ao colonialismo, principalmente no período anterior à primeira guerra mundial, quer seja sob uma perspectiva evolucionista, quer seja sob a linha do darwinismo social. Esse momento, de 1896 a 1912, é crucial, uma vez que já foi denominado como a fase de estabelecimento dos Jogos Olímpicos (RUBIO, 2010).

Por fim, vale ressaltar que um de seus últimos testemunhos públicos foram os elogios à organização da edição dos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936, em pleno regime nazista. Em meio às acusações que diversos veículos midiáticos europeus haviam feito aos “usos políticos” dos jogos como instrumento de propaganda do governo hitlerista, Pierre de Coubertin deixou nítido sua opinião sobre Berlim 1936, em entrevista ao periódico francês *L’Auto* (MURRAY, 1992, p. 53):

Coubertin declarou que os Jogos de Berlim tinham cumprido os seus mais altos ideais. Tinha medo de que, nas mãos dos alemães, os Jogos pudessem se tornar um instrumento de propaganda, mas seus medos haviam sido mal colocados. Coubertin felicitou calorosamente a Hitler como um dos grandes espíritos construtivos da época, que "serviu magnificamente e de modo algum desfigurado, o ideal olímpico"¹⁶.

¹⁶ Tradução livre. No original: “Coubertin declared that the Berlin Games had lived up to his highest ideals. He had feared that in the hands of the Germans the Games might have become an instrument of propaganda, but his fears had been misplaced. Coubertin warmly congratulated Hitler as one of the great constructive spirits of the time, who had ‘magnificently served, and by no means disfigured, the Olympic ideal’”.

Para além do posicionamento político de uma figura importante para a formalização das práticas esportivas em nível global, o que também está em jogo na relação entre esporte moderno – representado no olimpismo – e o colonialismo é o papel conferido às práticas corporais em um regime de supremacia branca, uma vez que a inscrição no corpo dos mecanismos de controle e dominação também é invenção do racismo colonial moderno (MBEMBE, 2014).

2.1.3. A DICOTOMIA CORPORAL RACIALIZADA

Mills (1997, p. 51) considera o corpo como elemento basilar do contrato racial. Uma vez que supremacia branca se baseia na delimitação de territórios e circulação, o corpo é o microespaço que funda a delimitação de todos os outros. Aqueles e aquelas que habitam esse regime, o fazem de modo incorporado em “envelopes de pele, carne, cabelo”. Em relação aos corpos negros, há um sentimento de que se trata de apenas um corpo: “brancos podem ser ‘cabeças falantes’, mas mesmo quando cabeças negras estão falando, há uma percepção desconfortável sobre os corpos aos quais essas cabeças estão presas. (Assim, os negros são na melhor das hipóteses ‘corpos falantes’)”¹⁷.

Frantz Fanon, por sua vez, afirma em *Pele Negra, Mascaras Brancas* que o mundo branco impõe barreiras para consciência e o esquema corporal das pessoas negras. Essa consciência não seria fruto de um processo de autopercepção e autoconhecimento, mas, *a priori*, uma projeção do branco ou, em suas palavras, “um conhecimento em terceira pessoa” (FANON, 2008, p. 104).

Do mesmo modo, Fanon (2008) avança ao dizer que, no limite, a presença do negro também estremece a postura corporal do branco, já que, com o racismo antinegro, inaugura-se o ciclo de fobias biológicas dos europeus. Esse racismo, fruto da cisão entre corpo e mente cujo ápice se deu na modernidade, cria a urgência no branco em neutralizar não só ideológica e politicamente o negro: “mas é na corporeidade que se atinge o preto. É enquanto personalidade concreta que ele é linchado. É como ser atual que ele é perigoso” (FANON, 2008, p. 142). A supremacia branca visa, portanto, “matar” o corpo em si ao relegar ao outro tudo o que é corpo.

¹⁷ Mills (1997, p. 51) faz, nesse excerto, um jogo de palavras com a expressão “talking heads”, de difícil tradução para o português, mas que se remete ao jornalista ou apresentador de televisão cujo enquadramento focaliza, basicamente, seu rosto.

Já Isildinha Bastista Nogueira, com base na psicanálise lacaniana, explora as decorrências psíquicas dessa parametrização corporal racializada de brancos e negros:

O indivíduo branco pode se reconhecer em um “nós” em relação ao significante ‘corpo branco’ e, conseqüentemente, se identificar imaginariamente com os atributos morais e intelectuais que tal aparência expressa, na linguagem da cultura, e que representam aquilo que é investido das excelências do sagrado (NOGUEIRA, 1998, p. 46).

Para o branco, o corpo representa uma porta aberta às possibilidades de ser no mundo a partir do reconhecimento grupal entre brancos. Contudo, deve-se ressaltar que se trata de identificação imaginária, que não se sustenta sem a invenção de um “outro” que permite a elaboração de um “nós”. A fantasia do branco constrói sobre esse outro um significado sobre o corpo que ao mesmo tempo o exagera e o enfraquece, pois o encerra nessa possibilidade de ser exclusivamente um corpo, numa tentativa de subtrair sua integralidade humana:

Seu corpo negro, socialmente concebido como representando o que corresponde ao excesso, ao que é outro, ao que extravasa, significa, para o negro, a marca que, a priori, o exclui dos atributos morais e intelectuais associados ao outro do negro, ao branco: o negro vive cotidianamente a experiência de que sua aparência põe em risco sua imagem de integridade (NOGUEIRA, 1998, p. 47).

É a partir daí que a autora compreende que o corpo exerce posição fundamental na hierarquização racial entre brancos e negros, uma vez que “dessa dimensão singular que torna a condição de negro impossível de ser simetrizada à condição de branco que se produz, para o negro, essa experiência de sofrer o próprio corpo” (NOGUEIRA, 1998, p. 47).

Se todo arcabouço da filosofia europeia ocidental se autoproclamou como detentor da razão e do pensamento em contrapartida às paixões e às corporeidades de outros povos, quais seriam as implicações de a mesma Europa ocidental ter sido o palco da sistematização de uma das práticas que mais colocam o corpo em evidência até os dias atuais?

Uma das saídas para essa aparente contradição está em compreender que o pensamento europeu estabeleceu, em certos momentos, uma *dicotomia racializada* não somente entre corpo e mente, mas também entre “corpo atlético” e “força bruta”. Ou

seja, mesmo no polo mais desprezado do ser humano, o corpo, ao homem branco estaria reservado uma última trincheira antes da não humanidade: o seu cultivo e controle civilizados. É então possível pensar as origens do esporte moderno, sua inspiração na antiguidade grega e sua popularização pelo Olimpismo – uma vez que este fomentava o controle e criação de corpos masculinos virtuosos (*aretê*) com vistas à organização competitiva (*agonistikê*) e à apreciação estética e moral (*kalogagathia*) (RUBIO e CARVALHO, 2005) – como uma estratégia de hierarquização somática, como fomentador de uma projetada *Supremacia Atlética Branca*.

Corpos não brancos e não masculinos seriam, em princípio, uma alteridade difícil de ser assimilada a essa noção de corpo atlético. Enquanto os corpos das mulheres brancas eram encarados sob a óptica da fragilidade, os corpos dos africanos seriam a alteridade máxima desse corpo atlético, ou seja, o da força bruta. Vale ressaltar que a construção racial da supremacia branca a respeito da corporeidade das mulheres negras se deu em uma encruzilhada entre raça e gênero da qual resultou a legitimação de formas de violência relacionadas à hiperssexualização e à desumanização de seus corpos (FERREIRA e HAMLIN, 2010)¹⁸.

Fruto do longo processo de produção do conceito de raça, o corpo africano, no continente ou na diáspora, é visto como um corpo negro (MBEMBE, 2014). Para o ocidente, o “negro” foi encarado como um corpo e suas sensações; como força bruta oposta ao espírito, o que suscita medo naqueles que se julgam distantes do corpo, tanto o corpo do outro como de seu próprio corpo. Para a branquitude, o “negro”:

Se fosse um movimento, seria uma contração imóvel, rastejo e espasmo (Hegel, A Razão na História) – o frêmito do pássaro, o barulho dos cascos do animal. E se fosse força, não poderia agir senão com a força bruta do corpo, excessivo, convulsivo e espasmódico, refratário ao espírito, com um misto de acessos, raiva e nervosismo, sendo normal suscitar desgosto, medo e terror (MBEMBE, 2014, p. 76).

Há, portanto, uma distinção entre corporeidades no imaginário europeu decorrente da ideologia da modernidade e da experiência do colonialismo. Isso se reflete nos primeiros passos para a construção de um discurso alegadamente científico a

¹⁸ A esse respeito, conferir Tralci Filho e Santos (2017), artigo no qual analisamos a dinâmica racial das narrativas virtuais em comentários de reportagens na internet sobre os corpos e performances esportivas de tenistas profissionais.

partir de meados do século XIX e pode ser observado nos escritos de dois dos mais prolíficos divulgadores do racismo científico: Francis Galton e Arthur de Gobineau.

Francis Galton, em *Hereditary Genius* de 1892, livro que lançou as bases para a criação da eugenia, propôs a pertinência do incentivo à manipulação de casamentos com o intuito de formar uma “raça de homens superdotados” [highly-gifted race of men] ao longo das gerações (GALTON, 1892, p. 01). A tentativa de comprovação de sua tese vem da demonstração estatística de que existia uma forte correlação entre a hereditariedade e os dotes e habilidades de “personalidades eminentes” como estadistas, juristas, literatos, comandantes, artistas e cientistas.

Chama atenção a importância que Galton confere à prática esportiva ao dedicar dois capítulos, ainda que breves, para dissertar sobre remadores e lutadores como evidências de que as suas habilidades atléticas seriam repassadas aos seus descendentes. Ao final de cada um, assim como nos anteriores, expõem uma lista de famílias cujos indivíduos se destacaram em suas habilidades, nesse caso, sendo atletas com muitas conquistas e qualidades.

Essa listagem de famílias composta eminentemente por pessoas inglesas e, consequentemente, brancas é seguida por um capítulo com comparativos entre raças, no qual Galton (1892) evidencia que não se trata de coincidência: seus estudos estatísticos o fazem concluir, por exemplo, que os anglo-saxões pontuam sempre dois níveis acima nos escores de inteligência que os negros. Assim, Galton coloca a habilidade atlética ao lado da inteligência como critério para afirmar a alegada superioridade branca.

Mas uma defesa ainda mais evidente da cisão entre corporeidades racializadas é elaborada por Gobineau. Arthur de Gobineau – cujo pensamento serviu de inspiração para o seu contemporâneo Pierre de Coubertin (SCHANTZ, 2008) – foi um dos principais promulgadores do darwinismo social, além de defender as ideias da miscigenação como degeneração e da superioridade da “raça branca”.

Gobineau apontava para essa suposta superioridade em diversos âmbitos, como na inteligência e na estética, mas chama atenção a defesa também de uma superioridade física dos brancos. Em *The Moral and Intellectual Diversity of Races* de 1856, elaborou tal argumento diferenciando a força muscular – através de comparações entre as práticas corporais de combate de povos indígenas americanos e australianos e lutadores e boxeadores europeus – e a resistência cardiorrespiratória, afirmando que, embora ocasionalmente não brancos pudessem superar brancos, a população branca seria

superior como um todo nessas capacidades. Após expor suas posições sobre a superioridade estética dos brancos, Gobineau (1856, pp. 381-382) prossegue:

A próxima questão a ser decidida é se há também uma desigualdade em termos de força física. Não se pode negar que os índios americanos e os hindus são muito inferiores a nós a este respeito. Dos australianos, o mesmo pode seguramente ser afirmado. Até mesmo os negros possuem menos vigor muscular. É necessário, no entanto, distinguir entre força puramente muscular – aquilo que se exerce repentinamente num dado momento – e a força de resistência ou capacidade de resistência. O grau do primeiro é medido pela sua intensidade, o do outro pela sua duração. Dos dois, este último é o típico – o padrão para julgar as capacidades das raças. Grande força muscular é encontrada entre as raças notoriamente fracas. Entre as mais baixas tribos indígenas, por exemplo, não seria difícil encontrar indivíduos que poderiam encarar um lutador europeu experiente ou um boxeador inglês. Isto é igualmente verdadeiro para os indianos e os malaaios. Mas devemos analisar as massas, e julgar de acordo com a quantidade de trabalho e fadiga em longa duração de que são capazes de suportar. A este respeito, a raça branca é, sem dúvida, reconhecida pela superioridade.

Gobineau afirma a distinção entre dois tipos de força e, além disso, fixa as noções de força bruta (“força puramente muscular”) e corpo atlético (“capacidade de resistência”), hierarquiza ambas (“dos dois, este último é o típico – o padrão para julgar as capacidades das raças”) e, por fim, define quem seria o detentor da mais valiosa (“A este respeito, a raça branca é, sem dúvida, reconhecida pela superioridade”). Gobineau alertou para a possibilidade de exceções que confirmam a regra: a vitória excepcional de um não branco sobre um branco. Porém isso não anula o que considera central para a demonstração da supremacia atlética: a quantidade de trabalho e fadiga que seriam capazes de suportar em longa duração.

Nesse sentido, Gobineau está se remetendo exclusivamente às capacidades e habilidades que dizem respeito ao esporte (em uma época em que a fisiologia do exercício não estava consolidada). Quando se remete à quantidade de trabalho suportada, não está se referindo, por exemplo, ao modo de produção engendrado pelo colonialismo que escravizou milhões de africanos ou os regimes de servidão no continente asiático, mas sim a uma prática corporal que, até então, era dominada por europeus. Gobineau está interessado, portanto, em hierarquizar também o uso dos corpos: o corpo atlético, por extensão, branco, produz resultados superiores quando comparados àqueles destinados às atividades laborais, local de aplicação de força bruta e pouco refinada.

Nota-se que esses critérios, sob o manto da ciência, são de tal modo arbitrários que atuam visando menos a objetividade científica e mais a defesa de uma posição política. Não se trata de uma realidade observável, mas de um discurso pretensamente científico em favor da supremacia branca. E o discurso da supremacia atlética branca surge para amparar uma saída triunfante para um elemento que a filosofia ocidental, principalmente a partir da modernidade, buscou cindir e expulsar de si: o corpo. Em um discurso que se baseia na criação de conforto a partir da ilusão, ao passo que a verdade (do colonialismo, do genocídio, da escravidão) é desconfortante à consciência humanista branca/ocidental (MILLS, 1997), a distinção entre um corpo atlético e um corpo bruto foi estratégica na elaboração da fantasia particular sobre o lugar do corpo no pensamento branco/ocidental.

2.2. MEDO BRANCO E A RECONFIGURAÇÃO DAS NARRATIVAS ESPORTIVAS

Por mais que a filosofia ocidental tenha sido construída de modo a centralizar a humanidade e a civilização como atributos branco-europeus, a verdade da violência colonial e a resistência a esse pensamento foram constantemente trazidas à tona pelos povos oprimidos por esse regime. Desde o início desse processo, as contranarrativas e ações anticoloniais, individuais ou coletivas, se fizeram presentes. No contexto brasileiro, por exemplo, Moura (2014b, p. 14) descreve alguns desses movimentos, durante o período escravista, da seguinte maneira:

Mas, as relações escravistas também produziam movimentos de reação que se vinculavam à dinâmica de uma sociedade de capilaridade social quase inexistente, como costumam ser as sociedades de castas. Os diversos escalões, os variados degraus de reação contra o status do escravo defluíam em uma constelação de desajustes na economia escravista. Do ponto de vista do próprio escravo essas reações iam desde os suicídios, fugas individuais ou coletivas, até à formação de quilombos, às guerrilhas, às insurreições citadinas e a sua participação em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais. O escravo, desta forma, solapava nas suas bases as relações escravistas, criando uma galáxia de desajustes desconhecida pelos dirigentes políticos da época.

Esses “desajustes” aos quais Moura se refere não passaram despercebidos pela branquitude colonial. Um dos mais emblemáticos episódios e única revolta de

escravizados vitoriosa da história da humanidade, a Revolução Haitiana foi decisiva na reconfiguração dos paradigmas da supremacia branca global. Além do seu caráter inédito, o modo como se deu o levante, com a expulsão ou morte da grande maioria das pessoas brancas da então colônia francesa de Santo Domingo, gerou grande impacto nas elites coloniais mundialmente.

Esse evento aguçou um “medo branco” (AZEVEDO, 1987) – termo que é também utilizado pela Psicologia Social no estudo da branquitude, como já mencionado – ao longo do século XIX, simultaneamente à produção em massa de discursos pretensamente científicos que afirmavam a superioridade racial dos europeus. Eram necessários, portanto, mecanismos narrativos e políticos que pudessem lidar com esse medo.

No tópico anterior, foram analisados alguns desses mecanismos no que concerne o universo do corpo e, mais especificamente, das práticas esportivas. A invenção da ideia de “corpo atlético” em oposição à “força bruta” serviu, inicialmente, ao enquadramento de corpos a partir de suas racializações. Entretanto, esses discursos não foram bem sucedidos em seu intento: se a noção de que as qualidades corporais alegadamente superiores em pessoas brancas ampararam uma ideia de superioridade atlética correlata, tão logo se deu a institucionalização e difusão do esporte contemporâneo, no final do século XIX e ao longo do XX, diversos(as) atletas negro(as) começaram a ganhar destaque em suas respectivas modalidades.

Carrington (2010) afirma que uma quebra paradigmática importante parece ter sido a conquista do título mundial de boxe dos pesos pesados pelo primeiro lutador negro, o estadunidense Jack Jonhson, em 1908. A vitória de Johnson foi percebida com temor social pela imprensa e desafiou as certezas de domínio racial da época. Tais certezas sofreram outro forte golpe com as conquistas de Jesse Owens nos Jogos Olímpicos de 1936 na Alemanha nazista e de Joe Louis, o qual, assim como Johnson, se tornou campeão mundial da principal categoria do boxe em 1937 (CARRINGTON, 2010). É possível mencionar também a conquista da medalha de ouro por Alice Coachman nos Jogos Olímpicos de Londres em 1948, primeira mulher negra a alcançar tal feito (LANSBURY, 2014).

Essas vitórias cruciais de atletas negros(as) em esportes até então hegemonicamente brancos foram simbólicas no sentido de fomentar uma reestruturação da branquitude e dos projetos discursivos da supremacia branca. O sucesso desses atletas passou a ser investigado como uma problemática científica: o que faz o negro ser

um bom atleta? Carrington (2010) afirma, inclusive, que foi necessária a “invenção” de uma categoria para lidar com essa questão: o “atleta negro”. A criação e utilização dessa categoria somente fez sentido, uma vez que a ideia que se tinha sobre o “ser atleta” ou sobre as características corporais e morais que eram consideradas atléticas seriam incompatíveis com o que se imaginava sobre corpos negros.

Esses atletas desafiavam a ordem discursiva da supremacia branca e, em vez de resultar na superação de seus pressupostos hierárquicos – o que, de algum modo, afetaria a organização social construída pelo colonialismo –, a alternativa escolhida para “explicar” a situação se voltou para realocar os triunfos em pressupostos teóricos já formulados. Assim, a racialização dos(as) atletas negros(as) passa a ser um foco importante de pesquisa, no mesmo momento em que se tornava cada vez mais difícil conceituar raça como categoria biológica. O esporte aparentava ser o espaço social por excelência para evidenciar a raça como elemento essencial do desenvolvimento físico-motor dos seres humanos. É nesse contexto que as Ciências do Esporte estabelecem as suas bases.

Carrington (2010, p. 79) chama atenção para as primeiras pesquisas dessa área: medição do diâmetro do músculo gastrocnêmico (panturrilha) e do comprimento do calcanhar para determinar a performance de saltadores e corredores. Os resultados desses estudos acompanhavam postulados das teorias racistas do século XIX e conferiam o desempenho de atletas negros às suas “condições naturais ou inatas”, enquanto que o sucesso de atletas brancos era explicado em termos de “diligência, antecipação e aplicação mental”.

Nesse sentido, as palavras de Carrington (2010, pp. 80-81, grifos no original) são precisas:

Assim, não é tanto que a ciência do esporte tentou descobrir o segredo encerrado dentro do corpo negro (como fato ontológico), mas sim que a *crença* de que havia tal coisa como "o atleta negro" ajudou a *constituir o objeto em si*. Em outras palavras, *a raça foi feita no processo da busca*, o objeto constituído pelo olhar científico. É o próprio discurso que é gerado através do trabalho de biomecânicos, fisiologistas, geneticistas e outros, que cria "o atleta negro" em primeiro lugar. Embora este ponto seja muitas vezes negligenciado pela maioria dos cientistas do esporte contemporâneos, a razão pela qual estudo após estudo resulta em conclusões provisórias, incompletas e contraditórias a outros estudos, e, na melhor das ocasiões, meramente "sugestivas" de *correlação* raça-desempenho, é

que não há corpo atlético negro ontológico no qual encontrar os segredos científicos fora dos próprios laboratórios¹⁹.

Desde então, pesquisas no âmbito da Fisiologia do Esporte foram realizadas com o intuito de correlacionar supostos atributos genéticos e biológicos das raças com o desempenho esportivo. Portanto, é possível afirmar, juntamente com Carrington (2010), que a área da Fisiologia do Esporte tem suas origens bastante vinculadas com esse momento em que se buscava dar uma explicação para a ascensão e triunfo de atletas negros em diversas modalidades.

Contudo, grande parte desses estudos incorreu em equívocos, quer seja na conceituação do que consideravam como “raça”, quer seja na extrapolação dos resultados que encontravam, ou ainda, na desconsideração de fatores ambientais, sociais e culturais que afetam a performance esportiva. O artigo de Kerr (2010) analisa algumas repercussões desses estudos em resposta ao livro *Taboo: Why Black Athletes Dominate Sports and Why We Are Afraid to Talk about It* [Tabu: Por que atletas negros dominam os esportes e por que temos medo de falar sobre isso], escrito no ano de 2000 pelo jornalista estadunidense Jon Entine.

Nesse livro, Entine compila e defende uma série de estudos que alegam que o desempenho de atletas negros está correlacionado às suas diferenças genéticas. Kerr (2010), por sua vez, apresenta um contraponto a esses estudos, e ao livro de Entine, apontando as falácias conceituais e empíricas nas quais ambos baseiam seus argumentos.

Assim, para Kerr (2010), Entine e as pesquisas nas quais se baseia estão pautados pelo paradigma do determinismo genético, ou seja, a estrutura primordial e hereditária dos genes é, se não o único, o fator preponderante para explicar a expressão de determinado comportamento humano. E para ser válido, o determinismo genético deveria apresentar respostas a três problemas, o que dificilmente os estudos que o adotam conseguem fazer. Esses problemas seriam: 1) definir sistematicamente, por

¹⁹ Tradução minha. No original: “Thus, it is not so much that sport science attempted to discover the secret encased within the black body (as ontological fact) but rather that the belief that there was such a thing as ‘the black athlete’ helped constitute the object itself. In other words, race was made in the process of the search, the object constituted by the scientific gaze. It is the very discourse that is generated through the work of biomechanics, physiologists, geneticists and others, that creates ‘the black athlete’ in the first place. Although this point is often lost on most contemporary sport scientists, the reason why study after study turns out conclusions that are tentatives, incomplete and contradicting of other studies, and at their very best merely ‘suggestive’ of racio-performance correlation, is that there is no ontological black athletic body whithin which to find the scientific secrets outside of the laboratories themselves”.

meio da biologia, as populações brancas e negras; 2) demonstrar diferenças genéticas consistentes e plausíveis entre essas populações e 3) evidenciar de maneira consistente as conexões entre as supostas diferenças genéticas e o desempenho esportivo (KERR, 2010).

Sobre o primeiro ponto, Kerr (2010) aponta que “raça” é vastamente considerado no meio científico como um constructo social, e não um conceito biológico, pautado nas fantasias ocidentais que giraram em torno da cor da pele. Para o segundo critério, o autor alude para os achados de estudos genéticos que raramente encontram alguma descontinuidade no sequenciamento de genes entre essas populações. Além disso, lembra que os traços humanos variam gradualmente de maneira muito abrangente ao redor do mundo e que essas diferenças estão mais relacionadas ao processo adaptativo da espécie humana do que propriamente a diferenças genéticas. Assim, a diversidade biológica humana é muito maior do que a sugestão que a unidade conceitual em torno do termo “raça” sugere e o equívoco feito pela maior parte dos estudos está justamente nesse ponto: considerar que as categorias “negro” ou “branco” representam a unidade de “africanos” ou de “europeus”.

Em relação à conexão entre raça, genética e desempenho, os estudos não conseguem delimitar um único marcador genético responsável pela performance esportiva, bem como demonstrar de maneira sistemática se determinado marcador está mais presente em determinado grupo do que outro (KERR, 2010). O desempenho atlético em determinado esporte é compreendido como um fenômeno complexo e multicausal e que, do ponto de vista fisiológico, envolve processos adaptativos que estabelecem relação com fatores ambientais. Assim, a explicação a partir do determinismo genético retira qualquer chance de reconhecimento do treinamento e excelência alcançado pelos atletas no refinamento de suas habilidades e capacidades, bem como a interação com fatores sociais, culturais e políticos que fomentam ou constroem a disposição para as práticas esportivas.

No que parece ser uma explicação “neutra”, pois supostamente pautada pela ciência biológica, o determinismo genético – que é, de fato, um determinismo racial – apresenta uma série de argumentos frágeis e sem base conceitual e empírica. É, portanto, uma argumentação baseada mais em uma “fantasia da autoridade” (KERR, 2010, p. 24) na qual a lógica de uma declaração está suportada apenas pelos efeitos aparentes de determinado fenômeno.

E essa fantasia de autoridade evidencia como o discurso esportivo, mesmo naquelas modalidades cujos atletas negros estão em maior número, está em consonância com o discurso racial da sociedade. Em outras palavras, se esses atletas superam os seus pares brancos, esse triunfo está atribuído pelo marcador social da diferença que orienta a hierarquização social, a raça, e não pelo discurso, comum no meio esportivo, da valorização do esforço e do mérito.

Esse determinismo racial também dá forças para a retomada de uma narrativa em que os brancos são o grupo vitimizado nas relações raciais. Walton e Butryn (2006) aprofundam essa análise ao discutir o discurso das corridas de longa distância e a “crise da branquitude” que adveio da perda de hegemonia branca nessas provas. Um marco inicial para essa crise pode estar no final dos anos 1960, com a vitória do etíope Abebe Bikila na maratona dos Jogos Olímpicos de Roma de 1968, uma vez que, até então, todos os maratonistas medalhistas olímpicos eram brancos.

De acordo com Walton e Butryn (2006), por muito tempo as corridas de longas distâncias permaneceram como um território branco em razão do argumento, baseado no determinismo genético, que vinculava o desempenho esportivo à distribuição de fibras musculares de contração rápida (Tipo II) e lenta (Tipo I), supostamente predominantes em pessoas negras e brancas, respectivamente. Assim, sob essa justificativa, provas que demandavam um grande incremento de velocidade em um curto espaço de tempo seriam dominadas por atletas negros, enquanto que provas que exigissem a resistência muscular por um longo período de tempo, teriam os brancos como destaque.

Vale ressaltar que esse argumento lembra aquele levantado por Gobineau ao afirmar que as pessoas brancas apresentavam o “padrão típico” e, portanto, superior para a avaliação das capacidades físicas, o qual seria a resistência aeróbia (embora não utilize esse termo). Esse esquema de divisão racial das fibras musculares – no qual se vincula a produção de força máxima às pessoas negras e de força de resistência aos brancos – também estabelece paralelos com a contraposição entre força bruta e corpo atlético que caracterizou a dicotomia corporal racializada advinda do colonialismo.

Entretanto, corredores de longas distâncias do norte e leste da África começaram a desbancar esses argumentos a partir dos anos 1980, com a conquista de diversas provas em torneios internacionais, como os mundiais de atletismo, os Jogos Olímpicos e corridas de rua tradicionais. A resposta do meio esportivo branco (meios de comunicação e certa parte dos apreciadores), por outro lado, em vez de desacreditar o determinismo

racial, apenas deixou de dar enfoque ao paradigma da diferenciação das fibras musculares, mas continuou a buscar respostas biológicas para “explicar” o sucesso desses atletas. É nesse sentido que Walton e Butryn (2006) afirmam que esse movimento evidencia que o racismo científico não baseia sua argumentação na constância da ciência, mas na constância do racismo.

Desse modo, se o que subjaz à explicação biológica do desempenho de atletas negros é o pano de fundo da hierarquização racial, a branquitude também não passa ilesa nessa relação. A suposta “invasão” de atletas africanos ou da diáspora africana reatualiza o que Walton e Butryn (2006) denominam como “ansiedade branca”, mas que também poderia ser nomeado como “medo branco”, para utilizar o termo mais recorrente na literatura brasileira da psicologia social do racismo. Esse fenômeno é observado através da obliteração de atletas negros como exemplo de excelência esportiva, uma vez que a naturalização de seu desempenho não daria margem para a humanização de sua trajetória. Em outras palavras, em relação a atletas brancos, há um enfoque em sua dieta, treinamento e outras práticas culturais, mas para os negros, há primordialmente o enfoque nas (injustas) “vantagens genéticas”, uma vez que não seriam em princípio “cultiváveis”.

Além disso, outra reação elaborada pela branquitude diante do sucesso internacional de atletas negros, ao menos nas corridas de longas distâncias, foi vislumbrar a reivindicação de um desejo público e confessável pela identidade coletiva branca. A cobertura midiática impressa continuou a retratar com destaque, em sua maioria, atletas brancos, suas rotinas de treinamento, as dificuldades enfrentadas e, principalmente, a especulação saudosista acerca da *Next White Hope*, a “Próxima Esperança Branca”, ou seja, quem seria o próximo atleta branco que repetiria os passos de seus pares dos anos 70 e 80.

Tal abordagem negava a possibilidade de considerar os atletas negros como já sendo representantes legítimos de uma nova geração de corredores que continuou o legado da geração anterior. Walton e Butryn (2006, p. 06) consideram esse um efeito do que chamam de “dissecação da branquitude”, a qual leva a uma “mentalidade de sítio” que tende a levar os brancos ao encontro da extrema direita e do conservadorismo político e religioso na busca pela retomada de uma identidade branca positivada que se imaginava presente em outras épocas.

Consequentemente, “raça” é uma categoria que orienta o discurso sobre as corrida de longa distância, pois, tão logo despontam as primeiras vitórias de atletas não

brancos nos circuitos mundiais, ocorre uma descontinuidade discursiva nos olhares para os corredores do passado e para os do presente. Tal descontinuidade é tamanha, que, superando o apelo à nacionalidade, os fãs brancos estadunidenses relatavam se identificar mais com os atletas brancos europeus e australianos, do que com os atletas negros nascidos nos EUA ou naturalizados (WALTON e BUTRYN, 2006).

Assim, a meritocracia esportiva – conforme adiantou C. L. R. James (1993 [1963]) em análise que será retomada posteriormente – é mobilizada para amparar apenas os esforços daqueles que representam a hegemonia racial. Quando são atletas não brancos que se destacam, os mesmos valores de "espírito esportivo", de justiça e de igualdade de oportunidades não são equivalentes. A meritocracia, portanto, somente é um argumento válido quando a supremacia branca não perde com ela.

Ambos os fenômenos, quer seja o medo branco ou a necessidade de reconstruir uma branquitude positiva imaginária se baseiam em explicações alimentadas por noções racistas sobre a negritude e trazem a branquitude como norma, uma norma "vitimizada", que se sente ameaçada. Afirmar um espaço de suposta fragilidade branca, onde é permitido tratar os brancos como vítimas de uma alegada “superioridade genética negra” é uma resposta à crise da branquitude e, inclusive, fundamental para diluir as críticas às dinâmicas de poder da supremacia branca global.

Fanon (2008), justamente quando se remete às “crises” que a branquitude enfrenta no contato com a negritude, menciona a figura do atleta como mobilizadora de sentimentos conflitantes. Trata-se, nas hipóteses do autor, de um fenômeno que estabelece certas ligações com o plano erótico, quer seja de desejo, quer seja de impotência. No espectro que pendula abruptamente entre o fascínio e o ódio, os olhares da branquitude para os corpos negros fantasiam sobre sua potência:

Há uma expressão que, com o tempo, erotizou-se de modo especial: o atleta negro. Essa figura, confiou-nos uma moça, é algo que assanha o coração. Uma prostituta nos disse que, há algum tempo, só a ideia de dormir com um negro a levava ao orgasmo. Ela os procurava sem exigir dinheiro. Mas, acrescentou, “dormir com eles não tinha nada de mais do que com os brancos. Eu chegava ao orgasmo antes do ato. Eu ficava pensando (imaginando) tudo o que eles poderiam fazer: e era isso que era formidável” (FANON, 2008, p. 139).

As mulheres que se excitam ao pensar a relação sexual com um homem negro independem do contato corporal para chegar ao orgasmo, ou seja, não é a experiência sexual que as satisfazem, mas a antecipação, a imaginação sobre o corpo negro, corpo

este erotizado na figura do atleta. Permitindo ampliar esse paralelo de Fanon, se o “desempenho sexual” da pessoa negra é definido na antecipação, parece que é o que ocorre também com as leituras sobre o “desempenho atlético”: o discurso esportivo não depende da validade do determinismo genético-racial para naturalizar a corporeidade negra, esta é uma atribuição anterior.

Do outro lado do fascínio, mas não necessariamente o oposto, está o ódio. Em uma sociedade patriarcal heteronormativa, a agressividade (sexual) como expressão da masculinidade é uma das bases para a manutenção da hegemonia masculina. Essa hegemonia se alinha com a supremacia branca ao conferir à branquitude masculina poderes de vida e de morte sobre os outros corpos. Para a manutenção dessa posição, é necessário um exercício constante de reafirmação quer seja pela imposição física, quer seja pela violência simbólica. Uma vez que essa estrutura de dominação é decorrente de um processo histórico, ou seja, não é algo estabelecido naturalmente, ela depende de uma construção compartilhada socialmente que lança os olhares de si sobre os considerados “outros”. Esses olhares podem, inclusive, projetar o espectro da ameaça em determinados corpos. Para Fanon (2008, p. 139) a branquitude manifesta o ódio, uma vez que teme a perda da agressividade masculina diante da fantasia da potência sexual dos corpos negros:

Ainda no plano genital, será que o branco que detesta o negro não é dominado por um sentimento de impotência ou de inferioridade sexual? Sendo o ideal de virilidade absoluto, não haveria aí um fenômeno de diminuição em relação ao negro, percebido como um símbolo fálico? O linchamento do negro não seria uma vingança sexual? Sabemos tudo o que as sevícias, as torturas, os murros, comportam de sexual. Basta reler algumas páginas do Marquês de Sade para nos convenceremos... A superioridade do negro é real? Todo o mundo sabe que não. Mas o importante não é isso. O pensamento pré-lógico do fóbico decidiu que é assim.

Em suma, a branquitude tentou, durante toda a modernidade, enquadrar os corpos não brancos de modo a considerar a si própria como referencial não racializado e universal de humanidade, mas essa foi uma experiência constantemente frustrada. Em todos os momentos dessa empreitada colonial houve resistência, organizada para tanto ou não. Essas insurgências tencionam a branquitude a reinventar as suas estratégias, deixando alguns discursos adormecidos, adotando outros e, eventualmente, revivendo os anteriores em contextos específicos.

O esporte é um campo propício para se detectar esses movimentos, uma vez que parece ser uma instituição mais permeável ao determinismo racial e às expressões de fetichização e ódio. Assim, diversos estudos, desde a década de 1960, começaram a relacionar, com diversas abordagens teóricas, essa dinâmica.

3. ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NO ESPORTE

O esporte foi objeto de estudo de diversos pesquisadores das Ciências Humanas e esteve entre os temas tratados por suas principais linhas teóricas, com destaque para os trabalhos sobre a relação entre o esporte e o processo civilizatório de Norbert Elias e Eric Dunning, a crítica marxista radical de Jean-Marie Brohm e as noções de campo esportivo de Pierre Bourdieu. Um ponto em comum em todos esses autores é a relevância das tensões entre classes sociais no processo de criação e desenvolvimento do esporte. Esses autores são, no Brasil, referências para a produção científica na denominada área sociocultural da Educação Física: Brohm é uma das inspirações para a Teoria Crítica do Esporte, com base na Escola de Frankfurt (TORRI e VAZ, 2006) e Bourdieu e Elias são os principais autores apropriados em produções da Sociologia do Esporte (MEDEIROS e GODOY, 2009). A inegável contribuição desses autores e seus seguidores, entretanto, revela uma lacuna, um silenciamento ou, no melhor dos cenários, uma carência de profundidade em um tema latente no contexto esportivo: a interface entre o esporte e as relações raciais.

Em que pese a extensa produção acadêmica a respeito do tema no futebol – que aborda inevitavelmente a presença dos jogadores negros e a suposta invenção do jeito brasileiro de jogar, em uma discussão que envolve, em grande medida, a inspiração ou a crítica ao livro “O negro no futebol brasileiro” de Mario Filho, e as pesquisas mais atuais sobre a persistente discriminação racial no futebol (TONINI, 2010) – é ainda incipiente a literatura acadêmica no Brasil que, partindo de um referencial teórico crítico das relações raciais, procura compreender o fenômeno esportivo em suas múltiplas manifestações.

Por outro lado, o campo das relações raciais no esporte é estudado de maneira crítica desde os anos de 1960, principalmente nos países de língua inglesa. O trabalho acadêmico e de militância de Harry Edwards pode ser considerado um marco nos estudos sobre a desigualdade e discriminação raciais no esporte, bem como na análise do esporte como espaço de contestação das estruturas racistas de modo mais amplo (LOMAX, 2002; CARRINGTON, 2013). É o autor de *The Revolt of the Black Athlete* (1969) no qual faz uma análise da construção do *Olympic Project for Human Rights*, em que foi membro ativo, culminando no emblemático protesto de Tommie Smith e John Carlos no pódio dos 200 metros dos Jogos da Cidade do México em 1968 (Figura 01) e

do primeiro livro de Sociologia do Esporte como disciplina acadêmica: *Sociology of Sport* de 1973.

Figura 01 - Tommie Smith e John Carlos
Fonte: www.remezcla.com

Em *The Revolt of the Black Athlete* são questionados, pela primeira vez, os discursos acerca da contribuição da população negra para os esportes em direção à harmonização das tensões raciais, uma vez defendidos por outros estudiosos dos esportes, como Edwin B. Henderson em *The Negro in Sports*, de 1939. Inspirado pelos discursos de Malcolm X em sua mesquita de Nova York, a qual frequentava constantemente, bem como pela sua própria experiência como atleta universitário, Edwards argumenta que a revolta dos atletas negros seria fomentada na mesma frequência dos movimentos pelos Direitos Civis, iniciados pelos protestos contra a segregação, as passeatas pela liberdade e as rebeliões em Watts, Detroit e Newark. Seus escritos e ativismo foram impulsionados pelo lançamento de diversas autobiografias de atletas negros que começaram a se distanciar das publicações tradicionais do gênero, trazendo à tona as condições de iniquidade no esporte conforme o pertencimento racial de atletas (LOMAX, 2002).

Chama atenção o fato de Edwards, no primeiro capítulo de *The Revolt of The Black Athlete*, aludir para a importância dos efeitos psicossociais da discriminação racial no contexto esportivo da qual os atletas negros são alvos, de tal modo que seu pensamento é guiado por três questões principais:

O que a integração realmente significou para o atleta negro? O que esse movimento realmente significou *psicológica*, social e

educacionalmente para ele? O atleta afro-americano é significativamente melhor em escolas predominantemente brancas do que era em escolas exclusivamente negras? (LOMAX, 2002, p. 471, grifos meus)²⁰.

Essas questões são tratadas nos termos da configuração do esporte nos EUA, ou seja, o modelo universitário de formação de atletas. Nesse sentido, é importante para Edwards analisar as diferenças pelas quais é observada a conciliação das carreiras acadêmicas e atléticas de brancos e negros. A discrepância ocorre no incentivo muito maior que se dá à carreira atlética dos estudantes negros, uma vez que se imagina que estes não teriam tanto sucesso no universo acadêmico. Assim, ao contrário dos atletas brancos que buscavam estágios em suas áreas de formação acadêmica, os atletas negros eram incentivados a se engajar em empregos precários e subalternizados, como a confecção, lavagem de carros e manutenção de instalações esportivas, sob o risco e ameaça de não serem recrutados por equipes profissionais, permanecendo, assim, em situações não muito diferentes daquelas vivenciadas nos bairros em que viviam antes de acessarem a universidade (LOMAX, 2002; EDWARDS, 1979).

Edwards apontou para o ambiente educacional e atlético desumanizado que os atletas negros encontravam nas equipes. A alegria de conseguir uma vaga no *College* era, muitas vezes, soterrada pelos questionamentos em relação ao seu potencial: a possibilidade de o atleta ter escolhido uma instituição na qual “‘esquentaria o banco’ por quatro longos anos” não era distante (EDWARDS, 1969 apud LOMAX, 2002, p. 472). Além disso, Edwards também analisou o modo enigmático com o qual os atletas brancos discriminavam os negros em relação ao isolamento social ao não convidá-los para as festas das fraternidades, bem como o impedimento de relações erótico-afetivas inter-raciais – sem, contudo, aprofundar a discussão sobre a intersecção entre raça e gênero, proposta que é sugerida por Birrel (1989). Falando sobre sua própria experiência, o autor afirma:

Perplexo e furioso eu ficava quando meus colegas de equipe brancos... depois de terem me evitado a semana toda e fechado as portas de suas fraternidades na minha cara, ainda conseguiam ter a mais absoluta

²⁰ Tradução livre. No original: “What has integration really means to the black athlete? What has this move really meant psychologically, socially, and educationally for him? Is the Afro-American athlete significantly better off in predominantly White schools than he was in all-black institutions?”.

coragem para conversar comigo sobre “espírito de equipe” no sábado (EDWARDS, 1969 apud LOMAX, 2002, p. 472)²¹.

Antes ainda de Edwards, Cyril Lionel Robert James, historiador marxista nascido em Trinidad e Tobago, havia escrito *Beyond a Boundary* (1993 [1963]) em que relata a relação entre sua história de vida e o críquete. Nele, James descreve como a dinâmica social e racial do sistema colonial se refletia na arena esportiva, de tal modo que se tornava um espaço de contestação e resistência das comunidades negras, no momento em que as concepções de *fair play* e meritocracia britânicas eram desafiadas pelo racismo manifesto e estrutural presentes no esporte. É considerado o primeiro texto que aborda criticamente a relação entre raça e esporte (CARRINGTON, 2013).

Esse texto, entretanto, carece de uma abordagem mais aprofundada para compreender suas nuances e superar certas dificuldades para acessar seu avanço teórico no tema das relações raciais no esporte. Entre essas dificuldades está o fato de que se trata de uma densa narrativa literária e pessoal, carecendo de um esforço para traduzir esse tipo de escrita em uma teoria social sistematizada (HARTMANN, 2003). *Beyond a Boundary* é caracterizado como um marco teórico nos estudos pós-coloniais no esporte justamente pela relação que estes mantêm com o giro literário do pós-estruturalismo. Esse giro foi o que possibilitou o questionamento da exclusividade das fontes documentais nas análises culturais, incluindo também obras de caráter literário ficcional e narrativas pessoais (MACLEAN, 2010).

Por outro lado, é justamente a narrativa pessoal de alguém que vivenciou o esporte na perspectiva dos povos colonizados que torna *Beyond a Boundary* um marco teórico. C. L. R. James escreve de maneira ambivalente e irônica sobre essa experiência e é nessa ambiguidade que James se posiciona sobre a situação colonial e o papel do críquete nesse contexto (MACLEAN, 2010). Como mencionado anteriormente, James era marxista e sua obra – um de seus livros mais conhecidos é *Os Jacobinos Negros*, de 1938, sobre a Revolução Haitiana²² – reflete essa orientação teórico-política. Sua ambiguidade reside nesse ponto: com tal pano de fundo, James flerta ironicamente com as normas de conduta e valores britânicos, a base de sua formação educacional formal

²¹ Tradução livre. No original: "puzzled and enraged I became when white teammates of mine... after avoiding me all week and closing their fraternity doors in my face, still could have the unmitigated nerve to talk to me about 'team spirit' on Saturday".

²² Featherstone (2015) chama atenção para o fato de que os escritos inaugurais de James sobre o críquete, iniciados em 1928 e que consistiam em artigos de jornal, romances e biografias de atletas, estabeleceram as bases teóricas e estilísticas para sua obra posterior, a começar por *Os Jacobinos Negros*.

na então colônia de Trinidad e Tobago. Tais normas e valores estavam presentes na universalização das regras, no apelo ao *fair play* e na ênfase ao mérito pessoal encarnados no críquete, ao qual James era entusiasta e praticante (NEEDHAM, 1993).

James (1993) revela que o esforço por parte dos sujeitos colonizados em partilhar dos valores colonialistas de justiça liberal e meritocracia – e o campo de jogo esportivo proporcionava isso – frequentemente não era acompanhado do mesmo modo pelo sistema colonial. Em outras palavras, mesmo seguindo todos os códigos de conduta e o *ethos* britânicos, repetidamente os atletas negros eram preteridos pelos brancos, como no caso da escolha de um jogador branco de um clube da elite para ser recebedor do time que iria representar as Índias Ocidentais em uma turnê internacional em 1923 quando, segundo James, era evidente que C. Piggot, atleta negro de um clube da classe trabalhadora, era o melhor na posição. Isso demonstrava que os valores britânicos não eram respeitados pelos próprios colonizadores, repercutindo em certa conscientização política daqueles que notavam a disparidade e injustiça dessas situações (NEEDHAM, 1993).

Desse modo, James antecipa a análise, realizada tempos depois por Bourdieu (2004a; 2004b), de que antes de entender o esporte, no caso, o críquete nas colônias britânicas, era preciso compreender as estruturas sociais que o sustentavam, ou seja, o colonialismo. Considerava, portanto, o esporte como campo e força social para se analisar fenômenos políticos. Daí a necessidade em se atentar para os impactos do esporte “para além de suas fronteiras”, como sugere o nome do livro. James é, desse modo, pioneiro ao observar que há um “críquete-jogo”, com suas regras e lógicas internas, e um críquete como prática social, com histórias e personagens contextualizados. Contudo, se por um lado antecipou Bourdieu, as análises de James também se diferiram deste na medida em que incluiu a discussão sobre relações raciais e colonialismo, ofereceu compreensões para os esportes de massa e apontou para as possibilidades de luta antirracista e anticolonial por meio do esporte (HARTMANN, 2003).

De acordo com Hartmann (2003), num dos artigos mais acurados sobre o livro e o legado de seu autor para o estudo das relações raciais no esporte, James observava essa relevância no esporte devido a três características: à sua abrangência demográfica, ao seu envolvimento profundo na vida das pessoas e, paradoxalmente, à sua aparente trivialidade. Com isso, James considera que, ainda que não esteja presente nas análises sobre política ou história, o esporte é uma prática relevante justamente por ser uma

experiência vivida, cuja elaboração depende de envolvimento corporal. Esse “conhecimento prático” permitiria aos envolvidos apreender a organização da sociedade e suas contradições a partir de atividades cotidianas e não intencionais. Nesse sentido, o esporte em contexto colonial ganha força como “fórum cultural crucial” para os grupos marginalizados (HARTMANN, 2003, p. 459).

Entretanto, Hartmann (2003) aponta para a necessidade de diferenciar essa posição de C. L. R. James de compreensões funcionalistas, criticadas por conferirem autonomia das práticas culturais às estruturas sociais nelas elaboradas, além de permitir pouca possibilidade de transformação por parte dos atores que delas fazem parte; em última análise, tais concepções podem ser consideradas conservadoras em comparação com o que propõe o autor de *Beyond a Boundary*. Se o críquete era lido como “reflexo da sociedade” por James, isso se dava porque considerava a sociedade em suas constantes tensões, contradições e lutas contra as desigualdades. Trata-se de uma crítica anticolonialista marxista às concepções que consideram a sociedade como dada e estática, como um sistema fechado. Em outras palavras:

O que práticas culturais como o críquete refletem, portanto, não são apenas ordem social e consenso, mas também (ou talvez, ao contrário) tensões, conflitos e divergências profundas dentro da ordem social (HARTMANN, 2003, p. 461)²³.

Nesse sentido, o críquete expunha o contraste entre o ideal de igualdade do jogo e a realidade desigual da sociedade colonial e racista; não somente reproduzia suas tensões sociais, mas mostrava seus absurdos, para do além discurso, de maneira emocional e corporal (HARTMANN, 2003). Contudo, Hartmann (2003) também aponta limitações para as compreensões que James traz em *Beyond a Boundary*.

Os principais estudos críticos sobre o esporte e as relações raciais tem demonstrado que as desigualdades e injustiças são mais reforçadas e reproduzidas do que contestadas no contexto esportivo. Um dos argumentos que sustentam essa crítica se baseia no dualismo mente-corpo que permeia as práticas esportivas e que define corporeidades inerentes a elas a partir de determinismos biológicos oriundos de estereótipos raciais. Estes, por sua vez, também são reforçados pela espetacularização midiática e a comercialização dos êxitos esportivos. A celebração acrítica dos ídolos, ao

²³ Tradução livre. No original: “What cultural forms such as cricket reflect, therefore, are not only social order and consensus but also (or perhaps rather) tensions, conflicts and disagreements deep within the social order.”

passo que a grande maioria da população negra está longe de alcançar o mesmo patamar social, legitima as desigualdades ao afirmar que não existem barreiras raciais para o sucesso, mistificando os processos históricos e culturais de opressão baseados na hierarquia racial (HARTMANN, 2003).

As lições que podemos aprender de *Beyond a Boundary*, e da leitura necessária de seus comentadores, é que o esporte, em especial o esporte de massa, é um campo privilegiado de contestação e resistência na luta antirracista, mas não como algo inerente à prática, o que análises posteriores evidenciaram. Isso é possível a depender do contexto das tensões e hierarquizações raciais da estrutura social e da conscientização política de seus e suas protagonistas.

Desse modo, se o esporte é um legado do colonialismo na sua exaltação da justiça liberal e da meritocracia, que justificam a persistência e a naturalização das desigualdades, e da exploração comercial de corpos negros, ao mesmo tempo, pode ser palco de organizações políticas antirracistas, como a proposta de boicote do *Olympic Project for Human Rights* e as manifestações de Tommie Smith e John Carlos em 1968. Se o determinismo biológico organizador do esporte hierarquiza e fixa racialmente os lugares adequados para pessoas brancas e negras, atletas politizados como Muhammad Ali (Figura 02) desafiam esses espaços ao se posicionarem publicamente contra essa lógica normativa, sob o risco de se verem aliados desse sistema. Uma vez que o esporte não é por si só uma força social progressista, C. L. R. James nos ajuda a entender que a partir dele é possível compreender e mapear certos aspectos das tensões raciais e estabelecer algumas orientações políticas para a luta antirracista.

Figura 02 - Muhammad Ali e Malcolm X em 1964
Fonte: www.time.com

Ainda que tenham desenvolvido seus estudos em outras áreas, respectivamente na Sociologia e na História, os aspectos psicológicos da relação entre dominação e subordinação baseada em hierarquizações raciais parecem ser de grande interesse para Edwards e James. Ambos escrevem a partir de suas experiências com a prática esportiva e, mais do que isso, buscam articular essa vivência corporal subjetiva com suas experiências e posicionamentos políticos na luta antirracista e anticolonial. Além disso, conferem relevância ao sofrimento psíquico dos atletas negros diante das manifestações de preconceito e discriminação e, principalmente, do racismo institucional e estrutural, bem como as possibilidades de resistência e contestação que a esfera esportiva proporciona.

Em seu artigo de revisão de literatura no campo da “Sociologia Crítica de Raça e Esporte”, Carrington (2013), na ocasião do 50º aniversário da publicação de *Beyond a Boundary*, revisita os 50 anos de produção acadêmica no tema, estabelecendo marcos temporais e epistemológicos da área. De acordo com o autor, a maioria dos estudos iniciados em meados dos anos 1960, ou seja, após a inauguração da área, até o início dos 1990, tiveram enfoque na descrição, constatação e mensuração do racismo no esporte. As pesquisas relataram que atletas negros sofriam discriminação no esporte por receberem salários menores que os brancos, levando-os muitas vezes à necessidade de demonstrarem uma performance superior a de atletas brancos para receber uma quantia equivalente. Outra forma de discriminação apontada residia nas possibilidades menores de contratação de treinadores negros e na maior tendência a, quando contratados, serem demitidos em menor tempo que treinadores brancos (CARRINGTON, 2013).

No final dos anos 1980, houve uma alteração na abordagem dada ao campo de estudos das relações raciais e uma reinterpretação ao enfoque dado por estudos anteriores. O artigo de Birrell (1989) é reconhecido por sistematizar essa crítica: os estudos levados a cabo até então estavam voltados a perspectivas teóricas, ao qual a autora denominou, de “discriminação e viés” e de “assimilação e privação cultural”. A primeira se relacionava à descrição da discriminação sem aprofundamento nas dinâmicas das relações raciais e a segunda partia de uma visão funcionalista que analisava os processos de inclusão dos negros na estrutura esportiva, mas não possibilitava os questionamentos a essa estrutura. Em face disso, Birrell (1989) aponta sugestões para a área: uma aproximação das perspectivas das teorias culturais e do materialismo dialético, em sua análise das estruturas sociais, forneceria um aporte teórico suficiente para uma abordagem crítica das relações raciais no esporte.

Nesse sentido, o tema das relações raciais permitiria ampliar o acervo de estudo ao se propor a discutir as ideologias circulantes sobre raça e esporte, sobre a formação e perpetuação dos privilégios da branquitude, sobre as possibilidades de resistência no esporte, além de fazer as devidas intersecções com outras formas de opressão relacionadas a classe social, gênero e sexualidade (BIRRELL, 1989). Desde então, houve um modesto aumento quantitativo, mas uma alteração qualitativa expressiva nas produções acadêmicas sobre o tema (CARRINGTON, 2013), ainda que somente em língua inglesa.

Entre elas, estão as abordagens teórico-metodológicas que procuram articular o estudo do esporte com a denominada **teoria crítica de raça** (*critical race theory*), a qual procura desvelar as estruturas de sustentação da supremacia branca na sociedade, presente nos trabalhos de Hylton (2005, 2008, 2010, 2015) e Griffin (2012); os estudos sobre a **branquitude no esporte**, como os de Coleman (1996), Butryn (2002, 2009), King (2005), Glover (2007), Turner (2007), Hartmann (2007), Arai e Kivel (2009), McDonald (2009), Roberts (2009), Gill (2011) e Harrison (2013); o olhar sobre os espaços de resistência e o esporte como **território contestado** na obra de Hartmann (1996, 2000, 2003, 2012); e uma aproximação de **análises interseccionais** das opressões no contexto esportivo nos trabalhos de Hall (2001), Ram, Starek e Johnson (2004) e Walker e Melton (2015).

Desse modo, as pesquisas atuais no tema das relações raciais no esporte podem se configurar a partir de uma grande diversidade de abordagens que abrangem metodologias quantitativas e qualitativas. Para compreender melhor esse quadro, Back, Crabbe e Solomos (1999) estabeleceram quatro cenários inter-relacionados de manifestação de processos de racialização e hierarquização racial a partir de suas análises sobre o futebol inglês. Muller, van Zoonen e de Roode (2007) e, mais recentemente, Hylton e Lawrence (2016) consideraram esse panorama também como uma ferramenta importante para o enquadramento temático das pesquisas na área, uma vez que pode ser ampliado para outras práticas esportivas e em escala global.

O primeiro é chamado de *cultura vernacular*, e está relacionado ao racismo praticado no nível do campo de jogo por atletas e pela torcida, tanto em situações de lazer quanto no esporte profissional. A característica desse cenário é a operacionalização das hierarquias construídas nos outros cenários, ou seja, é a face explícita do racismo construído de maneira implícita em outras circunstâncias. Os significados linguísticos de cantos de torcida com teor racista, as rivalidades esportivas

entre torcidas e países com base em raça e os xingamentos de cunho racial proferidos durante competições ou em decorrência delas são os objetos de estudos que focam esse cenário (BACK, CRABBE e SOLOMOS, 1999).

O cenário *ocupacional* diz respeito à dinâmica das relações sociais a que estão sujeitas pessoas negras e brancas no contexto do trabalho esportivo. Pesquisas nesse cenário estão associadas às experiências vividas por atletas negros e brancos ao serem direcionados a determinado esporte ou posição por conta de estereótipos raciais (fenômeno denominado *stacking*, ou empilhamento) e as interações no cotidiano das instituições esportivas, como o relacionamento entre dirigentes esportivos, treinadores e atletas (MULLER, VAN ZOONEN e DE ROODE, 2007; HYLTON e LAWRENCE, 2016).

Esse cenário é melhor compreendido através dos estudos desenvolvidos a partir de um terceiro cenário, o *institucional*. Que, por sua vez, está relacionado à representatividade, a partir de critérios raciais, nas estruturas de trabalho no contexto esportivo. Em outras palavras, aponta para o fato de que o corpo diretivo, administrativo e técnico das organizações esportivas é composto majoritariamente de pessoas brancas, ao passo que as pessoas negras ocupam mais cargos na força de trabalho atlética. Estudos com essa perspectiva buscam relacionar essa estrutura racialmente desigual no contexto esportivo com construções raciais pré-existentes na sociedade. Analisam, pois, as dinâmicas das instituições que tendem a reproduzir as desigualdades raciais e não encaminhar discussões e políticas para superá-las (MULLER, VAN ZOONEN e DE ROODE, 2007; HYLTON e LAWRENCE, 2016).

É importante ressaltar que as pesquisas no cenário ocupacional e institucional apontam para as limitações dos estudos sobre as manifestações explícitas de ódio racial nas arenas esportivas, aqueles relacionados ao cenário da denominada “cultura vernacular”. Isso porque esses últimos apresentam poucos instrumentais analíticos para abordar os complexos mecanismos de operação do racismo, que se dão de maneira implícita e dissimulada por meio da hierarquização racial sistematizada (HYLTON e LAWRENCE, 2016).

Um quarto cenário, mais abrangente que os outros três, é o da *indústria cultural*, relacionado às desigualdades raciais e sua reprodução ou contestação nas representações midiáticas sobre o esporte. As pesquisas orientadas a esse cenário exploram o papel que os meios de comunicação de massa têm em, não somente reproduzir, mas amplificar e pautar discursos e narrativas que se baseiam em estereótipos e hierarquias raciais

(BACK, CRABBE e SOLOMOS, 1999). Peças publicitárias e as mídias escritas, audiovisuais e eletrônicas são as plataformas analisadas por esses estudos, os quais apontam para uma lógica racial biológica implícita, mas pouco interpelada por conta dos modos como é codificada. Além disso, se atentam para efeitos negativos que algumas representações midiáticas pretensamente positivas acarretam sobre comunidades e atletas não brancos (HYLTON e LAWRENCE, 2016).

Hylton e Lawrence (2016) afirmam que a análise das manifestações implícitas de racismo no esporte pode ser mais completa se houver uma atenção também ao denominado “racismo de bastidores” (*backstage racism*). Tal expressão do racismo se dá por declarações ou conversas geralmente explícitas de preconceito e discriminação racial em âmbitos privados de relacionamento entre pessoas brancas. Para os autores, análises sobre o racismo de bastidores pode auxiliar em possíveis limitações interpretativas do racismo implícito de situações e contextos públicos. Essa inter-relação entre o âmbito público e privado das manifestações de racismo permite compreender que, apesar das transformações ocorridas nas relações raciais, em certos contextos a expressão do preconceito e da discriminação pode não ter se alterado em seu conteúdo violentamente aberto enquanto expressão de ódio racial. Há, contudo, implicações éticas para acessar tais discursos, uma vez que depende da exposição de conversas de âmbito privado e cujo ato de torná-las públicas pode acarretar em maior sanção legal do que as declarações racistas em si.

Vale ressaltar que, segundo Carrington (2013), ao menos na Sociologia, disciplina que historicamente mais estuda relações raciais no esporte, o tema não é de interesse nem da Sociologia “hegemônica”, na qual as pesquisas pouco enfocam o esporte e, quando o fazem, as discussões sobre raça e racismo não são aprofundadas, nem da Sociologia que trata de raça, cujas pesquisas que abordam o esporte são escassas. O mesmo autor ainda aponta que a maior parte das publicações que abordam o tema está concentrada na denominada “Sociologia do Esporte”. Tal dado é significativo, uma vez que esta é uma área que não é feita por sociólogos, de tal modo que 70% dos artigos que tratavam das relações raciais publicados no *Sociology of Sport Journal* e no *International Review for the Sociology of Sport* entre os anos de 2000 e 2012 foram escritos por pesquisadores sediados em departamentos de Educação Física (CARRINGTON, 2013, p. 391).

Isso aponta, além da marginalização, para uma potencialidade de abordagem do tema a partir de “áreas de trânsito” entre saberes, como é o caso da Educação Física e

dos Estudos do Esporte. Assim, do mesmo modo que a Psicologia do Esporte é uma subdisciplina cuja atuação profissional é exclusiva da(o) psicóloga(o), mas com conhecimentos produzidos majoritariamente no campo da Educação Física (VIEIRA, NASCIMENTO JUNIOR e VIEIRA, 2013), o cotejamento do tema das relações raciais no esporte pela Psicologia Social – o qual agregaria tanto a Psicologia do Esporte quanto a Sociologia do Esporte – sinaliza para a necessidade de um olhar inter e transdisciplinar, que é característico da formação em Educação Física.

3.1. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA: ESPORTE UNIVERSITÁRIO, INTERSECCIONALIDADE E BRANQUITUDE

Enquanto Birrell (1989) estabelecia a crítica às perspectivas teóricas dos estudos das relações raciais no esporte até então, Duda e Allison (1990) evidenciavam a pouca atenção que a psicologia do esporte destinava às relações raciais, refletida na produção científica escassa. Buscando, em estudos de outras áreas, indícios de que aspectos psicossociais no esporte podem estar relacionados às desigualdades raciais, Duda e Alisson (1990) defendem a necessidade de uma atuação transcultural e apontam para metodologias (entrevistas com informantes-chave e análises contextuais) de interesse para a psicologia que se ocupa de estudar e subsidiar o trabalho no esporte.

É, então, a partir dos anos 1990 que o tema das relações raciais ganha maior vulto na produção acadêmica da psicologia do esporte. Ram, Starek e Johnson (2004), dando continuidade ao levantamento de literatura realizado por Duda e Alisson (1990), mostraram um aumento significativo na quantidade de artigos que mencionam raça. Contudo, contrariando uma expectativa positiva sobre esses achados, grande parte deles não articulou os resultados com análises conceituais sobre raça e racismo ou apenas coletou o quesito cor-raça sem maiores aprofundamentos. Houve, portanto, um aumento quantitativo que não se refletiu qualitativamente na produção de conhecimento da área.

Chama atenção também que muitos desses trabalhos estão voltados ao atendimento e aconselhamento de atletas negros universitários, uma vez que o modelo de formação esportiva profissional nos EUA é baseado na seleção de esportistas oriundos do ensino superior, diferentemente do Brasil, cuja formação se dá majoritariamente pelos clubes esportivos.

Nesse contexto, Anshel (1990) e Lee e Rotella (1991) apresentam percursos de pesquisa e contribuições semelhantes. Ambos estão interessados em fornecer subsídios técnicos para atuação de psicólogos junto a atletas negros universitários e, a partir de entrevistas com esse grupo, estabelecem algumas recomendações, como “perceber a pessoa como um todo”, “evitar suposições falsas (estereótipos)”, “conhecer seu esporte e posição” e “confrontar a irresponsabilidade” (ANSHEL, 1990), ou ainda respeitar as diferenças culturais e as características peculiares de atletas negros, bem como de sua individualidade (LEE e ROTELLA, 1991).

O texto de Anshel (1990) é resultado do trabalho de três anos no futebol americano universitário e de entrevistas com atletas negros a respeito de suas interações com os treinadores brancos e o papel do ambiente esportivo em suas performances. Nele, faz constatações pertinentes sobre as tensões presentes no esporte acerca das relações raciais. Aponta para a falta de consideração por parte dos profissionais envolvidos no esporte em abranger o contexto social, cultural e pessoal de atletas para o aconselhamento psicológico, bem como para os diferentes significados que a prática esportiva pode ter para pessoas negras e brancas. Além disso, considera que a relação entre treinadores e atletas é perpassada por noções baseadas em estereótipos, como aquelas que avaliam esportistas negros em termos de suas capacidades físicas, como força e velocidade, ao passo que atletas brancos são percebidos como confiáveis e detentores de raciocínio rápido.

Os atletas entrevistados relataram diferenças de tratamento em relação aos colegas brancos, o que ocasiona em pouca identificação com equipe e direciona sua motivação em treinar e competir a uma demanda pessoal em vez de atribuí-la ao sucesso do grupo. Evidência disso é a percepção de que devem desempenhar em níveis superiores aos companheiros de equipe brancos para serem reconhecidos do mesmo modo, correndo o risco de serem considerados “preguiçosos” caso não o façam. Além disso, relataram que a relação, dentro e fora de campo, com os treinadores não se dava de maneira significativa e madura, uma vez que eram percebidos mais como atletas do que como indivíduos.

Entretanto, há algumas limitações de ordem metodológica e teórica em relação ao artigo que podem questionar as análises realizadas a partir dos resultados. Sobre o método, o fato de apenas os atletas negros terem sido entrevistados dificulta a compreensão sobre determinadas constatações, uma vez que não interpela a raça também dos atletas brancos. Há, portanto, um risco de incorrer em generalizações, como

a afirmação que atletas negros não respondem bem a feedback negativo dos treinadores, quando não se avaliou o mesmo em relação aos atletas brancos, os quais acabam sendo adotados como “norma de comportamento”. Refletindo sobre uma tendência dos estudos de psicologia do esporte e raça no início dos anos 1990, Ram, Starek e Johnson (2004, p. 263) afirmam:

Nesse contexto comparativo, os resultados, conforme o exposto, definem a experiência afro americana como desviante da norma de subjetividade branca. Em vez de apontar para quando afro americanos(as) são mais receptivos ao feedback do treinador, os autores simplesmente definem atletas afro americanos como “menos receptivos”. Uma pergunta de pesquisa mais inclusiva poderia ter sido, “Que tipo de feedback motiva atletas afro americanos nessa instituição?”²⁴

Tal comprometimento é intensificado quando se observam as referências teóricas utilizadas para a interpretação dos resultados. Anshel (1990) considera que atletas negros possuem “características únicas” no trato com o ambiente esportivo, uma compreensão que flerta com a ideia de subjetividades essencializadas. Assim, se diferenciariam das características de atletas brancos devido a um componente intrínseco e não resultado de relações intersubjetivas de poder que são atravessadas pelas desigualdades raciais.

Essa leitura é amparada por uma concepção que diferencia a relação estabelecida com o esporte entre esportistas negros e brancos: enquanto os primeiros se pautam pela improvisação e por se destacarem individualmente nas competições, os segundos enxergam o esporte em termos de vitória e derrota, de modo que a coesão grupal e o atendimento ao planejamento estratégico da equipe são mais valorizados. Aqui é possível encontrar um exemplo de como a psicologia pode funcionar para reforçar estereótipos. Mais do que isso, há uma valorização implícita da abordagem “branca”, uma vez que o discurso esportivo enfatiza o “espírito de equipe” e o planejamento, os quais, segundo Anshel (1990), estão associados à compreensão dos brancos em relação ao esporte, ao passo que os negros pensam mais em si e menos no grupo e na estratégia.

²⁴ Tradução livre. No original: “In this comparative context, the results, as stated, define the African American experience as deviant from a White subjective norm. Instead of pointing to when African American athletes are highly receptive to feedback from a coach, the authors simply defined African American athletes as ‘less receptive.’ A more inclusive research question might have been, ‘What type of feedback motivates African American athletes at this institution?’”

Do mesmo modo, a explicação elaborada para a resposta de atletas negros ao feedback negativo está relacionada, para Anshel (1990) a uma “hipersensibilidade” do atleta negro para as relações raciais, motivando uma desconfiança em relação ao treinador branco. Portanto, a falta de confiança que atletas negros têm em relação aos treinadores brancos não é explicada pela hierarquização racial, mas como resposta pela má interpretação dos treinadores às supostas características psicológicas próprias dos negros. Ao mesmo tempo em que transforma uma questão social em comportamental, procura na subjetividade dos esportistas negros a causa do comportamento “sensível”, conferindo ao treinador apenas um papel secundário em sua manifestação.

Os resultados do estudo apontam para tendências importantes de serem consideradas, mas a interpretação dos mesmos é problemática: os autores afirmam a diferença de tratamento entre atletas brancos e negros pelos treinadores, mas não as explicam em termos de desigualdades sistematicamente construídas. Quando se referem a um contexto mais amplo de desigualdades raciais estruturadas socialmente, mencionam o papel que a família possui em educar as crianças negras a se prepararem para vivenciar o racismo ou a história das desigualdades raciais no esporte – sugerindo que estão no passado –, os quais podem repercutir na “predisposição” de atletas negros a serem “hipersensíveis” ao racismo. Essa orientação teórica resulta em minimização do racismo institucional e na responsabilização do atleta em relação ao seu sofrimento via essencialização das subjetividades. O seguinte trecho do texto torna essa consideração mais nítida:

Às vezes atletas negros irão racionalizar comportamentos irresponsáveis, não cumprir os acordos, ou demonstrar ações imaturas. Depois que a confiança foi estabelecida, Lee percebe que é necessária uma abordagem direta e franca para a comunicação. Os psicólogos devem se sentir confortáveis para fazer exigências específicas de atletas negros e advertindo comportamentos particulares inadequados. Negros, e qualquer outra minoria, não devem usar suas características peculiares (cor da pele, gênero, situação econômica) como uma muleta para não se conformar ou agir de maneira irresponsável (ANSHEL, 1990, p. 244)²⁵.

²⁵ Tradução livre. No original: “At times black athletes will rationalize irresponsible behavior, not live up to agreements, or demonstrate immature actions. After trust has been established, Lee feels that a direct and candid approach to communication is needed. Consultants should feel comfortable in making specific demands of black athletes and admonishing particular inappropriate behaviors. Blacks, and any other minority, should not use their unique characteristics (skin color, gender, economic background) as a crutch to not conform or to act irresponsibly”.

Já o trabalho de Lee e Rotella (1991) – vale notar que Lee também é citado no trecho acima selecionado de Anshel (1990) – é criticado por Andersen (1993), o qual aponta que, apesar das boas intenções do artigo, ele recai em dois erros comuns no aconselhamento intercultural: não considera que a diversidade intragrupal é tão grande quanto a intergrupala e, ao pretender “sensibilizar” o psicólogo sobre os atletas negros, acaba “sensibilizando estereótipos”. Assim, para Andersen (1993), as recomendações genéricas e, ao mesmo tempo, paternalistas dos autores – Lee e Rotella (1991) escrevem o tópico “Desenvolvendo Habilidades Úteis” começando as frases com expressões do tipo “atletas negros querem...”, “atletas negros precisam...”, “atletas negros gostam...” – servem mais a uma percepção por parte dos profissionais de estarem atuando corretamente do que para a necessidade dos atletas negros de receber atendimento psicológico adequado.

Complementando a crítica de Andersen (1993), é necessário ressaltar que Lee e Rotella (1991) apresentam no texto uma proposta de atuação psicológica baseada na tomada de consciência de diferenças culturais, mas que não toca no ponto das desigualdades sociais e políticas criadas historicamente. Além disso, evidenciam uma visão estanque de cultura: o “outro”, enquanto sujeito imaginado, é visto como representante da sua cultura, ou seja, todos aqueles que são associados a uma determinada cultura, não menos imaginada, terão os mesmos valores e atitudes. Dominando esses conhecimentos, a(o) psicóloga(o) do esporte poderia, portanto, aconselhar os indivíduos daquela determinada cultura que, no caso do artigo, seria a “cultura negra”.

A intenção dos autores em demonstrar os aspectos do que denominam como “expressividade negra” (*black expressiveness*) parece, em princípio, um avanço no oferecimento de subsídios teórico-práticos para o trabalho psicológico no esporte sobre as relações raciais. Segundo Lee e Rotella (1991), essa expressividade está evidente no esporte em três aspectos: nos altos níveis de emotividade de atletas negros na disputa competitiva; na propensão dos atletas negros em exibir atitudes e comportamentos autênticos e honestos; nas maneiras criativas que atletas negros encontram para demonstrar suas personalidades e proezas esportivas.

Baseiam-se na premissa de que os atletas negros, por apresentarem essa personalidade distinta, encontram dificuldades ao tentar partilhar da cultura universitária/ocidental, a qual é pautada na hierarquização entre racionalidade e emotividade. Se por um lado é necessário criticar essa valorização do racional em

detrimento do emocional no pensamento ocidental, por outro, o texto parece adotar ou, ao menos, não questionar e superar que essa divisão é, ela própria, uma invenção ocidental.

Em uma perspectiva fanoniana (FAUSTINO, 2013b), ao tomá-la como verdadeira, na tentativa de valorizar a emotividade, os autores acabam por reforçar determinados estereótipos raciais criados nos contextos do colonialismo. Em outras palavras, fixar a personalidade na identidade racial, ou seja, dizer que, por exemplo, atletas negros se comportam de maneira mais emocional que atletas brancos, permite também operar no outro polo da dicotomia, a saber, dizer que atletas brancos atuam de maneira mais racional. Tais interpretações dificultam o avanço na superação das construções histórico-sociais que legaram a pessoas brancas e não brancas lugares distintos e hierarquizados nas estruturas de poder e saber.

Contudo, estudos posteriores sobre as relações raciais no esporte universitário estadunidense no âmbito da psicologia apresentaram outras questões e interpretações a partir do quadro das desigualdades raciais. Por exemplo, o artigo de Brown et al. (2003), em uma pesquisa quantitativa, evidenciou uma relação entre a identidade atlética (definida como a identificação em relação ao papel de atleta), identidade racial e a percepção de estudantes-atletas negros e brancos sobre a discriminação racial nos EUA.

Os autores demonstraram que quanto maior a identidade atlética de estudantes negros, maior era a tendência de acreditarem que a discriminação racial não era um problema, resultado semelhante ao encontrado entre estudantes-atletas brancos. O que contrasta com dados de outras pesquisas que apontam que brancos e negros apresentam visões muito discrepantes sobre a discriminação racial. Por outro lado, quanto maior a importância que estudantes-atletas negros davam para sua identidade racial, menor era a identidade atlética e menor era a percepção de que a discriminação não era um problema. Atletas brancos, por sua vez, não variaram significativamente em suas respostas sobre se a discriminação racial era um problema, quer seja em função da identidade atlética, quer seja da identidade racial.

Brown et al. (2003) analisam criticamente o discurso do esporte como espaço não afetado pelas desigualdades raciais, o que poderia ser uma interpretação apressada dos dados da pesquisa. Pelo contrário, os autores demonstram que o esporte universitário, enquanto espaço hegemonicamente branco, tende a promover nos estudantes-atletas negros estratégias para lidar com uma situação na qual são exceção,

tanto por serem estudantes universitários, como por serem atletas. Essa estratégia, ineficaz segundo os autores, uma vez que não os impede de sofrer com a discriminação existente, inclui afirmar os valores hegemônicos do esporte enquanto espaço onde a meritocracia e o *fair play* prevalecem, valores que, supostamente, seriam opostos ao preconceito e à discriminação.

Consequentemente, essa dinâmica é elevada à categoria de argumento, segundo o qual quaisquer medidas reparatórias da discriminação racial, como as ações afirmativas, não são necessárias, uma vez que basta o esforço individual com base nas “regras do jogo” para a superação das dificuldades. A partir dos resultados da pesquisa e de sua respectiva análise, os autores arrematam o artigo com a seguinte consideração:

Não há raça no campo de jogo? A resposta depende das características dos atletas ou indivíduos que foram perguntados. Alguns atletas podem não enxergar raça. Alguns espectadores ávidos podem não enxergar raça. Alguns treinadores não precisam ou não querem enxergar raça. Em contraste, outros indivíduos nas instituições esportivas, incluindo alguns atletas, não podem se livrar da dinâmica de divisão e conflito racial ou os constrangimentos ideológicos sobre raça quando estão dentro e fora do campo de jogo (BROWN et al., 2003, p. 178)²⁶.

Steinfeldt, Reed e Steinfeldt (2010), em pesquisa com 163 estudantes-atletas negros de universidades com perfis raciais distintos, encontraram que o reconhecimento da desigualdade racial por parte desses sujeitos contribui para lidar com a experiência universitária, ao mesmo tempo em que implica em menor identificação institucional. Outro dado relevante, reforçando os achados de Brown et al. (2003), foi a maior identificação com o papel de atleta dos participantes que estudavam em instituições predominantemente brancas. Os autores analisam que esse reforço na identidade atlética está relacionado à expectativa social lançada sobre estudantes-atletas negros para serem bem sucedidos em suas carreiras esportivas em detrimento da carreira acadêmica, ao que, segundo os resultados da pesquisa, parece ser mais recorrentes em instituições predominantemente brancas.

²⁶ Tradução livre. No original: “Is there no race on the playing field? The answer depends on the characteristics of the athletes or individuals asked the question. Some athletes may not see race. Some avid spectators may not see race. Some coaches may not need or want to see race. In contrast, other individuals in the sports institution, including some athletes, cannot free themselves from the dynamics of racial division and conflict or the ideological constraints of race when they are on or off the playing field”.

Já Melendez (2008), em estudo qualitativo, apontou que estudantes-atletas negros enfrentam dificuldades relacionadas a estereótipos e desigualdades raciais que refletem em sofrimento psíquico na vivência com as equipes. Entre essas dificuldades estão o sentimento de julgamento constante, os parâmetros distintos de avaliação entre atletas brancos e negros e a relação paradoxal entre integração e segregação no grupo de atletas, além de conflitos estabelecidos com estudantes não atletas e a percepção de que não são bem vindos na cidade sede da universidade na qual estudam. Vale ressaltar que o autor afirmou que muitos dos atletas entrevistados demonstraram sinais de depressão e ansiedade ao longo da entrevista e relataram que sofriam problemas de saúde ou acadêmicos.

O contexto universitário é palco também de um campo de estudos que analisam as interseccionalidades entre raça, gênero e orientação sexual na experiência subjetiva de atletas-estudantes que não correspondem à hegemonia masculina, branca e heterossexual do esporte universitário. Ainda que contando com apenas uma produção muito tímida (RAM, STAREK e JOHNSON, 2004), esses estudos evidenciam os expedientes implícitos e explícitos que sustentam o esporte como um espaço excludente para mulheres lésbicas não brancas, uma vez que o constrangimento sofrido por elas quando se apresentam publicamente como homossexuais resulta em maior abandono da carreira esportiva universitária do que em relação às mulheres lésbicas brancas. Quando, por outro lado, revelam sua orientação sexual, as mulheres negras não recebem os privilégios da branquitude, como a simpatia e solidariedade dos gestores brancos, tal qual as mulheres homossexuais brancas (WALKER e MELTON, 2015). Aparentemente, a presença de atletas e treinadoras negras e lésbicas desafiam a coesão do esporte enquanto um “espaço seguro” de expressão de identidades heteronormativas, brancas e masculinas.

Para além do contexto universitário, o trabalho de Hall (2001) é inovador não só pela adesão da psicologia ao debate, mas também por trazer à tona a inter-relação entre raça e gênero no esporte. Seu objetivo foi analisar brevemente a experiência de mulheres não brancas no esporte e a sua repercussão no que denominou “comunidade feminista da psicologia do esporte”.

Para tanto, estabeleceu uma relação entre os conceitos de “racismo individual”, manifestações implícitas ou explícitas de preconceito a partir de comentários, comportamentos ou defesas psicológicas presentes em atitudes e crenças; “racismo institucional”, presente no silenciamento que atletas e organizações esportivas praticam

sobre o tema; e “racismo cultural”, que se relaciona com a pressão que atletas não brancas enfrentam para aderir a certas normas de comportamento social da cultura dominante. Segundo a autora, esses três níveis de opressão estão presentes na experiência de mulheres negras no esporte.

Hall (2001) enfatiza o recorrente isolamento social das mulheres negras por serem frequentemente as únicas ou uma das poucas em seus esportes. Em decorrência disso, vivenciam situações de estresse tanto pelas pressões sociais para se adequar ao padrão de comportamento das colegas brancas, quanto pela expectativa de vivenciar alguma discriminação racial e de gênero. Além disso, observa que, em um nível mais amplo, as atletas não brancas são avaliadas constantemente a partir de estereótipos que limitam a diversidade da experiência esportiva que poderiam ter, o que não acontece com mulheres brancas. Por outro lado, mulheres não brancas que subvertem esses estereótipos são vistas frequentemente como exceções, ou seja, são destacadas de seu grupo racial, que permanece estereotipado. Nas palavras da autora: "o privilégio cria amuletos e elege membros dos grupos oprimidos que são aceitáveis sem perder seu poder" (HALL, 2001, p. 391).

Hall (2001) aponta que, mesmo que os significados da experiência esportiva sejam distintos para mulheres brancas e não brancas, é comum na literatura sobre mulheres e feminismo no esporte que se fale sobre mulheres brancas, ao passo que quando se trata de articular raça, racismo e esporte, o foco são homens negros. A consequência disso é a invisibilidade das mulheres negras que estão na arena esportiva.

Isso se reflete nos trabalhos sobre psicologia do esporte que dispensa poucos esforços para incluir mulheres não brancas em suas pesquisas, ao passo que os resultados obtidos em estudos realizados somente com mulheres brancas costumam ser generalizados para todas as mulheres, como se fossem um grupo monolítico. A autora complementa sua análise afirmando que o olhar para integralidade da(o) atleta, tão elogiada pela psicologia do esporte, deve ser também um olhar para suas posições de gênero, raça e classe.

Mais recentemente, acompanhando uma tendência geral dos estudos das relações raciais, o enfoque psicológico sobre os processos de racialização e os sujeitos racializados no contexto esportivo se voltou para as pessoas brancas, em especial para a posição de profissionais brancos(as). Exemplo desse movimento é Butryn (2002), que publica o primeiro de dois artigos revisitando a questão do aconselhamento no esporte universitário sobre relações raciais a partir de uma perspectiva crítica à branquitude.

Baseando-se na visão crítica de Andersen (1993) ao texto de Lee e Rotella (1991), Butryn (2002) buscou desvelar os privilégios não desafiados, ainda que dominantes, da branquitude no contexto esportivo, em especial, aqueles expressos na relação entre psicólogas(os) e atletas. Tal esforço é necessário, uma vez que o modelo hegemônico atual do discurso público nos EUA – que guarda estreita semelhança com o modelo brasileiro – é aquele que “não vê raça”, ou seja, assume que as diferenças raciais não resultam em desigualdades sistemáticas, negando tanto os processos históricos, os dados demográficos e as experiências dos grupos não brancos. No mesmo sentido, esse discurso não permite observar que a branquitude oferece vantagens materiais e simbólicas às pessoas brancas (BUTRYN, 2002).

Chama atenção o método de pesquisa utilizado por Butryn (2002), o qual consistiu em trabalhar em reuniões conjuntas com um colega de pós-graduação negro, Ron, e seu orientador branco, Andrew, com o qual, a partir de uma entrevista semiestruturada, também analisaram sua experiência de vida como psicólogo branco no esporte. Essa entrevista revelou, entre outros resultados, que, para pessoas brancas que sempre conviveram em espaços hegemonicamente brancos, o esporte parece ser um dos primeiros contatos com pessoas não brancas, bem como com a noção de que existe desigualdade nas relações raciais. Além disso, uma vez que Andrew é professor do departamento de psicologia do esporte de uma universidade, é relevante registrar que a ênfase nos estudos e discussões sobre raça, racismo e branquitude só foi possível após a reorganização do departamento, o qual se aproximou da perspectiva dos Estudos Culturais e sua abordagem sobre as implicações políticas das diferenças sociais, em contraposição à orientação anterior, que era voltada exclusivamente para os estudos da performance esportiva.

Já nos resultados com o grupo de trabalho, Butryn (2002) relata que Ron, quando era atleta e estudante de psicologia, entrou em contato próximo com Harry Edwards, quando este trabalhava como consultor em uma equipe de futebol americano. Tal experiência foi valiosa tanto por conta da identificação com o profissional, em uma instituição predominantemente branca, como pelo trabalho e histórico de Edwards na promoção de justiça e conscientização social e política dos atletas. Nesse sentido, a fronteira entre áreas de conhecimento, da psicologia e da sociologia, não foi uma barreira para o então estudante-atleta, que viu na obra de Edwards diversas possibilidades de atuação em psicologia no esporte a partir de referenciais sociológicos, principalmente no que se refere às relações raciais (BUTRYN, 2002).

Por outro lado, o colega de pós-graduação lançou uma suspeita sobre a paridade racial entre psicóloga(o) e atleta como ferramenta para combater as desigualdades raciais no esporte. Ron cogitou que a sistematização da supremacia branca é tal que não deixa de afetar também os sujeitos negros, no caso, atletas negros, resultando em possíveis questionamentos implícitos acerca do profissionalismo e da qualidade de psicólogas(os) negros (BUTRYN, 2002). Assim, não se trata de alterar somente a composição racial das comissões técnicas, o que é fundamental, mas também de dismantlar as noções que determinam uma hegemonia branca às instâncias técnico-administrativas do esporte, refletindo uma noção equivocada, mas comumente eficaz, de que os espaços de saber-poder socialmente validados são igualmente espaços de saber-poder ocupados por pessoas brancas.

Inspirado na lista de privilégios da branquitude escrita por McIntosh (1988), Butryn (2002, p. 331) elabora uma série de afirmações acerca das vantagens obtidas por psicólogas(os) brancas(os) unicamente pelo fato de serem brancas(os). Entre elas estão:

- Se eu sou um estudante de psicologia do esporte, posso me sentir confiante que meus amigos e família compreenderão minha decisão de seguir carreira acadêmica mesmo se eu demonstrar o mesmo potencial atlético.
- Posso fazer uma apresentação em uma conferência e estar seguro que as pessoas não irão presumir que sou ex-atleta.
- Por não ser confrontando todo dia pela minha raça, posso confortavelmente defender um ambiente esportivo e de atendimento "que não vê cores".
- Posso estar certo que poucos atletas irão questionar minhas qualificações somente com base na minha raça.
- Se eu preciso encaminhar um problema ao treinador principal ou ao dirigente, eu normalmente vou encontrar alguém da minha própria raça.

Ao final, no intuito de “interrogar e nomear a branquitude”, o autor estabelece três questões que orientariam os psicólogos brancos no atendimento a atletas negros: “(a) Qual é a posição em que eu estou falando? (b) Quais privilégios possuo simplesmente por causa da minha raça? e (c) O que minha identidade racial significa em um ambiente desportivo cada vez mais multicultural?” (BUTRYN, 2002).

King (2005), ainda que não oriundo da psicologia, cita Butryn (2002) para estabelecer sua visão crítica sobre os estudos sobre branquitude no esporte. Em seu artigo, pretende decifrar se esse campo de pesquisa busca de fato dismantlar os privilégios da branquitude a partir de uma ação política revigorada ou se, por outro lado,

não consegue superar uma “moda acadêmica” que enfraquece os estudos e a luta conta o racismo, uma vez que alguns de seus elementos podem reforçar a supremacia branca.

Para King (2005), uma dessas ressalvas está relacionada à abordagem dos privilégios da branquitude a partir unicamente da experiência individual de pessoas brancas no contexto esportivo, sem a devida análise em termos de dominação e exploração dos grupos não brancos e suas consequências. Tal orientação acadêmica pode ajudar a encobrir o conjunto de mecanismos ideológicos e institucionais sistemáticos que racializam e hierarquizam grupos de pessoas em torno da supremacia branca.

Mais grave ainda para o autor é o estatuto que os estudos da branquitude no esporte podem suscitar: uma área composta por pesquisadores brancos que investigam experiências de pessoas brancas e acabam por reiterar valores e práticas eurocêntricas. Incluir a branquitude como objeto de pesquisa carece, portanto, de um posicionamento político e epistemológico sobre o tema, de modo a não ocultar as experiências dos grupos alvos da supremacia branca e, ao mesmo tempo, situar os próprios pesquisadores brancos nessa tensão.

Em contraste a essas tendências, King (2005) sugere que os estudos da branquitude no esporte adotem uma orientação para desnaturalizar as identidades e espaços brancos no esporte de modo a tornar possível seu estranhamento e desmantelamento, ao mesmo tempo em que demonstre comprometimento com a criação de espaços de produção acadêmica e narrativa de grupos não brancos. Assim, estudos que tragam à tona não somente a construção esportiva da negritude, mas também o seu correlato com a branquitude, devem orientar a exposição dos projetos que estruturam o universo esportivo, bem como o modo pelo qual esse universo sustenta a supremacia branca.

Sete anos após o primeiro texto, e considerando a crítica de King (2005), Butryn (2009) retoma o tema da branquitude no atendimento psicólogo no esporte, agora aprofundando suas conclusões, as quais considerava “otimistas” demais. De fato, esse segundo artigo apresenta maior trânsito entre estudos e escritos consagrados do antirracismo nos EUA, apontando para uma discussão com ênfase mais política e não tão apegada ao fornecimento de subsídios técnicos, como no primeiro. Isso se reflete em sua intenção de não apenas propor uma compreensão para as diversidades culturais e raciais no exercício da profissão, mas também uma ação explicitamente antirracista para a psicologia no esporte.

Vale ressaltar que essa intenção de profundidade perpassa também o método que utiliza nesse segundo momento: a autoetnografia. Tal método supõe revisitar experiências resignificadas a partir de um determinado tema. Butryn (2009), enquanto psicólogo branco, descreveu e analisou suas próprias experiências na interação entre o esporte e as relações raciais em momentos específicos de sua vida.

Admitindo a insuficiência de apenas nomear os privilégios conferidos pela branquitude e com vistas a posicionar a crítica à branquitude na sua relação com o racismo institucionalizado, a autoetnografia se mostrou tão significativa que o autor a aponta também como um método de trabalho em psicologia no esporte no sentido de, a partir de narrativas pessoais de tensões raciais potencialmente partilhadas coletivamente, construir pontes entre uma perspectiva crítica/progressista das relações raciais e a área hegemônica da “Psicologia do Esporte” (BUTRYN, 2009). O autor aponta, portanto, para a urgência de um debate crítico sobre os atravessamentos das relações raciais no aconselhamento psicológico em contexto esportivo, no qual a branquitude não criticada dos psicólogos é um fator a ser considerado na atuação com o esporte.

Esse panorama dos estudos das relações raciais no esporte permitiu observar que a relevância do tema enseja uma abordagem crítica e urgente sobre as repercussões no esporte do sistema de dominação criado pelo colonialismo e que resultou em uma supremacia branca. Do mesmo modo, é preciso atentar para as possibilidades e desafios que as práticas corporais, em um contexto mais amplo, e as esportivas, especificamente, impõe a esse sistema.

As lutas anticoloniais e por direitos civis na década de 1960 estabeleceram o contexto no qual as primeiras obras, em língua inglesa, sobre a situação colonial, o racismo e o esporte foram escritas. Os trabalhos de Harry Edwards e C. L. R. James inspiraram a crítica e a práxis antirracista a partir do esporte e abriram as portas para estudos que começaram a denunciar as iniquidades raciais no universo esportivo. No Brasil, por outro lado, estava em voga a tese de Mario Filho em seu livro “O Negro no Futebol Brasileiro” sobre as contribuições dos jogadores negros no “jeito brasileiro de jogar”, sobre o futebol como prática apaziguadora das tensões raciais e como possibilidade de ascensão social para a população negra. Tal perspectiva somava-se às consequências das derrotas da seleção brasileira nas Copas de 1950 e 1954 e ao bicampeonato nas edições seguintes. As implicações e contradições desse contexto, em

especial na consolidação da psicologia no esporte no Brasil, serão analisados no capítulo seguinte.

No que se refere à psicologia, acompanhando uma tendência de ressignificação dos estudos sobre as relações raciais no esporte, os anos 1990 observaram um incremento significativo na produção de trabalhos sobre o tema. Contudo, essa atenção necessária resultou em algumas concepções questionáveis, como a que tende a fixar características afetivas e emocionais ao modo de jogar e interagir de atletas negros e a involuntariamente adotar o suposto comportamento de atletas brancos como padrão normativo para intervenção psicossocial no esporte.

Contestada por trabalhos posteriores, tal perspectiva confere pouca atenção à circunstâncias históricas, sociais e políticas que cindiram as possibilidades corporais de pessoas brancas e não brancas em uma sociedade fundada na hierarquização racial e assume uma essencialização de subjetividades a partir de compreensões poucos dinâmicas do que seria a cultura. Assim, a psicologia no esporte que se propõe a se debruçar sobre relações raciais para orientar a intervenção, ainda que bem intencionada, pode acabar por reforçar lógicas dominantes de pensar raça que devem ser superadas por meio de teorias e práticas criticamente orientadas.

Mais recentemente, a partir dos avanços das perspectivas teóricas da interseccionalidade, da teoria crítica de raça e dos estudos críticos da branquitude, alguns autores e autoras da psicologia, em especial da psicologia intercultural, começaram a abordar algumas temáticas que adicionam complexidade ao campo, como as relações entre gênero e raça e os processos de construção dos privilégios da branquitude na intervenção psicossocial no esporte. Contudo, essa psicologia do esporte que poderia ser denominada “antirracista” é uma área de estudos ainda pouco explorada e que enfrenta desafios semelhantes a outras que buscam dirigir esforços para centralizar o contexto histórico, político e social no universo esportivo.

Entre essas dificuldades estão a sua marginalização nos departamentos, tanto das “ciências-mães” (Psicologia, Sociologia, etc.), como de Educação Física, e a concepção hegemônica do esporte que não supera uma apropriação instrumentalista do conhecimento psicológico ou sociológico com vistas a incrementar a performance esportiva. Desse modo, há ainda muito a ser realizado para o estabelecimento acadêmico de visões críticas das lógicas que envolvem a reprodução e contestação da supremacia branca no esporte.

4. PSICOLOGIA DO (NO) ESPORTE NO BRASIL E AS RELAÇÕES RACIAIS

No Brasil, os primeiros marcos regulatórios para Psicologia do Esporte foram lançados pelo Conselho Federal Psicologia (CFP) no início dos anos 2000 por meio das Resoluções CFP nº 014/00 e CFP nº 02/01. Tais documentos instituíram o título de profissional especialista em Psicologia do Esporte, dentre outras oito especialidades, e o seu registro nos Conselhos Regionais. Atualmente, devido à consolidação das resoluções anteriores pela Resolução do CFP nº 013 de 2007, são dois os processos para obtenção do título: por aprovação em concurso de provas e títulos ou por conclusão de curso de especialização, sendo que a única instituição credenciada²⁷ pelo CFP para ministrar o curso de Psicologia do Esporte é o Instituto Sedes Sapientiae, primeira entidade a fornecer tal curso em 2002 (SILVA, 2007), localizado na cidade de São Paulo (CFP, 2014a). Não há dados precisos que informem a quantidade de psicólogos(os) do esporte no Brasil, mas é possível realizar uma estimativa a partir de dados que apontam que 1% das(os) profissionais com curso de pós-graduação se especializaram em Psicologia do Esporte (IBOPE, 2004), configurando algo em torno de 3.410 especialistas em um universo de aproximadamente 341 mil profissionais cadastradas(os) no Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019).

A Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP) compreende os psicólogos do esporte como “profissionais que, devido a sua preparação universitária em psicologia e experiências subsequentes nas áreas de esporte e educação física, trabalham no desenvolvimento de atividades que viabilizem a atuação humana em situações esportivas competitivas, cooperativas, educacionais, de reabilitação ou de lazer” (ABRAPESP, 2014). Tal definição aponta para a contribuição tanto da Psicologia quanto da Educação Física para a conformação da especialidade denominada Psicologia do Esporte. Entretanto, o título de “psicóloga(o) do esporte” é conferido somente aos

²⁷ Segundo o site do CFP (2014a), o credenciamento e credenciamento de cursos de especialização está suspenso até a deliberação judicial sobre o processo correlato. Segue a nota do Conselho: “Seguindo a Ação Civil Pública nº 5994-36.2013.4.01.3800, em trâmite na 20ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais o Conselho Federal de Psicologia suspendeu o credenciamento e credenciamento de cursos para concessão do Título Profissional de Especialista em Psicologia, bem como orientou os Conselhos Regionais a emitirem o título aos profissionais que tenham concluído cursos de especialização credenciados pelo MEC, desde que atendam aos demais requisitos previstos na Resolução CFP nº 013/2007. Logo, o título de especialista será emitido para psicólogos que concluíram os cursos de pós graduação reconhecidos pelo MEC”.

profissionais formados em Psicologia, ainda que a maior parte dos cursos de pós-graduação, a produção de conhecimento e o envolvimento com o ensino e pesquisa estejam vinculados em grande medida à área de Educação Física (VIEIRA, NASCIMENTO JUNIOR e VIEIRA, 2013). Se tal orientação está relacionada aos subsídios técnicos e teóricos que somente os psicólogos possuem, em razão de sua formação, não é possível deixar de cogitar que a regulamentação dessa especialidade esteja relacionada também à reserva de um mercado de trabalho exclusivo para profissionais psicólogos. A conclusão do artigo de Epiphanyo (1999, p. 73), escrito no ano anterior à primeira resolução do CFP, permite uma interpretação nesse sentido:

O mercado de trabalho para os psicólogos, como para muitas profissões, encontra-se saturado. Encontramos inúmeros psicólogos obrigados a desenvolverem outras atividades, por não conseguirem o ingresso no mercado de trabalho, por ausência de empregos, refletindo na saturação do mercado. Por outro lado, temos uma área como a Psicologia do Esporte, abandonada pelos meios de formação acadêmica, sendo invadida por outros profissionais. Afinal, alguém tem que trabalhar a psicologia do meio esportivo, pois a demanda existe.

Contudo, o encontro entre a Psicologia e o Esporte no Brasil é muito anterior ao período de sua regulamentação. Desde a década de 1940, a Psicologia já era pautada nas discussões sobre o Esporte e a Educação Física no país. Em 1946, Inezil Penna Marinho escreve, sob forte referencial da eugenia, “Psicologia aplicada à atividade física dos débeis mentais” e, no ano seguinte, “Psicologia aplicada ao juiz de futebol”, ambas produções para o então Ministério da Educação e Saúde (Marinho, 1946, 1947). Em 1949, o psicólogo Carlos Sanchez Queiroz publica a tese “A noção de tempo psicológico na atividade desportiva” (ROCHA e ALENCAR, 2009, p. 228) e em 1955 apresenta o trabalho “A importância da investigação psicológica no controle científico das atividades desportivas” no Congresso de Medicina Desportiva realizado em São Paulo, por ocasião do Campeonato Sul-Americano de Atletismo (QUEIROZ, 1955). Ainda na década de 1940, Cecília Torreão Stramandinolli – Professora Adjunta de Psicologia Aplicada na Escola Nacional de Educação Física (ENEFD) da Universidade do Brasil e assistente de Carlos Sanchez Queiroz – coordenou a “sessão de psicologia” da Revista da Escola de Educação Física do Exército, sendo sucedida pela psicóloga Elisa Dias Velloso de outubro a dezembro de 1950 (CARVALHO e JACÓ-VILELA, 2009). A primeira entidade oficial da área no Brasil foi a Sociedade Brasileira de

Psicologia do Esporte, da Atividade Física e da Recreação (SOBRAPE), no ano de 1979.

João Carvalhaes foi o primeiro psicólogo a trabalhar com o futebol, atuando com a seleção de árbitros na Federação Paulista de Futebol, no São Paulo Futebol Clube e na seleção brasileira que conquistou o título da Copa do Mundo de 1958, além de publicar diversos artigos sobre o tema (RUBIO, 2002). Outro psicólogo, Athayde Ribeiro da Silva, também esteve presente na comissão técnica do elenco campeão mundial de 1962 (RUBIO, 2000) e dois anos depois escreve com Emilio Mira y Lopez o livro “Futebol e Psicologia” (DA SILVA e MIRA Y LOPEZ, 1964), no qual narra sua experiência com a seleção e apresenta um “perfil psicológico” dos atletas que compuseram a equipe, em consonância com a tendência epistemológica da área na época – os estudos sobre a personalidade –, conforme apontou Rubio (2004).

Esses dois autores fortaleceram a Psicologia do Esporte no Brasil acompanhando as discussões que eram feitas internacionalmente. Destaca-se a participação de Carvalhaes no II Congresso Internacional de Psicologia do Esporte em Washington e de Athayde da Silva no congresso de fundação da Sociedade Internacional de Psicologia do Esporte em Roma, ambos apresentando trabalhos (RUBIO, 2000). Contudo, a obra desses autores não se aprofunda sobre o tema das relações raciais que aparecia de maneira incisiva na seara esportiva naquele momento.

Como exemplos, é possível citar a participação da atleta Wanda dos Santos nos Jogos Olímpicos de Roma em 1960, única mulher da delegação e consciente da discriminação que sofria pelo racismo²⁸ ou a conquista do quarto lugar da saltadora em altura Aida dos Santos nos Jogos de 1964, também única mulher da delegação e primeira finalista olímpica brasileira, apesar de viajar sem treinadores e material esportivo para competir (FARIAS, 2011). Mesmo no futebol, modalidade em que a Psicologia do Esporte fundou suas bases, ainda repercutia a publicação de Mario Filho de 1947, reeditada em 1964, e as acusações do fracasso da Copa de 1950 que recaíam principalmente sobre o goleiro Barbosa e o lateral esquerdo Bigode, ambos negros.

Se não havia tratamento aprofundado, tampouco é possível afirmar que não havia qualquer menção ao tema. Em 1972, Athayde da Silva escreve o artigo “As

²⁸ “Como o Ibirapuera estava em reforma, tivemos que treinar em um clube que não gostava disso, mas foi por determinação da Federação que tiveram que nos aceitar. Ficou claro para nós que estávamos treinando de favor, e nos trataram mal. E aí, ao final do treino, pulamos na piscina, só de pirraça. Aquilo causou tanto desconforto ao clube, que esvaziaram a piscina, jogaram toda a água fora, e não porque éramos atletas de fora, mas porque éramos negras (Wanda dos Santos)” (RUBIO, 2011, p. 97).

aptidões do futebolista” no qual procura estabelecer o que denomina “inteligência esportiva” do jogador de futebol. Transportando a teoria dos estágios de desenvolvimento cognitivo de Piaget para a construção da habilidade dos atletas, Silva (1972, pp. 8-9) confere fundamental importância a questões socioeconômicas no desenvolvimento sensório-motor, o qual considera “chave para entendimento da atividade atlética”. A partir disso, traz para discussão o questionamento sobre a possibilidade de haver diferenças entre as raças nas aptidões para o esporte, dado o grande número de futebolistas negros existentes no país. Para tanto, abandona o argumento socioeconômico e aponta para características intrínsecas aos atletas negros, herdadas de seus ancestrais africanos, como prováveis comprovações de seu melhor desempenho em determinados esportes. Ainda que cite, sem especificar a referência, pesquisas de “educadores físicos” que “negam haver raça mais ágil que a outra” (SILVA, 1972, p. 9) e a presença de exímios jogadores europeus brancos, o autor enfatiza que essas mesmas pesquisas, novamente sem referendá-las, sugerem que diferenças físicas entre negros e brancos podem ser determinantes para aptidão esportiva:

Todavia, esses mesmos educadores físicos nos dão informações de que o negro tem o calcanho mais comprido que o branco. Descobriu-se tal diferença com o exame de Jesse Owens. Nas Olimpíadas de 1936, realizadas na Alemanha nazista, esse grande atleta negro, norte-americano, para tristeza de Hitler e sequazes, arrebatou tal número de medalhas, que provocou curiosidade científica. Feitas as devidas investigações constatou-se que seu calcanho era maior que o do branco. Examinaram outros pretos: confirmou-se integralmente o verificado em Jesse Owens. Fica pois, essa hipótese, para gerações futuras pesquisarem: a milenária utilização dos pés, na civilização selvática africana, somada ao maior calcanho dariam privilégio ou aptidão maior ao preto em determinados esportes? E a variável lar humilde, existente em todas as raças, que influência teria no maior desenvolvimento do atleta negro? (SILVA, 1972, p. 9).

No artigo “Alguns temas de psicologia do esporte revisitados” de 1984, Athayde Silva retoma o interesse pela aproximação entre esporte e raça. Contudo, não parece ser um interesse nas relações sociais estabelecidas entre brancos e negros e atravessadas pelo racismo, mas sim a reafirmação do olhar para as qualidades e características peculiares dos negros que os fariam mais aptos aos esportes, especialmente ao futebol. “A nós brasileiros, dentro desse equacionamento, interessa a questão do preto”, escreve (SILVA, 1984, p. 119).

O discurso sobre o negro no esporte toma contornos de elogio à pretensa conquista do reconhecimento e ascensão social através do futebol. Apesar de levar em consideração questões de cunho histórico – como o início branco e elitista do futebol no Brasil – e até de denúncia em relação à carência de espaços de representação dos negros – como a afirmação de que o futebol “foi o único espaço - mais o da música popular - que se permitiu até hoje ao preto” – Silva (1984, p. 119) não deixa de flertar com uma perspectiva essencialista para explicar a presença de um grande número de jogadores negros habilidosos. Citando o artigo de 1972, Silva (1984, p. 119) ameniza a origem genética da diferença, confere aos negros um desenvolvimento motor mais privilegiado em razão de sua condição social e arremata a sessão dedicada ao tema da seguinte maneira:

Curiosamente, apesar da resistência ao preto, nosso futebol foi aculturado de forma inteiramente negróide, com ginga, uso do corpo (nasceu a expressão "drible de corpo"). Perdeu a característica britânica. No dançar, no carnaval, aconteceu a mesma coisa: o modo de pular e saracotear nas festas de momo é o bamboleio de corpo negróide que o branco incorporou. Por alguma razão, já foi escrito que o Brasil é o maior país africano do mundo (SILVA, 1984, p. 119).

Ainda que haja uma nuançada transformação no discurso de Athayde Ribeiro da Silva, ele não rompe com uma argumentação que se aproxima de interpretações racistas sobre as relações raciais no esporte. Isso porque é possível compreender o racismo como “uma forma bastante específica de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais” (GUIMARÃES, 2009, p. 11). “Naturalização”, para Guimarães (2009, p. 32), não está unicamente relacionada com a biologia, mas sim com diferentes modos de justificar as hierarquias sociais, sempre se remetendo a uma ordem natural: “o termo ‘natural’, empregado em sentido amplo, significa uma ordem a-histórica ou trans-histórica, isenta de interesses contingentes e particulares, representando apenas atributos gerais da espécie humana ou das divindades”. Desse modo, a visão de Silva (1972, 1984) sobre o tema das relações raciais no esporte, em uma tradição afirmada no campo com a obra de Mario Filho, não procurava desafiar construções essencialistas, mas, pelo contrário, reafirmava-as, tanto por um viés genético, quanto cultural-evolucionista. Além disso, abordava o tema “raça” apenas para se referir às “especificidades” dos negros, não

racializando os brancos e não posicionando-os em situação dinâmica nos processos de racialização no esporte.

Por sua vez, para além de registros escritos, a história do envolvimento de João Carvalhaes com a seleção brasileira de futebol guarda elementos de grande relevância para traçar os caminhos da psicologia no esporte e sua relação íntima com as tensões raciais que estavam presentes naquele momento. João Carvalhaes é reconhecidamente o pioneiro no trabalho com a psicologia em equipes esportivas e os esforços em retratar sua biografia, geralmente elaborados por profissionais da área, ressaltam elogiosamente a seriedade com a qual lidava com a atuação psicológica a partir de pressupostos científicos.

Carvalhaes trouxe para o esporte, primeiramente no São Paulo Futebol Clube e posteriormente na seleção brasileira de 1958, a experiência que obteve como psicotécnico na Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) da capital paulista. Na empresa pública, trabalhava com avaliadores que aplicavam testes de inteligência para contratação de motoristas de ônibus. Carvalhaes trouxe para o Brasil um protocolo de testes utilizado pelo exército estadunidense, reconhecido como o primeiro a alegadamente aferir a capacidade intelectual de recrutas de maneira coletiva. No começo dos anos 1950, também participou de cursos sobre psicodiagnóstico miocinético e teorias da personalidade. (HERNANDEZ, 2011).

Hernandez (2011) cita a transcrição de uma palestra de Carvalhaes de 1955 na qual este destina uma análise psicológica sobre a relação entre patrão e trabalhador, considerada em sua tensão e complexidade, ao que sugere soluções que auxiliem em uma relação harmoniosa entre as partes. É, contudo, olhando para o lado dos fatores psicológicos que afetam o empregado que Carvalhaes se embasa. E o mais relevante: essa análise se volta a compreender os motivos que levam os trabalhadores a apresentarem desempenhos laborais abaixo do esperado. Para o autor “uma coisa é termos capacidade para executar um trabalho e outra é usá-la com desejo de produzir o máximo” (CARVALHAES, 1960, p. 80), ou seja, “o lucro auferido” das atividades laborais depende em grande parte das disposições psicológicas do trabalhador em sua relação com o trabalho. Carvalhaes também afirma a predominância de “problemas psicológicos” nos motivos das reivindicações trabalhistas:

Os resultados de pesquisas feitas entre trabalhadores que se rebelam contra tudo e contra todos, mostram que as causas das reivindicações

mais comuns, rotuladas "melhor salário", estão ligadas mais aos problemas psicológicos do que aos de ordem material (CARVALHAES, 1960, p. 79).

Carvalhes defende ainda a necessidade da presença do que chama de “técnico” – uma vez que a profissão de “psicólogo” ainda não era regulamentada – para basicamente duas funções: mediar e estreitar as relações entre empregador e empregado e “aproveitar” empregados com capacidade de liderança com “a atribuição de recuperar os companheiros menos eficientes” (CARVALHAES, 1960, p. 81).

À época da palestra, Carvalhaes já trabalhava na Federação Paulista de Futebol com o treinamento de árbitros (HERNANDEZ, 2011). De fato, deve-se reconhecer a similaridade das concepções psicológicas de Carvalhaes sobre as relações entre capital e trabalho e o esporte: o ajustamento psicológico condicionado à tarefa dos envolvidos é condição fundamental para o rendimento laboral, no caso da obtenção de lucro para a empresa, e atlético, com o objetivo de alcançar os melhores resultados no esporte-espetáculo que começava a se consolidar à época. É de se cogitar que essa visão que trazia um arcabouço técnico-científico da psicologia e que se baseava na produtividade das relações de trabalho industrial, aliado ao seu interesse pessoal pelo esporte, tenha dado à atuação de Carvalhaes, a possibilidade de trabalho no universo esportivo e, conseqüentemente, o impulso necessário para a inauguração da denominada “Psicologia do Esporte”.

Em 1957, foi convidado a trabalhar no São Paulo Futebol Clube, onde aplicou nos jogadores profissionais testes de inteligência semelhantes aos do modelo do exército estadunidense, adaptado para civis, que utilizou na CMTC. Os resultados eram obtidos em cada um dos cinco subtestes e também determinavam um suposto nível global de inteligência, relacionado ao quociente de inteligência (QI), cujos parâmetros de classificação variavam entre muito superior, superior, médio, inferior e muito inferior (HERNANDEZ, 2011). Segundo Hernandez (2011, p. 1035), com a sistematização desses testes, “Carvalhaes estava criando sua própria tecnologia para a intervenção no futebol” e sugeriu “cortes” de atletas ao treinador da equipe que seria campeã paulista naquele ano. No ano seguinte, Carvalhaes faria parte da delegação brasileira que se sagrou campeã mundial pela primeira vez. É nesse momento que a atuação de Carvalhaes e, conseqüentemente, o estabelecimento da especialidade “Psicologia do Esporte” atravessa diretamente as relações raciais no contexto esportivo.

A copa do mundo de 1958, sediada na Suécia, foi palco de grande especulação a respeito da potencialidade futebolística do Brasil, dados os resultados das duas edições anteriores. Em 1950, houve a fatídica e tão conhecida derrota, de “virada”, da seleção brasileira, jogando no Maracanã, contra a seleção uruguaia, motivo para a escrita de diversos artigos de jornais, crônicas e análises que visavam compreender e explicar os motivos da derrota. Isso em um contexto em que se buscava construir narrativas de exaltação nacional que amparasse os intentos desenvolvimentistas e nacionalistas que estavam à tona desde o período varguista. Conforme mencionado anteriormente, o alvo das críticas sobre a responsabilidade da derrota recaíram exclusivamente sobre jogadores negros do time, principalmente sobre o goleiro Barbosa, culminando com seu ostracismo profissional e com a estigmatização de goleiros negros (TONINI, 2010).

Quatro anos depois, a derrota de 1950 ainda repercutia na imprensa esportiva, bem como as explicações que lançavam mão da “fraqueza psicológica” dos jogadores brasileiros diante dos desafios impostos pelos estrangeiros. Por outro lado, o ufanismo também se fez presente na expectativa da redenção pelo título. O elogio à habilidade “nata”, à malícia e ao improviso que o jornalismo esportivo – não menos pautado por uma ideologia política que se alimentava das leituras freyreanas e de Mario Filho – se contrapunha à pretensa organização e homogeneidade dos jogadores europeus, em uma dicotomia que se baseava na distinção entre a “natureza” brasileira e a “cultura” europeia (COSTA et al., 2015).

Na copa do mundo de 1954, na Suíça, a seleção do Brasil foi eliminada em uma partida tensa e acirrada com a Hungria, sendo as duas equipes as mais bem pontuadas em rankings internacionais daquele ano. Após a partida, houve uma briga generalizada envolvendo todos os jogadores e parte das comissões técnicas. O jogo, bem como o evento após o apito final, ficaram conhecidos na crônica esportiva como “A Batalha de Berna”.

Se esse “jeito brasileiro de jogar” era motivo de exaltação nacional, na imprensa europeia as mesmas características apontadas como determinantes do estilo do futebol praticado no Brasil eram mobilizadas para reafirmar lugares de superioridade e subalternidade a partir de estereótipos raciais e coloniais. A branquitude europeia rejeitava os húngaros uma vez que não estavam no mesmo patamar civilizatório que as grandes potências capitalistas da época, falta de civilidade suficiente para se envolverem em uma briga fora de campo, conforme foi analisado à época. Essa dissonância, contudo, não era racializada, mas apenas dependente do desenvolvimento implacável do

capitalismo europeu, ou seja, uma questão de tempo para ser resolvida. Por outro lado, os brasileiros, que apresentavam em seu plantel jogadores negros e representantes do “subdesenvolvimento latino-americano”, eram vistos como indisciplinados, incorrigíveis e temperamentais, o revés da civilização branco-europeia (COSTA et al., 2015).

Essas concepções de certo modo permearam o imaginário social em relação ao futebol brasileiro na época: a ideologia racista embasou uma visão estereotipada dos jogadores que os fixou no âmbito da natureza e, portanto, do incivilizado. Se os jogadores negros eram exaltados por terem, como alegado, contribuído com sua apropriação do jogo europeu, por outro lado, esses mesmos estereótipos aprisionavam sua experiência esportiva por serem supostamente indisciplinados e pouco equilibrados psicologicamente. A urgência pelo título para a coroação da unidade nacional, pautada pela ideologia da miscigenação para o branqueamento da população, clamava para uma solução aos dirigentes esportivos e a copa do mundo de futebol de 1958 foi o palco propício para isso.

Frente a esse contexto negativo, João Havelange, recém-eleito presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), em 1958, confiou ao seu vice, Paulo Machado de Carvalho, empresário paulista de grande sucesso, a chefia da delegação responsável pelo selecionado nacional. No plano de trabalho elaborado por este, um psicólogo estava incluído na comissão técnica da Seleção Brasileira de Futebol (HERNANDEZ, 2011, p. 1036).

João Carvalhaes chega com a tarefa de aplicar testes para avaliar aspectos psicológicos dos jogadores e subsidiar a escolha da equipe que disputaria a Copa de 1958. Os laudos desses testes apontavam, dentro de sua lógica interna, que alguns jogadores possuíam inteligência abaixo da média e o vazamento desses resultados na imprensa gerou especulações sobre possíveis “cortes” de jogadores decorrentes dessa mensuração. Entre esses atletas que não desempenharam conforme o padrão esperado estavam os jovens negros Pelé e Garrincha (HERNANDEZ, 2011). Tal contexto se complica com a escalação do time (Figura 03) que disputaria as duas primeiras partidas na Suécia: diferentemente das seleções dos mundiais anteriores, apenas um atleta negro, Didi, foi elencado. Além de Pelé e Garrincha, Djalma Santos, Oreco, Zózimo e Moacir, o suplente de Didi, começaram a competição no banco de reservas. Em uma sociedade

que enaltecia sua formação no mito da democracia racial, essa foi a composição do time mais racialmente segregada possível, uma vez que o reserva de Didi também era negro.

Figura 03 - Seleção brasileira antes da partida contra a Áustria na Copa de 1958.

Fonte: www.soccernostalgia.blogspot.com.br

Chama a atenção a necessidade de instrumentos provenientes da ciência para legitimar uma percepção social de que os atletas negros apresentavam problemas psicológicos. Não é possível – e nem necessário para o que aqui se propõe – avaliar precisamente se os testes aplicados e os resultados obtidos foram decisivos para essa escalação, mas não se pode descartar o papel da ciência psicológica da época, para além do episódio da escalação, em amparar a ideologia de hierarquização racial com vistas à sustentação de uma supremacia branca no esporte. Essa análise é, inclusive, uma lacuna nos estudos da psicologia do esporte, pois é ignorada pelos estudiosos da trajetória de Carvalhaes e da história da área. O próprio Hernandez chama atenção para isso, ainda que contraditoriamente (2011, p. 1039): “nessa perspectiva, o preconceito racial teria escalado o time e não os testes de Carvalhaes. Evidentemente, essa é uma tese interessante que impescinde de uma investigação complexa e específica”.

Essa passagem de Hernandez (2011) coloca em oposição a perspectiva técnica de Carvalhaes e o que denomina como preconceito racial, ou seja, uma vez que o psicólogo estava amparado por testes científicos, não faria sentido levar em consideração qualquer viés racialmente discriminatório desse contexto. O que o autor evita aprofundar é que a ciência não está isenta de avaliar o racismo construído socialmente, como historicamente o fez. A rapidez em desfazer qualquer impressão que comprometa o trabalho de Carvalhaes aponta para uma tentativa de evitar a discussão a respeito do papel da psicologia na reprodução e legitimação de pressupostos acerca dos atletas negros.

Vale ressaltar que Hernandez (2011) lembra que a aplicação de testes para escalar ou cortar atletas não é mais uma prática validada pela psicologia do esporte e que a utilização exclusiva deles por Carvalhaes é vista atualmente como um equívoco, compreensível diante das limitações metodológicas da época. Contudo, o autor parece não descartar totalmente a validade desses testes para avaliar o que considera uma “fragilidade psicológica” de Garrincha: sua morte precoce, vítima do alcoolismo, em “péssimas condições psicológicas” (HERNANDEZ, 2011, p. 1039). Ora, se Hernandez (2011) concorda que houve um “abuso de testagem” por parte de Carvalhaes, esse parece um “abuso de interpretação” sobre os motivos da narcotização do atleta, pois vincula diretamente à sua “inteligência” as explicações sobre o sofrimento psicossocial que lhe acometia, sem qualquer ponderação acerca das condições sociais que propiciaram tal quadro, que podem envolver, inclusive, a opressão racial.

Se, por um lado, as visões sobre o trabalho inicial da psicologia do esporte carecem da discussão sobre relações raciais, por outro, a intenção de realizá-la passa longe de afirmar que os testes ou, menos ainda, que Carvalhaes foram intencionalmente “racistas”, pois se trata de uma situação muito mais complexa do ponto de vista histórico-político. A contratação de um psicólogo para aplicar testes de inteligência está atrelada a um contexto que demandava uma resposta à ideologia racial que afirmava que atletas negros não tinham condições psicológicas para jogar. Os resultados dos testes importam, ainda mais porque enfatizaram uma percepção social racializada sobre a inteligência humana, mas o que chama atenção é a conjuntura em que se deu a contratação de um psicólogo. Desse modo, a psicologia do esporte no Brasil se funda nesse momento histórico de tensão racial, que prejudicava o mito da democracia racial, e dá como resposta inicial o branqueamento da seleção brasileira de futebol.

A consolidação da psicologia do esporte no Brasil se deu simultaneamente ao seu estabelecimento em âmbito internacional, ou seja, a partir dos anos de 1950, e acompanhando em grande medida as tentativas de afirmação da psicologia como ciência. O “furor métrico” (RUBIO, 2004, p. 97) da época em busca da confirmação de hipóteses analíticas da clínica repercutiu na grande quantidade de investigações sobre os traços de personalidade que os atletas deveriam apresentar para participar de competições de alto nível. A aplicação de testes e a generalização de resultados muitas vezes inconsistentes marcaram a psicologia do esporte até a década de 70, quando os estudos experimentais deram novo fôlego à área. Novamente a especialidade acompanhou os passos da ciência-mãe e trouxe para a agenda de sua produção científica o enfoque cognitivo e comportamental. Os experimentos conduzidos em laboratórios com ênfase em habilidades motoras e na facilitação social da presença de torcida no rendimento atlético foram os principais objetos de investigação. A partir dos anos de 1980, os estudos laboratoriais foram questionados pelo seu afastamento das dinâmicas da prática esportiva e as pesquisas que articulavam as teorias psicológicas comportamentais com a experiência de campo foram enfatizadas (RUBIO, 2004).

Nota-se um trânsito entre perspectivas distintas sobre o papel da Psicologia do Esporte, mas não parece haver muita discordância sobre os referenciais teóricos oriundos da Psicologia comportamental ou cognitiva e pouca sinalização às questões que circundam o universo esportivo em direção ao contexto social no qual está inserido e suas repercussões nas relações intersubjetivas dos personagens envolvidos no esporte.

Levando esse contexto em consideração, Rubio (2003) propôs o estabelecimento de uma “Psicologia Social do Esporte” que aborde a cultura e o imaginário esportivos, em uma tentativa de superar a consideração do atleta apenas em sua individualidade, ou seja, pelo seu talento, empenho e comportamento. Contudo, se a Psicologia Social no Brasil tem certa tradição no estudo das relações raciais (SANTOS, SCHUCMAN e MARTINS, 2012), essa perspectiva resultou em pouca mobilização acadêmica em direção ao cotejamento das relações raciais no contexto esportivo por essa disciplina. Tal aproximação fomentaria diversas discussões dentro daquilo que Birrel (1989, p. 223) observou acerca da intertextualidade entre esporte e “raça”:

A definição de raça como categoria biológica não foi contestada durante séculos, mas abordagens teóricas atuais tentam desconstruir o senso comum concentrando-se sobre os processos de relações raciais, formação racial e racialização. Uma vez que o esporte também é

pensado por derivar a sua essência de sua natureza física, parece que as conexões entre os discursos dominantes sobre raça e esporte podem oferecer as bases para a construção de uma nova compreensão da maneira que as relações raciais, e a raça em si, são produzidos e reproduzidos no esporte²⁹.

Talvez as barreiras que impeçam a aproximação da psicologia do esporte das discussões envolvendo as relações raciais estejam relacionadas às próprias limitações da área no contexto esportivo, presentes desde a sua inauguração com Carvalhaes e sua orientação para o rendimento esportivo a partir das lógicas de operação da relação entre capital e trabalho. Quer seja uma psicologia comportamental, cognitiva ou social, a psicologia do esporte ainda está em processo de desassociar sua atuação da estrita função de potencializar o rendimento esportivo e, possivelmente ainda mais distante, de atuar, em determinados contextos, *contra* o rendimento esportivo. É recorrente a noção de que a psicologia é uma ferramenta instrumentalizada pelo esporte para otimizar o próprio esporte, o que, de certo modo, afasta a psicologia do esporte da Psicologia. Em outras palavras:

O termo psicólogo do esporte ou psicologia do esporte representa uma apropriação da psicologia pelo esporte e não o contrário. Psicologia do esporte significa uma psicologia que está submetida à ideologia vigente na atividade esportiva em que um dos objetivos fundamentais é o de competir visando prêmios (MACHADO, 1998, p. 32)

É pensando a partir dessa perspectiva que Machado (1998) defende uma concepção de “estar no esporte como psicóloga(o)” em contraposição à ideia de “psicóloga(o) do esporte”. Para o autor, que além de psicólogo, foi esgrimista e participou dos Jogos Olímpicos de 1988, a psicologia que se relaciona com o trabalho no esporte deveria levar em consideração que pode ser prejudicial à(ao) atleta se dedicar exclusivamente a essa atividade sem análises profundas sobre as implicações sociais dessa escolha. Assim, a psicologia poderia atuar no trabalho de auxiliar a pessoa que está envolvida na prática do esporte a se realizar em sua totalidade, a buscar um modo autêntico de existir através das práticas corporais, o que pode ser comprometido na

²⁹ Tradução livre. No original: “The definition of race as a biological category has gone unchallenged for centuries, but current theoretical approaches attempt to deconstruct that common sense by focusing on the processes of racial relations, racial formation, and racialization. Since sport also is thought to derive its essence from its physical nature, it would appear that the connections between dominant discourses on race and sport could offer the grounding for constructing a new understanding of the way that racial relations, and race itself, are produced and reproduced in sport”.

medida em que “o atleta é submetido a técnicas psicológicas para aumentar a concentração e que podem levar à perda, momentânea, ou não, do senso crítico, da capacidade de reflexão e decisão num plano mais amplo, com prejuízo para sua própria vida” (MACHADO, 1998, p. 33).

Uma vez que procura dialogar com a(o) sportista para além do esporte, em suas “urgências existenciais” (MACHADO, 1998, p. 33), essa perspectiva parece ser a que mais poderia amparar a discussão das relações raciais no esporte. Uma psicologia que considere que a própria lógica esportiva pode ser disparadora de sofrimento psíquico e que a vida da(o) atleta antecede e supera o esporte está potencialmente aberta a uma escuta atenta e ampliada sobre os efeitos psicossociais do racismo sobre os diversos atores (atletas, treinadores, dirigentes, torcedores, etc.) do esporte.

5. DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

5.1. OS DADOS EMPÍRICOS: ENTREVISTAS COM PSICÓLOGAS(OS)

Em consonância com o objetivo – que envolve análise e interpretação – e o contexto em que está inserida – aproximação teórica entre campos de estudo que historicamente pouco dialogaram – essa é uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório. Seu corpo empírico foi formado por entrevistas realizadas com psicólogas(os) que atuaram em algum momento de suas carreiras no contexto esportivo.

A escolha de entrevistar psicólogas(os) que trabalham com o esporte para compor os dados dessa pesquisa se deveu à sua posição crucial nesse contexto, por dois motivos: 1) por ser a única área que tem potencial teórico-prático para trabalhar com o sofrimento psíquico provocado pelos efeitos psicossociais do racismo (preconceito, discriminação e humilhação social) diretamente com pessoas envolvidas no universo esportivo, podendo contribuir também para o trabalho de outros profissionais no trato com as relações raciais e 2) por ser uma área, entre outras no esporte, no qual a intervenção se dá, em grande medida, na tensão inter-racial de divisão social do trabalho intelectual e corporal – no binômio “psicóloga(o) branca(o), atleta negra(o)” –, em um contexto de supremacia branca.

Inicialmente, foi cogitado fazer um recorte de profissionais por modalidade esportiva, de modo que essa seleção pudesse contemplar esportes com maior potencial para o estudo das relações raciais, bem como para avaliar possíveis distinções entre modalidades a partir da proporção entre atletas brancas(os) e negras(os) ou entre seu caráter individual ou coletivo. Contudo, ao longo da pesquisa e do contato com as(os) psicólogas(os), foi constatado que dificilmente há dedicação exclusiva a uma modalidade, sendo que o mais comum é o trabalho com atletas e grupos em diversos esportes concomitantemente.

As entrevistas tiveram o áudio gravado para posterior transcrição. Em que pese a apresentação de um roteiro de perguntas a serem realizadas (Anexo I), não se tratou de um questionário a ser respondido, mas se assemelha ao que Bleger (2003) denominou como entrevista psicológica aberta, cujo o campo é construído na interação com o entrevistado e não somente a partir da intervenção do entrevistador. Nelas, quatro temas foram abordados: a relação da(o) psicóloga(o) com a profissão; as visões da(o)

psicóloga(o) diante da desigualdade racial no esporte; a posição da Psicologia do Esporte diante do tema das relações raciais; a atuação da(o) psicóloga(o) do esporte no tema das relações raciais.

Além do referencial de Bleger (2003), outra orientação metodológica que embasou a realização das entrevistas foi a abordagem do tema a partir de cenas, conforme Santos e Paiva (2007) e Paiva (2012). Tal método possibilita maior riqueza e aprofundamento no assunto tratado, pois privilegia a manifestação de posicionamentos e narrativas da(o) entrevistada(o) que possivelmente seriam omitidos ou tergiversados. Assim, pontos relevantes para o estudo – como o tratamento diferenciado para atletas negras(os) e brancas(os), a interferência da raça da(o) psicóloga(o) e as questões referentes à intersecção entre as categorias de raça e gênero – são trazidos à tona de maneira mais detalhada e contextualizada do que se fossem questionados diretamente à(ao) entrevistada(o).

O recrutamento dessas(es) participantes foi realizado a partir da rede de contato de profissionais do esporte formada por mim e por meus pares, bem como de psicólogas(os) do esporte que foram sendo conhecidas(os) ao longo da elaboração do estudo. Vale ressaltar que todas(os) assinaram e mantiveram uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II), de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, o qual aprovou a pesquisa sob o CAAE: 45607915.3.0000.5561.

Foram realizadas oito entrevistas com psicólogas(os) que atuaram no esporte, quatro mulheres e quatro homens, no período de setembro de 2016 a maio de 2018. O Quadro 01 apresenta um panorama de informações sobre as(os) participantes.

Quadro 1 – Participantes das entrevistas

Nome	Idade	Local de atuação	Cor/raça (heteroatribuição)	Cor/raça (autoatribuição livre)	Cor/raça (autoatribuição IBGE)	Esportes(s) com o(s) qual(is) trabalha
Suelen	37	Interior SP	Branca	Amarela, branca, pálida	Branca	Tênis, Natação, Squash, MotoCross, Judô e Futebol.
Thiago	27	Interior SP	Branco	Branco	Branco	Com gestão de projetos sociais: Futebol, Vôlei, Handebol, Balé, Capoeira, Dança de Rua, Badminton Basquete em Cadeira de Rodas e Natação. Com atendimento psicológico: Futebol e Atletismo.
Lucas	34	Interior SP	Preto	Cor preta, raça negra	Preto	Futebol, Paratletismo, Ciclismo, Jiu Jitsu e Taekwondo. O trabalho com não atletas também envolve intervenções com práticas corporais.
Débora	30	Região Metropolitana SP	Preta	Negra	Parda	Handebol, Basquete, Futsal, Tênis de Mesa, Ginástica Artística, Natação e Atletismo. À época da entrevista, trabalhava apenas com atendimento individualizado de atletas do Tênis de Mesa.
Cecília	36	Interior SP	Branca	Branca	Branca	Atletismo. Raramente atende atletas de outros esportes na clínica particular. Também é professora universitária.
Rebeca	30	Região Metropolitana SP	Branca	Branca	Branca	Luta Olímpica, Karatê e Natação, Judô e Basquete.
Carlos	32	São Paulo	Preto	Pardo	Pardo	Artes Marciais, Bocha Paraolímpica, Tênis e Esportes Eletrônicos.
Paulo	40	São Paulo	Branco	Caucasiano	Branco	Futebol

Esse panorama permite elaborar algumas considerações sobre essas(es) profissionais: tem por volta de 30 anos de idade, atuam em diversos lugares do estado de São Paulo³⁰ e a maioria trabalha com uma diversidade muito grande de esportes,

³⁰ Com a finalidade de preservar o sigilo da identidade das(os) entrevistadas(os), optei por não informar a cidade de atuação da(o) entrevistada(o), uma vez que o cruzamento dessa informação com os outros dados fornecidos facilita sobremaneira a identificação. Além disso, é provável que algumas(ns) delas(es) sejam as(os) únicas(os) psicólogas(os) do esporte de sua cidade.

embora o Futebol tenha sido prevalente. Também é diversa a maneira como atuam: em grupos, individualmente, em projetos sociais, no ensino superior, bem como com pessoas que não são atletas. Isso evidencia a necessidade da mudança metodológica para a abordagem das(os) psicólogas(as), uma vez que seria pouco viável entrevistar profissionais que trabalham apenas com uma modalidade. Essa atuação diversificada é, inclusive, mais propícia para a comparação entre modalidades, bem como para uma visão do fenômeno esportivo rica e abrangente.

A opção por apresentar três alternativas para a demarcação do quesito raça-cor (heteroatribuição³¹, autoatribuição livre³² e autoatribuição pelos critérios do IBGE³³) também merece destaque: ao menos com essas(es) entrevistadas(os), houve uma correspondência entre os três métodos, ou seja, a atribuição externa (realizada por mim) e a autoatribuição com e sem critérios definidos resultaram em repostas semelhantes entre si.

Vale ressaltar, entretanto, que Suelen foi mais ambígua na autoatribuição livre, inclusive mencionando “amarela”, outro quesito utilizado pelo IBGE. Contudo, quando apresentada aos critérios, ela disse “estar mais para branca”, demonstrando saber quais os grupos que estão ali representados e que a ela corresponde o grupo branco e não o amarelo.

Essa ambiguidade em relação à sua identidade racial evidencia dois pontos: que ela opera a partir de critérios de cor de pele e não de grupo racial, o que é característico do processo de racialização no Brasil e na América Latina (GUIMARÃES, 1999; BONILLA-SILVA, 2014) e que ela não é constantemente interpelada sobre sua racialização, a ponto de não conseguir formular uma resposta rápida e precisa, como em relação à sua idade, à faculdade que cursou ou seu ano de formação, por exemplo.

Em certa medida, o sorriso de surpresa de Cecília e o tom de voz de incerteza de Thiago ao responderem a pergunta, ainda que sem ambiguidades, podem evidenciar o mesmo. Como já afirmado, a invisibilidade da própria cor para as pessoas brancas é um dos principais privilégios da branquitude (BENTO, 2002; PIZA, 2002; DOANE, 2003; ANDERSEN, 2003; SCHUCMAN, 2012). De fato, somente após ser apresentada aos

³¹ Essa atribuição se deu por minha parte no momento do contato para agendamento da entrevista, caso tivesse acesso a fotos da pessoa, ou no próprio momento da entrevista. Utilizei os critérios do IBGE para atribuição: Branco, Preto, Pardo, Amarelo e Indígena.

³² Realizei primeiramente a pergunta sem apresentar qualquer alternativa: “Em relação à sua cor ou raça, como você se declara?”. Após a resposta, mostrei para a(o) entrevistada(o) os cinco critérios elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³³ Novamente, os critérios utilizados pelo IBGE são: Branco, Preto, Pardo, Amarelo e Indígena.

critérios do IBGE, Cecília disse: “É, tem algumas pessoas que ficam aí ‘eu posso me definir assim’, eu não tenho dúvida, eu sou branquinha, olho verde. Não tenho muita dúvida”.

Isso não ocorreu do mesmo modo com Lucas, Débora, Carlos, Rebeca ou Paulo. Lucas respondeu assertivamente, inclusive diferenciando cor e raça, algo que, pela prontidão da fala, já havia sido elaborado anteriormente. Débora, por sua vez, disse que apenas três anos antes da entrevista começou a se considerar negra, após entrar em contato com discussões sobre relações raciais no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, ou seja, estava informada sobre sua identidade racial, ainda que de maneira recente. Dentre os critérios do IBGE, optou por parda, mas disse que em outras ocasiões de declaração oficial, como na renovação de documentos, se declarou negra. Carlos, por sua vez, apesar de não apresentar dúvidas ao se apresentar como pardo, ao longo de sua entrevista e após rememorar momentos de sua carreira como psicólogo, foi sinalizando os momentos em que era mais percebido como negro ou como branco. Já Paulo, respondeu sem maiores sobressaltos ser “caucasiano” na autoatribuição e “branco” pelos critérios do IBGE, demonstrando saber quais eram eles, reação semelhante à de Rebeca.

5.2. A ANÁLISE: O RACISMO QUE “NÃO ENXERGA CORES” E O ESPORTE

Os resultados foram interpretados a partir de análise qualitativa (MINAYO, 2012). Para tanto, foram centrais para a abordagem dos resultados, ou, de acordo com Minayo (2012, p. 624), para organizar o material empírico e “impregnar-se das informações e observações de campo”, os conceitos de raça, racismo, racialização, supremacia branca e branquitude. Tais conceitos foram considerados não enquanto realidades biológicas ou do mundo físico, mas sim como constructos ou arranjos sociais e históricos eficazes para a produção e reprodução de estereótipos e privilégios (GUIMARÃES, 2003, 2009).

Esse referencial analítico foi amparado pelas duas perspectivas teóricas das quais essa pesquisa se aproxima: a da Teoria Crítica de Raça (*critical race theory*) e a da sociologia que se dedica ao estudo das instituições esportivas, que se convencionou chamar “Sociologia do Esporte”. A primeira, oriunda do campo jurídico e

posteriormente levada para a pedagogia crítica, considera a categoria sociológica “raça” como central para a análise crítica das ideologias dominantes, das estruturas e das relações de poder na atualidade, de tal maneira que sustentam e reinventam um sistema sociopolítico de supremacia branca em diversos campos da sociedade (MILLS, 2003; HYLTON, 2008; CARRINGTON, 2013).

A Teoria Crítica de Raça é uma perspectiva teórica que visa analisar os privilégios conferidos à branquitude e sua correlata desvantagem aos grupos associados aos signos da não branquitude. Busca confrontar a alegada neutralidade racial da ciência e da política e garantir que as vozes dos grupos racialmente oprimidos sejam protagonistas da história e da produção de conhecimento. Do mesmo modo, pode ser uma ferramenta teórica importante para desafiar as ortodoxias presentes no contexto esportivo sobre as relações raciais, especialmente as que se referem à ocorrência de desigualdade racial no esporte apenas como eventos excepcionais e não como um fenômeno cotidiano e enraizado (HYLTON, 2008).

Desenvolvido por acadêmicos negros estadunidenses, a Teoria Crítica de Raça pode se articular com o campo esportivo a partir de cinco princípios, com mostra Hylton (2008): a centralidade da raça para a investigação das desigualdades e sua conexão com outras formas de opressão; o questionamento da ideologia dominante em torno da objetividade, da meritocracia e da neutralidade racial; o comprometimento com a justiça e a redistribuição de recursos, ambas prejudicadas pela desigualdade racial; a abertura de espaço para narrativas marginalizadas, inclusive sobre a branquitude; e a transdisciplinaridade necessária para se abordar a complexidade do tema

Associados a essa perspectiva, estão os estudos críticos da branquitude (*critical whiteness studies*). Trata-se de uma transformação epistemológica nos estudos sobre o racismo que enfoca o papel das pessoas brancas nas relações raciais e os modos pelos quais esses sujeitos perpetuam as desigualdades e a supremacia branca. Visa dismantelar os privilégios da branquitude, ou seja, da identidade racial branca hegemônica. No Brasil, possui produção relevante no campo da Psicologia Social com as pesquisas de Carone e Bento (2002) e Schucman (2012).

A partir do mesmo escopo, a pesquisa de Bonilla-Silva (2014) apresenta instrumentos de análise relevantes para essa tese. Nesse trabalho, o autor procura descrever e analisar as relações raciais contemporâneas nos EUA e defende duas teses relacionadas: 1) a de que a ideologia dominante de compreensão das relações raciais e de legitimação do racismo se transformou desde as lutas pelos direitos civis nos anos

1960, abandonando a defesa aberta da segregação e se aproximando de um modelo que “não enxerga cor” (*color-blind racism*), mas que continua a perpetuar a supremacia branca e 2) que esse modelo estabelece paralelos com o modo como se dão as relações raciais na América Latina, bem como seus processos de racialização não binários. Essa “nova” (do ponto de vista dos EUA) ideologia trata da atualização constante dos modos de expressar visões sobre raça para além do preconceito explícito e que resulta na justificação e manutenção estrutural das condições sociais favoráveis às pessoas brancas em detrimento das pessoas não brancas, principalmente as negras.

Diante desse cenário de uma ideologia difusa, Bonilla-Silva (2014) sugere quatro “enquadramentos” (*frames*) para compreendê-la: o liberalismo abstrato (a noção não pautada na realidade que as oportunidades são as mesmas para todos e que “as pessoas escolhem o que querem ser”, dependendo do esforço pessoal dos indivíduos), a naturalização (o entendimento a-histórico de que “é assim que as coisas são e sempre foram”), o racismo cultural (a transformação do que antes era associado ao biológico em essencialismos e determinismos culturais que justificam as condições sociais de grupos racializados) e a minimização do racismo (a afirmação de que a desigualdade racial não é fator central das relações sociais ou que seus efeitos não são tão relevantes como no passado). Podemos pensar essa perspectiva como uma proposta de “análise de conteúdo” das relações raciais contemporâneas.

Do mesmo modo, Bonilla-Silva (2014) sugere que esses conteúdos são geralmente acompanhados por certas estratégias discursivas e estilos retóricos, ao que denomina como “manobras semânticas”. Essas estratégias permitem às pessoas brancas corroborar com o mito da democracia racial e evitar termos racistas. Exemplos delas são: “Eu não sou racista, mas...”, “Alguns dos meus amigos são negros”, “É uma questão de classe, não de raça” e “Os negros também são preconceituosos”. Além disso, o autor chama atenção para o uso de diminutivos e para alta carga emocional que o assunto levou para seus entrevistados, o que ocasionou diversos momentos de incoerência e incompreensão de suas falas, como digressões, pausas longas, repetições e autocorrekções.

É, portanto, com atenção a esses conteúdos e formas de expressá-los que pretendo proceder com a análise das entrevistas. Não se trata de um roteiro a ser seguido, mas essa proposta orienta uma análise mais coerente para compreender a ideologia dominante, que “não enxerga cor”, e detectar como a supremacia branca se apresenta para além do excepcional e do explícito, mas também, e principalmente, na

“normalidade” da vida cotidiana, ou seja, no que a sustenta e estrutura, sem menções diretas à raça.

Já em relação à perspectiva da Sociologia do Esporte, dois autores a orientam: C. L. R. James e Pierre Bourdieu. C. L. R. James, no relato autobiográfico *Beyond a Boundary* (JAMES, 1993) sobre sua experiência com o críquete, aponta para, pelo menos, duas visões críticas para a abordagem do tema das relações raciais e o esporte: 1) a de que os ideais meritocráticos e de justiça liberal evocados pelo esporte não o impedem de ser uma instituição livre de racismo e 2) que essa dinâmica apresentada no esporte possui paralelos com o colonialismo, bem como com as lutas anticoloniais e antirracistas, ou seja, James (1993) considera o esporte como um território contestado das relações raciais (HARTMANN, 2003; CARRINGTON, 2013).

Bourdieu (2004a e 2004b), por sua vez, aponta para a necessidade de aproximar as diversas manifestações esportivas dos espaços sociais nelas manifestas, uma vez que cada esporte representa uma posição particular dentro do universo dos esportes. Nessa perspectiva, um dos indicadores que informam sobre os aspectos distintivos dos esportes está nas relações de poder estabelecidas e sugeridas pela presença e disposição dos corpos nas práticas esportivas.

Tais referenciais teóricos sustentaram o processo analítico dessa pesquisa, ensejando uma série de questionamentos: como são percebidos corpos brancos e negros nos esportes? Em quais esportes certos corpos são vistos como “monstruosos” e “não civilizados” (FERREIRA e HAMLIN, 2010)? Que argumentos são levantados para justificar e criticar as hierarquias estabelecidas pelo constructo de raça? De que modo a continuidade do colonialismo se reflete nos corpos e nas subjetividades de todos os grupos raciais (FANON, 1968, 2008)? Há propostas ou, ao menos, indicativos de transformação dessas estruturas de dominação no contexto esportivo? Em relação à psicologia do esporte – e à grande possibilidade de ser uma área preenchida por profissionais brancos –, como a branquitude (CARONE e BENTO, 2002; SCHUCMAN, 2012, 2014) opera para manter ou romper com os privilégios baseados em raça no esporte?

Com essas perguntas de pano de fundo, considerar a supremacia branca no esporte envolve mais do que a constatação de suas expressões explícitas. Desse modo, na análise das entrevistas foram consideradas tanto as narrativas que expressam hierarquias baseadas na lógica da supremacia branca, mas sem se referir diretamente à raça, como as imagens historicamente dominantes sobre a corporeidade de atletas com

base em critérios de racialização dos corpos em cada esporte. Também foi dada relevância às produções de sentido promovidas pelo esporte em relação à supremacia branca, bem como suas possibilidades de superação.

6. SUPREMACIA BRANCA E O ESPORTE: ESSENCIALISMO, NATURALIZAÇÃO E HIERARQUIA

A seguir serão apresentados os resultados da análise das entrevistas articulada com o referencial teórico adotado na pesquisa. As falas das(os) psicólogas(os) orientaram a divisão desse capítulo em três seções. A opção por essa divisão, e não a exposição de uma análise de cada entrevista individualmente, se deu em razão do objetivo da tese que busca investigar as narrativas que emanam do campo esportivo a partir das falas das(os) profissionais de psicologia – de modo que foi possível um(a) mesmo(a) psicólogo(o) apresentar narrativas que compusessem as três sessões –, bem como pela orientação metodológica, uma vez que o corpo empírico da pesquisa provém da análise de conteúdo das entrevistas e não do perfil de cada entrevistado. Assim, evitou-se também que houvesse uma divisão pouco produtiva entre “profissionais críticos” e “profissionais não críticos” à supremacia branca no esporte, mas sim, narrativas críticas e não críticas, que podem estar mais ou menos presentes nas concepções das(os) psicólogas(os) sobre as relações raciais no esporte.

Desse modo, a primeira sessão apresenta as considerações sobre uma hipótese biológica da categoria raça para explicar o desempenho esportivo, a segunda expõe de que modo os processos de naturalização das desigualdades sociais e raciais fomentam o esporte profissional e a terceira aponta para indicativos de visões críticas à hierarquia racial no esporte.

6.1. ESSENCIALISMO BIOLÓGICO E RACIALIZAÇÃO

A ênfase do esporte em suas dimensões biológicas configura um dos grandes obstáculos para a discussão de outras circunstâncias que estão envolvidas no fenômeno esportivo. A ideia de que se trata de uma atividade mais diretamente relacionada ao esforço físico e à exposição das potencialidades corporais contribui para que o esporte seja quase que automaticamente entendido a partir de concepções biológicas e funcionais (HYLTON, 2008).

É um campo no qual as explicações para as diferenças de desempenhos e desigualdades de acesso se associam mais facilmente ao determinismo biológico.

Quando se trata, portanto, de explicar as disparidades nas presenças e ausências de brancos e negros em certas modalidades, o esporte parece ser um espaço mais permeável ao racismo pseudocientífico que é proferido sem maiores contestações, mascarando e naturalizando desigualdades de caráter histórico-político.

A justificativa biológica, contudo, opera como tal apenas em relação ao desempenho esportivo de atletas negros. Aos atletas brancos, por sua vez, não é reservada a racialização ou são alegadas questões culturais para explicar suas performances. Sobre a racialização, é comum ouvir em conversas cotidianas algumas frases que permitem observar o modo como é realizado esse processo no esporte: “Era um negão e uma negona musculosos e enormes”, “O goleiro era um neguinho magrinho”, “Aquele japonês de meião arriado ou não joga nada ou arrebenta”³⁴.

Em primeiro lugar, nota-se que a racialização é sempre realizada para demarcar a excepcionalidade, ora se usa o aumentativo, ora o diminutivo, ora para julgar a habilidade aquém do esperado, ora para avaliar a excelência. Consequentemente, se supõe que os brancos não são racializados porque permanecem sempre como a norma. Além disso, a racialização, principalmente das pessoas negras, é sempre adjetivada, tanto com palavras como por gestos. A referência ao jogador negro forte é acompanhada com um movimento arqueado dos braços para ilustrar a explicação e o atleta negro muito magro é representado com mímicas que aludem à fragilidade. Aqui, o que está em jogo não é uma escala valorativa, no sentido de que há elogio ou depreciação das capacidades físicas, mas sim que a racialização é utilizada para afirmar e fixar o super-humano ou o infra-humano e não a humanidade de quem é racializado.

Do mesmo modo, a vinculação da excepcionalidade de desempenho vinculada ao biológico foi constantemente elaborada pelas(os) psicólogas(os). Suelen, ao ser perguntada sobre a existência de esportes “de brancos” e “de negros”, inicialmente afirma que não vê diferenças atualmente e que as modalidades, em sua visão, não segregam, citando como exemplo o projeto com o qual trabalha:

Suelen: Eu acho que não, não existe essa diferenciação não, hoje em dia está tudo bem misturado, a gente tem vários negros do projeto de judô que estão super entrosados, a gente tem, não consigo olhar.

³⁴ Essas frases foram ouvidas por mim, do jeito que estão escritas, ao longo do doutorado.

Entretanto, quando o enfoque da pergunta é alterado para a concepção social que circula sobre a ideia de que existem esportes “de negros” e “de brancos”, Suelen conseguiu elaborar melhor sua resposta:

Suelen: Circula, né, essa ideia, principalmente no atletismo, de que atletismo os negros se dão melhor, eu não sei se existe fisiologicamente existe alguma coisa, tipo, a raça é mais forte ou tem mais, eu não sei de onde vem isso, mas realmente eu já escutei isso no atletismo. Uma menina que eu atendi uma vez do atletismo, ela era da Universidade, competia pela Universidade, ela era branca, branca, branca, todas as meninas que treinavam no atletismo na prova junto com ela eram negras, ela não foi discriminada nem nada, mas assim, ela sempre ficava para trás, ela tinha que treinar muito mais. Parece que as meninas [negras] tinham mais facilidade do que ela e o treinador falava que sim, tecnicamente elas eram todas iguais, mas parece que na hora da execução elas acabavam se destacando, não sei se fisiologicamente existe alguma...

Entrevistador: Pode ser que tenha uma, você acha que pode ser que tenha uma base biológica para a raça, por exemplo?

Suelen: Pode ser, não saberia te dizer, mas nunca parei para...

Entrevistador: Você acha que pode ser uma hipótese?

Suelen: Pode ser uma hipótese.

O atletismo, pela grande presença de atletas negros de alto rendimento esportivo, é lembrado e prontamente o argumento da fisiologia, ainda que sob suspeita, é levantado, sem que tenha sido mencionado anteriormente. Suelen afirma não saber a origem desse argumento, mas concorda com ele ao citar o exemplo do treinador cuja atleta branca não desempenhava tão bem quanto as colegas negras. Suelen não questiona essa evidência, embora muitas variáveis possam contribuir para o rendimento esportivo. Para ela, a base biológica da raça é uma hipótese viável para explicar a situação.

Esse trecho também evidencia qual é a visão da psicóloga sobre a discriminação racial. Ela utiliza o conceito pensando no contexto das relações interpessoais (pelo fato de a atleta branca ser “minoría”) e não como instrumento de perpetuação da estrutura social que concede desvantagens e privilégios com base em raça.

A fala de Rebeca, em resposta ao questionamento sobre a importância de levar em consideração as relações raciais no trabalho em psicologia do esporte, oferece mais subsídios para compreender qual o pensamento que sustenta essa visão simétrica e intercambiável entre alvos e algozes da discriminação racial:

Rebeca: Então vez ou outra eu fazia sim alguma palestra que abordasse a questão de como se relacionar com as pessoas, né? De como enfrentar situações de *bullying*, por exemplo. Embora eu nunca tenha ouvido diretamente algum deles se queixar por isso. Eles conviviam muito harmonicamente, até por serem negros praticamente todos. E eu nem percebia distinção também. Um ao outro que fosse de uma cor diferente, por exemplo, mais branco em relação ao outro, nunca percebi nenhum tipo de discriminação ou nada assim. Sempre foram muito... Se relacionaram sempre muito bem. Mas acho importante sim porque percebo uma discrepância às vezes. Na natação principalmente. A maioria é o inverso, na natação a grande maioria é branca, são poucos os negros e no caso da minha equipe são crianças e adolescentes.

Rebeca menciona que nunca havia percebido questões relativas à raça no relacionamento entre os atletas aos quais dava suporte, ou por serem todos negros, ou pela interação entre negros e não negros ser harmônica. Nota-se que essa narrativa da profissional, tal qual a de Suelen, revela que a discriminação racial somente é percebida no trato interpessoal, de modo que, por exemplo, uma modalidade como a luta livre ter somente atletas negros e outra, a natação, ter a grande maioria de atletas brancos não parece ter vínculos com alguma manifestação da racialização ou da discriminação racial no contexto esportivo.

Rebeca igualmente se refere às alegadas diferenças fisiológicas e anatômicas entre brancos e negros para justificar que há, de certa forma, “esportes de negros” e “esportes de brancos”, estabelecendo não só a diferença, como também a hierarquia entre as corporeidades:

Rebeca: Uma coisa que eu observo bem que faz uma certa diferença: a condição até fisiológica do negro e do branco. Na equipe de luta, como eu comentei, a gente tem muitos negros e a forma como eles se desenvolvem... É muito mais rápida do que os brancos. Você vê as fibras como ficam mais evidentes, a forma da musculatura é diferente do branco. E eles acabam tendo uma superioridade de certa forma nesse aspecto.

Cecília também confere à fisiologia uma explicação para a prevalência racial de atletas em determinados esportes. Trabalhando quase que exclusivamente com o atletismo, ela transita no cotidiano de um centro de treinamento, ouve e parece partilhar de muitas das concepções racializadas sobre esse esporte oriundas dos treinadores, como exemplifica o trecho a seguir:

Cecília: E assim, da questão racial em si, no atletismo, na verdade o fato de você ser negro, muitas vezes é valorizado, pela questão de performance, porque como os negros tem uma habilidade de desenvolvimento de força, de musculatura, muito grande, os treinadores eu já vi eles várias vezes perguntando, “é negro? É negão?”. Eles perguntam altura, “que altura que tem? E é negão?”. Isso já faz parte da triagem dos critérios que o treinador tem na cabeça, o atleta negro ele vai ter algumas habilidades que o branco não tem. O que a gente está vendo não é que o branco não possa desenvolver, mas talvez ele tenha que ralar muito mais e não é todo o branco que vai conseguir, então eu acho que a questão racial mesmo especificamente, eu não vejo dessa forma, porque eu acho que muitas vezes é valorizado.

Nesse trecho, em que valida os critérios subjetivos dos treinadores para a seleção de atletas negros para as provas de velocidade, Cecília respondeu à pergunta sobre se percebia alguma manifestação, situação ou contexto de preconceito, discriminação ou racismo no esporte em que trabalhava. Não vê a “questão racial” objeto da pergunta, pois acredita que os atletas negros são beneficiados por essa lógica. Também não avalia essa “canalização” praticamente automática com critérios raciais para determinadas provas e esportes como uma manifestação de discriminação. Essa visão parece confirmar que se não há, na perspectiva de pessoas brancas, discriminação direta ou desvalorização explícita de pessoas negras, não há racismo.

Esse fenômeno de direcionar atletas a partir de estereótipos raciais para determinadas modalidades ou posições, aumentando a competitividade interna e, consequentemente, a concorrência por uma vaga em equipes principais, já foi estudado por pesquisadores dos EUA desde a década de 1970 e foi denominado como “*racial stacking*” ou empilhamento racial (LOMAX, 2002). Uma das características principais do *racial stacking* é considerar os atletas a partir de estereótipos e não a partir de seus resultados e conquistas (GONZÁLEZ, 2001). O argumento biológico é crucial para determinar esse direcionamento, de tal modo que as modalidades “mais diversificadas” são aquelas em que a eficácia social desse argumento não é prevalente. Como afirma a entrevistada Cecília:

Cecília: Por isso que eu acho que tem um componente da estrutura [biológica] mesmo, porque não é só o Brasil, a gente tem países que tem muito mais branco do que negros, por que a gente não tem um monte de alemão na velocidade? Aí eu não sei se tem uma questão cultural de quais provas eles trabalham mais, mas acredito que tenha um componente aí fisiológico e tal. Nas provas de fundo, por exemplo, aí já não, a gente vê tanto brancos como negros se destacando, isso a âmbito internacional, tanto no Brasil quanto

internacionalmente [...], então é uma prova que não é tão determinante.

A grande especulação sobre em que consistiria de fato essa alegada “vantagem biológica” de atletas negros é constante em todas as narrativas que a defendem. Constantemente são argumentos que “ouviam falar” de treinadores, ou que “leram em algum lugar”, mas sem saber ao certo aonde. A falta de embasamento científico não parece ser um impedimento para que esse tipo de justificativa seja elencado como possível para explicar a predominância racial em determinados esportes. Segundo os entrevistados Rebeca, Cecília e Lucas:

Entrevistador: E aí então você acha que tem algum componente biológico na raça?

Rebeca: Parece ter, nunca vi estudo. Nunca pesquisei na verdade. Mas até uma das professoras que é da luta livre, ela tava comentando “você já percebeu?”. Ela que me sinalizou isso. “Olha o fulano, olha o corpo dele, olha o de ciclano”. Tem três na nossa equipe que são negros, bem negros e realmente um deles ficou parado mais de um ano e quando ele voltou parece que ele não perdeu nada. Quando um branco fica sem treinar você vê que muda tudo. O corpo não é o mesmo. E esses meninos mesmo sem treinar quando voltaram o corpo parecia como se tivessem feito ontem vários exercícios. Não pesquisei como é isso, mas seria uma coisa interessante até de avaliar.

Cecília: Aí eu acho que... aí mais para a área de vocês mesmo da Educação Física, eu acho que talvez tenha alguns esportes que existam algumas explicações mais fisiológicas, mais de estrutura mesmo corporal, que talvez possa ter algum favorecimento, sabe? Já ouvi falar coisas, por exemplo, da natação, que tem algumas questões que talvez os negros tenham mais dificuldades para conseguir pelo tipo de célula, de musculatura, ouvi falar coisas assim, bem do senso comum, não vi nada muito científico em relação a isso, mas são coisas que a gente ouve falar. No atletismo que é uma modalidade que eu acho que essa questão fica bem explícita assim.

Lucas: [...] eles [os negros] tem umas capacidades físicas e isso biológicas, fisiológicas, não sei, que os favorece em certas competições, eu não vou buscar referência, não me pergunte, eu não sei embasar isso, mas aí estava sendo colocado esportes como boxe, MMA, esportes que tenham explosão, atletismo, por exemplo, ou resistência, a condição, aí eu não sei se é verdade ou não, a psicologia evolucionista que fala sobre isso [...].

Se, por um lado, não há um suporte científico consistente para sustentar esses pontos de vista, por outro, mesmo a apresentação de estudos que amparem essa perspectiva não resolveriam uma questão ainda mais profunda: o contexto histórico que

propiciou os discursos científicos de racialização do desempenho esportivo. Vale retomar as análises de Carrington (2010), discutidas no capítulo 2 dessa tese, em que realiza algo como um genealogia das Ciências do Esporte na construção do imaginário social do atleta negro e estabelece que essa área foi impulsionada com as tentativas de “explicação” sobre o sucesso de atletas negros em esportes, até então, dominados por atletas brancos. Para tanto, adotou uma série de conceitos e categorias do racismo científico do século XIX, principalmente nas tentativas de circunscrever uma noção biológica de raça.

Retomando o trecho da fala de Cecília, é importante notar que ela vincula a justificativa biológica das diferenças raciais no esporte como uma demanda acadêmica da área de Educação Física, mas que tampouco é criticada por ela, sendo uma profissional da Psicologia. Do mesmo modo, Athayde da Silva, no começo da década de 1970, alude a estudos de “educadores físicos” para constatar que determinadas medidas corporais de atletas negros conferiam a eles vantagem física sobre atletas brancos. Nota-se a força das Ciências do Esporte, objeto por excelência da Educação Física, em construir argumentos “científicos” para determinar o desempenho esportivo por parâmetros biológicos e a partir de racialização. O prestígio dessa justificativa é tamanho que passou a fazer parte do senso comum do campo esportivo e, consequentemente, da ideologia de sustentação da supremacia branca no esporte.

Isso porque a correlação estabelecida entre racialização, força física, e performance esportiva delimitou a explicação da prevalência e o desempenho de atletas negros unicamente ao seus corpos, fornecendo uma explicação racional que não desafiava o domínio branco. Uma vez criado o constructo teórico do “atleta negro” e sendo ele explicado a partir de pressupostos inatos, não construídos socialmente, não haveria motivos para estabelecer quaisquer outros tipos de compreensão para o “fenômeno”. Nesse sentido, o próprio fascínio e interesse por estudos que visam “compreender o incompreensível” do sucesso esportivo de pessoas negras a partir do entendimento de “raça” como biologicamente viável, pode evidenciar que esses tipos de pesquisa sejam resquícios da resposta dada à ruptura no projeto de supremacia branca. A reorganização desse projeto ocorre, portanto, na fixação das corporeidades não brancas mais próximas à natureza, em oposição ao âmbito da técnica, adquirida social e culturalmente.

No mesmo sentido, Carrington (2010, p. 81) analisa que a “negritude esportiva” (*sporting negritude*) por vezes se encontra com o treinador – e, incluso, o psicólogo –

branco e que cabe a ele a tarefa de transformar corpos negros em atletas esportivamente disciplinados e produtivos. O autor reforça que esse discurso, em última medida, diz mais a respeito da produção subjetiva da branquitude, a qual, a partir da fixação do outro (negro) no âmbito infra-humano, estabelece bases para a elaboração de uma coesão social branca e masculina dominante.

Curiosamente, os pressupostos da “construção do caráter”, da “autodisciplina” e do “trabalho duro”, implantados com tanto afínco pelo processo colonizador da cultura corporal europeia (mais especificamente da cristandade muscular anglo-saxônica e da aristocracia francesa), são deixados de lado quando se trata de dar um sentido às “inesperadas” vitórias de atletas negros em arenas brancas (CARRINGTON, 2010). Assim, o “objeto” de estudo inventado para dar conta de responder a essa demanda que desafiava os pactos narcísicos da branquitude (BENTO, 2002), foi criado a partir de crenças não racionais.

Desse modo, por ser construída nessa relação de dominação, a branquitude é, ao mesmo tempo, produzida e desafiada no processo de racialização no esporte. Exemplo disso são as narrativas construídas em torno do atacante português Cristiano Ronaldo. Hylton e Lawrence (2014) afirmam que, no contexto britânico, ele se encontra no que chamam de “periferia da branquitude”, ou seja, no espectro que vai do “encardido” ao “branquíssimo” (SCHUCMAN, 2012), o jogador estaria mais próximo do primeiro. Se ele é identificado como branco pelos britânicos, sua corporeidade e performance – a postura em campo e a expressão de sua masculinidade. – são vistas como provenientes de sua “não branquitude”, compreendida não somente pela cor da pele, mas também pelo fato de ser oriundo da Ilha da Madeira, mais próxima da África do que da Europa. Não por acaso o jornalista português Luís Miguel Pereira, biógrafo do atleta, tenta “explicar” a sua potência muscular excepcional pelo fato de sua bisavó paterna ter sido uma mulher negra cabo-verdiana e não pela sua dedicação ao treinamento resistido de força (GLOBO ESPORTE, 2015). Ao mesmo tempo em que Cristiano Ronaldo é compreendido com ressalvas enquanto homem branco, a branquitude hegemônica (no caso, a britânica) é cada vez mais circunscrita.

À branquitude, por sua vez, não é reservada exclusivamente a explicação biológica para justificar sua presença em determinados esportes e, quando é utilizada, as referências são difusas e especulativas. Retornando às entrevistas com psicólogas(os), Lucas e Cecília fornecem elementos para essa análise:

Entrevistador: Eu estava pensando também em outros esportes, por exemplo, levantamento de peso, também tem a mesma ideia de explosão e tal, pelo menos que eu vejo e acompanho não tem negros, não.

Lucas: É que o levantamento de peso ele tem uma explosão que consiste não da – não sei precisar que não é a minha área, aí seria mais a biomecânica – é um movimento muito de força em si, vamos falar, eu vou usar um termo aqui, não sei se está correto, estático, o cara está ali, ele tem um afluente de explosão naquele eixo ali, esportes como boxe, o atletismo tem uma mobilidade maior, uma desenvoltura, agilidade, assim, não só o fato da força física, mas a resistência também e uma agilidade de espaço, eu não sei se é mais ou menos isso.

Cecília: Eu acho que tem provas que isso não é determinante, que daí eles vão olhar mesmo o histórico do atleta, que resultados que a pessoa já tem. Eu acho que nas provas de lançamento e arremesso, por exemplo, a gente tem um perfil bem diversificado, tem tantos os brancos quanto os negros em uma proporção bem parecida. Então eu acho que depende muito da prova que a gente está falando mesmo. Para você ver que a prova de lançamento é uma prova que exige muita força, mas para esse tipo de força específica, talvez seja mais fácil para os brancos desenvolverem.

O trecho de Lucas acima se deu em resposta ao questionamento que fiz a respeito da presença de atletas brancos em esportes individuais em que a força muscular é preponderante, tal qual o atletismo. Em resposta, afirmou que não sabe ao certo distinguir o tipo de força empregada nas modalidades elencadas, mas mesmo assim supõe que determinado tipo de força pode estar relacionado a um fator genético. Cecília, por sua vez, também diferencia os trabalhos de força dentro do próprio atletismo. O tipo de força dos arremessos, para ela, pode ser “mais fácil” para os brancos realizarem, em um contexto no qual se imagina que o domínio da aplicação de força é, por excelência, um domínio dos negros. Chama atenção também ao fato de que a determinação racial, a partir do entendimento biológico, é o primeiro critério de seleção de atletas, sendo que o histórico e os resultados são analisados somente após descartada esta possibilidade. Entretanto, para os atletas brancos os fatores alegados em princípios são de ordem cultural, como exemplifica o depoimento abaixo de Cecília:

Cecília: E aí nos lançamentos, a gente vê muita gente vindo, tem muitos lançadores do sul, e lá no sul eles têm um cultura com uma influência muito grande europeia, e a Europa é referência nos lançamentos de arremesso, então eles têm uma cultura muito forte. Tem alguns países assim, por exemplo, lançamento de martelo, que é uma prova que aqui no Brasil praticamente a gente não tem muita repercussão, tem alguns lugares, na Eslovênia, por exemplo, que é um

país meio que escola de martelo, que tem setores públicos de lançamento de martelo, tipo, fica lá uma caixa cheia de martelo, tem um campo, qualquer pessoa vai lá e arremessa. Então uma cultura totalmente diferente, na Polônia, da Alemanha, então eles acabam desenvolvendo muitos atletas dessas provas.

Nesse trecho, Cecília comenta sobre o fato de haver mais atletas brancos nas provas de lançamentos e arremessos. Para tanto, afirma que a cultura europeia tem papel importante na formação esportiva de pessoas brancas, em especial, da região sul do Brasil. Há um reconhecimento de um contexto, de uma historicidade, inclusive dos países europeus com tradição em provas de lançamento. O incentivo público para a prática da modalidade poderia, inclusive, embasar a pergunta que ela mesma levantou anteriormente: “por que a gente não tem um monte de alemão na [prova de] velocidade?”. A referência à nacionalidade como recurso para ser referir à raça é articulada quando ela exemplifica sua opinião com atletas com as quais atua:

Cecília: E no sul, as nossas principais meninas do martelo hoje do Brasil, a maioria veio do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, então eles têm uma escola lá que de alguma forma tem essa influência europeia e acaba desenvolvendo alguns talentos nessa área e aí geralmente o talento se desenvolve lá e aí vem para cá [São Paulo], já na etapa competitiva e tal. Então eu acho que tem uma questão cultural também. E aí essas meninas, por exemplo, elas são meio alemâzons assim, tem umas que são com aquele perfil. Tem uma menina hoje do martelo mesmo, que é uma das principais lançadoras da prova, foi campeã brasileira várias vezes, que ela é uma alemã, olho claro, cabelo loiro, branquinha, forte pra caramba, aí eu acho que tem essa questão, tem a combinação das duas coisas tanto cultura quanto genética mesmo. Essa menina, por exemplo, ela é muito forte, você vê, a família dela toda tem esse biótipo.

Assim, para atletas brancos, a cultura é considerada como fator de desempenho esportivo. E a cultura compreendida como traço hereditário: há uma continuidade entre a cultura esportiva na Europa e seus descendentes brancos brasileiros que permanece mesmo com a migração. Por outro lado, quando se comenta sobre os atletas negros, alega-se somente a genética; no caso da atleta branca, há a atribuição genética, mas está vinculada apenas aos seus laços familiares consanguíneos e não à raça. Desse modo, há um entendimento de que as pessoas negras herdam apenas a biologia, enquanto que as brancas herdam também a cultura. Em outras palavras, é possível analisar que o esporte pode contribuir para que o processo de reconhecimento da performance das pessoas negras se dê em termos biológicos e o das pessoas brancas em termos socioculturais.

6.2. NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS

Se a compreensão biológica de raça foi um dos discursos utilizados para explicar a presença e performance de atletas em determinados esportes, outras interpretações também foram empregadas pelas(os) entrevistadas(os) para analisar determinados esportes ou mesmo a escolha pela carreira esportiva. Essas interpretações se basearam no contexto de desvantagens e privilégios sociais vinculados às desigualdades raciais, mas não sinalizaram para uma crítica a eles, sendo que muitas vezes a situação foi encarada como natural e até positiva para o esporte.

Rebeca apresenta uma narrativa que aponta para o aspecto socioeconômico da desigualdade racial, inclusive afirmando que ambos estão interligados e de que maneira isso se reflete no esporte:

Rebeca: A questão socioeconômica que infelizmente tá atrelada a raça, né? À cor, não seria a raça, mas a cor. A maioria dos meus adolescentes lá [na luta olímpica] são negros e de classe média baixa. E enquanto na natação são morenos, pelo sol, porque a piscina é aberta. A maioria é branca e tem classe média, média pelo menos. Então eu vejo que há sim uma diferença, mas penso que ela não é proposital, ela não é intencional. Infelizmente a sociedade é complicada. Já existe isso na sociedade e aí vai para o esporte também.

Entretanto, também afirma que essa divisão não é própria do contexto esportivo ou que o esporte contribui para que ela seja intensificada. Ao dizer que essa divisão racial que ocorre em determinadas práticas esportivas não é intencional pode ser indicativo de uma concepção que naturaliza essa divisão. Posteriormente, quando comenta sobre a presença de negros e brancos em cargos de comissão técnica, deixa mais evidente o quanto considera essa situação ocasional:

Rebeca: Na luta olímpica a grande maioria são negros por serem de Cuba. No Brasil a gente tem alguns técnicos cubanos. Inclusive o técnico com o qual eu trabalhei era cubano, bem negro. E no Rio de Janeiro tem três ou quatro cubanos negros ou pelo menos pardos. Em São José dos Campos agora tem uma equipe que tem um técnico cubano negro. E alguns são ex-atletas, alguns técnicos são ex-atletas. Então ou são pardos para negros ou só pardos, não chegam a ser brancos também, né? A gente tem dois só que eu conheço que me eu lembre agora que são brancos, mas a grande maioria é de pardo a negro. Curiosamente, na natação são os brancos.

Rebeca constata que em cargos técnicos, a presença de negros só é prevalente quando são estrangeiros, no caso, cubanos, sendo a maior parte ex-atletas. Isso evidencia que mesmo com um grande contingente de atletas negros, em uma população que se autodeclara negra em sua maioria, há uma fronteira que barra a ascensão de atletas negros para o cargo de treinadores no Brasil, algo que parece ocorrer de maneira distinta no caso de Cuba. Contudo, na natação o perfil racial muda e a maioria dos treinadores é branca. Vale ressaltar que a psicóloga credits a demografia racial desses esportes como algo curioso, o que pode revelar tanto uma novidade para ela – um fato que ela somente pode perceber no momento da entrevista – ou que considera algo fortuito, da ordem do acaso.

Paulo também apresenta uma explicação para a distribuição racial de atletas, no caso do futebol, que não a considera como sendo fruto da desigualdade, mas de uma continuidade natural com a proporção de negros e não negros na sociedade brasileira:

Paulo: Teria que ser um pouco mais preciso em relação a tentar entender a proporção de atletas negros ou pardos no futebol e a relação disso com a proporcionalidade da mesma população no Brasil como um todo. Eu não sei. De repente é isso: tem 40, 60% da população brasileira é negra ou parda e aí isso se reproduz no futebol. Não teria uma explicação específica, teria que ter esses dados precisos.

Essa explicação seria suficiente para compreender a proporção de atletas negros no futebol, caso outros esportes não apresentassem relações entre atletas negros e brancos que não acompanham os números populacionais da população em geral. O psicólogo, então, elenca outros elementos para compreender esse fenômeno do futebol. Um deles, mais ligado à desigualdade social que acaba por segregar negros e brancos, está nas oportunidades de acesso que as classes médias e as elites, em grande maioria brancas, e as classes mais empobrecidas, geralmente negras, possuem aos espaços de prática de futebol:

Paulo: O que se imagina hoje em dia, em primeira instância, tem a ver com a classe branca, digamos assim. Classe média, classe dominante, da elite, né? Os garotos têm menos espaço para praticar, né? Isso acaba ficando na oportunidade do pessoal que mora nas comunidades e tem a rua, os vizinhos de bairro para brincar e não nas escolinhas e tal. E o pessoal que é do interior do Brasil. Aí no caso no interior de São Paulo ainda há lugares para se praticar futebol de campo. Tem

campeonatos um pouco maiores e isso serve como um lugar para também captar esses atletas.

Ao que indica, Paulo analisa que uma das hipóteses para compreender essa aparente “igualdade racial” entre os jogadores de futebol reside em uma espécie de “impedimento de acesso” aos locais de prática aos jovens brancos de classe média residentes nas capitais, enquanto que estes espaços estariam mais disponíveis aos jovens das periferias e do interior do país. Outro argumento levantado pelo psicólogo diz respeito a um aspecto histórico-cultural que é levantando recorrentemente quando se trata de relações raciais e futebol:

Paulo: Mas, tem uma construção histórica disso também, né? De que as classes menos favorecidas, na sua grande parte constituída por negros e tal, o futebol surge como um instrumento, como um caminho de mobilidade social e de visibilidade social principalmente. Então, uma coisa, inclusive, um processo de vencer o preconceito. Você pega aí o futebol jogado na década de 30, depois eu não sei se você chegou a olhar o trabalho do Mario Filho no futebol e tal, mas esse percurso que ele faz em relação à inserção do negro como atleta num esporte bastante elitizado como o futebol era na época por um caminho de se mover socialmente e principalmente ser visto. Porque a coisa da grana em si, ela é mais recente. Mas, a questão da visibilidade social e a questão da representatividade do atleta do futebol negro no Brasil eu acho que ela tem um papel grande, naturalmente o tipo de jogo que a gente joga está muito influenciado pela questão da capoeira, pela questão da identidade racial brasileira.

A explicação histórico-cultural, por sua vez, passa pela questão da mobilidade social e superação de preconceitos e pela contribuição que a cultura negra brasileira deu ao futebol, o que supostamente deu maior visibilidade aos jogadores negros em meio a um esporte originalmente elitizado. Para tanto, Paulo cita uma das principais referências de muitos estudos sobre raça e futebol no Brasil, o jornalista Mario Filho, que em sua obra “O Negro no Futebol Brasileiro” (1947), defende o futebol como caminho de “aceitação social” dos negros na sociedade brasileira. Esse processo, entretanto, está em consonância com os ideais raciais conservadores vigentes à época e que estavam alinhados ao pensamento de Gilberto Freyre, não por acaso, autor do prefácio do livro de Mario Filho.

Roberta Pereira da Silva (2017), em sua dissertação de mestrado, analisa as implicações desse alinhamento teórico de Mario Filho com Freyre: o elogio ao tema escolhido para o livro, conforme consta no prefácio, se deveu ao papel que o futebol

demonstrou ter, segundo o sociólogo, no apaziguamento de impulsos irracionais que marcava o “homem brasileiro” até então. Mais adiante, essa irracionalidade do homem brasileiro é demarcada como sendo proveniente da matriz africana da identidade nacional: o samba e a capoeira. Ou seja, para Mario Filho, na visão compartilhada com Gilberto Freyre, o futebol havia operado como componente civilizatório para o homem negro brasileiro e recebia como contrapartida “as surpresas irracionais e variações dionisiacas” (FREYRE, 2003) da referida irracionalidade negra. Nas palavras da autora:

Estão aí postas algumas bases que fundamentam a literatura sobre o futebol, uma vez que a ginga e malandragem presentes no samba e na capoeira se transmutariam na habilidade de jogar futebol, e este seria, portanto, a “salvação” para a população negra. Trata-se de uma elaboração ancorada na premissa de que os negros seriam irracionais, e suas atividades seriam moral e socialmente condenáveis por trazer prejuízo à sociedade brasileira. A ginga e a malandragem, atribuídas como características natas da população negra darão origem ao futebol “arte”. Contribuindo assim para a formação do estereótipo que se configura na impossibilidade do(a) negro(a) realizar qualquer outro tipo de atividade a não ser o futebol e depois o carnaval (SILVA, 2017, pp. 61-62).

Assim, o que estaria em jogo na transformação do futebol de um esporte elitizado para uma prática popular com a ascensão de jogadores negros? Ao que indica, a conquista desse espaço pelos atletas negros teve como resposta das elites um abandono da prática como distintivo de classe e uma reconfiguração de narrativas sobre esse esporte, no caso, a de que a ascensão social dos jogadores negros estaria, então, associada a uma suposta redenção à negritude que o futebol traria em suas características europeias.

Entretanto, no que diz respeito aos cargos administrativos, esse panorama racial se altera no sentido de se “embranquecer” ainda mais. Rebeca afirma que, independentemente do esporte, todos são ocupados em grande maioria por pessoas brancas. Do mesmo modo, a quantidade de ex-atletas que ocupam esses cargos é igualmente menor, apresentando outra barreira para a ascensão de atletas negros para os postos de direção das entidades esportivas. Novamente, se remete a esse fenômeno como algo curioso. Em suas palavras:

Rebeca: Na confederação de luta, se eu não me engano, os dois ou três que estão lá foram sim atletas de luta...Tem um assistente de alguma coisa lá que é...Que não só luta, mas talvez judô, jiu jitsu, alguma outra arte marcial...Branco. E na natação eu não conheci

dirigentes de fato. Mas observando outros clubes... A maioria dos técnicos são brancos. Comissão técnica de modo geral. Talvez sejam dirigentes. Eu não tive a oportunidade de distinguir o cargo, mas penso que a maioria, talvez tivesse outros cargos ali, mas brancos, a grande maioria brancos. Curiosamente. No karatê também a grande maioria é branca e judô eu não tive a oportunidade de ir em competições. Acompanhei mais em treinamentos e atendimentos pontuais.

Nota-se que apesar de alguns esportes apresentarem uma prevalência maior de atletas negros, isso não se reflete nos cargos técnicos e administrativos desses mesmos esportes. Há indícios, portanto, de um estrangulamento do espaço ocupado por pessoas negras na esfera esportiva, compreendida aqui em todo o seu aparato técnico-institucional. Paulo apresenta duas hipóteses para a ocorrência dessa barreira, uma relacionada ao preconceito e outra, mais concernente a esse tópico, a uma questão de formação educacional:

Paulo: Tem a ver com alguns, alguns... Em parte, preconceito de não conseguir visualizar uma pessoa negra em uma posição de poder, uma posição de comando, né? Mas, em parte também, como um subproduto de um déficit educacional. Em tese é o que se imagina – e aí está carregado de preconceito isso que eu estou dizendo, porque eu não tenho dado aqui na minha mão –, mas, em tese, uma pessoa de coloração mais escura ou parda, ou de origem mais humilde teve menos acesso à educação, portanto, acaba tendo menos articulação e desenvoltura ou mesmo acesso à educação formal superior que permitiria o cara assumir um cargo de treinador ou preparador físico, mesmo de gerente ou diretor.

O psicólogo credita grande influência da educação formal para os cargos de direção ao mesmo tempo em que afirma existir um preconceito que impede a sociedade de visualizar os negros nos postos de comando. De fato, a conexão entre o racismo e o acesso à educação formal fomenta uma canalização ou, ao menos, uma expectativa social de que as pessoas negras ocupem o espaço esportivo como atletas e, geralmente, sem acesso ao ensino superior, enquanto que a relação dos brancos com o esporte se dá em maior parte nas áreas técnicas e administrativas que demandam ensino superior. Contudo, dois pontos contribuem para que essa narrativa se aproxime da naturalização das desigualdades: 1) a responsabilização que recai sobre os próprios atletas devido a terem supostamente “menos articulação e desenvoltura” administrativa por não possuírem ensino superior – ao que é percebido prontamente pelo entrevistado, que afirma que sua fala talvez esteja movida por preconceitos, evidenciando que poderia

entrar em contradição – e 2) a ocorrência de ex-atletas brancos que não possuem ensino superior e que ocupam espaço nos postos administrativos das instituições reguladoras. Como exemplo, é possível observar, na entrevista de Rebeca, como se deu a consolidação e a atual administração da confederação de Luta Olímpica:

Rebeca: Na confederação de luta, se eu não me engano, os dois ou três que estão lá foram sim atletas de luta... Tem um assistente de alguma coisa lá que é... Que não é só de Luta, mas talvez Judô, Jiu Jitsu, alguma outra arte marcial... Branco. [...] Eu não conheço a história de fato desses dois dirigentes que tão... Os fundadores da confederação aqui no Brasil. Então... Mas foram ex atletas e são brancos.

As falas de Cecília permitem uma melhor compreensão sobre expectativa social que separa os caminhos de brancos e negros no mundo esportivo, inclusive no que diz respeito ao próprio acesso ao esporte como atleta, bem como sobre as narrativas que são articuladas para justificar esse panorama racializado.

Quando questionada se as crianças e jovens brancos sempre são superados por negros nas provas de velocidade no atletismo, por conta de suas supostas vantagens biológicas, Cecília afirma não ser possível realizar esse tipo de afirmação pela falta de atletas brancos que acessam a modalidade. Também esboça algumas hipóteses que podem explicar essa situação:

Cecília: É o que eu te falei, a gente não trabalha com tantas crianças brancas, já tem uma seleção, por quê? O que a gente...é que como já tem uma... eu acho que assim, se a gente for ver até pelo número mesmo nas escolas públicas, a gente já tem mais crianças negras e aí muitas crianças brancas, elas já escolhem outros esportes, já vai para um esporte coletivo, já vai fazer um vôlei, um basquete, um handebol, uma natação.

Contraditoriamente, esse argumento de Cecília vai de encontro à justificativa biológica elencada por ela em outros momentos da sua entrevista. De acordo com esse trecho de sua fala, a seleção de atletas pelo perfil racial é antes social do que baseada em pretensos critérios biológicos. Mesmo a constatação empírica de que os negros possuem vantagem genética ou fisiológica por serem maioria nessa prova não se sustenta, uma vez que não há como fazer a comparação entre atletas brancos e negros em razão dessa seleção social pré-estabelecida. Rebeca adiciona outro elemento que confirma um crivo social anterior: determinados esportes, por serem “baratos”, são difundidos em áreas de

maior população negra e empobrecida com o intuito de fomentar a modalidade com a contrapartida de oferecer certas garantias sociais.

Rebeca: [...] se a gente pensar na divisão de categorias: os juniores, os cadetes (que são cadetes que são até 15 anos, juniores acima de 16 até 20), essa turminha em geral são da periferia. Porque esses projetos são instalados nesses locais. Penso que para evitar que essas crianças estejam com as drogas, evitar o envolvimento com o crime e para fortalecer a modalidade. Talvez não tenha essa noção...Eu acho que não tem essa percepção “vamos pegar os negros porque eles têm uma fibra melhor”. Não me parece que tenha essa percepção, mas é mais no contexto social de ajudar essas crianças e também de fomentar a modalidade. Que é fácil de encher o tapete... É barato. Então para os pais também deixarem ir é melhor, não custa muito.

Além do direcionamento de atletas negros para essas modalidades, a seleção se baseia igualmente na possibilidade de opção das pessoas brancas por outros esportes. A interpretação sobre essa disparidade também é relevante, como afirma Cecília:

Cecília: O que a gente percebe do atletismo, é que é um esporte extremamente sofrido, o treinamento é muito sofrido, você está no sol, na chuva, a exigência física realmente ela é muito grande e para uma criança que não tem tanto, está aqui para se divertir, quando eles começam a sofrer de verdade, de sentir dor e tal, aí elas já começam, “acho que vou fazer outra coisa”, e aí vai para um esporte tipo, vai para um futebol, basquete, porque às vezes é praticado em um lugar fechadinho, mas tranquilo, que não exige tanto. Claro que cada prática tem a sua exigência, mas exigência física, o desgaste do atletismo ele é muito grande e a gente vê alguns que não aguentam, e aí eu acho que tem a ver com as oportunidades mesmo, se a pessoa ela tem oportunidades de crescer em outras coisas que ela não vai ter que sofrer tanto, ela vai.

Não se pode perder de vista que estávamos dialogando sobre os motivos que fazem o atletismo possuir o perfil demográfico *racial* que tem. Assim, chama atenção o fato de que o sofrimento, encarado como inerente à modalidade, é relegado às crianças negras; são elas que “aguentam” a exigência física, ao passo que outras crianças desistem. Se a justificativa biológica foi apresentada para explicar o predomínio de atletas negros em determinados esportes, tal discurso se alia ao da resistência ao sofrimento e possibilita cogitar que ambos apontam para uma concepção naturalizada do envolvimento de pessoas negras no esporte.

Se, por um lado, Cecília ressalva que a oportunidade de não sofrer é o que motiva a escolha por outros esportes ou outras atividades não esportivas, e que esse

seria o caminho trilhado pela maioria das crianças brancas, por outro, ratifica a noção de que as crianças que permanecem no atletismo, em sua maioria negras, o fazem a partir de uma relação assentida com o sofrimento. Segundo Cecília:

Cecília: “Não, eu vou aguentar, ou vou sofrer, mas porque eu tenho o meu sonho aqui, aqui eu vou conseguir viajar, conhecer outras culturas, vou poder ter uma renda, vou conquistar respeito através do esporte”. E aí eles acabam suportando coisas que crianças que não precisam tanto, não suportam.

Aqui caberia o questionamento se as crianças negras suportam mais sofrimento estabelecido pelo treinamento corporal sistemático do esporte ou se a elas não é vislumbrada outra possibilidade a não ser o esporte e, mais do que isso, aqueles esportes nos quais quase ninguém arriscaria a saúde dos filhos. Em outras palavras, existem condições materiais que orientam as escolhas pelo esporte quando se observam as relações raciais. Além disso, é interessante notar que não somente a materialidade da renda é levantada como a recompensa pelo sacrifício, mas também a questão do respeito, que parece não ser uma condição anterior, inerente à condição de humanidade, mas também algo a ser conquistado através do sofrimento e da abnegação.

A entrevistada Suelen também abordou essas questões e destacou as diferentes disposições para a prática esportiva a depender do local de moradia e das condições socioeconômicas das crianças que frequentam os projetos em que atua:

Suelen: Essas crianças da periferia na minha opinião elas são mais vividas, mais descoladas, elas têm mais iniciativa, elas se viram muito melhor do que as outras. Então, dentro do campo eles ganham, levam uma entrada ou um chute, essa criança ela não para pra ficar chorando e reclamando igual as outras fazem, ela levanta e continua jogando. Teve uma situação muito ímpar nesse final de semana de uma dessas crianças de periferia, uma bolha no pé que estourou e que estava sangrando e ela jogou o jogo inteiro com a bolha no pé e não falou. A outra criança [da elite] se leva um arranhão já vem cheia de “mimimi”, de não me toque, por quê? É muito diferente a criança, a criação, essa criação aqui da elite ela tem empregada, babá, faxineira, passadeira, motorista, tem criança que vai para o jogo porque o pai não pode levar o motorista leva, está acostumado com tudo muito fácil.

Assim como Cecília, Suelen apresentou explicações para os diferentes modos de se relacionar com o esporte por um viés social. Vale ressaltar que ambas relacionaram previamente ou reconheceram posteriormente que as crianças mais ricas são, em sua

maioria, brancas. Tal fato não é surpreendente, uma vez que a formação da sociedade de classes no capitalismo industrial brasileiro foi constituída a partir da base econômica escravista, bem como as relações sociais entre capital e trabalho (HASENBALG, 1979; MOURA, 2014)³⁵.

Se a transposição direta da discussão de raça para classe pode ser uma tentativa de não falar sobre raça, falar sobre classe no capitalismo de base colonial é também falar sobre raça. Essa é uma análise realizada por Fanon (1968) quando escreve sobre a desigualdade econômica no contexto colonial. Para Fanon, ela não é criada apenas pela ausência de distribuição de riquezas, mas, antes, se constrói com base em uma compreensão de humanidade que distingue colonizador e colonizado. Em suas palavras:

Quando se compreende no seu aspecto imediato o contexto colonial, é evidente que o que divide o mundo é sobretudo o fato de se pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. A causa é efeito: se é rico porque é branco, se é branco porque é rico. Por isso, as análises marxistas devem modificar-se ligeiramente sempre que abordam o sistema colonial (FANON, 1968, p. 29).

Suelen relata uma cena em que foi possível, na visão dela, constatar uma relação com o próprio corpo distinta entre crianças de diferentes contextos atravessados pela materialidade das desigualdades de classe e raça. Esse relato se aproxima das falas de Cecília no seguinte ponto: a dor e o sofrimento do treinamento parecem ser fatores determinantes para o processo de adoção da carreira esportiva.

Mas quais são as implicações da constatação dessas diferentes relações com as práticas esportivas para a discussão sobre as relações raciais? Aqui podemos aprender novamente com Fanon (1968) quando escreve sobre os “sonhos musculares” das pessoas em situação de opressão, ou seja, sobre a agressividade sedimentada entre os sujeitos colonizados nos processos de dominação imposto pela violência sobre o corpo e que se manifesta no inconsciente. O sistema de dominação racial deixa o colonizado em constante situação de tensão e alerta: “em seus músculos, o colonizado está sempre à espera” (FANON, 1968, p. 40) para acertar as contas com o colonizador e, em última instância, com os colonialismos. A violência colonial, que atua diretamente sobre os corpos e territórios colonizados, instaura, em seu revés, o desejo incansável pela

³⁵ Para uma discussão, partindo de indicadores socioeconômicos, sobre a constituição das desigualdades de classe atuais como efeito da discriminação racial, conferir Santos (2005) e IPEA/SEPPPIR (2014).

liberdade e pela reconstrução da humanidade. Um processo que demanda um envolvimento e uma contrapartida corporais, físicas.

Fanon (1968) afirma que essa tensão muscular é liberada frequentemente em processos de “autodestruição coletiva” e em práticas corporais catárticas. A essa repressão das energias musculares, causada pelas investidas de controle e de morte do poder colonizador, corresponde uma reação à violência de igual tamanho, ainda que difusa e não direcionada ao seu algoz (ORTIZ, 2014), alimentando os medos e fantasias coloniais que vinculam os corpos não brancos ao incivilizado e ao violento (SAPEDE, 2011). O colonizador, o branco, também é psiquicamente afetado nesse ciclo da violência colonial, uma vez que teme e ressentido esse poder latente, o revide engatilhado, e por isso valida tanto o discurso como as ações coloniais (SESHADRI-CROOKS, 2002). O retesamento corporal dos sujeitos colonizados, fruto de relações históricas e materiais violentamente desiguais – aquilo que, nas palavras de Fanon (2008), seriam a sociogênese da condição psicossocial do colonialismo (FAUSTINO, 2015) –, teria a potencialidade de ser orientada para ação política nas lutas de libertação contra a opressão colonial.

Nesse sentido, correndo o risco de realizar essa aproximação, as constatações sobre as diferentes apropriações corporais relatadas pelas(os) psicólogas(os) podem estar relacionadas com esse processo analisado por Fanon. Contudo, há uma óbvia divergência: Frantz Fanon localiza e contextualiza a violência nas relações de poder e está preocupado com a mobilização contra o colonialismo; o discurso esportivo, em contrapartida, valoriza a experiência da dor e do sofrimento e a canalização das tensões como um fim em si mesmo. Mais do que isso, há discursos que legitimam a existência de corpos que podem e os que não precisam suportar a dor e o sofrimento com base nos constrangimentos e possibilidades dispostos socialmente.

Partindo do princípio que as concepções dessas(es) psicólogas(os) são precisas, é possível analisar que há uma tendência no ambiente esportivo em fixar as posições sociais, de classe e raça, em determinada experiência corporal. Assim, algumas falas de psicólogas(os), sugerem que as crianças “de periferia” possuem os atributos necessários (esforço físico, resistência à dor, entre outros) para o esporte em geral e para certas modalidades em específico. Se essa lógica da desvantagem social em contraposição à vida privilegiada é o que fomenta a vivência necessária à carreira esportiva, ou seja, a resistência à dor, a insistência mesmo em sofrimento ou a abdicar de outras ambições, as desigualdades raciais não seriam de fato um problema, uma vez que é

necessário que existam certos grupos sociais vivendo em condições vulneráveis para disponibilizar mão de obra para o esporte. Portanto, essa naturalização contribui para uma reserva de mercado esportivo que se baseia nas dinâmicas sociais das desigualdades de classe e raça para fazer girar o capital da indústria esportiva.

6.3. VISÕES CRÍTICAS À HIERARQUIA RACIAL

Se as falas das(os) psicólogas(os) entrevistadas(os) até esse momento tem em comum o fato de tomar as desigualdades raciais e os efeitos psicossociais do racismo e do colonialismo como norma social e até natural, outros discursos trouxeram elementos distintos. Denomino esses posicionamentos como “críticos” à hierarquia racial e, conseqüentemente, à supremacia branca, uma vez que eles não negam esse contexto e rejeitam sua naturalização, quer seja biológica, quer seja social.

Já no início de suas entrevistas, quando apenas estava sendo abordada a importância do contexto social no trabalho em psicologia social, Paulo e Débora trouxeram de maneira espontânea as relações raciais como exemplo, inclusive citando a ocorrência de apelidos que, de maneira jocosa, demarcam a raça de atletas negros:

Paulo: Sem dúvida. Isso aparece tanto na Clínica quanto no Esporte. E aí, sem dúvida, no sentido de ajudá-los a pensar essas dimensões, de ajudar a criar momentos de reflexão no Esporte, por exemplo, eu trabalho com futebol, é um meio que tem um certo conservadorismo, então certas brincadeiras, certas falas de um período brasileiro que isso não era tão questionado aparecem. Brincadeiras sobre o cara é “negão”, não é “negão”, se ele é feio, se ele é pequeno, se ele é “viado”, se ele não é e tal. Então, em certa medida eu tento criar situações de discussão a respeito desses temas.

Débora: Eu já fiz, eu fiz um estágio na época da especialização com ginástica rítmica, ginástica artística e aí tinha um atleta negro, inclusive famoso e aí chamavam ele de vários apelidos e aí eu perguntei para ele, lembrei disso, olha só, isso foi em 2012 eu acho, 12 ou 13, aí eu perguntei para ele, eu falei assim: "Olha, tem uma coisa que eu preciso te falar", eu fui muito mais incisiva assim, "Eu tenho uma coisa que eu preciso te perguntar, que eu estou te acompanhando já faz tanto tempo nos seus treinos e está me incomodando e eu preciso saber se te incomoda? Porque os seus apelidos são X,Y,Z e não sei o que", aí ele falou assim: "Ah não! Não me incomoda, não me incomoda porque é normal, é carinhoso e aqui é como se fosse família, todo mundo é minha família", aí eu falei assim: "Eu não sei, se não te incomoda mesmo? Aí ele falou assim: "O quê, você acha que eu devo me incomodar? Eu falei assim, "Eu acho que

“você não deve naturalizar, sabe o que é isso? Achar que é normal, e aí o dia que você sai daqui está lá na esquina e alguém passa e não te conhece e te falar uma palavra dessa, você vai achar que é normal?”, “Não, porque eu não conheço”. Eu falei assim: “Então, aqui também não pode ser normal, agora a gente só vai cuidar disso se você quiser, você quer tocar nisso?” Ele falou assim: “Ah por enquanto não, mas eu vou pensar”. E como era um estágio eu saí, aí logo depois assim, depois de um tempo, não lembro quanto tempo, estourou na mídia. E aí você viu o que aconteceu? [...] Eu tenho certeza que ele lembrou do toque que eu dei, mas é aquela coisa que eu disse antes, o esporte naturaliza, e aí se você tem sucesso, é ótimo você ter apelido, se você não tem, tudo bem então vamos falar que não é legal, então eu tive essa situação assim, foi bem chata.

Débora descreveu, ademais, uma cena em que acredita que sua atuação repercutiu posteriormente no posicionamento de um atleta frente aos ataques de cunho racial que sofreu. Além disso, analisou que o fato de possuir um apelido é fator positivo no esporte, o que pode acabar por naturalizar violências raciais contra atletas negros.

Também no início de sua entrevista, apesar de seu discurso bem mais próximo ao essencialismo biológico e à naturalização das desigualdades, Cecília se referiu ao contexto que estrutura e delimita o acesso às práticas corporais a partir de fatores econômicos, ocasionando consequentemente vivências distintas em relação à diversidade de esportes entre pessoas brancas e negras:

Cecília: Bom, eu acho que começa por uma questão cultural e estrutural mesmo da nossa sociedade. Eu acho que tem alguns esportes que para você conseguir praticar você precisar ter o acesso e alguns deles eu acho que começa por essa dificuldade de acesso mesmo. Tem alguns esportes que são uma prática mais cara, que não tem, por exemplo, encaminhamento das escolas públicas, são muito mais elitizados e que a gente acaba tendo... eu acho que nem é uma questão de aptidão física, eu acho que é falta de vivência. Tem alguns esportes que talvez os negros não tenham tantas vivências quanto os brancos e acaba tendo meio que esse delineamento, então eu acho que começa por aí.

Em que pese esse preâmbulo para posteriormente enfatizar alegadas diferenças a partir de um conceito biológico de raça, Cecília estabelece um efeito concreto do racismo na distribuição de riquezas e no acesso à educação de qualidade. Caberia o questionamento se ela considera a falta de acesso como uma “questão de classe e não de raça” como é comumente abordado o tema da desigualdade no Brasil. Porém, conforme já mencionado, relacionar o racismo com as desigualdades econômicas só reforça que vivemos em uma sociedade que se organiza em classes a partir de critérios raciais. Os

psicólogos Thiago e Carlos também apresentam uma visão inicial semelhante quando expressam suas opiniões sobre “esportes de negros” e “esportes de brancos”:

Thiago: Então, eu não compartilho dessa visão. Mas eu acho que tem muita coisa que hoje paira aí no senso comum em relação a isso, principalmente em versões do esporte considerados elitizados e esportes populares. Eu acho que talvez essa... o acesso a um tipo específico de esporte é o que contribui para se ter... às vezes falar isso é esporte de branco, isso é esporte de negro. Uma relação de rico e pobre. Para mim parece. Então a esgrima, golfe e sei lá, iatismo, hipismo e vela são esportes de uma elite branca. E o atletismo lá que você não precisa de quase nada é de um pobre da favela, negro, não sei o que.

Carlos: Cara, querendo ou não, acaba tendo sim. Só você pensar em que tipo de esporte está disponível para quem é da periferia, quem é negro e o tipo de esporte para quem tem condições de se filiar a um clube e manter mensalidade. Geralmente é uma população maioria branca, né? Sei lá, pólo aquático, tem o Paineiras, sabe? Mas, não tem num clube da cidade, num clube social, num clube público. Que mais? Tênis você vê pouco também. Enfim, tem vários outros, sabe? Eu acho que quando surgem pessoas em outras modalidades geralmente é, pelo meu entendimento, ou é via projeto social ou algum projeto de inclusão esportiva que acaba caindo no âmbito do projeto social também. Então, sim. Tem esportes que pela condição social acaba, uma parte acaba tendo mais acesso do que a outra e vice versa.

As narrativas mais críticas à hierarquia racial no esporte geralmente transitam entre raça e classe quando se referem às repercussões da racialização no contexto esportivo. Contudo, diferentemente das(os) outras(os) entrevistadas(os), posteriormente não se remetem a explicações biológicas para justificar a presença ou o desempenho esportivo a partir da raça. Além disso, trazem propostas críticas à naturalização das desigualdades sociais e raciais no esporte. Débora denomina como “hipocrisia” a não observância de que há uma segregação racial construída socialmente nas práticas esportivas:

Débora: Olha se eu [...] fosse hipócrita eu respondia que não, não existe esporte de brancos e negros, mas eu não sou hipócrita, então eu acho que existe sim, [...] eu acho que é uma construção social. Então se você, se a gente pegar o futebol, a maioria dos atletas são negros, no basquete em determinados locais, centros urbanos ou dependendo de onde for, a maioria dos atletas são negros [...]. O handebol, por exemplo, é um esporte que agora está dando uma mesclada, mas era

um esporte de brancos [...]. Acho que socialmente existem algumas divisões sim, que você não vê atleta negro na natação, até porque na natação as pessoas precisam ter um poder aquisitivo um pouco maior para poder bancar, sei lá... [...] as competições que as crianças tem desde o início, então é muito caro, tênis nem se fala, ginástica também.

Além disso, oferece, conforme o depoimento abaixo, uma análise múltipla sobre os motivos dessa segregação: a percepção social da exposição de corpos passíveis de serem racializados; o contexto sócio-histórico de construção de cada modalidade; a afirmação político-racial e a ausência de políticas públicas de incentivo à prática esportiva diversificada:

Débora: Eu não sei porque. Na verdade eu acho que isso é uma construção sócio-histórica, mas eu não saberia dizer assim quais são as modalidades e tal, e vejo que existem algumas que tem mais, umas que tem menos, o que eu consigo dizer assim da minha experiência com essas modalidades, é que cada uma tem a sua cultura específica. Então, até uma questão cultural assim da música, da vestimenta, do que gosta de comer, é muito diferente, o handebol, o futsal, no futebol, do basquete, é muito diferente.

Quando perguntada sobre motivos além das questões econômicas para essa segregação, Débora aponta para a responsabilidade do Estado em operacionalizar políticas públicas que disponibilizassem oportunidades de práticas que iriam além das costumeiramente associadas à população pobre, preta e periférica. Essa falta de diversidade acaba, em sua visão, sendo decisiva para determinar quais práticas serão socialmente cristalizadas como sendo “esportes de negros” e “esportes de brancos”:

Débora: Eu acho que por conta da falta de política pública para o esporte, então assim, quais são as modalidades que os municípios oferecem escolinha de esporte? Ou vão oferecer de vôlei ou vão oferecer de futebol, quem vai atrás é a população pobre, aí vôlei tem um pouco do preconceito que é um esporte feminino, dos meninos que jogam são gays, porque é isso que existe no meio infanto-juvenil, então eu acho que é por isso assim, a falta de projeto político, os esportes que mais são oferecidos são aqueles que naturalmente acontecem essas diferenciações, a população pobre, preta e periférica procura, vai entrar nesses projetos e lá você encontra eles. A prefeitura não oferece um projeto de tênis.

No mesmo sentido, Paulo, em sua ênfase no contexto do futebol, por ser a modalidade com a qual trabalha, afirma que a facilidade de acesso a essa prática

fomenta a sua popularidade entre as classes mais pobres, gerando, em contrapartida, uma resposta de distinção de classe e raça em outros esportes que requerem equipamentos e locais de práticas mais específicos:

Paulo: O futebol é muito democrático nesse sentido, então, ele acaba sendo acessível a muito mais gente do que o próprio basquete, do que a natação, do que o tênis que você precisa de um monte de... e ainda uma carga de elite nisso daí. O polo aquático e assim por diante. Então, isso também é uma forma de entender porque que tem, sei lá, presença menor de gente negra, da população negra nesses outros esportes. Sem dúvida, isso também contaminado pelo preconceito de “ah, o nadador negro.” Isso tem até gente que traz os elementos de ordem científica: “a densidade dos ossos dos negros é maior e por isso eles não flutuam tanto e portanto, eles são mais devagar na hora de nadar.” Já ouvi esse tipo de coisa na faculdade, inclusive. Na nossa faculdade lá. Por causa da densidade óssea do negro, meu Deus. O negro é de tudo quanto é tipo.

Além da aproximação entre classe e raça, também aprofunda a análise ao criticar a perspectiva biológica de raça na justificativa e decorrente normatização da demografia racial dos esportes. É o único psicólogo entrevistado que traz uma fundamentação mais específica e menos especulativa quando comenta a questão e afirma que a diversidade e variabilidade genética e biológica é uma característica humana que não estabelece relação com a pigmentação da pele. Ao ser questionado sobre se acredita ser válido levar em consideração a raça como fator biológico para o desempenho esportivo, Paulo responde:

Paulo: Eu acho que não. Tem a ver com acessibilidade. Com acesso. Com a disseminação. Sem dúvida que talvez tenha uma explicação fisiológica, mas aí num nível de especialização, de especificidade que eu não tenho conhecimento. Mas como eu estava te falando: existe craque preto, craque branco, craque amarelo. O craque grande, craque baixinho, craque gordinho, craque magrelinho. O futebol é muito democrático nesse sentido. Então “a fibra branca...”, não, você tem muitos atletas ... muitos atletas de muitas etnias que têm fibra branca, por uma questão genética, da variação genética do ser humano. Até porque as diferenças, eu já sei um pouco mais de detalhes, as diferenças entre eu que me considero branco para um “negão” que veio lá da Nigéria é muito pequena. A coisa da pigmentação da pele é o único. Fundamentalmente eu sou igual àquele cara. As diferenças são muito pequenas, então, vai ter negros com fibras mais rápidas e negros com fibras mais mistas e negros com elas lentas, entende?

Thiago, por sua vez, amplia a questão do direcionamento do acesso ao esporte a partir de um sistema fundado em raça e classe e relata um contexto que exemplifica de

maneira concreta como se dá o recrutamento de jovens para a carreira esportiva e os itinerários que fazem determinados grupos cogitarem ou rejeitarem a profissionalização. Remete à sua experiência de trabalho com o tênis, um esporte historicamente associado com a elite e majoritariamente praticado por pessoas brancas:

Thiago: São meninos de 15, 16 anos que têm muito dinheiro, família muito rica. E aí eles estão jogando tênis. Jogam bem. E aí eles não estão dispostos a não sair com os amigos de fim de semana, a seguir, a sentir dor no treino. Eles não querem. Eles não precisam. Tipo. Eles não querem ser profissionais, se submeter a tudo isso. Eles têm dinheiro. Eles estão querendo fazer faculdade. Já viajaram muito. Então eles falam: “Ah, para que eu vou me submeter a isso? Deixar de sair com os meus amigos? Não vou sair no final de semana por causa do tênis? É um hobby”. Levam como um hobby. E os pais continuam pagando, investindo, querendo um status: “Ah, meu filho é tenista, não sei o que”. E aí os professores acham ruim. Os técnicos ficam loucos. Porque falam: “Ah, pô! Não to conseguindo levar meus atletas para um nível maior que esse porque os moleques não têm interesse”.

A noção de que esse esporte confere status social, a despeito de outros nos quais a branquitude não é atleticamente dominante, fomenta nos pais de classe média alta o desejo de ver os filhos partilharem de seus códigos enquanto protagonistas do espetáculo. Os filhos, por sua vez, tem a possibilidade de rejeitar a carreira e desfrutar do esporte como um lazer, da mesma maneira que fazem com outras atividades. No entanto, a prática esportiva nos “projetos sociais”, geralmente frequentados por jovens pobres e em sua maioria negros, é fomentada de outro modo, como mostra a seguinte fala de Thiago:

Thiago: Aí eles vão lá. O que eles fazem? Eles vão lá no projeto social e dão treino... pegam um menino lá que tem talento e falam assim, oh: “Como você precisa disso, você vai ter que se esforçar para isso, porque é assim que você vai ascender socialmente”. E aí eles cobram maior caro dos caras lá e bancam, com o dinheiro de uns jogadores, os que não tem dinheiro para pagar tudo isso. E investe nesse menino que é um menino pobre, que precisa do esporte para ascender pessoalmente. Isso daí, cara, é um negócio que eu fico louco.

O relato de Thiago é relevante, uma vez que traz o trabalho de professores que atuam tanto jovens brancos e negros de classes sociais distintas e seus objetivos principais em relação ao esporte, ou seja, formar atletas de alto rendimento. Mais do que isso, mostra como esse trabalho depende de situações de privilégios e desvantagens

sociais para cumprir com seus objetivos. Vale ressaltar que Thiago concebe o esporte enquanto ferramenta para transformação social, conceito muito utilizado por ONGs que atuam com projetos esportivos. É possível questionar esse modelo – se o esporte está inserido em uma sociedade capitalista, patriarcal e de supremacia branca e, mais do isso, fomenta e depende da desigualdade para se sustentar, sua lógica interna teria força para fazer frente e dismantelar esses sistemas de poder? –, por outro lado, isso também permite a Thiago, enquanto psicólogo do esporte, estabelecer uma posição crítica em relação a esse contexto de formação de atletas que hierarquiza social e racialmente a prática corporal:

Thiago: É lógico que é uma oportunidade para ele e tal. Enfim, às vezes ele está até concordando com isso. Mas às vezes ele não sabe nem por que ele está concordando com tudo isso. Mas eu acho um modelo muito bizarro de prática de esporte, de... Você tem um cara que paga R\$ 4.000,00 para o filho jogar tênis e para os professores fazerem um banco, ali, de dinheiro para investir num moleque que não tem dinheiro, para ele... porque só por causa do esporte ele vai conseguir ascender socialmente. Eu fico pensando o quanto que isso é ruim para o esporte. É ruim.

Sua visão sobre as práticas esportivas o incentiva a questionar o esporte como “ascensão social”. Também critica a pouca possibilidade de escolha dos jovens que se envolvem com a profissionalização esportiva a partir dessa ideia. Thiago diz que isso é ruim para o esporte, talvez preocupado em salvaguardar a prática esportiva em suas alegadas características positivas.

Curiosamente, Fanon também tem algo a nos dizer sobre isso. No capítulo intitulado “Desventuras da consciência nacional”, o terceiro de seu *Os condenados da terra* (1968), o autor martinicano tece considerações sobre as dificuldades enfrentadas no processo de luta contra o colonialismo e os conflitos emergentes entre os dirigentes, a burguesia nacional e o povo. Caminhando para o seu final, Fanon menciona o papel do novo governo em relação à juventude e os equívocos que pode cometer ao reproduzir o modelo colonial, como, por exemplo, na destinação de práticas esportivas aos jovens:

A concepção capitalista do esporte é fundamentalmente diferente daquela que deveria existir num país subdesenvolvido. O homem político africano não deve preocupar-se em fazer esportistas, mas homens conscientes que podem também ser esportistas. Se o esporte não se integrar na vida nacional, isto é, na construção nacional, se formarmos esportistas nacionais e não homens conscientes, então, em breve assistiremos ao apodrecimento do esporte provocado pelo

profissionalismo, pelo comercialismo. O esporte não deve ser um jogo, uma distração oferecida à burguesia das cidades. A maior tarefa é compreender a todo momento o que se passa entre nós. Não devemos cultivar o excepcional, procurar o herói, outra forma do líder. Devemos erguer o povo, engrandecer o cérebro do povo, enriquecê-lo, diferenciá-lo, torná-lo humano (FANON, 1968, p. 161).

De certo modo, uma fala de Paulo coincide com essa leitura prognóstica de Fanon (1968). Nela, o psicólogo faz uma análise sobre o seu trabalho com jogadores de futebol de categoria de base, os quais estão prestes a se profissionalizar e, potencialmente, a receber os salários correspondentes aos atletas de alto rendimento desse esporte. Sua preocupação enquanto profissional, nesse contexto, está em fomentar com esses atletas espaços de discussão e articulação de temas que estão relacionados às vidas desses jogadores e como ele podem intervir nessa realidade:

Paulo: Eu trabalho com os atletas de 17 a 20 anos que estão ali num processo de se preparar para atuar no time principal, ou seja, em tese se preparando para ficar rico. Ou seja, para ficar famosos, virarem célebres atletas e sem dúvida, esse grau de dificuldade que o futebol tem, muito time grande no Brasil tem, eu procuro não passar para eles como uma condenação. Falo assim: “olha, vocês acabam tendo um lugar de fala, um nível de ação junto às comunidades, as crianças, as pessoas que são influenciadas pelo futebol é bem grande. Então, é importante que vocês tenham capacidade de refletir a respeito dos temas ao invés de simplesmente reproduzir aquilo que te ensinaram.” Então, eu tento, na medida do possível, criar fóruns de debate com assuntos relacionados à raça, questões de ordem política, mas sem direcionamento, mas para que eles possam discutir livremente. E aqui no consultório, em certa medida, eu acho que parte do processo terapêutico envolve o cara se entender como um ser social. Isso vai levar certamente a ele questionar os preconceitos dele, os elementos relacionados à raça, ao gênero e coisas do tipo, né? Então, eu tenho pacientes negros, tenho pacientes homossexuais, tenho pacientes mulheres, pacientes “machões” e tal. Então, em certa medida, o processo de ir conhecendo, se ir se aprofundando de si próprio, buscando seus medos, suas ansiedades, naturalmente vai levando a questionar esses lugares e aí os estereótipos que acabam sendo colocados pela cultura.

Por fim, dois psicólogos, Lucas e Carlos, trouxeram situações e análises em que a supremacia atlética branca é sustentada primeiramente por uma questão racial e não necessariamente enquanto coadjuvante de questões de ordem econômica. Carlos traz uma contextualização a respeito dos modos como a raça também opera como fator agregador para a branquitude na segregação de pessoas não brancas de determinadas práticas esportivas:

Carlos: Por exemplo, no tênis cara, a segregação já começa ali na questão do dinheiro porque fazer tênis é caro, raquete é caro, tênis é caro, bolinha é caro e sempre tem que estar renovando porque é material que gasta fácil. Então a questão monetária já está ali na base. Fora isso o cara precisa treinar. O cara é negro e precisa começar a jogar, ele precisa treinar. Se ele começa a ganhar de todo mundo os brancos vão começar a espirrar ele.

Entrevistador: Sêrio?

Carlos: É. Não vão jogar, vão falar que ele joga sujo. Então eles começam a jogar entre eles, sabe? Isso de várias outras que podem, várias outras atitudes que podem ter ali até de boicote mesmo, sabe? Pais que não aceitam... Geralmente tênis tem as crianças e adolescentes que têm uma equipe: a equipe de uma escola vai competindo. Os próprios pais são elitistas às vezes, elitistas pra caramba. Muito. Muito. Então por isso que eu falo que é velada, mas é mais violenta porque ela é desde a base.

Carlos faz também uma distinção entre a discriminação enfrentada pelos atletas negros em esportes de elite e em esportes mais populares. Para ele, a dinâmica entre a segregação precoce, nos elitistas, e as ofensas explícitas vindas das torcidas, nos populares, é determinante para as possibilidades de enfrentamentos às violências raciais e para a permanência de pessoas negras nesses esportes, bem como para o trato com a sua saúde mental:

Carlos: Agora já no futebol, por exemplo, tem, mas ali ela está explícita de vários modos. O que eu penso com mais clareza é a torcida. É muito xingamento racista. Então essa é aberta. Eu te diria: ela é violenta também, mas talvez para o cara que segue todo o caminho de jogador profissional e enfrenta essa torcida, ele tenha sido mais preparado. Ou melhor, ele tenha sido endurecido pela situação. É endurecer ou ele... Já no caso de esportes elitistas, por exemplo, não tem nem como você se endurecer para aguentar a situação porque ela é ceifadora mesmo. Então, por isso que eu acho que ela é mais violenta. Porque ela pega um cara despreparado para lidar com isso e machuca mais.

Portanto, para Carlos, tanto a “violência ceifadora” quanto a “violência explícita” são barreiras para a participação esportiva de atletas negros, quer seja pelo boicote à presença negra nos esportes de elite, ou mesmo por esse “endurecimento”, que não é sinônimo de preparo, no enfrentamento do racismo, que pode acarretar em outros processos, inclusive com consequências psíquicas. A seguinte fala, do psicólogo Lucas,

amplia essa visão. Ele também identifica a disparidade racial no acesso e participação no esporte, mas, não credita esse contexto somente a partir de critérios econômicos:

Lucas: O esporte ele é democrático, mas eu acredito que sim, não que existe esporte para negros ou para brancos, metaforicamente falando, mas é visível algumas modalidades ter mais a presença de negros e outros menos a presença. Por exemplo, natação, existem muitos brancos, um pouco mais pardos, pouquíssimos negros e eu falo com propriedade. Uma vez aí eu fiz uma autoanálise nesse tempo atrás. Eu fui nadador por um tempo e eu percebi que só tinha eu de negro. Eu parei de nadar, isso eu consegui enxergar, essa constatação. "Puxa, estou me sentindo estranho, com meu corpo aqui nu, seminu aqui, todo mundo me vendo, o diferente". Eu parei de nadar por causa disso³⁶.

Lucas afirma não acreditar que existam fatores determinantes para a prática esportiva a partir de critérios raciais, mas identifica que determinados esportes apresentam diferentes perfis demográficos com base em raça. Não apenas sua vivência como nadador na juventude foi trazida à tona, como também o processo interpretativo que recentemente elaborou sobre sua experiência. Apesar de não treinar sozinho, a racialização do espaço de treinamento operava de maneira decisiva para que Lucas se sentisse solitário. Mais do que isso, a exposição corporal em meio a corpos brancos lhe causava uma sensação de estranhamento e de vulnerabilidade aos olhares dos outros. Esse relato mostra como não é somente a condição econômica – Lucas enfatizou em toda a entrevista que é proveniente de uma família de classe média – que determina a circulação de pessoas em uma sociedade racializada como herança do colonialismo. Essa experiência repercutiu tão fortemente na sua decisão que ele, durante a elaboração do relato, chega a cogitar que a maior presença de negros em esportes coletivos seja uma necessidade de se encontrar amparado por outros e não se expor tanto individualmente:

Lucas: [Em] esportes individuais a presença do negro é menor, talvez até a exposição, todo mundo vai olhar pra lá, no coletivo ele está escondido atrás de um branco e tal, mas nos esportes individuais normalmente a gente tem aí uma, não uma predominância, mais uma maior quantidade de brancos.

³⁶ Vale ressaltar que Lucas aderiu posteriormente a justificativas biológicas para explicar a presença e performance de atletas a partir de critérios raciais, principalmente no que se refere ao atletismo. Essa transição discursiva indica contradições internas nos argumentos e pode evidenciar que a alusão à raça como dado biológico em vez de constructo social é a manobra explicativa que busca dar fidedignidade à narrativa – ainda que sem qualquer embasamento – quando carecem de outros repertórios interpretativos.

Essa observação, proveniente da experiência pessoal de Lucas, não se encerra em sua subjetividade, ou seja, não pode ser vista apenas como uma questão individual não superada. Tal tratativa, enquanto psicodiagnóstico individualizado, não permite analisar a causa desse sofrimento para além do sujeito. Em outras palavras, essa experiência se revela enquanto um efeito psicossocial da supremacia branca: a humilhação social (GONÇALVES FILHO, 1998). Dizer que se trata de um efeito psicossocial, é compreender que as subjetividades são afetadas na relação com os outros e com o mundo. Assim sendo, esse relato pessoal diz mais sobre o contexto do que sobre a pessoa que relata. Contexto este de rebaixamento político e que escapa às dinâmicas do psiquismo individual. Relaciona-se com a opressão vivenciada pelo grupo historicamente oprimido, ultrapassando as biografias tanto dos sujeitos que se encontram no grupo oprimido, quanto daqueles que se encontram no grupo opressor. No caso de Lucas, o local de prática da natação proporcionava um contexto em que havia pessoas que lá estavam para olhar e analisar e outras para serem olhadas e analisadas.

O esporte atravessa fortemente esse contexto – e é atravessado por ele – quando nos voltamos para analisar o modelo de formação esportiva no Brasil a partir dos clubes. É aqui que a análise construída tendo como base o modelo universitário estadunidense, principal referencial para os estudos sobre relações raciais no esporte, encontra os seus limites.

Os clubes esportivos privados são responsáveis pela formação da grande maioria dos atletas de alto-rendimento no Brasil³⁷. Ao mesmo tempo, seu estabelecimento a partir do sistema de compra de títulos societários e o status social vinculado ao seu pertencimento fomentam a sua constituição como um lugar restritivo para a grande maioria da população e acessível a um grupo em particular: a classe média alta urbana, composta predominantemente por pessoas brancas³⁸. Tal conformação social estabelece diversas barreiras que visam determinar distinções a fim de manter a coesão desse grupo restrito.

³⁷ Segundo levantamento da Confederação Brasileira de Clubes (CBC), 84% dos atletas olímpicos brasileiros da edição dos Jogos de 2016 foram formados em clubes esportivos privados (GAZETA ESPORTIVA, 2016)

³⁸ Vale ressaltar que a maioria dos clubes esportivos da capital paulista possuem mecanismos de ingresso que, além dos altos valores, favorecem a endogenia de classe e raça no seu quadro societário, a saber: 1) a impossibilidade de aquisição dos títulos diretamente com o clube, sendo que novos sócios devem comprá-los diretamente com sócios desistentes e 2) a necessidade de coleta de assinaturas ou cartas de recomendação de sócios ativos ou membros da diretoria dos clubes para a aprovação (MOLINERO, 2018).

Historicamente, os clubes sociais esportivos ocuparam um papel central na manutenção da identidade racial das pessoas brancas no país, quer sejam eles os descendentes de portugueses, quer sejam os imigrantes europeus a partir do século XIX, impondo, inclusive, restrições de acesso, como a fluência na língua nativa. Como afirmam Silva, Pereira e Mazo (2012, p. 18):

Os clubes esportivos eram reconhecidos enquanto espaços de socialização e lazer da elite, cuja finalidade era tornar visível o lastro econômico, social e político, além de suas ascendências culturais.

A manutenção desse lastro econômico, social, político e, acrescento, racial é prática contínua e levada a cabo explicitamente por determinados clubes esportivos atualmente. O relato de Lucas, por sua vez, reforça essa noção, já que a unidade da branquitude do lugar em que praticava natação despontou como barreira à interação social, por mais que ele desfrutasse de condição socioeconômica semelhante dos outros nadadores.

As entrevistas de Carlos e Débora também trouxeram elementos de histórias pessoais para compreender os processos pelos quais a branquitude opera na manutenção das instituições esportivas como um campo predominante branco. Carlos se autodeclarou pardo em sua entrevista e, quando questionado se já presenciou alguma situação de discriminação na sua prática profissional, se remeteu a situações pelas quais ele próprio passou enquanto psicólogo do esporte, sendo a primeira delas em um processo de seleção para uma vaga. Já Débora, que também se declarou parda segundo os critérios do IBGE, mas negra na autodeclaração livre, comentou duas situações bastante semelhantes às que Carlos vivenciou ao ser perguntada como era estar em uma profissão cuja maioria das pessoas é branca:

Carlos: Hmm. Ah, eu para ser selecionado... Quando eu comecei a prospectar vagas dentro dos esportes... Eu tentei num time, fiz entrevista, o técnico era um gringo, conversei em inglês e tudo mais. E eu fiz a entrevista nessa equipe e não rolou. Depois eu entrei em outra equipe e uma pessoa que trabalhava na outra equipe veio para essa equipe que eu trabalhava. Ele não era atleta, ele era de mídia e tudo mais. E ele falou: “cara, você só não foi escolhido porque o outro cara tinha mais cara de coxinha do que você e o pessoal levou isso em consideração”. Eu falei “ah...”.

Entrevistador: O que é cara de coxinha?

Carlos: Branco (risos).

Débora: É que assim, hoje eu não tenho um contexto ou uma problemática assim, não nunca tive alguma situação de preconceito comigo, foi mesmo questão de idade e duas entrevistas que eu já fiz para clube, que eu fui, a conversa foi ótima mas eu tenho certeza que eu não entrei, não só pela idade, mas sim por ser negra. [...] Porque depois eu fiquei sabendo quem foi contratada. [...] E, nas duas situações, que eu fui, fiz a entrevista, eu tinha a mesma formação, assim, super autoconfiante, sabia que podia passar, não passei aí quem passa é uma pessoa da minha idade, só que branca, o nariz fino, a boca fina, do cabelo lisíssimo, super magra, e aí isso denota o quê?

Débora também contou uma cena presenciada em um congresso de Psicologia no qual uma psicóloga do esporte renomada estava contando sobre o seu trabalho com o tênis e expôs os critérios que ela própria considerou decisivos para sua contratação:

Débora: Eu fui num congresso, não sei se você foi também, eu não lembro qual foi, mas a psicóloga soltou uma assim, ela estava falando de trabalho com, não sei se era com tênis ou se era com natação, dois esportes de elite, aí ela falou assim: " Ah porque aí", acho que era tênis, "Aí me escolheram para trabalhar com os atletas, porque eu tenho, vamos ver como eu posso falar, ah porque eu sou uma psicóloga mais patricinha assim, sabe?". [...] Mas aí eu olhei assim, eu não vi ninguém dando uma risadinha, sabe? Ficaram com vergonha, mas é absurdo, e depois desses 5 minutos eu percebi que me atingiu, porque aí eu pensei "cara, nunca eu vou conseguir isso", porque eu não tenho um perfil de patricinha, o meu nariz não é fino, e meus lábios não são finos, eu não tenho todas essas habilidades que ela tem das línguas e ser viajada.

Carlos narrou ainda outro contexto em que, mesmo após a contratação, sua presença e imagem não eram totalmente bem-vindas na equipe em que trabalhava:

Carlos: Aí no time que eu trabalhei, no primeiro não teve, não rolou. Mas aí no segundo, que foi o último, eu percebia. Percebia porque ali na hora de aparecer no material de mídia só [me] cortava, só cortava, só cortava. Então a questão da imagem ali eu percebia que tinha alguma coisa. E também, por outro lado, eu nunca fiz questão de me embranquecer, sabe? Claro que tinha ali a polidez profissional, sabe? Mas, eu nunca dei a entender que eu estava a fim de deixar de lado certas características minhas para aparecer na mídia em si. Até porque o meu trabalho acho que não tinha... Nunca dava problema, sabe? Aí depois de um tempo comecei a ficar mais puto com isso, comecei a saber... Tem dias que eu apareço nos lugares, cara assim, maloqueiro.

Carlos e Débora notaram partir de suas vivências a necessidade que o contexto esportivo impõe, principalmente para os profissionais não atletas, do embranquecimento. Débora notou que a branquitude confere grande vantagem para

trabalhar com determinados esportes, fato que é reconhecido até mesmo por pessoas brancas. Carlos, ao falar que não se embranquece, mas também não perde o profissionalismo, dá a entender que as instituições associam a postura de um bom profissional ao ser branco, ou, no limite, ao parecer ser branco. Esse parece ser o principal desafio que profissionais negras(os), tanto psicólogo quanto atletas, enfrentam no que se refere às relações raciais no esporte: superar os estereótipos que racializam os corpos a partir da dicotomia que separa e hierarquiza mente e corpo e, este último, em corpos atléticos e que expressam força bruta. A luta por essa superação, que é cotidiana e em todas as esferas das relações sociais, é enfatizada no contexto esportivo por essa ser uma prática cultural que historicamente é colocada como fronteira entre o “saber” e o “fazer”. Uma prática que, em suma, normatiza a dicotomia “atleta negro, psicólogo branco”.

Mesmo apontando os limites de se pensar o esporte em si mesmo como possibilidade de transformação estrutural da sociedade, é digno de nota que haja um discurso que coloque a naturalização das desigualdades sob uma perspectiva crítica e que as posturas das(os) psicólogas(os) que o adotam os façam questionar sua própria atuação e o contexto esportivo em si. Em suma, essas(es) psicólogas(os) contrastam e rejeitam o discurso da normalização da situação de vulnerabilidade social e da valorização de seus efeitos colaterais nos corpos e subjetividades de sujeitos brancos e negros para instrumentalização do esporte.

7. A PSICOLOGIA, O ESPORTE E O RACISMO: É POSSÍVEL UMA PSICOLOGIA DO ESPORTE ANTIRRACISTA?

A intenção desse último capítulo da tese, após descrever e analisar as três principais narrativas emergentes das entrevistas com psicólogas(os) do esporte, é refletir sobre os limites e possibilidades apresentados à psicologia no enfrentamento da supremacia branca no contexto esportivo. Mais do que uma tarefa das(os) profissionais psicólogas(os), ou exclusiva destas, a defesa de uma ação pautada no antirracismo deve ser uma orientação política dos mais diversos atores no campo esportivo. As falas das(os) psicólogas(as), entretanto, operam como um mapeamento do antirracismo desse campo, tanto pela sua orientação mais genérica ou até descompromissada, quanto pela perspectiva emancipatória e engajada.

Em linhas gerais, as ações antirracistas propostas, ou a ausência delas, acompanham as visões sobre racialização no esporte presente nas narrativas das(os) psicólogas(os). Assim, as(os) profissionais que apresentam uma visão mais próxima da naturalização do racismo, quer seja biológica ou socialmente, propõem práticas mais vagas e geralmente voltadas às manifestações explícitas e pontuais do racismo, enquanto que aquelas(es) que compartilham de visões mais críticas ao racismo no esporte estabelecem ações com atenção voltada às relações raciais e com enfoque não somente na violência pontual, mas considerando a dinâmica estrutural do racismo.

Entre as ações mais genéricas e sem uma abordagem delimitada para a raça, Suelen apresenta sua posição ao cogitar quais seriam suas ações ao se deparar com situações em que o racismo poderia ocorrer em sua prática profissional:

Suelen: Acho que cada caso é um caso, a gente está falando de um jeito bem amplo. Eu não sei, mas a minha posição sempre é tentar achar uma solução para aquele problema e não vejo cor de pele como problema então, acho que, ah, surgiu um problema por causa da cor de pele, ok, vamos tentar resolver, mas enfim, por que tem cor de pele diferente é um problema? Sei lá, se tivesse uma discussão na escola por conta disso, tipo a gente não quer que o aluno, sei lá, mas acho que sempre a minha postura é essa tipo se temos um conflito vamos tentar resolver da melhor maneira possível, ficar discutindo e batendo boca não vai chegar a lugar nenhum, mas vamos ouvir ambas as partes e chegar a uma conclusão. Agora pensando grande, não sei.

Esse trecho evidencia muitas dúvidas e dificuldades que a profissional possui a respeito do tratamento do racismo no cotidiano do trabalho no esporte, de tal modo que não parece amparada por nenhum procedimento da psicologia. Rebeca, por sua vez, apresenta mais elementos sobre sua atuação e relata com mais detalhes em que momentos e de modo o trabalho com as relações raciais é possível:

Rebeca: O que eu tentaria fazer é “vamos focar, depois a gente conversa sobre isso”. “Vamos enfiar na mala”, usando algumas técnicas cognitivas, tentando imaginar que a gente tem alguma malinha ali: “enfia dentro, depois a gente fala”. Já aconteceu não nesse contexto do preconceito, mas da ansiedade ou do “perdi e eu não queria nunca perder”. E aí foi: “vamos lá, deixa a luta para lá, depois a gente fala dela, mas vamos concentrar, vamos manter o foco”, “Como é que você vai estar na sua luta? Então vamos lá”. Na competição tem que ser muito pontual, tem que ser objetiva e focar no que precisa. Se fosse depois de uma competição? Acolhimento e “vamos conversar”. “Vamos conversando, tentar entender o que isso te causou, aonde realmente você acha que vai interferir no esporte”.

Rebeca demonstra uma atuação em Psicologia do Esporte centrada no desempenho esportivo do atleta. Assim, a situação de ofensa racial, nessa abordagem, deveria ser deixada de lado para focar a competição. Mesmo fora ou após a competição, o papel da(o) psicóloga(o) seria voltado para o grau de interferência do racismo no rendimento esportivo do atleta atingido pela violência racial. Além disso, o racismo é aqui comparado a outros fenômenos que interferem no rendimento esportivo, como a ansiedade. E não somente o racismo, mas qualquer questão social parece ser eclipsada pela dinâmica competitiva que incide sobre a(o) profissional uma atenção exclusiva para o desempenho:

Rebeca: Difícil olhar o resto às vezes, só se for muito visível você percebe se influenciou de fato no desempenho e no rendimento, do contrário você às vezes nem observa o social.

Rebeca aponta ainda para as dificuldades impostas pelas condições de trabalho no contexto esportivo às propostas que visam uma atuação voltada às questões sociais:

Rebeca: Eu estou mesmo focada com o desempenho esportivo, então é muito difícil misturar. Como eu falei, quando você não tem tempo para isso, piora. Às vezes atendia só meia hora porque não dava tempo de atender mais do que isso. Muitas vezes no horário de almoço porque treinava de manhã, treinava a tarde e o horário que tinha era de

13h30 às 14h porque já tinha que treinar de novo. Ou às vezes pós treino. Pós treino é difícil porque o atleta está morto, então não consegue nem raciocinar, é muito complexo...

Contudo, parece ser a própria orientação teórica que aparta essas questões do trabalho com as(os) atletas, de tal maneira que o desempenho esportivo, em sua visão, dificilmente se “mistura” com a dinâmica social. Há uma cisão do que seria da ordem do rendimento esportivo e do que seria da esfera da vida social, de modo que a opção pelo enfoque no desempenho automaticamente desprivilegia a consideração do que estaria “fora” desse espectro como, por exemplo, os efeitos psicossociais do racismo:

Rebeca: Se eu fosse com esse propósito ou tivesse alguém para ir com esse propósito talvez a gente percebesse mais coisas, né? Sutis, subjetivas, escondidas...e aí fazer um trabalho nesses momentos, não digo competição, mas quando tem esses encontros, preparação de treinamento, talvez nesse momento aproveitar para fazer uma discussão, fazer um levantamento social ou não, se sente-se ou não.

Essa cisão também se faz presente quando foi cogitada qual seria uma intervenção possível da(o) psicóloga(o) quando é constatado algum sofrimento psíquico decorrente do racismo no contexto esportivo. Chamou atenção a recorrência com a qual um determinado procedimento é aventado:

Cecília: Se a gente percebe que tem uma situação externa que demandaria uma intervenção mais clínica, por exemplo, alguma questão ligada à questão familiar ou em algum ambiente que a pessoa está que ela vem sofrendo algum tipo de violência psíquica, alguma agressão, alguma discriminação, aí eu acho que pode ser caso da gente encaminhar e eu particularmente eu trabalho bastante com encaminhamento de algumas situações, porque como a gente tem uma demanda social muito grande, muitos problemas que aparecem aqui, na verdade é difícil aparecer questões relacionadas a discriminação racial, assim, sabe? Mas tem muitas situações relacionadas a violência doméstica, alguma questão com o uso de droga, alguma questão que a gente sabe que extrapola o contexto esportivo e aí eu trabalho com várias parcerias, assim.

Rebeca: Quando você sente que a coisa está mais fora, porque a questão principal é: “está afetando o seu desempenho?”, “te atrapalha ou impede de treinar?”, “esses pensamentos, por exemplo, interferem na sua concentração?”, “aumenta sua ansiedade?”, “mas está fora do tapete?” (por exemplo na luta). “Ah, é muito fora...”, “É minha mãe...”. “Então não é comigo. Vamos conversar, eu vou te explicar como é o trabalho de um terapeuta, de um psicoterapeuta, porque a escuta muda...”. É muito importante. Quando a gente está no esporte o

conteúdo é mesmo minha concentração, minha atenção, minha ansiedade, minha expectativa, relacionado ao esporte. [...] É realmente com a causa no esporte. Quando passa disso, começa a ampliar muito: “vamos conversar, vou explicar como é a psicoterapia individual, eu conheço fulano e ciclano, procura. Senão vê no seu convênio, se não tem convênio vê no posto de saúde mesmo...”.

Lucas: A pessoa que sofreu aí uma situação, um sofrimento psíquico, talvez um, sei lá, uma situação que, para ele não foi interessante, porque se eu estou num grupo, e eu tenho uma demanda clínica eu não atendo, eu encaminho, meu vínculo com o atleta ali já não permite esse tipo de trabalho, é interessante eu encaminhar e ter o acompanhamento clínico de acordo com a demanda que ele apresenta, então se ele foi, vamos lá, nesse caso aí emblemático, não seria legal o psicólogo [atender], pode fazer um acolhimento, não sei como foi tratado isso, fazer um acolhimento e tal, verificar, e ele, se ele também sentir que foi para ele um sofrimento e tal, tal, tal, fazer um acompanhamento clínico fora da instituição, com esse vínculo.

As narrativas apresentadas apontam para um limite bem definido entre o “dentro” e o “fora” do esporte. Nesse sentido, o que está a cargo da(o) psicóloga(o) do esporte é o que se encontra dentro da esfera esportiva é o que se relaciona diretamente ao rendimento atlético, ou seja, em resumo, identificar, analisar, mobilizar e incentivar comportamentos dos atletas que podem favorecer o desempenho esportivo por meio de técnicas e estratégias específicas. E, por outro lado, o que está fora dessa esfera não é da competência da(o) psicólogo que trabalha no esporte, isto é o trabalho com sofrimento psíquico ou com a promoção da saúde mental das(os) atletas. Todos relatam que os atletas afetados por violências, como as decorrentes do racismo, provocadas em contexto considerado alheio ao esporte são encaminhadas para psicoterapia individual com outra(o) profissional.

Rebeca, no trecho acima, delimita categoricamente o “dentro” e o “fora” na sua atuação, de modo que, em suas palavras, trabalha “com o limite de onde ela é clínica e onde ela é esportiva”, além de “investir nessa questão do atleta, de capacitá-lo emocionalmente para lidar com aquilo para não afetar o desempenho”. Contudo, para ela, nem sempre aquilo que afeta o desempenho é sentido como violência ou o que é sentido como violência pode nem mesmo ser proveniente de uma violência “real”:

Rebeca: Porque às vezes está acontecendo, mas eu não sinto ou estou sentindo e não está acontecendo. Pode ter uma questão de percepção, né? O atleta se sente menosprezado, discriminado e está interpretando de maneira distorcida. Às vezes é uma crença que ele já tem, enraizada por outra... questões de fora e ele acaba levando para o esporte.

O que Rebeca chama de “crença enraizada”, no contexto do trabalho da psicologia do esporte, não merece investigação psicológica e aprofundamento pela(o) psicóloga(o), uma vez que são questões alheias ao universo esportivo em que o atleta está inserido. Nesse sentido, há uma dupla responsabilização do esportista: por “levar para o esporte” algo que não é visto como pertencente a esse lugar e por não render conforme o esperado por conta disso. Além disso, também é da responsabilidade do atleta procurar a psicoterapia, quer seja pelo plano de saúde ou pelo Sistema Único de Saúde.

Lucas também concorda que o atendimento de um atleta que sofre violência racial seria mais bem acompanhado por um psicólogo clínico de fora do clube, porém levanta outro motivo para tanto. Para ele, o psicólogo do esporte está muito “contaminado” com o cotidiano do grupo e não seria adequado fazer um trabalho terapêutico nesses termos. Há também uma cisão na sua narrativa, no sentido de que há um trabalho que é do esporte, geralmente de grupo, e que outros psicólogos não fazem, e outro que é clínico e individualizado, que por sua vez não fica a cargo da(o) psicóloga(o) do esporte.

Não se trata de negar essas diferenças na atuação em psicologia em contextos específicos, nem o eticamente correto procedimento de indicar outra(o) psicóloga(o) para realizar a psicoterapia individual, o que se questiona é a alocação de certos temas em somente um desses polos de trabalho. Isso resulta, em outros termos, que a(o) psicóloga(o) do esporte parece não poder se apropriar de estratégias para lidar com sofrimento psíquico proveniente do racismo com seus atletas, pois essa não é alegada como sua tarefa. Resulta também que o trabalho no esporte não lida com questões sociais, como o racismo, pois é necessária uma delimitação do que é e do que não é de sua competência. E, como historicamente o esporte é visto como uma atividade apartada da vida social mais ampla, o trabalho no esporte acompanha essa história.

Outro ponto a ser considerado nessa cisão entre psicologia do esporte e psicologia clínica individual diz respeito ao modo como o sofrimento psíquico advindo dos efeitos psicossociais do racismo é considerado. Se o trabalho psicológico no esporte é feito geralmente com grupos, quer sejam eles formados somente pelos atletas ou por atletas e a comissão técnica, e, por esse motivo, o racismo, quando causa sofrimento, é encaminhado para a clínica, denota-se que, sob essa perspectiva, é no campo do indivíduo, de sua terapia individual que a violência racial deve ser elaborada. Parece

não caber também ao grupo – onde inclusive esse sofrimento pode ser originado ou reinstaurado –, sob a intervenção da(o) psicóloga(o) do esporte, um campo de possibilidades para a discussão, problematização e desconstrução do racismo. Nesse sentido, ao retirar do âmbito do coletivo, essa perspectiva se aproxima da responsabilização individual do racismo na pessoa que sofre suas violências e não como um problema também do grupo ou da sociedade.

Além disso, vale ressaltar que o encaminhamento para a clínica psicológica não é garantia de que o sofrimento psíquico proveniente do racismo será acolhido e considerado como tal. Conforme apontou Maiara Benedito (2018, p. 90) em sua dissertação de mestrado, a psicologia clínica pode ter um papel de extrema relevância no acolhimento e elaboração dos efeitos psicossociais do racismo se “olhar não somente através da patologização de problemas tidos como individuais”. Contudo, essa clínica psicológica, a qual se pode nomear antirracista, parece estar restrita a psicoterapeutas que já estão envolvidos nos movimentos sociais negros e, conseqüentemente, adquiriram a maior parte da formação sobre o tema das relações raciais nesses movimentos e não na graduação em psicologia (BENEDITO, 2018). Desse modo, é grande a possibilidade de as(os) atletas encaminhadas não encontrarem psicoterapeutas que acolham e reconheçam o sofrimento proveniente da violência racial, resultando que nem na psicologia do esporte, nem na clínica psicoterapêutica, haja um amparo para esse sofrimento.

Além de indicar o encaminhamento como possibilidade de trato com o sofrimento racial, Lucas, por outro lado, também indica ações possíveis de serem realizadas pela(o) psicóloga(o) do esporte no seu cotidiano de trabalho. No seguinte trecho, o psicólogo pondera quais seriam as possibilidades de atuação diante de um episódio de ofensas raciais provenientes da torcida em uma disputa esportiva:

Lucas: Ali naquele momento não tem como agir, eu não posso também querer ser hipócrita de falar "Oh não é assim, e tal, tal, tal", a gente teria que fazer um trabalho de conscientização, também pelo lado psicológico, a pessoa está tomada por emoções, você vai querer ter um lado mais racional ali e não vai surtir tanto efeito assim. Então, talvez o clube, pegar aí a diretoria e fazer um trabalho de conscientização contra a discriminação, violência racial, esse tipo de xingamento, claro que se for identificado, que está ali na torcida, você não consegue identificar de onde que vem, mas talvez fazer até uma denúncia, por injúria racial, e depois com o atleta, que é o meu foco, saber se ele chegou a ouvir, se ele percebeu e tal, geralmente eu faço um trabalho com os atletas pós jogo, “o que você percebeu do jogo,

qual foi a sua impressão, estava difícil” e aí eu vou elencando, “como foi o técnico para você, como foi a torcida para você, a imprensa te atrapalhou, o adversário, o que você achou, qual foi a sua visão sobre você mesmo”, aí ele vai colocar, se quando no item torcida, aparece: “Ah, mas quando eles me xingaram lá eu fiquei mal”, aí eu investigo mais.

Lucas reconhece que o contexto imediatamente após o conflito não é o melhor para abordar o tema do racismo com o atleta. Do mesmo modo, considera que as tentativas de minimizar ou atenuar suas emoções diante do evento (“não é assim...”) não teriam o resultado psicológico desejado, pois não seriam adequados ao estado emocional da pessoa alvo da violência racial. Diante disso, estipula ser necessário envolver a instituição para um trabalho mais amplo de consciência racial, bem como de identificação e denúncia jurídica contra os torcedores, ou seja, cabe também à(ao) psicóloga(o) a mobilização de ações institucionais diante do racismo. Dessa maneira, o trabalho em psicologia no esporte pode lidar com o racismo considerando não somente o sujeito que é alvo da violência racial, mas também a instituição na qual ele faz parte, bem como buscar caminhos para responsabilizar os promotores dessa violência.

Entretanto, todas essas ações se dão apenas na contingência de um ato de preconceito ou discriminação, ou seja, são episódicas e eventuais, dependendo de um agente disparador específico e pontual para serem efetuadas. Em contrapartida, outras narrativas manifestam possibilidades do trabalho em psicologia que levam em consideração não apenas a violência explícita, mas a dinâmica estrutural da supremacia branca no esporte. Trata-se de ações de longo prazo e orientadas para a emancipação da pessoa e não necessariamente para melhora exclusiva do rendimento esportivo. Débora defende que, antes de qualquer atuação específica, é necessária uma postura profissional com uma visão ampliada:

Débora: Acho que é se posicionar contra todas as formas de racismos, seja isso cultural, institucional, o que for, acho que a gente tem criado algumas diretrizes, então tem a resolução [do CFP nº 018/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial], que ela não serve só para atendimento na clínica, para todas as áreas da psicologia, seja qual for o âmbito da atuação do psicólogo, de quem ele está atendendo, acho que quando a gente fala disso a gente está falando da questão dos direitos humanos, então a premissa da prática e da atuação das psicólogas, elas tem que ser baseadas em direitos humanos.

Para a psicóloga, é preciso se posicionar consciente e intencionalmente contra as diversas formas de racismo e atuar, em princípio, na defesa dos direitos humanos. Para tanto, demonstra conhecimento da resolução do Conselho Federal de Psicologia sobre a atuação no tema das relações raciais, bem como enfatiza que, enquanto psicólogas(os), as(os) psicólogas(os) do esporte devem igualmente levar em consideração essa resolução. Paulo também segue uma narrativa semelhante ao apontar como um dever ético da(o) profissional se manifestar contra qualquer forma de opressão:

Paulo: Em primeiro lugar, você falou do esporte... acho que é importante ser psicólogo antes de tudo, sabe? Eu não quero dizer isso em termos da formação dele. Mas assim, o que acontece é tão emprenhado dentro do esporte, muitas vezes que a gente está... que a gente esquece que acima de tudo, a gente é psicólogo. O psicólogo tem como obrigação ética, para não dizer outra coisa, moral ou sei lá o que, denunciar e tentar atuar diante de qualquer situação de opressão, discriminação ou humilhação social. Ele tem que ser um agente disso.

Para Paulo, o compromisso do psicólogo do esporte é antes um compromisso ético, que tem ver, em primeiro lugar, com a formação em psicologia. Interessante notar que tanto Débora quanto Paulo sinalizam para um posicionamento que, aparentemente óbvio, tem implicações relevantes no que se refere à prática profissional. Ambos defendem a necessidade de ser “psicólogo” primeiro e “do esporte” depois.

Também é importante notar o quanto que as questões éticas são levantadas pelas(os) psicólogas(os) quando o assunto são as relações raciais e de que maneira elas são trazidas à tona. Enquanto Paulo defende que o ético para a psicologia do esporte é trazer o engajamento contra o racismo para sua própria atuação, Rebeca argumenta que o procedimento que respeitaria a ética profissional é o encaminhamento para a clínica. Ela ainda prossegue ao dizer que é na clínica que se irá investigar se o sofrimento é proveniente de uma condição real ou de uma percepção do atleta, uma vez que a(o) psicóloga(o) do esporte também é responsável por manter a coesão grupal ao não jogar para o grupo o que seria uma demanda individual do atleta alvo do racismo:

Rebeca: Da questão ética, de até que ponto vai virar clínica, até que ponto ainda é esportivo. Aí fica essa preparação, penso que tentando entender. Como eu falei: pode ser muito mais uma questão de percepção que causa o sentimento e o sofrimento do que talvez de uma condição real. Começar do princípio simples: investiga primeiro para entender da onde vem esse sofrimento, o que realmente aconteceu e aí você tem um terceiro envolvido ou o meu ou fora e entrevista esse terceiro também ou talvez parte para o grupo. Porque

um começa dizendo “o fulano é assim ou assado por causa que é preto”, então tá: passa para os outros adolescentes, até o ponto que o negócio explode. Toma uma dimensão fora do controle. Pegar logo no início, se possível.

As duas perspectivas acompanham os modos como o racismo é compreendido pelas(os) entrevistadas(os). Para as(os) psicólogas(os) que encaram o racismo como uma questão de ordem estritamente intersubjetiva, no âmbito do preconceito e discriminação de pessoa para pessoa, a ação ética a se fazer é – quando a violência se manifesta explicitamente – encaminhar o atleta que a sofreu para a clínica psicológica, com o intuito de averiguar individualmente as causas do sofrimento. Já para aquelas(es) que o reconhecem como um componente estrutural das sociedade brasileira e, portanto, das relações sociais cotidianas, a ética profissional está pautada no seu combate enquanto tarefa própria da(o) psicóloga(o), seja em qual área estiver.

As narrativas de Débora e Paulo apresentadas até o momento sinalizam que as (os) psicólogas(os) que atuam no esporte devem apresentar uma postura generalizada contra as discriminações e as opressões, de modo a não contribuir para que elas ocorram em sua prática profissional. Santos et. al (2015) analisam que esse é um discurso contra fático, ou seja, pautado no que *não* se deve fazer. De fato, a resolução nº 018/2002 do CFP – e Débora a cita diretamente para dizer qual deve ser o papel da(o) psicóloga(o) do esporte diante do racismo – segue esse mesmo discurso (SANTOS, et. al, 2015). Entretanto, outras narrativas aprofundam suas considerações sobre o papel da psicologia no esporte e apresentam algumas proposições para o campo.

Débora comenta sobre as possibilidades de atuação, mas também de formação das(os) psicólogas(os) para o tema das relações raciais e exemplifica com uma cena em que questiona a relação entre alto rendimento esportivo e o trabalho com o racismo e questões de sexualidade:

Débora: Então eu acho que nós, eu acho que a gente tem um papel que assim, não sei se você já ouviu falar no termo psico-educação, a gente precisa ensinar as pessoas e se eu, pode ser que eu não esteja, não seja a psicóloga que está atuando naqueles atletas, mas eu posso ajudar com a qualificação dos psicólogos que estão atuando, para dizer assim: "Olha, você precisa se preocupar com isso também", porque uma vez eu fiz uma pergunta no congresso, eu lembrei agora também, uma psicóloga bem famosa, eu falei assim: "Então mas como é que você trabalha as questões de racismo, questão de sexualidade com os seus atletas?" ela falou assim: "Eu não trabalho, não dá tempo de olhar para essas coisas, que é o alto rendimento", aí eu falei assim: "Ah então o alto rendimento não considera essas questões". Eu ainda

fiz a afirmação, ela falou assim: "Muitas vezes não, e isso é alto rendimento", então se eu recebo esse tipo de resposta de uma psicóloga renomada que trabalha com alto rendimento, hoje eu não sei o que esperar, sabe?

Débora, além de afirmar a necessidade da formação, aponta para os caminhos que tal processo deve ter no sentido de questionar se o enfoque exclusivo no rendimento atlético é adequado em face de outras demandas psicossociais que giram em torno do esporte. Nesse sentido, a psicóloga faz crítica ao que é possível denominar como uma perspectiva *rendimentocentrada* da psicologia do esporte. Carlos também estabelece uma crítica em termos semelhantes:

Carlos: Cara, o que eu tenho entendido, que eu tenho pensado assim é que a galera não tem percebido, que é da Psicologia do Esporte, quando ela está focada no alto rendimento, no fim de tudo ela está focada na saúde mental, digamos assim. Porque quando você lá no atendimento vai trabalhar com um cara para ele render pra caramba, tudo que você tem que fazer está relacionado à saúde mental, saúde do trabalho, saúde disso, saúde daquilo. E a galera que só quer... A maioria, pelo menos os mais novos, até onde eu consegui perceber, talvez ainda não tenha entendido essa ideia. Tem a questão do rendimento, melhorar. Aí começa a trazer aquelas ideias "High Stakes" da vida. Aí começa a culpabilizar muito o sujeito pelo não alcance dos resultados "é culpa tua", "você se vira", "você que tem que melhorar", você isso, você aquilo. Não leva em consideração que ele está em um ambiente que tem uma equipe, que tem um técnico, que tem uma política institucional principalmente.

O trabalho em psicologia do esporte, para Carlos é um trabalho com saúde mental, em primeiro lugar. E, em sendo um trabalho em saúde mental, a(o) psicóloga(o) do esporte deve priorizar o bem-estar psicossocial no atleta, ou seja, atuar enquanto psicólogo, a partir do repertório teórico-metodológico da sua formação (em saúde do trabalho, etc.). Isso, pois a perspectiva centrada no rendimento é permeada por ideias individualistas e pouco contextuais sobre o processo de participação no esporte profissional e que tem como consequência a responsabilização pelo desempenho esportivo na pessoa que o pratica. Paulo complementa essa narrativa ao afirmar que o trabalho que denomina como tendo enfoque no "desenvolvimento da pessoa" não necessariamente se opõe ao de melhora do rendimento esportivo:

Paulo: A minha opinião é que uma coisa leva diretamente à outra. Se você mirar no desenvolvimento da pessoa, nesse sentido, de se fazer um trabalho de psicologia do esporte voltado para o desenvolvimento da pessoa no seu aspecto mais integral, tentando explorar, ajudando o

cara a pensar o espaço para ele ser ouvido, um espaço para ele ser visto, para ele ser respeitado nas suas opiniões, questionando ele, provocando ele a pensar você está, invariavelmente, ajudando ele a se tornar o melhor atleta e se desempenhar melhor.

Se a compreensão de que o sujeito que compete é um sujeito integral (MACHADO, 1998), o olhar para a sua integralidade vai ter efeitos em seu desempenho como atleta. E, no outro polo, em sendo a competição um dos aspectos da vida de um atleta, ela pode auxiliá-lo a lidar melhor e a ter outras perspectivas sobre si e o mundo. Nesse sentido, Paulo prossegue:

Paulo: Até porque o processo competitivo, ele é um processo de você... De evocar suas emoções, de você se conhecer, de você entender como é que você é testado, quando você é colocado à prova, quando você é confrontado, quando você perde, quando você ganha, quando você sente dor, quando você sente que você não dá mais, quando consegue a superação. Tudo isso são temas, são virtudes do ser humano e tem aí sua postura social, cultural, ancestral e assim por diante. Então, você poder abordar todos esses temas, naturalmente você está desenvolvendo um atleta mais capacitado para lidar com o futebol, seja num time pequenininho passando dificuldade, seja num time gigante, na seleção brasileira, jogando fora do país. Eu não vejo as coisas dissociadas.

Entretanto, as possibilidades desse trabalho esbarram em condições institucionais que orientam uma atuação em psicologia do esporte não voltada à saúde mental das(os) atletas. Carlos afirma que, embora o tema da saúde mental e as relações raciais vêm ganhando cada vez mais destaque nas discussões sobre psicologia, as instituições esportivas não tem esse interesse quando contratam profissionais para atuar. Débora, por sua vez, relata que o constrangimento das organizações esportivas para não se trabalhar certos temas é uma realidade na psicologia do esporte e pondera que muitas(os) profissionais acabam se adaptando a esse contexto:

Carlos: Então, o que eu tenho percebido: tem se falado bastante sobre a saúde do atleta, saúde mental, nas questões raciais tem se debatido muito, né? Tem se debatido muito, mas ainda talvez seja um trabalho mais difícil porque a gente não sabe se isso é do interesse de grandes organizações, de grandes corporações, de quem está lá em cima regulando tudo que acontece no esporte. E é difícil trabalhar tudo isso, cara. Porque envolve ensinar para o atleta um poder de abstração tão grande do que está acontecendo ao redor dele, sabe? Dá pra fazer. É complicado. Envolve mudança. Envolve intervenções com uma base cultural, digamos assim. Uma base cultural. Mas dá pra fazer. Embora

eu ache que talvez as novas gerações estejam se voltando menos para isso devido a questão do espetáculo do esporte se renovar sempre.

Débora: Eu fiz a preparação agora de um atleta que foi para o mundial, a gente conseguia falar sobre tudo, então eu não vejo assim que, se ele precisa estar focado a gente vai falar sobre tudo para ele estar focado, sabe? Eu também penso, lógico em um contexto que é assim, do quanto o psicólogo tem a preocupação de se adaptar ao contexto que aquele clube ou aquela confederação, ou aquela comissão técnica lhe oferece, eu me preocupo muito com isso, com essa prática de que: "Ah, aqui você vai fazer só isso, o aqui você não vai falar disso", meu! Se eu me pego numa situação assim, de aqui você vai falar disso e não vai falar disso eu saio, entendeu? Eu não tenho meio termo assim, "Ah, vou tentar me adaptar, ou então eu vou tentar mudar", não, eu saio, se eu não posso, eu não faço porque certamente eu estou aviltando o meu código de ética. [...] As pessoas tem a ilusão de que tem que se adaptar aos contextos, e aí vai fazendo tudo que mandam, ou tudo que acha que tem que fazer porque é o alto rendimento.

Paulo também discorre sobre as dificuldades enfrentadas na atuação voltada para as relações raciais e para o combate ao racismo no contexto esportivo. No trecho seguinte, comenta os dilemas que a(o) psicóloga(o) vivencia ao abordar com os(as) atletas a dinâmica racial na supremacia branca e a percepção de que o combate do racismo somente no esporte parece não ser suficiente para oferecer uma resposta ao racismo estrutural, embora seja importante para o fortalecimento da estrutura psíquica de seus atores:

Paulo: Tem um filme americano que conta a história, uma história real, do primeiro time, um time de faculdade que foi o início do... Foi meio que o Vasco da Gama nos Estados Unidos, sabe? O técnico assumiu que o time todo dele ia ser de negros. E aí eles jogaram ali no Texas, tal e eles estavam em um tour, em um determinado momento eles passaram na década de 70, pela tensão racial e aí, em determinado momento um dos atletas vira e diz assim: "meu, antes era só na faculdade, agora parece que é o mundo inteiro que não quer a gente aqui". Eu acho também que é um tanto como enxugar gelo, embora seja importante enxugar gelo nesse sentido. De ajudar o cara a entender um pouco do impacto dessa discriminação que ainda é velada na constituição da identidade dele e na constituição psíquica dele, tendo em vista que você não vai resolver o problema. Porque o problema teria que ser resolvido num aspecto mais amplo, sistêmico.

Assim, algumas estratégias são pensadas para abordar as relações raciais no esporte na prática profissional em psicologia. Paulo, na linha contra fática do combate ao racismo, afirma uma postura constante de denunciar e apontar o preconceito e a discriminação nas falas e brincadeiras dos(as) atletas com os quais atua:

Paulo: Eu sou o “chato de galocha” porque eu fico o tempo todo falando que “não pode fazer isso”, entro um pouco na brincadeira para não ser também o mais chato que eu poderia ser. Mas, “isso dá cadeia”, aquelas coisas que você usa, mas tentando denunciar isso. Tanto por parte de quem faz a brincadeira, a piadinha e tal, como por parte de quem recebe isso, né?

Para além disso, Paulo também propõe aos atletas com os quais trabalha algumas atividades que não são comuns ao universo da psicologia do esporte de alto rendimento, embora sejam recorrentes em outros contextos. Isso, pois considera que a atuação deve ser voltada ao ser humano, não somente ao atleta. Nesse sentido, um ou uma atleta não deixa de vivenciar questões que são próprias à existência humana, entre elas, as que se relacionam à raça e ao racismo:

Paulo: Pego um Emicida da vida e ponho para eles escutarem e aí a gente discute as letras, a gente pensa nos Racionais. Isso eu faço há bastante tempo já em outras atividades que eu desempenhei nessa área trabalhando com adolescentes, já fiz isso em escolas, em projetos sociais, estou fazendo isso com esporte de alto desempenho hoje em dia. Para tentar... “o que é ser uma boa pessoa?”, “o que é um bom ser humano” e aí toda discussão com relação aos valores, postura e aí toda condição social que tem domínio na cor deles, na origem deles.

Já Carlos, trabalha com os efeitos psicossociais do racismo no sentido de trazer concretude e nomear a experiência pelas quais seus atletas passam, ou passarão, ao longo de suas carreiras. Para isso, seu objetivo não é tanto focar o preconceito sofrido, mas o contexto social, político e histórico das relações raciais, com o intuito de fornecer às(aos) atletas certas condições para poder lidar com e enfrentar o racismo de modo a não prejudicar sua saúde mental:

Carlos: Para o atleta ter mais noção do que é. Porque antes desse trabalho de dar forma, de dar corpo, de dar um nome e até de qualificar, fica muito no mundo das ideias ainda. Pelo menos eu creio que quando a gente dá corpo, dá nome fica mais fácil de analisar e aceitar. Aceitar no sentido de entender, né? De entender mesmo o que está acontecendo. Então depois disso começava trabalhar outras questões que talvez envolviam questões de habilidades sociais, questões emocionais, questões de conhecimento mesmo, sabe? Conhecimento básico que a gente vai aprender na escola sobre História e tudo mais. Então eu não abarcava o tema em si e a ideia do preconceito eu acabava colocando em terceiro plano, mas a ideia era “vamos trabalhar todas as questões que permeiam tudo isso para te preparar para conseguir bater de frente” ou melhor, “para conseguir

entender, mas sem bater de frente, pelo menos por enquanto, de modo que esse bater de frente possa te prejudicar de modo que para agora você não está preparado”.

Paulo também levanta de que maneira a psicologia no contexto esportivo pode trabalhar no sentido de fomentar a autonomia política dos(as) atletas. Essa autonomia pode, inclusive, se refletir no próprio modo como encaram as dinâmicas de poder com as quais estão envolvidos(as) no cotidiano das instituições esportivas nas quais estão inseridos:

Paulo: Estou ali para questionar eles para que eles possam pensar e respeitar muito a opinião deles. Dados os devidos limites, sem dúvidas, porque aí entra uma função ali. Independente de ser branco ou não, eu sou mais velho do que eles, eu tenho mais experiência do que eles em algumas coisas. Mas a minha função está ali para cutucar, ajudá-los a pensar e dar esse lugar de expressar a fala deles. Inclusive, muitos deles me reconhecem por isso. De ser um cara que está o tempo todo estimulando a autonomia deles. Parte até de ser um psicólogo que amotina os moleques contra o técnico: “eu estou revoltado com o cara!”, “pera aí, vamos conversar...”. A gente está meio que trabalhando a percepção política, social deles dentro daquele micro cosmo que é o centro de formação de atletas.

Consequentemente, o trabalho em psicologia no esporte altera o seu caráter centrado no rendimento para se voltar para a pessoa que compete, bem como permite um trabalho que envolve a interação entre essa pessoa, o grupo esportivo e a dinâmica sistêmica da supremacia branca, que transcende o esporte. Ainda, favorece uma compreensão de que os efeitos psicossociais do racismo não devem ser encarados como da ordem individual, cujo encaminhamento terapêutico fica exclusivamente a cargo da clínica psicológica, a qual, em muitos casos, também não irá considerá-los de maneira adequada. Assim, Carlos complementa:

Carlos: Geralmente eu conseguia um resultado bacana do cara começar a entender, não diria o lugar dele, mas o que ele pode fazer em relação a isso, abstrair mais as ideias, entender que de fato é uma questão cultural, não uma questão diretamente dele próprio [...].

Por fim, Paulo levanta um ponto de grande relevância e que envolve a relação mesma que se estabelece entre a(o) psicóloga(o) do esporte e o(a) atleta. Em se tratando da psicologia e do esporte como áreas com saberes historicamente hierarquizados e racializados, há uma tensão que se volta para a relação entre psicóloga(o) do esporte

branca(o) e atleta negro(a). Nessa dupla hierarquização que separa saberes intelectuais e corporais e os estereotipa em corpos brancos e negros, é papel da(o) psicóloga(o) do esporte branco não assumir como natural a ordem estabelecida de que a branquitude é a detentora dos saberes “importantes” e não obstruir os espaços de comunicação, expressão e posicionamento dos(as) atletas. A tarefa – profissional e histórica – da(o) psicóloga(o) do esporte é, portanto, buscar quebrar com a lógica racial da distribuição de saberes:

Paulo: Mas, fundamentalmente, você falou psicólogo do esporte branco, é ter diariamente o cuidado de não escorregar nessa armadilha que é de ser o dono do saber, branco, da elite que fez USP, PUC e sabe que vai lá e caga regra de como eles têm que tocar a vida deles [...]. Nesse sentido, eu tenho o cuidado de não reproduzir o papel do senhor que é mais inteligente, que é mais bem educado, que é mais... sabe? “Sabichão”, que é um cara que vê o outro como um pobrezinho que precisa da minha ajuda. Muito pelo contrário: é eu me colocar no lugar do cara que está escutando esses caras e reproduzindo ou tentando oferecer para eles, a partir do meu conhecimento, da minha experiência – está muito em voga hoje lugares de fala – lugares em que eles possam se pronunciar e tal. E ajudá-los a se constituir nessa identidade também.

Desse modo, pode-se responder a pergunta proposta nesse capítulo: sim, é possível uma psicologia do esporte antirracista que leve em consideração que, mesmo não sendo possível acabar com o racismo somente a partir de seu trabalho, ela não está isenta de apresentar propostas para trabalhar com seus efeitos psicossociais. Para tanto, deve se orientar por ser psicologia “no” esporte (MACHADO, 1998), ou seja, buscar compreender os sujeitos com os quais atuam enquanto pessoas integrais, que também competem, mas que apresentam diversas questões que dizem respeito à sua humanidade. Por vezes essas questões estão ligadas a fenômenos que extravasam as linhas dos espaços de jogo e evidenciam relações de poder que ultrapassam as biografias tanto daqueles que estão na posição de opressor, quanto nos que são oprimidos por estes.

Nesse sentido, a(o) psicóloga(o) no esporte se situa em uma posição de convergência: além de estar, em um contexto como o brasileiro – com uma história colonial e uma sociedade que se organiza em torno de uma supremacia racial branca – atua em uma instituição social que mantém fortemente demarcadas as linhas raciais que dividem e, ora valorizam, ora desprezam, mas sobretudo fixam, o trabalho corporal e o trabalho intelectual. Portanto, é dever da(o) psicóloga(o) do esporte estar atenta(o) à

violência racial e propor alternativas de trabalho cotidiano que visem o enfrentamento do racismo em todas as suas manifestações.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ser crítico é levar até o limite e mostrar os limites”

Sílvio Luiz de Almeida³⁹

Essa tese pretendeu levar quem a leu até os limites possíveis dentro do seu tema – as relações raciais no esporte – partindo de seus objetivos – a análise das narrativas sobre racialização por psicólogas(os) do esporte. Levar até o limite parece ter sido algo que acompanhou esse trabalho desde o princípio. Desde a necessidade de fortalecer os pressupostos teóricos até as muitas tentativas de circunscrever seu campo empírico, a suspeita crítica diante do que era apresentado foi a linha condutora do trabalho.

Essa postura permitiu olhar para a história do esporte moderno sob outra óptica, uma vez que trouxe para o primeiro plano uma perspectiva não eurocêntrica dessa instituição ao evidenciar suas relações com a ideologia da supremacia branca característica do colonialismo do século XIX. Tal releitura possibilitou, inclusive, a interpelação de um dos pináculos do esporte contemporâneo, o Olimpismo, e a articulação de um constructo teórico útil para a análise das entrevistas: a dicotomia corporal racializada. Além disso, motivou a investigação das transformações históricas do esporte moderno pelo viés das relações raciais, bem como a consideração das resistências ao discurso da supremacia atlética branca.

Outro momento da tese que apontou limites e dissonâncias no seu campo de pesquisa, diz respeito à aproximação que a psicologia teve com o esporte no Brasil. Foi evidenciado que as origens desse encontro não passaram alheias ao debate racial da época e, mais do que isso, que a psicologia pode ter tido papel importante no reforço de estereótipos raciais que perduram ainda nos dias de hoje.

Não por acaso a escolha do referencial teórico-metodológico se direcionou para a Teoria Crítica Racial, uma vez que está pautada pela centralidade da raça no debate público, pela problematização da ideologia que advoga a neutralidade racial e pela possibilidade de narrativas marginalizadas, nesse caso, academicamente, possam emergir. Portanto, a crítica racial ao esporte moderno e à psicologia do esporte no Brasil

³⁹ Essa frase foi dita em um debate sobre cotas raciais na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no dia 21 de março de 2018 pelo referido Professor.

pavimentou o caminho para a análise dos resultados com relevantes contribuições analíticas.

Os resultados, por sua vez, apontaram para três narrativas mais frequentes entre as(os) entrevistadas(os), as quais foram sinteticamente nomeadas como: 1) essencialismo biológico e racialização; 2) naturalização das desigualdades sociais e raciais e 3) visões críticas às hierarquias raciais.

Assim, na primeira narrativa, foi possível notar que há um olhar biológico mais intensificado para “explicar” o desempenho esportivo dos atletas negros, enquanto que as justificativas que recaem sobre a performance de atletas brancos se dão por argumentos de ordem sociocultural. É importante lembrar que, diante da questão “por que existem esportes com mais atletas negros e outros com mais atletas brancos?”, essas narrativas geralmente aludem para alegadas características fisiológicas prevalentes somente em pessoas negras e que as fazem mais aptas para determinado esporte. Ou seja, os feitos dos(as) atletas negros(as) são vistos como o efeito de particularidades biológicas, evidenciando que, em contrapartida, os atletas brancos representam a normalidade da humanidade, cujos feitos extraordinários são fruto de seu empenho e treinamento, portanto, obra de processos culturais. Essas narrativas corroboram com Carrington (2010), quando afirma que esse escrutínio sobre o “atleta negro” é um constructo criado pelo discurso esportivo hegemônico para buscar dar explicações alegadamente científicas para o fracasso da supremacia atlética branca diante do triunfo de atletas negros em modalidades até então dominadas por atletas brancos.

Já as narrativas de naturalização das desigualdades trazem consigo a ideia de que o esporte somente reproduz a dinâmica social – no que diz respeito à proporção racial de atletas em relação à população, a associação entre a pobreza e os marcadores de raça, o acesso à educação, etc. – e que nada intrínseco a ele contribui para isso. Entretanto, essas mesmas narrativas apontam para processos no interior da lógica esportiva que ativamente discriminam racialmente ou, inclusive, dependem dela para sustentar a indústria do esporte. Entre eles é possível mencionar o direcionamento prévio de atletas jovens para certos esportes por conta da raça, resultando em uma barreira inicialmente racial e não relacionada ao desempenho esportivo. Essa barreira racial também se faz presente quando se observa a transição de carreira de atleta para a de dirigente. Ambos os fenômenos não são vistos como efeitos de discriminação promovida pela instituição esportiva.

Outro efeito dessa narrativa é a naturalização do sofrimento como passo necessário para o sucesso esportivo, com uma cruel resultante racial. A ideia do esporte como possibilidade de ascensão social para os negros empobrecidos foi constantemente trazida à tona, enquanto que para os brancos de classe média, a prática esportiva é mais acessada enquanto possibilidade de escolha de lazer. Por conta dessa dinâmica do esporte como reduto de ascensão social, é difundido que os jovens negros que projetam uma carreira profissional “aguentam” mais o sofrimento impingido pelo treinamento de alto rendimento. Uma vez que essa postura de superação da dor e de abnegação corporal é valorizada pelo contexto esportivo, o contexto social que favorece esse fenômeno não é problematizado, o que resulta em um elogio da flagelação do corpo negro e, indiretamente, uma dependência da desigualdade racial para movimentar a produção de mão de obra esportiva.

As narrativas críticas problematizam todos os pontos anteriores e ainda apontam para a necessidade de o esporte ser um espaço de formação para a expressão da humanidade dos atletas e não somente para o rendimento esportivo em si. Ademais, notam o quanto que a branquitude é valorizada no contexto esportivo, sobretudo em esportes considerados de elite, quando se disputa uma vaga enquanto psicóloga do esporte.

Essa percepção de que a branquitude colhe os frutos da supremacia branca também no esporte é algo presente principalmente nas falas de profissionais negras(os) e adicionam uma camada de dificuldade para o estabelecimento no contexto esportivo, que acaba por valer tanto para psicólogas(os) quanto para atletas. Ambos enfrentam o desafio de lidar e subverter os estereótipos que racializam os corpos em uma instituição que estabelece uma fronteira entre o “saber” e o “fazer”. Em outras palavras, que visa a normatização do binômio “atleta negro, psicólogo branco”.

No que se refere às narrativas sobre o que pode a psicologia do esporte diante do racismo, estas acompanham as narrativas sobre a racialização no esporte, ou seja, as ações antirracistas propostas são mais genéricas ou mais específicas de acordo com as visões sobre a raça e racismo das(os) profissionais entrevistadas(os). Além disso, elas dependem de como a própria psicologia do esporte é encarada pelas entrevistadas: se uma área mais ligada ao esporte, o que acarreta em um enfoque quase que exclusivo no rendimento esportivo, ou à psicologia, o que implica em uma perspectiva de humanização dos atletas.

Para os primeiros, as ações devem vir sempre a partir de uma queixa em particular e, caso seja algo muito profundo, encaminhar para a clínica psicológica. Para os segundos, as ações são cotidianas e intencionadas contra o racismo, a partir de um olhar e de uma escuta atentas para esse sofrimento, trazendo questões e buscando alternativas dentro do próprio contexto de trabalho, enfatizando um trabalho em saúde mental ou no desenvolvimento pessoal do atleta. Algumas ações concretas são apontadas: denunciar ativamente, inclusive em instâncias jurídicas, atitudes racistas; propor atividades que tematizem o racismo por meio de uma linguagem que aproxime a relação entre atleta e psicólogo(o); nomear e trazer para o âmbito do concreto e do consciente o contexto de violência racial ao qual um atleta foi submetido ou pode estar submetido; fomentar a consciência racial e a autonomia política dos atletas.

Todas essas ações, contudo, se voltam para a quebra de uma perspectiva *rendimentocentrada* da psicologia do esporte. Ademais, é tarefa histórica, política e profissional do psicólogo do esporte quebrar a ordem estabelecida como natural do “atleta negro, psicólogo branco”, ou seja, em um contexto marcado por uma dicotomia corporal racializada, o psicólogo deve estar atento para não reproduzir um “lugar de saber” em contraposição a um “lugar de fazer” do atleta. Entretanto, esse último trabalho esbarra em políticas institucionais esportivas que não estão interessadas em lidar com os efeitos psicossociais do racismo. Resulta que a psicologia do esporte, se não orientada para uma ação antirracista eficiente, pode colaborar para o *racismo institucional* no esporte.

Por se tratar de uma pesquisa descritiva e exploratória, outros estudos podem ser elaborados a partir de seus resultados teóricos e empíricos e que não puderam ser feitos por limitações próprias do processo do doutorado e dos objetivos delimitados para a tese. No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, uma investigação documental aprofundada sobre a ligação entre a consolidação do esporte moderno e as repercussões sobre a racialização dos corpos no final do século XIX e ao longo do século XX é recomendada. Também é indicado um trabalho com um olhar mais detalhado sobre a relação entre as origens da psicologia do esporte no Brasil e o seu papel na formação da visão sobre a racialização de esportistas, bem como o processo histórico de continuidades e rupturas da área nesse tema.

Já no tocante aos seus resultados empíricos, essa tese propicia pesquisas no sentido de ampliar o rol de análises tanto sobre o esporte e as relações raciais, quanto sobre a atuação profissional em psicologia do esporte e os processos de racialização.

Sendo assim, são incentivadas investigações que analisem discursos e narrativas sobre raça, racismo, racialização, supremacia branca e branquitude em esportes específicos, bem como em práticas esportivas não profissionais ou em ambientes de lazer, ou mesmo em outras manifestações da cultura corporal, como nas danças e lutas. Também possibilita uma base para estudos comparativos de narrativas de racialização da corporeidade em outras instituições, para além das práticas corporais.

Para a profissão, é possível vislumbrar estudos de caso ou pesquisas-ação que busquem promover uma psicologia (no)do esporte antirracista. Além disso, seus resultados podem oferecer subsídios teóricos e práticos para uma formação técnica e acadêmica que leve em consideração a sua própria história e os processos internos que negligenciam, permitem e promovem ou, por outro lado, observam, evitam e combatam, em suas narrativas e práticas, o racismo e a supremacia branca no esporte.

Por fim, espera-se que os limites apontados criticamente por essa tese sejam, um dia, quebrados e superados, para que possamos identificar e levar até outros limites que, por ora, estão ocultos por diversos véus e máscaras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAPESP – Associação Brasileira de Psicologia do Esporte. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.abrapesp.org.br/quem_somos.php>. Acesso em: 08 set. 2014.

ALEIXO, Fábio. **Tribunal arquiva caso de ginastas da seleção que fizeram piada racista**. 2015. Disponível em: <<http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/06/02/tribunal-arquiva-caso-de-ginastas-da-selecao-que-fizeram-piada-racista.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ANDERSEN, Margaret L. Whitewashing Race: A Critical Perspective on Whiteness. In.: BONILLA-SILVA, Eduardo e DOANE, Ashley "Woody" (Eds.). **White Out: The Continuing Significance of Racism**. Londres: Routledge, 2003, pp. 21-34.

ANSHEL, Mark H. Perceptions of Black Intercollegiate Football Players: Implications for the Sport Psychology Consultant. **The Sport Psychologist**, v.4, n.3, pp. 235-248, set. 1990.

ARAI, Susan; KIVEL, B. Dana. Critical Race Theory and Social Justice Perspectives on Whiteness, Difference(s) and (Anti)Racism: A Fourth Wave of Race Research in Leisure Studies. **Journal of Leisure Research**, v. 41, n. 4, p. 459-472, 2009.

BACK, Les; CRABBE, Tim; SOLOMOS, John. Beyond the racist/hooligan couplet: race, social theory and football culture. **British Journal of Sociology**, Londres, v. 50 n. 3, pp. 419-42, set 1999.

BENEDITO, Maiara de Souza. **A relação entre psicologia e racismo: As heranças da clínica psicológica**. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. “Branqueamento e branquitude no Brasil”. In.: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-57.

BIRRELL, Susan. Racial Relations Theories and Sport: Suggestions for a More Critical Analysis. **Sociology of Sport Journal**, v. 6, n. 3, p. 212-227, 1989.

BLEGER, José. **Temas de Psicologia: Entrevista e Grupos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism without racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In.: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a, pp. 207-220.

_____. Como se pode ser esportista? In.: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2004b, pp. 181-203.

BROWN, Tony N.; JACKSON, James S.; BROWN, Kendrick T.; SELLERS, Robert M.; KEIPER, Shelley; MANUEL, Warde J. “There’s no Race on the Playing Field” Perceptions of Racial Discrimination Among White and Black Athletes. **Journal of Sport and Social Issues**, v.27, n.2, pp. 162-183, mai. 2003.

BUTRYN, Ted M. Critically examining white racial identity and privilege in sport psychology consulting. **Sport Psychologist**, v. 16, n. 3, p. 316-336, set 2002.

_____. (Re)examining whiteness in sport psychology through autonarrative excavation. **International Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 7, n. 3, p. 323-341, 2009.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 8 n. 1, pp. 607-630, jan-jun 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Metáforas roubadas à doença: particularidades do discurso racista. In: MONTEIRO, Yara Nogueira e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). **As Doenças e os Medos Sociais**. São Paulo: Editora Fap-Unifest, 2012, pp. 251-267.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In.: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 13-23.

CARRINGTON, Ben. **Race, Sport and Politics: The Sporting Black Diaspora**. Londres: Sage Publications, 2010.

_____. The Critical Sociology of Race and Sport: The First Fifty Years. **Annual Review of Sociology**, Vol 39, v. 39, p. 379-398, 2013.

CARVALHAES, João. Alguns fatores psicológicos da produtividade. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, ano 12, n. 1, p. 77-82, jan./mar. 1960 [1955].

CARVALHO, Cristianne Almeida; JACÓ-VILELA, Ana Maria. Psicologia do Esporte no Brasil em dois tempos: uma história contada e uma história a ser contada. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 2009, Maceió. **Anais de Trabalhos Completos**. Maceió: 2009. p. 1-7.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 014/00 de 20 de Dezembro de 2000**. Brasília, 2000.

_____. **Resolução CFP Nº 02/01**. Brasília, 2001.

_____. **Resolução CFP Nº 013/07**. Brasília, 2007.

_____. **Cursos credenciados**. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/servicos/titulo-de-especialista/cursos-credenciados/>>. Acesso em: 08 set. 2014a.

_____. **A Psicologia brasileira apresentada em números**. 2014. Disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

COLEMAN, Annie Gilbert. The unbearable whiteness of skiing. **Pacific Historical Review**, v. 65, n. 4, p. 583-614, Nov 1996.

COSTA, Felipe Rodrigues da; TAVARES, Otavio; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves, FERREIRA NETO, Amarilio. Batalha de Berna (1954): a luta pelos sentidos de identidade no campo de futebol. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 155-168, jan./mar. 2015.

COUBERTIN, Pierre de. France on the Wrong Track. **The American Monthly Review of Reviews**, v. 23, n. 4, pp. 447-450, 1901.

_____. La question nègre. **Le Figaro**. Paris, p. 1. 26 set. 1903.

_____. Colonisation sportive. **Bulletin du Bureau International de Pédagogie Sportive**, Lausanne, n. 5, p. 13-14, 1931.

COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Identificar traços, indícios e suspeitas. In.: Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello. **História do Corpo: as mutações do olhar. O século XX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CUNHA, Renata Rocha Tsuji; SANTOS, Alessandro de Oliveira. Aníela Meyer Ginsberg e os estudos de raça/etnia e intercultura no Brasil. **Psicologia USP**, São Paulo, vol.25, n.3, pp.317-329, set/dez 2014.

DA SILVA, Carolina Fernandes; PEREIRA, Ester Liberato; MAZO Janice Zarpellon. Clubes sociais: práticas esportivas e identidades culturais. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.2, jun/2012.

DOANE, Woody. Rethinking Whiteness Studies. In.: BONILLA-SILVA, Eduardo e DOANE, Ashley "Woody" (Eds.). **White Out: The Continuing Significance of Racism**. Londres: Routledge, 2003, pp. 3-18.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **Black Reconstruction in America: An Essay Toward a History of the Part Which Black Folk Played in the Attempt to Reconstruct Democracy in America, 1860–1880**. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1935.

DUDA, Joan L.; ALLISON, Maria T. Cross-cultural analysis in exercise and sport psychology: A void in the field. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v.12, 114-131, 1990.

EDWARDS, Harry. Sport within the Veil: The Triumphs, Tragedies and Challenges of Afro-American Involvement. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 445, Contemporary Issues in Sport, pp. 116-127, set. 1979.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

EPIPHANIO, Erika Höfling. Psicologia do esporte: apropriando a desapropriação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, vol.19, n.3, pp. 70-73, 1999.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América

Latina, 2013a. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, 2013a. p. 216-232.

_____. A emoção é negra, a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do “ser” negro. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 9, n. 18, ed. esp. 2013b.

_____. **“Por que Fanon, por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. 2015. 252 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FARIAS, Cláudia Maria de. Superando barreiras e preconceitos: trajetórias, narrativas e memórias de atletas negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.19, n.3, pp. 911-930, 2011.

FEATHERSTONE, Simon. Sport and the performative body in the early work of C.L.R. James. **Identities: Global Studies in Culture and Power**, Guildford, v. 22, n. 2, 154-167, 2015.

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.18, n.3, pp. 811-836, set/dez 2010.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à 1ª edição – O negro no futebol brasileiro. In: FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GAZETA ESPORTIVA. **Clubes mantêm o papel de principais formadores de atletas no Rio 2016**. 2016. Disponível em: <<https://www.gazetaesportiva.com/olimpiadas-2016/clubes-mantem-o-papel-de-principais-formadores-de-atletas-no-rio-2016/>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

GIGLIO, Sergio Settani. **COI x FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos**. 2013. 518 f. Tese (Doutorado em Ciências), Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GILL, Emmett L., JR. The Rutgers Women's Basketball & Don Imus Controversy (RUIMUS): White Privilege, New Racism, and the Implications for College Sport Management. **Journal of Sport Management**, v. 25, n. 2, p. 118-130, Mar 2011.

GILROY, Paul. **Entre Campos: Nações, Culturas e o Fascínio da Raça**. São Paulo: Annablume, 2007

GLOBO ESPORTE. **Potência muscular de CR7 pode ser herança genética africana, diz livro**. 2015. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/2015/01/potencia-muscular-de-cr7-pode-ser-heranca-genetica-africana-diz-livro.html>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

GLOVER, Troy D. Ugly on the diamonds: An examination of white privilege in youth baseball. **Leisure Sciences**, v. 29, n. 2, p. 195-208, Mar-Abr 2007.

GOMES, Janaina Damaceno. **Os Segredos de Virgínia: Estudos de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)**. 2013. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social - um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.

GONZÁLEZ, G. Leticia. The Stacking of Latinos in Major League Baseball: A Forgotten Minority? In.: YIANNAKIS, Andrew; MELNICK, Merrill J. (Eds.). **Contemporary Issues in Sociology of Sport**. Champaign: Human Kinetics, 2001, pp. 187-202.

GRIFFIN, Rachel Alicia. The Disgrace of Commodification and Shameful Convenience: A Critical Race Critique of the NBA. **Journal of Black Studies**, v. 43, n. 2, p. 161-185, Mar 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

_____. **Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 161-182, ago. 2016.

HARRISON, Anthony Kwame. Black Skiing, Everyday Racism, and the Racial Spatiality of Whiteness. **Journal of Sport & Social Issues**, v. 37, n. 4, p. 315-339, Nov 2013.

HARTMANN, Douglas. The politics of race and sport: Resistance and domination in the 1968 African American Olympic protest movement. **Ethnic and Racial Studies**, v. 19, n. 3, p. 548-566, Jul 1996.

_____. Rethinking the relationships between sport and race in American culture: Golden ghettos and contested terrain. **Sociology of Sport Journal**, v. 17, n. 3, p. 229-253, 2000.

_____. What can we learn from sport if we take sport seriously as a racial force? Lessons from C.L.R. James's *Beyond a Boundary*. **Ethnic and Racial Studies**, v. 26, n. 3, p. 451-483, Mai 2003.

_____. Rush Limbaugh, Donovan McNabb, and "a little social concern" Reflections on the problems of Whiteness in contemporary American sport. **Journal of Sport & Social Issues**, v. 31, n. 1, p. 45-60, Fev 2007.

_____. Beyond the sporting boundary: the racial significance of sport through midnight basketball. **Ethnic and Racial Studies**, v. 35, n. 6, p. 1007-1022, 2012.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

HERNANDEZ, José Augusto Evangelho. João Carvalhaes, um psicólogo campeão do mundo de futebol. **Estudo e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p. 1027-1049, dez. 2011.

HYLTON, Kevin. 'Race', sport and leisure: Lessons from critical race theory. **Leisure Studies**, v. 24, n. 1, p. 81-98, 2005.

_____. Critical Race Theory. In.: HYLTON, Kevin. **Race and Sport: Critical Race Theory**. Londres: Routledge, 2008, pp. 22-41.

_____. How a turn to critical race theory can contribute to our understanding of 'race', racism and anti-racism in sport. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 45, n. 3, p. 335-354, Set 2010.

_____. 'Race' talk! Tensions and contradictions in sport and PE. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 20, n. 5, p. 503-516, Sep 2015.

HYLTON, Kevin; LAWRENCE, Stefan. Reading Ronaldo: contingent whiteness in the football media. **Soccer & Society**, Londres, v. 16, n. 5-6, p.765-782, out. 2014.

_____. 'For your ears only!' Donald Sterling and backstage racism in sport. **Ethnic and Racial Studies**, Guildford, pp. 1-18, mai 2016.

IBOPE - INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia**. 2004. Disponível em: <http://www.pol.org.br/publicacoes/pdf/Pesquisa_IBOPE.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.

IPEA/SEPPPIR. **Situação social da população negra por estado**. Brasília: IPEA, 2014.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Beyond a Boundary**. Durham: Duke University Press, 1993.

_____. **Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

KING, C. Richard. Cautionary Notes on Whiteness and Sport Studies. **Sociology of Sport Journal**, v. 22, n.3, pp. 397-408, set. 2005.

KUPER, Adam. **A Reinvenção da Sociedade Primitiva: Transformações de um Mito**. Recife: Editora da UFPE, 2008.

LEE, Courtland C.; ROTELLA, Robert J. Special concerns and considerations for sport psychology consulting with black athletes. **The Sport Psychologist**, v. 5, 365-369, 1991.

LOMAX, Michael E. Revisiting The Revolt of the Black Athlete: Harry Edwards and the Making of the New African-American Sport Studies. **Journal of Sport History**, Fullerton, v. 29, n. 3, p. 469-479, 2002.

MACHADO, Antonio Augusto Telles. Psicologia do esporte ou psicologia no esporte? **Discorpo**, São Paulo, n. 8, p. 23-34, 1998.

MACLEAN, Malcolm. Ambiguity within the Boundary: Re-reading C.L.R. James's *Beyond a Boundary*. **Journal of Sport History**, Champaign, v. 37, n. 1, pp. 99-117, 2010.

MARINHO, Inezil Penna. **Psicologia aplicada à atividade física dos débeis mentais**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Ministério da Educação e Saúde), 1946.

_____. **Psicologia aplicada ao juiz de futebol**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Ministério da Educação e Saúde), 1947.

MARTINS, Carlos J.; ALTMANN, Helena. Características do Esporte Moderno segundo Elias e Dunning. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10., 2007, Campinas. **Anais...**. Campinas: FEF/UNICAMP, 2007. p. 1 - 7.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira; COLOSSO, Marina. Relações raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v.1, n.3, pp. 118-133, dez. 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, Durham, v.15, n.1, pp. 11-40, jan. 2003.

_____. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MCDONALD, Mary G. Dialogues on Whiteness, Leisure and (Anti)Racism. **Journal of Leisure Research**, v. 41, n. 1, p. 5-21, 2009.

MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso; GODOY, Letícia. As referências de Pierre Bourdieu e Norbert Elias na Revista Brasileira de Ciências do Esporte: mapeando tendências de apropriação e de produção de conhecimento na área da Educação Física (1979-2007). **Revista Brasileira de Ciências de Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 199-214, jan. 2009.

MILLS, Charles W. **The Racial Contract**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

_____. **Blackness Visible: Essays on Philosophy and Race**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

_____. White Supremacy as Sociopolitical System: A Philosophical Perspective. In.: BONILLA-SILVA, Eduardo e DOANE, Ashley "Woody" (Eds.). **White Out: The Continuing Significance of Racism**. Londres: Routledge, 2003, pp.35-48.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol.17, n.3, pp. 621-626, 2012.

MOLINERO, Bruno. **Conheça clubes da elite paulistana que cobram até R\$ 500 mil de novos sócios.** 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2018/02/1955160-conheca-clubes-da-elite-paulistana-que-cobram-ate-r-500-mil-de-novos-socios.shtml>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

MORE, Mabogo P. African Philosophy Revisited. **Alternation**, Durban, vol. 3, n. 1, pp. 109-129, 1996.

MORGAN, L. H.. A sociedade antiga: ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização [1887]. In: Celso Castro (org.). 2005. **Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. pp. 41-65.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014a.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014b.

MÜLLER, Floris; VAN ZOONEN, Liesbet; DE ROODE, L. “Accidental Racists”: Experiences and Contradictions of Racism in local Amsterdam Soccer Fan Culture. **Soccer & Society**, v. 8, n. 2-3, pp. 335-350, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB**. Rio de Janeiro, 2003. Anais... Rio de Janeiro, 2003.

MURRAY, William J. France, Coubertin and The Nazi Olympics: The Response. **Olympika: The International Journal of Olympic Studies**, v. 1, pp. 46-69, 1992.

NEEDHAM, Anuradha Dingwaney. Inhabiting the Metropole: C. L. R. James and the Postcolonial Intellectual of the African Diaspora. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, v. 2, n. 3, pp. 281-303, 1993.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do Corpo Negro**. 1998. 143 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, Claudio; COSTA, Victor. **Blindado pela Confederação de Ginástica, Ângelo Assumpção é cauteloso ao falar de injúrias raciais**. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/blindado-pela-confederacao-de-ginastica-angelo-assumpcao-cauteloso-ao-falar-de-injurias-raciais-16209518>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ORTIZ, Renato. Frantz Fanon: Um itinerário político e intelectual. **Revista Idéias**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 425-442, jul-dez. 1995.

PAIVA, Vera. Cenas da Vida Cotidiana: Metodologia para compreender e reduzir a vulnerabilidade na perspectiva dos Direitos Humanos. In V. Paiva, J. R. Ayres, & C. M. Buchalla (Orgs.). **Vulnerabilidade e Direitos Humanos: prevenção e promoção da saúde - Vol. 1. Da doença à cidadania**. Curitiba: Juruá, 2012, pp. 165-208.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In.: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 59-90.

QUEIROZ, Carlos Sanches de. **A importância da investigação psicológica no controle científico das atividades desportivas**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1955.

RAM, Nilam; STAREK, Joanna; JOHNSON, Jay. Race, Ethnicity, and Sexual Orientation: Still a Void in Sport and Exercise Psychology? **Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 26, n. 2, pp. 250-268, jun. 2004.

RIBAS, Tiago. **Mãe de ginasta que foi vítima de injúrias raciais critica colegas do filho**. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/05/1632217-mae-de-ginasta-que-foi-vitima-de-injurias-raciais-critica-colegas-do-filho.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ROBERTS, Nina S. Crossing the Color Line With a Different Perspective on Whiteness and (Anti)racism: A Response to Mary McDonald. **Journal of Leisure Research**, v. 41, n. 4, p. 495-509, 2009.

ROCHA, Nádia Maria Dourado; ALENCAR, Mab Amália. Pioneiros da Psicologia brasileira: diversidade e ética. In.: RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira; BERNARDES, Jefferson de Souza; LANG, Charles Elias (Orgs.). **A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, pp. 207-230.

ROSA, Allan Santos da. **Universidade pública de boy pra boy?** 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/abeiradapalavra/2014/06/04/universidade-publica-de-boy-para-boy/>>. Acesso em: 24/01/2017.

RUBIO, Katia. O trajeto da Psicologia do Esporte e a formação de um campo profissional. In.: RUBIO, Katia (Org.). **Psicologia do Esporte: Interfaces, Pesquisa e Intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, pp. 15-28.

_____. Análise Social do Fenômeno Esportivo e o Papel do Psicólogo. In.: RUBIO, Katia (Org.). **Psicologia do esporte aplicada**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, pp. 15-31.

_____. Entre a psicologia e o esporte: as matrizes teóricas da psicologia e sua aplicação ao esporte. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, vol.12, n.2, pp. 93-104, 2004.

_____. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.24, n.1, p.55-68, jan./mar. 2010.

_____. A cordialidade feminina no esporte brasileiro. In.: RUBIO, Katia (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, pp. 85-102.

RUBIO, Katia; CARVALHO, Adriano L. Areté, fair play e o movimento olímpico contemporâneo. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 5, n. 3, p. 350-357, set. 2005.

SALMUSKI, Dietmar. **Psicologia do Esporte**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1992.

SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Qual “retrato do Brasil”? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.10 no.1, pp. 61-95, abr. 2004.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.48, n.1, p. 21-65, jan/mar. 2005.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações raciais. **Psicologia: ciência e profissão**. São Paulo, vol.32, n. esp, pp. 166-175, 2012.

SANTOS, Alessandro Oliveira; GOMES, Lais Barbosa de Sousa; MUÑOZ, Bruna Lanzoni; MAIA, Rodolfo Luis Almeida. Marcos regulatórios sobre relações raciais e racismo: instrumentos para atuação do(a) psicólogo(a). **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 02, n. esp., Salvador, pp. 16-27, 2015.

SAPEDE, Thiago Clemêncio. Racismo e Dominação Psíquica em Frantz Fanon. **Sankofa: Revista de história da África e de estudos da diáspora africana**, São Paulo, ano IV , n. 8, p.44-52, dez. 2011.

SCHANTZ, Otto J. Pierre de Coubertin's "Civilizing Mission". In: NINTH INTERNATIONAL SYMPOSIUM FOR OLYMPIC RESEARCH, 9., 2008, Beijing. **Pathways: Critiques and Discourse in Olympic Research**. Ontario: International Centre For Olympic Studies, 2008. p. 53 - 62.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SESHADRI-CROOKS, Kalpana. I am a Master: Terrorism, Masculinity, and Political Violence in Frantz Fanon. **Parallax**, Londres, v. 8, n. 2, p.84-98, 2002.

SILVA, Athayde Ribeiro. As aptidões do futebolista. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, Rio de Janeiro, vol. 24, n.2, pp. 7-20, 1972.

_____. Alguns temas de psicologia do esporte revisitados. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 113-20, 1984.

SILVA, Mônica d'Fátima Freires. A psicologia do esporte no contexto do sistema de conselhos. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v.1, n.1, dez. 2007.

STEINFELDT, Jesse A.; REED, Courtney; STEINFELDT, M. Clint. Racial and Athletic Identity of African American Football Players at Historically Black Colleges and Universities and Predominantly White Institutions. **Journal of Black Psychology**, v.36, n.1, pp. 3-24, fev. 2010.

STOCKING JR, George W. **Victorian anthropology**. New York: The Fare Press, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz Katri. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TERRA. **Ginasta vítima de ato racista desabafa após blindagem da CBG**. 2015. Disponível em: <<https://esportes.terra.com.br/ginastica/angelo-assumpcao-vitima-de-ato-racista-desabafa-apos-blindagem-da-cbg,d5da3af4541431f9ec14d4d82edd24c910sdRCRD.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

TONINI, Marcel Diego. **Além dos gramados: história oral dos negros no futebol brasileiro (1970-2010)**. 2010. 432 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TORRI, Danielle; VAZ, Alexandre Fernandez. Do centro à periferia: sobre a presença da Teoria Crítica do Esporte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 185-200, set. 2006.

TURNER, David. False start? UK sprint coaches and Black/White stereotypes. **Journal of Black Studies**, v. 38, n. 2, p. 155-176, Nov 2007.

TWINE, France Winddance. **Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2001.

VIEIRA, Lenamar Fiorese; NASCIMENTO JUNIOR, José Roberto Andrade; VIEIRA, José Luiz Lopes. O estado da arte da pesquisa em Psicologia do Esporte no Brasil. **Revista de Psicología del Deporte**, Barcelona, vol. 22, n. 2, pp. 501-507, 2013.

WALKER, Nefertiti A.; MELTON, E. Nicole. The Tipping Point: The Intersection of Race, Gender, and Sexual Orientation in Intercollegiate Sports. **Journal of Sport Management**, v. 29, n. 3, p. 257-271, mai 2015.

ANEXOS

ANEXO I – ROTEIRO PARA CONDUÇÃO DAS ENTREVISTAS

Nome:		Nome fictício sugerido:	
Idade:	Instituição de formação:	Ano de formação:	
Cor/raça (heteroatribuição):	Cor/raça (autoatribuição livre):	Cor/raça (autoatribuição IBGE): () Branco(a) () Preto(a) () Pardo(a) () Amarelo(a) () Indígena	
Esportes(s) com o(s) qual(is) trabalha:			

1. Sobre a profissão:

- 1.1. Por que você escolheu a Psicologia?
- 1.2. Por que você escolheu a Psicologia do Esporte?
- 1.3. Na sua opinião, de que maneira a Psicologia contribui com o Esporte?
- 1.4. Fale mais sobre o seu trabalho: você utiliza alguma abordagem específica (psicanálise, comportamental, jungiana, bioenergética, etc.)?
- 1.5. Você considera importante que a(o) psicóloga(o) leve em consideração questões sociais, como, por exemplo, gênero, classe e raça, no trabalho com Esporte? Pode dar exemplos de como essas questões afetam o trabalho cotidiano?

2. Sobre a discriminação racial no esporte:

- 2.1. Você acha que existem esportes “de negros” e esportes “de brancos”? Por quê? Quais seriam eles? Se não, por que existem esportes com mais atletas negros e outros com mais atletas brancos?
- 2.2. No(s) esporte(s) em que você atua existem negros(as) em cargos de direção? Quantos? Você acha que na mesma proporção de atletas negros(as)? Qual o motivo disso?
- 2.3. O que, em sua opinião, configura uma situação ou um contexto como preconceito, discriminação ou racismo? Existem diferenças entre eles?
- 2.4. Em sua opinião, há preconceito/discriminação/racismo no esporte em geral? E no(s) esporte(s) em que você trabalha? Como se manifestam?
- 2.5. Existem esportes que discriminam racialmente mais que outros?
- 2.6. Você acha que o esporte mais reproduz ou mais combate o racismo?

3. Sobre a posição da Psicologia do Esporte diante do tema das relações raciais:

- 3.1. Qual seria o papel da psicologia do esporte diante do preconceito/discriminação/racismo (explícito, implícito, institucional, estrutural)?
- 3.2. Qual seria o papel da psicologia do esporte em relação ao sofrimento psíquico do(a) atleta vítima de preconceito/discriminação/racismo?

4. Sobre a atuação do psicólogo/a do esporte no tema das relações raciais:

- 4.1. Em sua formação, o tema das relações raciais foi estudado/trabalhado/pesquisado em algum momento?
- 4.2. Você já observou alguma situação ou contexto de preconceito/discriminação/racismo no seu trabalho? Pode me contar como foi?
- 4.3. Como você agiu ou agiria diante de uma situação ou contexto de preconceito/discriminação/racismo no seu trabalho?
- 4.4. Há algum atleta/paciente que você suspeita que possa sofrer com preconceito/discriminação/racismo?
- 4.5. Em sua concepção, há mais psicólogas(os) do esporte de que cor/raça? Por que isso acontece?
- 4.6. Como é ser um(a) psicóloga(o) do esporte [cor/raça atribuída]?

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada(o) para participar de uma pesquisa que objetiva conhecer a atuação do psicólogo no tema das relações raciais. Sua participação implica na realização de uma entrevista que pode durar em torno de uma hora e será gravada em áudio para posterior transcrição e análise. Somente os pesquisadores autorizados poderão escutar ou ler as transcrições, para uso na pesquisa. Durante a entrevista você pode solicitar ao entrevistador que desligue o gravador ou até que sejam apagadas partes da entrevista. Além disso, poderá interromper sua participação em qualquer momento.

A participação no estudo envolve risco mínimo. Os temas tratados podem causar incômodo ou desconforto. O pesquisador tem experiência na aplicação dos instrumentos e na abordagem dos temas. Para os casos de persistência ou baixa resolutividade do incômodo ou desconforto, serão retomados todos os seus direitos conforme o TCLE assinado e você será conduzida(o) imediatamente ou logo após a finalização da atividade, como lhe convier, para atendimento/acolhimento pelo pesquisador das demandas que surgiram e providência dos encaminhamentos necessários. Além disso, eventuais despesas decorrentes exclusivamente de sua participação na pesquisa serão ressarcidas.

Para manter a confidencialidade sobre as informações que você fornecerá, todas as formas de registro, gravação e transcrição serão identificadas apenas com um número. O nome do participante somente poderá ser associado aos números de identificação pelos pesquisadores envolvidos no estudo. Na divulgação dos resultados da pesquisa seu nome não será revelado. Todas as informações obtidas durante o estudo serão armazenadas de forma a proteger a identidade pessoal do participante. Essas informações serão mantidas em armário trancado à chave na sala dos pesquisadores durante e após o término da pesquisa.

A pesquisa não oferecerá nenhuma vantagem financeira. Sua participação neste estudo é completamente voluntária e não haverá custos decorrentes de sua participação. Você pode recusar-se a participar, ou decidir se desligar em qualquer momento.

Sinta-se à vontade para perguntar, caso tenha qualquer dúvida, agora ou depois. Caso haja alguma dúvida posteriormente, por favor, entre em contato com o investigador principal da pesquisa Alessandro de Oliveira dos Santos (alos@usp.br) ou Marcio Antonio Tralci Filho (matfilho@usp.br) no Instituto de Psicologia. Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721, São Paulo – fones: (11) 3091-4184 e 3091-4362. Você também pode fazer contato direto com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH) do Instituto de Psicologia da USP no endereço Av. Professor Mello Moraes, 1721, Bloco G, 2º andar, sala 27, CEP 05508-030 – Cidade Universitária - São Paulo. E-mail: ceph.ip@usp.br. Telefone: (11) 3091-4182. Horário de atendimento: 8h30min às 12h e 14h às 16h.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi elaborado em duas vias de igual teor, sendo que uma ficará com a(o) participante da pesquisa e uma será arquivada pelo pesquisador.

Consentimento

Eu, abaixo assinado, afirmo que li e compreendi o conteúdo deste termo e concordo em participar do estudo e com as colocações apresentadas,

Local e Data: _____

Nome da(o) entrevistada(o) _____

Assinatura da(o) entrevistada(o): _____

Nome do pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____

ANEXO III – TEXTO E TRADUÇÃO LIVRE DE
“FRANCE ON THE WRONG TRACK” (1901) DE
PIERRE DE COUBERTIN

FRANCE ON THE WRONG TRACK.

BY PIERRE DE COUBERTIN.

THAT French politics have lately been undergoing great changes, nobody who lives in France can deny; but from the outside these changes are far less conspicuous. Not only does our foreign policy maintain its wise and quiet appearance, the more so since it is in the hands of so clever and thoughtful a man as is M. Delcassé, but the rather brilliant period of the Exposition has done much to lessen the interest awakened at other periods by problems of internal administration. I am not speaking of the Dreyfus case, which proved dramatic enough to arouse universal excitement, but Thiers' efforts to start the Republic, Gambetta's work and premature death, Jules Ferry's colonial ambitions, Grévy's resignation of the Presidency, Carnot's life and assassination, the Panama affair, the quarrel between protectionists and free-traders, the rise and fall of Boulangerism, Lavigner's initiative, and many other facts—caused the world to be attentive to what was going on in France. At present the world is busy considering what the consequences may be of the South African war or the Chinese rebellion; what attention it can give to French affairs is largely taken up by Waldeck-Rousseau, who is supposed to be fighting for the good of the country and the maintenance of the Republic against a coalition of powerful Clericals and unsubdued Monarchists.

NO PLOT AGAINST THE REPUBLIC.

There may be such a coalition somewhere, for it has been in existence ever since the beginning of the century; and during the first fifteen years of its life the third Republic had more than once to deal with the combined efforts of Clericals and Monarchists. Her leaders, then, ought to be very well acquainted with the management of such a war; and having fought it successfully so many times, ought to know how to grasp victory once more, especially if, as the case seems to be, the struggle has lost much of its importance and violence. One would fail to understand how the death of the Comte de Paris and the Pope's call to French Roman Catholics in favor of the Republic could have had no effect upon anti-republicanism. The truth is, that since both events took place the believers in the superiority of monarchical solutions became few in number and less influential than they had ever been before. Conservative Republicans began to organize them-

selves, and, one after the other, the Roman Catholic bishops were led to utter words of peace and tolerance. How did it happen, then, that suddenly the government should have been shaken strongly enough to feel bound to call even on Socialists for help? The answer is easy and clear. Such a fact never happened. The Republic has not been for five minutes in danger of being upset for many and many years. Not only did Déroulède's attempt to carry on a *coup d'état* on the day of President Felix Faure's funeral prove a complete failure, but his aim was to reorganize the Republic according to his own well-known ideas and not in the least to overthrow it. Déroulède never was a Monarchist and very likely will never be one for many reasons; the chief one being perhaps that he can hope to become the head of a Republican administration, while he has no chance of ever laying a crown on his valuable forehead. Less unsuccessful in a way but purely grotesque and inoffensive was Baron Christiani's *attentat* on Derby Day at Auteuil. A few people belonging to what is supposed to be the highest social circles in Paris made it clear that they were able on some occasions to behave like roughs, and that was all.

The so-called *procès de la Haute Cour* was a rather ridiculous experience. The Nationalists, Legitimists, Imperialists, and anti-Semites prosecuted on the ground of having joined in setting up a conspiracy against the Republic were found to have acted quite apart from one another, without a plan, almost without money, and not even knowing exactly what they were hoping for.

THE PREMIER'S MISTAKE.

Waldeck-Rousseau's initial and probably irreparable mistake was to make the Dreyfus case the pivot of his policy, and to consent to heavy sacrifices in order to bring forth a more peaceful time, when the great peace-maker, the World's fair, was near at hand. Waldeck-Rousseau entered political life long ago, for he was Gambetta's co-worker; but, as a politician, he displayed more power than ambition. His profession, that of a lawyer, seems to have been of far greater interest to him: when President Casimir Perier resigned, he might have been his successor, but did not appear eager to secure this high position. He was a wealthy man, enjoying life thoroughly, having many friends, and glad to receive them in his house, where artists and writers were always sure

to meet with a hearty welcome. Thus it was that Waldeck-Rousseau, having become acquainted with many *intellectuels*, was led to share their passionate appreciation and bitter condemnation of Méline's policy. Other circumstances of smaller moment helped in urging him to the front, perhaps quite against his own will. He was declared the needed man, the one who could restore the nation's moral unity.

Frenchmen are always fond of summing up a whole stock of facts in a short and mighty sentence. If Abraham Lincoln, when the frightful secession war came to an end, had pointed out the necessity of restoring the moral unity of the American people, nobody would have dared to find any exaggeration in his words. But that the Dreyfus case should have ruined the moral basis of French nationality, the work of so many centuries, is an idea that may spring out of disturbed minds during a crisis, but that ought not to outlive the circumstances through which the crisis has developed itself. Whether Waldeck-Rousseau really believed that France had been morally injured to the very depths of her soul, or for some other reasons which he did not care to tell, he undertook the repairing of our "moral unity."

LOSING INFLUENCE IN THE EAST.

The first thing he did was to charge royalism and Roman Catholicism with having corrupted the public mind all round. Notwithstanding the failure of a previous attempt to prove the strength and power of the monarchical party, it was insisted upon that the Republic was still in great danger of being upset—an argument by no means rational coming from republican leaders—and that it would remain so until royalism should have been crushed all through the country. The religious orders were the object of fiery denunciations because of their backward tendencies and their enormous wealth; the amount of the latter, as well as their membership, was systematically exaggerated; popular excitement was raised artificially by unscrupulous arguments, and finally a law was introduced which, under pretence of regulating the right of association, provided for the destruction and confiscation of all religious orders, whether they be devoted to the care of the poor and the sick or to the education of youth.

This made the Pope's interference a necessity, especially as, cleverly enough, the progress of these orders had been presented as unfavorable to the Church's true interests. Leo XIII.'s letter to the Cardinal Archbishop of Paris, while preserving the writer's usual moderation and showing his lasting friendliness to France, included a warning which the Waldeck-Rousseau cabinet ought not to overlook. Conservative or

radical, every French administration during the nineteenth century proved eager to enjoy the advantages which belong to France as "the eldest daughter of the Church," and which constitute in the East her most valuable endowment. In China as well as in the Holy Land, the right of representing and protecting the Roman Catholic missions strengthens greatly the influence of French envoys; other nations are of course dissatisfied with such a privilege, and have often objected to its maintenance. The German Emperor is particularly anxious to see it suppressed, but up to this day the Pope has not given his consent. That he will give it if the anti-religious tendencies prevail in France, is quite certain: he will not even have the alternative of doing otherwise, because missionaries of other nationalities will, in a short time, take the place of the French, weakened and disorganized by the hostility against them at home.

UNDOING GAMBETTA'S, FERRY'S, AND CARNOT'S WORK.

Together with Roman Catholicism, military institutions and colonial expansion were denounced as the Republic's most dangerous enemies. Gambetta, Ferry, and Carnot had taken great pains to improve the former and to start the latter: they had worked hard and perseveringly in order to raise the army above any discussions and to make the colonies popular. The "État-Major" was Gambetta's favorite work. He considered that, in a democratic state where no hereditary principles provide the army with permanent and undisputed commanders, the General Staff is the only warranty of order and stability. He claimed also that the heads of the army ought to be chosen according to their personal knowledge and technical accomplishment, rather than to their political opinions. This was no theory on his part, for he used his wonderful influence in forcing General de Miribel into the position of chief of the army staff, very much against the will of the Republicans, who knew that the general's republicanism was not very ardent. Gambetta's choice proved excellent, and Miribel's services were as loyal as they were valuable. Carnot followed in these steps, and during his seven years' term of office his efforts in the same direction were numerous and effective. He had wisely and thoughtfully considered Tocqueville's words on the anti-military spirit that usually rises in a democracy: he knew that the chiefs of a great army cannot be asked to show much enthusiasm in submitting to elected representatives of the civil power: therefore, he had for them flattering attentions and used kind words toward them. The result was great. The republic had a splen-

did and powerful army to support her peaceful plans, and this army was loyal; nobody can doubt it, since otherwise the imperialist and royalist leaders would have succeeded in securing its help to restore the Bonapartes or the Orleans, while they failed constantly. This, however, did not seem sufficient, and, imprudently enough, the Waldeck-Rousseau cabinet undertook to develop Jacobinism among the army officers and under-officers.

Colonial expansion is, more especially, Jules Ferry's work. The great statesman foresaw the necessity of opening a wide area of new land before such a country as was France after 1870—beaten, but far from broken, and anxious to make a fresh start and to act. He knew that her vitality could not be suppressed, and that her strength would have to be used in distant colonization, if not in European agitation. His troubles and pains were still greater than Gambetta's and Carnot's. Having lost India, Canada, and Louisiana by the fault of inefficient rulers, France had been told so often that this misfortune was owing to her lack of colonizing power that she firmly believed it, and certainly the Algerian experience was not meant to undeceive her; she was therefore obstinately opposed to further steps in Tunis, Tonquin, and Madagascar; and, not satisfied with having upset the Ferry cabinet on account of its wise but resolute policy in Asia and Africa, she bestowed upon the ex-prime minister the most bitter and unjust unpopularity. But facts were stronger than prejudices, and Frenchmen at last opened their eyes to the beauty and wealth of their new empire. Yet, sedentary as they are now, it needs time and repeated encouragement to induce them to settle in lands so distant. Any anti-colonial movement, then, is to be feared, and its effects on the prosperity of the empire would be ruinous and immediate.

UNPRACTICAL REFORMS.

The theories which are to be found at the bottom of these imprudent undertakings of the Waldeck-Rousseau cabinet are of a strikingly unpractical character. Such Utopias had not come to the front since the days of 1848, when Cabet, Saint-Simon, Fourier, and their half-lunatic followers were busy describing the charms of the future social golden age. Armed citizens may reach just the kind of military standard that Switzerland requires, or perhaps Belgium; volunteers may, in such countries as England, the United States, Australia, and Canada, where the strong Anglo-Saxon traditions prevail, give a powerful help to a regular army; but nowadays, and unless Germany, Italy, and Austria do the same, to change the French military organiza-

tion into a republican militia system would be for France to abdicate her control in European politics and to give up her influence as a world power. The militia theory is noble and humane, and it has also an economical superiority, because it is, doubtless, the cheapest way of preparing the nation's defense. But the present state of things is such that for a big country to be prepared only to defend itself means no true prestige and no real power.

Another theory, that of equal rights for all human races, leads to a policy contrary to any colonial progress. Without indulging in even the most lenient form of serfdom, not to speak of slavery, the superior race is justified in refusing to extend several privileges of civilized life to the lower one. A fair treatment, justice to all, and special protection to the natives against the possible cruelties and encroachments of their rulers are enough, in many cases. Of course, it is the duty of the latter to try and raise the lower race to their own standard; but such an educational work is very slow, and to hasten it is simply to injure it and, at the same time, to straiten colonization and weary those who are busy at it.

A BLIND ALLEY.

To carry on these unwholesome plans, Waldeck-Rousseau had to find support elsewhere than in the ranks of the Moderate Republican party. He wanted Socialist help and secured it by asking one of the more clever Socialist leaders, Millerand, into the cabinet. Socialists are, as a rule, much too practical in their ways, if not in their aims, to be contented with hoisting to the top one of their foremost men. They claimed more than that, and the premier had to concede many of their claims, and therefore to give up many of his former views and principles. The result was, in one word, that Waldeck-Rousseau and his followers, while non-Socialists themselves, were harnessed and bound to drag the Socialist cart. The great danger of such an experience lies in this, that France is perhaps of all nations the most anti-aristocratic, but at the same time the most anti-communistic. At the bottom of French civilization lies propriety, the cornerstone of the whole building. No Frenchman will ever consent, if he is a proprietor, to cease to be one; or, if he is not, to give up hope of becoming one. Thus, it is impossible for communism to conquer France without civil war breaking out. Any one who leads her toward socialism leads her in a blind alley whence she won't be able to escape quietly; blood will have to be shed, time and money lost, space won on rivals given up. This is no prophecy, but the result

of past experiences; history provides us with serious warnings. Even with far less genius, Napoleon I. would have succeeded, all the same, in making the "Dix-huit Brumaire;" and, with none at all, Napoleon III. succeeded in restoring the Empire; in both circumstances, the trump in the Bonapartist cards was propriety, damaged already by Utopian laws and threatened with a still worse treatment. How is it that a man like Waldeck-Rousseau does not remember such things? Thiers, who knew France better, said thirty years ago: "*La République sera conservatrice ou elle ne sera pas.*" After thirty years, his word remains true; the Republic has lived, progressed, and got strong; no other foe is to be feared but socialism; socialism alone can kill her.

MORE HARM DONE.

A twofold result of the Waldeck-Rousseau policy is already conspicuous. In striving to master the French nation and force it into certain ways against the will of a great part of the people, the cabinet has been led to treat unjustly, and to denounce as enemies of the Republic, all the Republicans who did not approve its views and refused to support its plans. Passionate ill-feeling was thus aroused between Frenchmen at the very moment when it became possible for them to forget the Dreyfus quarrel, and it was most necessary to try to soothe its bad effects. However ridiculous may be the statements that ex-Premier Ribot has turned a Monarchist and that ex-Premier Méline seldom dreamed of anything else than of betraying the republican cause, such statements, when printed daily in the papers and uttered even in the House of Parliament, end in misleading public opinion. Lies and slanders, sad to say, are never inoffensive.

One result, therefore, is to sow hatred in the French soil; the other is to give France a heavy handicap in the race of nations. Concord and harmony are necessary to any people whose foreign policy is at all active and daring. On the contrary, if agitated and busy with quarrels, a nation cannot do more than defend its rights, and must not look forward to increasing its shares and profits. France would not lose much by following for a short time a purely defensive policy (indeed, she has done so for a long time—since the Franco-German war), if Europe were to-day what it was some twelve years ago. But circumstances have changed radically; "pushfulness" is to be found everywhere. England conquers South Africa, Germany builds up a powerful fleet, Russia settles in North China, Australia celebrates her coming of age as a nation, Austria progresses in the Balkans, the

United States assume a world policy, the Prince of Bulgaria means to become a king, Greece wants Crete, and Japan, Korea; even Spain seeks strength and wealth by trying to unite with the Spanish-speaking American republics. France alone is fettered, and cannot even take up her own African Hinterland without giving way to sharp discussions between Frenchmen. From the French point of view, and without in the least approving the perfectly absurd idea of an interference in the Anglo-Boer conflict, it is safe to say that a better occasion for deciding the Newfoundland and the New Hebrides questions will never be found. England paid the price that was asked elsewhere for preserving neutrality (such bargains are regrettable, but sentiment is out of the question in modern politics); she did not pay France anything, because she had nothing to fear from her, seeing that France had too much trouble at home to be attentive to developments outside.

IS IT TOO LATE?

France's prosperity is threatened by two kinds of men—conquerors and ideologists. During the last centuries, particularly during the last one, some of her rulers have led her to believe that she was God's soldier, and that her fate was to be raised above all nations and to govern Europe. At other times she was taught that the light of the world lies in her hands, and that the laws she makes, the ways she tries, the principles she proclaims, are to extend finally everywhere, and to be found superior to any others. All this is nonsense; and by adopting such childish views France has never failed to lose what she had gained and to run very serious risks.

The present Republic, however, showed obvious signs of wisdom and resisted the conquering spirit on several occasions; we must now resist the Utopian spirit. So far, we have unfortunately given way to it; but I do not think we shall go much farther. France is simply on a wrong track, and nothing is easier, when she perceives it, than to go back and take the other track. We shall have lost time and money, that's all. Of course, the risk would become great if the reign of Utopia were allowed to continue for some years more; but young Frenchmen have been brought up during the last fifteen years in a somewhat different manner than their fathers. I myself have done something to make manly games popular among them, to make them go abroad, to make them long for freedom and initiative. A young man who has played football and has traveled is not, as a rule, prompted to claim state help or to shut himself up in the dreamy castle of Utopia.

FRANÇA NA PISTA ERRADA

POR PIERRE DE COUBERTIN

QUE a política francesa ultimamente passou por grandes mudanças, ninguém que vive na França pode negar; mas, do exterior, essas mudanças são muito menos visíveis. Não só a nossa política externa mantém sua aparência sábia e silenciosa, mais ainda por estar nas mãos de um homem tão inteligente e pensativo como o Sr. Delcasse, mas o período bastante brilhante da Exposição [Universal de Paris em 1900] fez muito para diminuir o interesse despertado em outros períodos por problemas de administração interna. Não estou falando do caso Dreyfus, o que se revelou suficientemente dramático para despertar a excitação universal, mas os esforços de Thiers para iniciar a República, o trabalho

de Gambetta e a morte prematura, as ambições coloniais de Jules Ferry, a renúncia de Grevy à Presidência, a vida e o assassinato de Carnot. O processo do Panamá, a disputa entre protecionistas e comerciantes livres, o surgimento e queda do Boulangerismo, a iniciativa de Lavignerie e muitos outros fatos – permitiram que o mundo estivesse atento ao que estava acontecendo na França. Atualmente, o mundo está ocupado considerando quais as consequências da guerra sul-africana ou a rebelião chinesa; a atenção que pode se dar aos assuntos franceses é em grande parte ocupada por Waldeck-Rousseau, que deveria lutar pelo bem do país e a manutenção da República contra uma coalizão de clérigos poderosos e monarquistas insubordinados.

NENHUM COMPLÔ CONTRA A REPÚBLICA

Pode haver uma coalizão em algum lugar, pois existe desde o início do século; e durante os primeiros quinze anos de sua vida, a terceira República teve mais de uma vez que lidar com os esforços combinados dos clérigos e monárquicos. Os seus líderes, portanto, devem estar bem familiarizados com a gestão de tal guerra; e tendo lutado com sucesso tantas vezes, deveriam saber como conquistar a vitória mais uma vez, especialmente se, como o caso parece ser, a luta perdeu grande importância e violência. Não seria possível entender como a morte de Comte de Paris e o apelo do Papa aos católicos franceses em favor da República não poderiam ter efeito sobre o antirrepublicanismo. A verdade é que, uma vez que ambos os acontecimentos ocorreram, os crentes na superioridade das soluções monárquicas tornaram-se poucos em número e menos influentes do que nunca antes. Os republicanos

conservadores começaram a se organizar e, um após o outro, os bispos católicos romanos foram levados a palavras de paz e tolerância. Como aconteceu, então, que, de repente, o governo deveria ter sido abalado o bastante para se sentir obrigado a chamar, mesmo aos socialistas, por ajuda? A resposta é fácil e clara. Tal fato nunca aconteceu. A República não passou por cinco minutos em perigo de ser derrubada por muitos e muitos anos. Não só a tentativa de Deroulede de realizar um golpe de estado no dia do funeral do presidente Felix Faure se provou um completo fracasso, como seu objetivo era reorganizar a República de acordo com suas próprias ideias bem conhecidas e não, no limite, derrubá-la. Deroulede nunca foi monarquista e muito provavelmente nunca será um por muitas razões; o principal talvez seja que ele almeja se tornar o chefe de uma administração republicana, enquanto ele não tem chance de colocar uma coroa em sua valiosa cabeça. Menos mal sucedidos de certo modo, mas inocentemente

grotesco e inofensivo, foi o atentado de Baron Christiani no Derby Day em Auteuil. Algumas pessoas pertencentes ao que é suposto serem os mais altos círculos sociais em Paris deixaram claro que, em algumas ocasiões, podiam se comportar como gente rude, e isso era tudo.

O chamado processo *de la Haute Cour* foi uma experiência bastante ridícula. Os nacionalistas, os legitimistas, os imperialistas e os antisemitas perseguidos por terem se juntado para criar uma conspiração contra a República se agrediram uns aos outros, sem um plano, quase sem dinheiro e nem mesmo sabendo exatamente o que eles queriam.

O ERRO DO PRIMEIRO MINISTRO

O erro inicial e provavelmente irreparável de Waldeck-Rousseau foi tornar o caso Dreyfus o pivô de sua política e consentir sacrifícios pesados para produzir um momento mais pacífico, quando o grande pacificador, a Feira Mundial, estava por perto. Waldeck-Rousseau entrou na vida política há muito tempo, pois ele era o colega de trabalho de Gambetta; mas, como político, ele mostrou mais poder do que ambição. Sua profissão, a de um advogado, parece ter sido de um interesse muito maior para ele: quando o presidente Casimir Perier renunciou, ele poderia ter sido seu sucessor, mas não parecia ansioso para garantir essa posição elevada. Ele era um homem rico, aproveitando a vida completamente, tendo muitos amigos e

A primeira coisa que ele fez foi condenar a realeza e o catolicismo romano de corromperem a mente pública. Não obstante o fracasso de uma tentativa anterior de comprovar a força e o poder do partido monárquico insistiu-se que a República ainda estava em grande perigo de ser derrubada – um argumento de forma alguma racional vindo de líderes republicanos – e que permaneceria assim até que os partidários do Rei tenham sido esmagado por todo o país. As ordens

prazer em recebê-los em sua casa, onde os artistas e escritores estavam sempre certos de receber uma calorosa saudação. Assim, Waldeck-Rousseau, tendo se familiarizado com muitos intelectuais, foi levado a compartilhar sua apreciação apaixonada e condenação amarga da política de Méline. Outras circunstâncias de menor momento ajudaram a exortá-lo para frente, talvez bem contra sua própria vontade. Ele era o homem necessário, aquele que poderia restaurar a unidade moral da nação.

Os franceses sempre gostam de resumir toda uma série de fatos em uma breve e poderosa sentença. Se Abraham Lincoln, quando a espantosa guerra de separação chegou ao fim, apontou a necessidade de restaurar a unidade moral do povo americano, ninguém teria ousado encontrar qualquer exagero em suas palavras. Mas que o caso de Dreyfus deveria ter arruinado a base moral da nacionalidade francesa, o trabalho de tantos séculos, é uma ideia que pode surgir de mentes perturbadas durante uma crise, mas que não deve viver as circunstâncias através das quais a crise tem se desenvolvido. Se Waldeck-Rousseau realmente acreditava que a França tinha sido moralmente ferida até as profundezas de sua alma, ou por outras razões que ele não gostava de dizer, ele realizou a reparação de nossa "unidade moral".

PERDENDO A INFLUÊNCIA NO LESTE

religiosas foram objeto de denúncias calorosas por causa de suas tendências atrasadas e de suas enormes riquezas; a quantia destas últimas, bem como de sua posse, foram sistematicamente exageradas; o entusiasmo popular foi levantado artificialmente por argumentos sem escrúpulos e, finalmente, foi introduzida uma lei que, sob a pretensão de regulamentar o direito de associação, prevê a destruição e confisco de todas as ordens religiosas, sejam elas dedicadas ao

cuidado dos pobres e dos doentes ou para a educação da juventude.

Isso fez com que a interferência do Papa fosse uma necessidade, especialmente como, com inteligência, o progresso dessas ordens fora apresentado como desfavorável aos verdadeiros interesses da Igreja. A carta de Leão XIII ao cardeal arcebispo de Paris, preservando a moderação usual do escritor e mostrando sua amizade duradoura à França, incluía um aviso que o gabinete de Waldeck-Rousseau não devia ignorar. Conservador ou radical, toda administração francesa durante o século XIX mostrou-se ansiosa para desfrutar as vantagens que pertencem à França como "a filha mais velha da Igreja" e que constituem no Oriente a sua doação mais valiosa. Tanto na China como na Terra Santa, o direito de representar e proteger as missões católicas romanas fortalece muito a influência dos enviados franceses; outras nações estão, obviamente, insatisfeitas com esse privilégio, e muitas vezes se opuseram à sua manutenção. O imperador alemão está particularmente ansioso para vê-lo suprimido, mas até o dia de hoje o Papa não deu o seu consentimento. Que ele o dará se as tendências antirreligiosas prevalecerem na França é certo: ele nem terá a alternativa de fazer de outro modo, porque os missionários de outras nacionalidades, em pouco tempo, tomarão o lugar dos franceses, enfraquecidos e desorganizados pela hostilidade contra eles em casa.

DESFAZENDO OS TRABALHOS DE GAMBETTA, FERRY E CARNOT

Juntamente com o catolicismo romano, as instituições militares e a expansão colonial foram denunciadas como inimigos mais perigosos da República. Gambetta, Ferry e Carnot se esforçaram para melhorar o primeiro e dar início o último: eles haviam trabalhado duro e perseverantemente para elevar o exército acima de qualquer discussão e tornar as

colônias populares. O "État-Major" era o trabalho favorito de Gambetta. Ele considerou que, num estado democrático onde nenhum dos princípios hereditários fornece ao exército com comandatos permanentes e incontestáveis, o Estado-Maior é a única garantia de ordem e estabilidade, alegando também que os chefes do exército deveriam ser escolhidos de acordo com seu pessoal Conhecimento e conquista técnica, em vez de suas opiniões políticas. Esta não era uma teoria da sua parte, pois ele usava sua maravilhosa influência ao obrigar o general de Miribel a ocupar o cargo de chefe da equipe do exército, muito contra a vontade dos republicanos, que sabiam que o republicanismo do general não era muito ardente. A escolha de Gambetta foi excelente, e os serviços de Miribel eram tão leais quanto valiosos. Carnot seguiu nestes passos, e durante o mandato de sete anos, seus esforços na mesma direção eram numerosos e efetivos. Ele considerou, sabiamente e pensativamente, as palavras de Tocqueville sobre o espírito antimilitar que geralmente sobe em uma democracia; Ele sabia que os chefes de um grande exército não podem ser convidados a demonstrar muito entusiasmo em submeter-se aos representantes eleitos do poder civil; Portanto, ele tinha para eles lisonjeiras atenções e usava palavras gentis para com eles. O resultado foi ótimo. A república tinha um exército esplêndido e poderoso para sustentar seus planos pacíficos, e esse exército era leal; ninguém pode duvidar disso, pois, de outra forma, os líderes imperialistas e realistas teriam conseguido assegurar sua ajuda para restaurar os Bonapartes ou os Orleans, enquanto falhavam constantemente. Contudo, isso não pareceu suficiente e, com toda imprudência, o gabinete de Waldeck-Rousseau comprometeu-se a desenvolver o jacobinismo entre os oficiais do exército e os suboficiais.

A expansão colonial é, mais especialmente, o trabalho de Jules Ferry.

O grande estadista previu a necessidade de abrir uma vasta área de novas terras antes de um país como a França depois de 1870 - espancado, mas longe de quebrar e ansioso para começar e atuar. Ele sabia que sua vitalidade não podia ser suprimida, e que sua força deveria ser usada na colonização distante, senão na agitação européia. Seus problemas e dores ainda eram maiores do que os de Gambetta e Carnot. Tendo perdido a Índia, o Canadá e a Louisiana pela culpa de governantes ineficientes, a França tinha sido dita com tanta frequência que essa desgraça era devido à falta de poder de colonização que ela acreditava firmemente, e certamente a experiência argelina não estava destinada a se enganar; Ela estava, portanto, obstinadamente oposta a novos passos em Tunes, Tonquin e Madagascar; E, não satisfeito de ter aborrecido o gabinete de Ferry devido à sua política sábia, mas resoluta na Ásia e na África, ela concedeu ao ex-primeiro ministro a mais amarga e injusta impopularidade. Mas os fatos eram mais fortes do que os preconceitos, e os franceses finalmente abriram os olhos para a beleza e riqueza do seu novo império. No entanto, sedentários como são agora, é necessário tempo e incentivo repetido para induzi-los a se instalarem em terras tão distantes. Qualquer movimento anti-colonial, então, deve ser temido, e seus efeitos sobre a prosperidade do império serão ruinosos e imediatos.

REFORMA IMPRATICÁVEL

As teorias que se encontram no fundo desses empreendimentos imprudentes do gabinete Waldeck-Rousseau são de um caráter incrivelmente impraticável. Tais utopias não haviam chegado à frente desde os dias de 1848, quando Cabet, Saint-Simon, Fourier e seus seguidores meio lunáticos estavam ocupados descrevendo os encantos da idade de outro social futura. Os cidadãos armados podem

alcançar apenas o tipo de padrão militar que a Suíça exige, ou talvez a Bélgica; os voluntários podem, em países como Inglaterra, Estados Unidos, Austrália e Canadá, onde as fortes tradições anglo-saxãs prevalecem, dar uma ajuda poderosa a um exército regular; mas hoje em dia, e a menos que a Alemanha, a Itália e a Áustria façam o mesmo, mudar a organização militar francesa em um sistema de milícia republicana seria para a França abdicar do seu controle na política europeia e abandonar sua influência como potência mundial. A teoria da milícia é nobre e humana, e também tem uma superioridade econômica, porque é, sem dúvida, a maneira mais barata de preparar a defesa da nação. Mas o estado atual das coisas é tal que, se um grande país está preparado apenas para se defender, isso não significa um verdadeiro prestígio e nenhum poder real.

Outra teoria, a igualdade de direitos para todas as raças humanas, leva a uma política contrária a qualquer progresso colonial. Sem incluir que, mesmo na forma mais branda de servidão, para não falar de escravidão, a raça superior se justifica ao se recusar a estender vários privilégios da vida civilizada ao inferior. Um tratamento justo, justiça para todos e uma proteção especial aos nativos contra as possíveis crueldades e invasões de seus governantes são suficientes, em muitos casos. Claro, é o dever deste último tentar e elevar a raça inferior ao seu próprio padrão; mas tal trabalho educativo é muito lento, e acelerá-lo é simplesmente feri-lo e, ao mesmo tempo, impedir a colonização e fadigar aqueles que estão ocupados com isso.

UM BECO SEM SAÍDA

Para continuar esses planos doentios, Waldeck-Rousseau teve que encontrar apoio em outro lugar do que nas fileiras do Partido Republicano Moderado. Ele queria ajuda socialista e assegurou-o perguntando a um dos mais inteligentes

líderes socialistas, Millerand, no gabinete. Os socialistas são, em geral, muito práticos em seus caminhos, se não em seus objetivos, para contentar-se com alçar para o topo seus homens mais importantes. Eles reivindicaram mais do que isso, e o primeiro ministro teve que admitir muitas das suas reivindicações e, portanto, desistir de muitos dos seus pontos de vista e princípios anteriores. O resultado foi, em uma palavra, que Waldeck-Rousseau e seus seguidores, enquanto não Socialistas, foram abusados e obrigados a arrastar a carroça socialista. O grande perigo de tal experiência reside nisso, que a França talvez seja de todas as nações a mais antiaristocráticas, mas ao mesmo tempo a mais anticomunista. No fundo da civilização francesa está a propriedade, a pedra angular de todo o edifício. Nenhum francês jamais consentirá, se ele é proprietário, deixar de ser um, ou, se não for, desistir da esperança de se tornar um. Assim, é impossível que o comunismo vença na França sem guerras civis. Qualquer um que a leva ao socialismo a leva a um beco sem saída de onde não pode escapar silenciosamente; sangue terá que ser derramado, tempo e o dinheiro serão perdidos, o espaço conquistado sobre os rivais será abandonado. Esta não é uma profecia, mas o resultado de experiências passadas; a história nos fornece avisos sérios. Mesmo com muito menos gênio, Napoleão I teria conseguido, desse mesmo modo, fazer o "Dix-huit Brumaire" ["Dezoito de Brumário"]; e, de modo nenhum, Napoleão III, conseguiu restaurar o Império; em ambas as circunstâncias, o trunfo das cartas bonapartistas foi a propriedade, danificada já pelas leis utópicas e ameaçada com um tratamento ainda pior. Como é que um homem como Waldeck-Rousseau não se lembra de tais coisas? Thiers, que conhecia a França melhor, disse há trinta anos: "La République sera conservatrice ou elle ne sera pas" ["A República será conservadora ou não será"]. Depois de trinta anos, sua

palavra permanece verdadeira: a República sobreviveu, progrediu e ficou forte, nenhum outro inimigo deve ser temido, a não ser o Socialismo; o Socialismo sozinho pode matá-la.

MAIS DANOS FEITOS

Um duplo resultado da política de Waldeck-Rousseau já é conspícuo. Ao esforçar-se para dominar a nação francesa e forçá-lo de certa forma contra a vontade de uma grande parte do povo, o gabinete foi levado a tratar injustamente e a denunciar como inimigos da República todos os republicanos que não aprovaram suas visões e que se recusaram a apoiar seus planos. O sentimento de paixão foi assim despertado entre os Franceses no momento em que tornou possível que eles esquecessem a disputa de Dreyfus, e era muito necessário tentar acalmar seus efeitos negativos. Por mais ridículo que seja, as declarações de que o ex-primeiro-ministro Ribot transformou-se em um monarquista e que o ex-primeiro-ministro Meline raramente sonhava com algo além de trair a causa republicana, tais declarações, quando impressas diariamente nos jornais e proferidas mesmo na casa de Parlamento, termina em uma opinião pública enganadora. Mentiras e calúnias, por mais tristes, nunca serão inofensivas.

Um resultado, portanto, é semear o ódio no solo francês; o outro é dar a França uma grande desvantagem na corrida das nações. Concordância e harmonia são necessárias para qualquer povo cuja política externa seja ativa e ousada. Pelo contrário, se estiver agitado e ocupado com brigas, uma nação não pode fazer mais do que defender seus direitos e não deve esperar aumentar suas ações e lucros. A França não perderia muito seguindo por um curto período de tempo uma política puramente defensiva (na verdade, ela fez isso por muito tempo - desde a guerra franco-alemã), se a Europa hoje fosse o que era há cerca de doze anos. Mas as

circunstâncias mudaram radicalmente; "Empreendimento" é encontrado em todos os lugares. Inglaterra conquista a África do Sul, a Alemanha constrói uma poderosa frota, a Rússia se instala no norte da China, a Austrália comemora a sua maioria como nação, a Áustria progride nos Bálcãs, os Estados Unidos assumem uma política mundial, o Príncipe da Bulgária se encaminha para tornar-se um Rei, Grécia quer Creta e Japão, a Coreia; até mesmo a Espanha procura força e riqueza tentando unir-se com as repúblicas americanas de língua espanhola. A França sozinha está refreada, e não pode nem dedicar-se ao seu próprio território africano sem dar lugar a discussões acentuadas entre franceses. Do ponto de vista francês e, sem, pelo menos, aprovar a ideia perfeitamente absurda de uma interferência no conflito Anglo-Boer, é seguro dizer que uma melhor ocasião para decidir as questões de Terra-Nova [Canadá] e de Novas Hébridas [Vanuatu] nunca será encontrada. A Inglaterra pagou o preço que foi pedido em outra oportunidade para preservar a neutralidade (tais acordos são lamentáveis, mas sentimento está fora de questão na política moderna); ela não pagou a França nada, porque não tinha nada a temer dela, vendo que a França tinha muitos problemas em casa para estar atenta às novidades de fora.

É TARDE DEMAIS?

A prosperidade da França é ameaçada por dois tipos de homens - conquistadores e

ideólogos. Durante os últimos séculos, particularmente durante o último, alguns de seus governantes levaram-na a acreditar que ela era o soldado de Deus e que seu destino deveria estar acima de todas as nações e governar a Europa. Outras vezes, foi dito que a luz do mundo está em suas mãos, e que as leis que ela faz, os caminhos que ela trilha, os princípios que ela proclama, devem ser ampliados finalmente em todos os lugares e serem superiores aos outros. Tudo isso é bobagem; e ao adotar tais visões infantis, a França nunca deixou de perder o que ganhou e corre riscos muito sérios.

A atual República, no entanto, mostrou sinais óbvios de sabedoria e resistiu ao espírito conquistador em várias ocasiões; agora devemos resistir ao espírito utópico. Até o momento, desafortunadamente nos deparamos com isso; mas eu não acho que devemos ir muito mais longe. A França está simplesmente em um caminho errado, e nada é mais fácil, quando se percebe isso, do que voltar e seguir a outra pista. Teremos perdido tempo e dinheiro, só isso. Claro, o risco se tornaria enorme se o reinado de Utopia pudesse continuar por alguns anos mais; mas os jovens franceses foram criados nos últimos quinze anos de uma maneira um tanto diferente do que seus pais. Eu mesmo fiz algumas coisas para tornar jogos masculinos populares entre eles, fazê-los ir para o exterior, fazê-los ansiar liberdade e iniciativa. Um jovem que jogou futebol e viajou não é, como regra, induzido a pedir ajuda estatal ou a se encerrar no castelo de sonho de Utopia.

ANEXO IV – TEXTO E TRADUÇÃO LIVRE DE “LE
QUESTION NÈGRE” (1903) DE PIERRE DE
COUBERTIN

S'ADRESSER, 20, RUE DROUOT
A L'HOTEL DU « FIGARO »
ET POUR LES ANNONCES ET RECLAMES
Chez MM. LAGRANGE, CERF & C^e
6 et 8, place de la Bourse

SOMMAIRE

La Question nègre : PIERRE DE COUBERTIN.
La Vie de Paris : Modes d'automne : RÉONA.
A la recherche du prétendant marocain : R. CLÉMENT.
Le voyage de LL. MM. le roi et la reine d'Italie en France : CH. DAUZIAT.
Notes d'un Parisien : E.
L'Étranger : En Angleterre : Les projets de M. Chamberlain : IGNOTUS. — La question du Maroc : ALDRIDGE. — Affaires de Macédoine.
La loge des grandes manœuvres : Lieutenant-colonel PATRY.
Journaux et revues : ANDRÉ BEAUNIER.
Gazette des Tribunaux : Cour d'assises de la Seine : La Conquête de Jules César : H. V.
Les Théâtres : Comédie-Française : Débuts de Mlle Dussane dans « le Malade imaginaire » et de M. Brunel dans « les Précieuses ridicules ». — Déjeûner : Le Petit Nœud du miracle : EMMANUEL ARÈNE.
Notre page musicale : Duo-Berceuse : VICTOR DOLMETZKE.
Feuilleton : L'Asie en feu : FÉLIX-BRUGIÈRE et LOUIS GASTINE.

La question nègre

La scène se passait dans un petit chemin de fer de Floride. Nous quittons Pablo-Beach, si j'ai bonne mémoire, où j'avais passé un après-midi de farniente à manger des oranges et à fumer des cigarettes sur une plage semée de palmiers nains ; le train de banlieue qui allait nous ramener à Jacksonville se composait de deux voitures, identiques d'ailleurs comme inconvénient et comme malpropreté ; mais l'une réservée aux blancs et l'autre aux « gens de couleur », *colored people*. Lorsque je m'installai dans la première, elle comprenait trois Yankees à barbe poivre et sel, qui crachaient alternativement, avec une remarquable habileté, dans un crachoir de cuivre placé à dix pas d'eux. Un peu plus loin se trouvait une dame élégamment vêtue ; elle pouvait avoir quarante-cinq ans ; ses beaux cheveux noirs, son regard très doux, son teint comme légèrement hâlé par le soleil lui composaient une physionomie fort agréable, empreinte d'un charme aristocratique. Au moment où le train allait partir, le conducteur vint lui parler à l'oreille : elle fit un geste de dénégation. L'homme insista ; sa parole devint brutale et inconvenante sans s'émouvoir, la dame refusa à nouveau ce que le conducteur lui demandait. Celui-ci disparut aussitôt et revint quelques instants après, accompagné du mécanicien ; ils s'approchèrent de la récalcitrante et lui adressèrent une dernière fois la sommation d'avoir à passer dans le compartiment des « gens de couleur ». Les trois Yankees se levèrent et se passèrent la main sur le front, comme s'ils n'avaient pas même l'air d'entendre. Alors se passa une scène ignoble dont je garderai toute ma vie le souvenir : le conducteur et le mécanicien se jetèrent sur la malheureuse, l'arrachèrent de son banc et la traînèrent d'un bout à l'autre du car jusqu'à la plateforme du car suivant où ils la laissèrent ; quand ils passèrent près de moi je remarquai que quelques mèches crépues sur la nuque attestaient seules qu'un peu de sang nègre coulait dans les veines de cette femme riche et distinguée. Je fis appel aux Yankees, leur demandant comment ils pouvaient tolérer de pareilles ignominies et je reprochai aux employés leur conduite : tous me regardèrent comme si j'avais parlé hébreu et l'un d'eux, haussant les épaules, dit avec dédain :

— Vous autres, gens d'Europe, vous ne comprenez rien à la « question nègre », *negro problem*.

Non, sous cette forme, en effet, nous n'y comprenons rien, ou plutôt nous ne voulons rien y comprendre, car elle est inadmissible. Notez que le sang blanc qui fait les quartiers n'est pas, en général, celui des aventuriers ou des *outlaws*, mais celui de la vieille aristocratie sudiste. Tout le monde avoue que la plupart des planteurs d'antan se choisissaient des maîtresses parmi leurs esclaves et procréaient volontiers des petits mulâtres dont le travail devait ensuite profiter à la plantation. Cela, par hypothèse, jette un jour singulier sur la prétendue répugnance qu'éprouve la race blanche à s'unir à la race noire. Cette répugnance est née en Amérique du moment où l'esclavage a pris fin ; tant qu'il a existé, la femme noire a su exercer sa séduction sur ses maîtres, et la chronique raconte que le foyer irrégulier qui se fondait ainsi, à l'ombre de l'autre, n'était pas, d'ordinaire, le moins apprécié du chef de famille. De sorte que non seulement ce sont les Américains qui, en important chez eux pour se procurer une main-d'œuvre bon marché des esclaves d'Afrique, ont donné naissance au problème nègre, mais ce sont eux encore qui, pour satisfaire leurs appétits sensuels en même temps que leurs instincts de triomphes, ont produit le problème mulâtre, celui des deux dont l'existence semble les irriter le plus aujourd'hui. N'y a-t-il pas là une singulière revanche du sort, une espèce de choc en retour de l'éternelle justice ?

Le mal est réel ; est-il inguérissable ? Tous ceux qui l'ont étudié ou qui en ont vu trois remèdes seraient seuls applicables en pareil cas : il faut, de toute nécessité, ou se débarrasser des nègres, ou les absorber, ou les tolérer. L'élimination, ou la chérubie. Dans ce but fut fondée la petite république de Libéria ; ses organisateurs se flattaient de l'espoir qu'on pouvait éveiller au fond des âmes nègres le regret de la terre africaine et, la tenta-

tion d'une écharpe municipale ou d'un casque de pompier aidant, provoquer un exode volontaire des esclaves libérés vers leur ancienne patrie. La déception fut complète, mais aussi combien naïve était l'illusion ! Même si, au lieu de sables équatoriaux, on leur avait offert un verdoyant éden, les grands enfants noirs ne se seraient pas laissés emmener. Leur patrie, c'est désormais ce Sud ensoleillé où l'air est doux et la vie facile ; nulle persuasion ne les en tirera ; ôtez-les de force, ils reviendront.

L'absorption ? Mais c'est là une mesure qui ne se décrète pas ; elle réclame avant tout le libre consentement des intéressés. Et puis, quand même la loi oserait intervenir et encourager la fusion en lui assurant des avantages, fiscaux ou autres, sommes-nous assez éclairés sur les conséquences des croisements humains pour escompter un résultat précis ? Malgré les progrès réels accomplis par la moins avancée des deux races en présence, leur inégalité demeure choquante. Qui donc se permettrait d'affirmer que, si elles fusionnaient, ce seraient les qualités de la race supérieure qui l'emporteraient sur les défauts de la race inférieure ?

Nul n'a le droit de reprocher aux nègres leur attachement envers cette Amérique où ils ne sont pas venus volontairement, mais où ils prétendent demeurer. Nul n'a le droit non plus de reprocher aux blancs leur attitude défensive en face d'un péril ethnique dont, en Europe, on s'effrayait tout autant. Seulement, sur trois solutions en voilà déjà deux qui se trouvent inutilisables ; il faut donc se rejeter sur la troisième, — ne pouvant ni se débarrasser des nègres ni les absorber, il n'y a plus qu'à les tolérer.

Est-ce si difficile ?... De leur côté, aucune aversion n'existe. Après la grande misère d'Afrique, l'esclavage américain fut pour eux une période de douceur relative et de réelle amélioration ; ils n'en ont point conservé au fond de leurs esprits une image mauvaise. Au lendemain de l'émancipation, ils ont naturellement dansé le *cake-walk* de la liberté, lequel s'est accompagné de quelques méchants tours à l'endroit de leurs anciens maîtres, mais bien vite l'habitude les a ramenés vers ceux-ci ; ils se sentaient désorientés d'ailleurs devant les initiatives et les responsabilités de la vie libre ; sous ce rapport ils ont peu progressé : si leur humeur les porte à changer souvent de métier, le service du blanc continue à leur plaire ; c'est la condition pour laquelle ils se sentent faits et dont ils acceptent les devoirs le plus volontiers.

Le blanc, à son tour, se passe malaisément de leur aide ; il aime leur large sourire et leur souplesse féline, leur joyeuse insouciance et leur enfantine fatuité. Un rien suffit évidemment à rompre entre eux l'entente, mais un rien la rétablit. Avec le Chinois, en Californie, elle n'existe jamais. Cette souplesse et cette insouciance qui lui plaisent, cette gaieté et cette fatuité qui l'amuse, le blanc tient toutefois à les voir s'épanouir au second rang, en sous-ordre ; il ne tolère pas d'être gouverné par elles.

Voilà le grand mot. Dans le Sud, nul ne récrimine contre l'égalité civile, mais l'égalité politique n'a jamais été acceptée. Le gouvernement fédéral a commis, en la décrétant, une faute capitale. Vous direz que les principes de l'égalité républicaine exigeaient qu'il en fût ainsi ; mais l'égalité gagnée-elle beaucoup à ce que les nègres viennent voter, du moment que leurs suffrages sont supprimés ou tenus pour nuls ? Car, il faut bien l'avouer, c'est ainsi que les choses se passent les trois quarts du temps ; une période électorale, sur les bords du Mississippi vous fera comprendre la question nègre mieux que toutes les dissertations, car vous en surprendrez la centre douloureux. Entre blancs et noirs point de répugnance physique, point de haine de race ; au fond de cette vilaine guerre qui engendre des barbaries telles que les lynchages, des violences semblables à celles que je racontais tout à l'heure, au fond de tout cela il n'y a qu'une querelle politique. Les blancs, qui se sentent — et à juste titre — très supérieurs aux noirs, ne veulent pas être gouvernés par eux ; et leur vouloir sur ce point est si robuste qu'ils seraient, je le crois bien, capables de reprendre les armes, le cas échéant, pour défendre des prérogatives que jusqu'à ce jour ils continuent d'exercer, non en droit mais en fait.

Pierre de Coubertin.

LA VIE DE PARIS

Modes d'Automne

Nous voici à l'entrée de l'automne, et le soleil, pour nous dédommager de sa grise mine des jours derniers, nous lance ses rayons d'or.

La rue de la Paix semble en fête, tant on y rencontre d'équipages et de jolies et élégantes étrangères, qui se sont rendues à Paris, pour visiter nos grands couturiers et ceux-ci sont sur les dents.

C'est pour vous, mes fidèles et charmantes lectrices, que je brave les couturiers, en commentant l'indiscrétion de vous décrire les dernières nouveautés. Bizarrie de la mode ! Le grand cri, pour les robes de jour, c'est le mariage de la mousseline de soie, avec le drap, le satin, le velours et même la fourrure ; et la fourrure la plus en vogue est la... taupe !

Pour le matin c'est toujours la robe courte qui triomphe ; elle est courte, simple, avec veste ou boléro mi-collant, à manches presque étroites.

L'après-midi vêt aussi la robe de drap, mais riche, et voici celles qui m'ont le plus séduites :

Robe de drap écossais à tout petits carreaux teintes effacées ; jupe ronde, étroite dans le haut, très ample dans le bas, avec trois gros plis piqués ; corsage forme boléro

trés
viol
pris
d'oi
ave
lets
che
R
amj
lant
le c
est
le t
nua
moi
nois
R
forr
broi
gran
le c
qui
sati
R
trai
dés
mar
Ant
més
che
soie
mot
tauq
R
jup
grai
sont
sagi
épas
van
rob
rent
R
à in
nus
coll
mai
R
jup
mai
men
mèt
con
pré,
le h
mar
c
tra
les
«
den
rest
plus
N
mar
le b
Nul
ton
G
moi
chif
V
jab
et à
B
ces
peti
D
rem
bia
ou f
vog
N
vier
l
mél
Fou
ou l
cap
que
D
ent
je v
tout
pas
C
chi
moi
à c
s'eff
de j

LE FIGARO, 26 de setembro de 1903

A questão negra

A cena aconteceu em uma pequena estação ferroviária da Flórida. Partimos de Pablo Beach, na Flórida, se não me falha a memória, onde eu tinha passado uma preguiçosa tarde comendo laranjas e fumando cigarros em uma praia repleta de palmeiras anãs. O trem suburbano que nos levaria de volta à Jacksonville fora composto por dois carros, idênticos em desconforto e sujeira; contudo, um era reservado aos brancos e o outro às “pessoas de cor”, *colored people*. Assim que eu me acomodei no primeiro, notei que nela estavam três ianques com barbas de pimenta e sal que cuspiam, alternadamente, com notável habilidade, numa escarradeira de cobre colocada à dez passos deles. Um pouco mais adiante estava uma senhora elegantemente vestida; ela deveria ter por volta de quarenta e cinco anos. Seus belos cabelos negros, seu olhar muito doce, sua tez, tão ligeiramente bronzeada, constituía uma fisionomia formidável, com um encanto aristocrático. No momento que o trem ia partir, o maquinista veio lhe falar ao pé do ouvido: ela fez um gesto de negação. O homem insistiu; seu discurso tornou-se grosso e inconveniente: sem se mexer, a senhora negou-se mais uma vez a atender ao que o maquinista estava lhe pedindo. Eis que o maquinista desapareceu e voltou alguns minutos depois, acompanhado por um mecânico; eles se aproximaram da recalcitrante e dirigiram-se à ela uma última vez, com a convocação de ter que passar para o compartimento das “pessoas de cor”. Os três ianques não se moveram um centímetro e nem pareciam dar ouvidos àquilo. Foi então que aconteceu uma cena vil da qual guardarei por toda a minha vida uma lembrança: o maquinista e o mecânico se atiraram contra a infeliz mulher, arrancaram-na de seu banco e arrastaram-na de uma extremidade do carro para a plataforma do próximo carro, onde a deixaram; quando eles passaram perto de mim, notei que alguns fios de cabelo na parte de trás do pescoço atestavam que um pouco de sangue negro fluía pelas veias desta mulher rica e distinta. Fiz um apelo aos ianques perguntando como eles podiam tolerar tal

ignomínia e repreendi os funcionários por sua conduta: todos olharam para mim como se eu tivesse falado em hebraico, e um deles, dando de ombros, disse com desdém:

– Vocês da Europa, vocês não entendem nada da “questão negra”, *negro problem*.

Não, de certa forma, de fato, nós não entendemos, ou melhor, não queremos entendê-la, pois é inadmissível. Note-se que o sangue branco que faz os mestiços não é, em geral, aquele dos aventureiros ou fora da lei, mas aquele da velha aristocracia do sul. Todo mundo confessa que a maioria dos fazendeiros de ontem escolheram amantes entre suas escravas e, voluntariamente, procriaram pequenos mulatos, cujo trabalho era então para beneficiar a plantação. Este, aliás, projetou uma luz singular sobre a pretensa repugnância que reprova a raça branca a se unir com a raça negra. Esta repugnância nasceu na América no momento em que a escravidão teve fim. Tão logo passou a existir, a mulher negra foi capaz de exercer a sua sedução perante seus senhores, e a crônica narra que a Casa-Grande sinuosa que assim se fundou, nas coxas, não era o menos favorito do senhor de engenho. De modo que não só os americanos, que, preocupados consigo mesmos para obter mão-de-obra escrava barata da África, deram luz à questão negra, mas foram eles que, para satisfazer os seus apetites sensuais ao mesmo tempo que seus instintos de traficantes, produziram o problema mulato, aquele dos dois cuja existência parece mais irritá-los nos dias de hoje. Não há uma retaliação singular do destino, uma espécie de choque em troca da justiça eterna?

O mal é real; será ele também incurável? Todos aqueles que têm estudado concordam que somente três remédios seriam aplicáveis em tais casos: se faz, de toda necessidade, se livrar dos negros, ou assimilá-los, ou tolerá-los. A

eliminação, já foi ela cogitada. Para este fim foi fundada a pequena República da Libéria; seus fundadores se gabaram com a esperança de que a saudade das terras africanas pudesse ser despertada nas profundezas das almas dos negros, a tentação de um cargo político ou militar, provocando um êxodo voluntário de escravos libertos para sua antiga pátria. A decepção foi completa, mas também o quão ingênua foi a ilusão. Mesmo que, em vez de areias equatoriais, lhes tivessem sido oferecido um Éden verdejante, as grandes crianças negras não se deixariam levar. Sua pátria é agora o sul ensolarado, onde o ar é suave e a vida fácil; nenhuma persuasão os atrairá; peguem-nos pela força, eles retornarão.

A assimilação? Mas esta é uma medida que não pode ser feita por decreto; ela evoca, em primeiro lugar, o livre consentimento dos interessados. E então, mesmo que a lei se atreva a intervir e encorajar a fusão, fornecendo-lhe vantagens, fiscais ou outras, nos esclarecemos suficientemente sobre as consequências dos cruzamentos humanos para esperar um resultado preciso? Apesar do progresso real realizado pela menos avançada das duas raças envolvidas, a desigualdade continua chocante. Quem se permitiria afirmar que, se fossem fundidas, seriam as qualidades da raça superior que prevaleceriam sobre as faltas da raça inferior?

Ninguém tem o direito de reprovar os negros pelo seu apego a esta América para onde eles não vieram voluntariamente, mas onde eles pretendem permanecer. Nem ninguém pode censurar os brancos por sua atitude defensiva diante de um perigo étnico que, na Europa, seria igualmente assustador. Simplesmente, sobre três soluções, já existem duas que se encontram inutilizáveis; é portanto necessário se lançar à terceira – incapaz de se livrar dos negros ou absorvê-los, não há nada mais a ser feito a não ser tolerá-los.

Seria difícil? Da parte deles, não há aversão. Após a grande miséria da África, a escravidão americana foi para eles um período de relativa suavidade e melhora real; eles não preservaram em seus espíritos uma imagem maligna. Após a emancipação, eles naturalmente

dançaram a “cake-walk” da liberdade, que foi acompanhada de algumas maldades contra seus antigos mestres, mas logo o hábito os trouxe de volta a si; eles também estavam desorientados pelas iniciativas e responsabilidades da vida livre; a este respeito, eles fizeram pouco progresso: se o seu temperamento geralmente os leva a mudar seu ofício, o serviço do branco continua a agradá-los; é a condição para a qual eles se sentem realizados e cujos deveres eles aceitam mais prontamente.

O branco, por sua vez, fica desconfortável sem a ajuda deles. Ele ama seu amplo sorriso e sua agilidade felina, sua alegre despreocupação e sua presunção infantil. Obviamente qualquer coisa é suficiente para quebrar o entendimento entre eles, mas qualquer coisa também pode restaurá-lo. Com os chineses, na Califórnia, isso nunca existiu. Essa agilidade e despreocupação que o agrada, essa alegria e essa presunção que o divertem, o branco tende a vê-los desenvolver como lugar segundo, como subordem; não tolera ser governado por eles.

Essa é a grande palavra. No Sul não há recriminação contra a igualdade civil, mas a igualdade política nunca foi aceita. O governo federal cometeu uma infração capital ao decretá-la. Os senhores dirão que os princípios da igualdade republicana exigem que seja assim; mas é uma a igualdade muito conquistada através do fato de que os negros venham a votar, contanto que seus votos sejam suprimidos ou sejam anulados? Pois, deve-se confessar, é assim que as coisas acontecem três quartos do tempo; um período eleitoral nas margens do Mississippi fará os senhores entenderem melhor a questão negra do que todas as dissertações, pois encontrarão o centro nevrálgico. Entre o branco e o negro não há repugnância física, nem ódio de raça; no fundo desta guerra vil, que engendra barbaridades como o linchamento e violências semelhantes à qual narrei anteriormente, no fundo de tudo isso, há apenas uma discussão política. Os brancos, que se sentem – e com razão – bem superiores aos negros, não desejam ser governados por eles; o seu desejo sobre este ponto é tão robusto que, em minha opinião, seriam capazes de pegar em armas novamente, se necessário, para defender prerrogativas que até hoje continuam a exercer, não de direito, mas de fato.

Pierre de Coubertin.

ANEXO III – TEXTO E TRADUÇÃO LIVRE DE
“COLONISATION SPORTIVE” (1931) DE PIERRE DE
COUBERTIN

Problèmes d'actualité...

Colonisation sportive

par Pierre de Coubertin (écrit aux environs de 1930)

L'an 1923 au cours de sa session tenue cette année-là à Rome, au Capitole sous le patronage du roi d'Italie, le Comité International Olympique décida de « conquérir l'Afrique » et créa les Jeux Africains.

Ils devaient se succéder à la périphérie de l'énorme continent et enseigner peu à peu aux indigènes les bienfaits de l'activité sportive. Tous ceux qui, plus tard, se rappelleront quels périls pesaient sur la vie nègre et apprécieront de quelle valeur lui eût été un pareil apport, s'étonneront de l'accueil qui fut réservé à cette création nouvelle. Il existait déjà des Jeux d'Extrême-Orient dont l'influence pédagogique en Chine, au Japon, aux Philippines avait été promote et profonde. Sur d'autres points du globe des innovations similaires se manifestaient. On parlait dans l'Inde de Jeux Hindous. C'était là le « Kindergarten » de l'olympisme auquel le Comité International Olympique avait dès le principe témoigné d'un intérêt spécial. La *Revue olympique* de janvier 1912 traitait déjà cette question et dénonçait cette idée fausse « qu'une victoire de la race dominée sur la race dominatrice pût prendre une portée dangereuse et risquer d'être exploitée par l'opinion locale comme un encouragement à la rébellion ». Les Allemands dans leurs colonies d'Afrique, fort bien équipées, n'avaient pas craint d'introduire le sport parmi les indigènes; les Anglais dans l'Inde, sans beaucoup encourager le mouvement, ne s'y opposaient pas. L'Italie acceptait l'idée avec bienveillance sans avoir eu encore le temps d'y beaucoup songer. Ce fut la France qui se mit en travers. On avait réservé à Alger l'honneur d'inaugurer les Jeux Africains. Les Algériens, appuyés par la métropole sinon poussés par elle, le déclinaient. Alors l'inauguration fut retardée de deux ans et confiée au pays doyen, l'Egypte. Alexandrie éleva un stade magnifique. Le Comité organisateur que dirigeait M. A. Bolanaki (membre du Comité International Olympique) fit merveille pour que tout fût prêt en temps voulu; et en effet tout était prêt. Soudain on apprit que les puissances sous des prétextes quelconques se dérobaient et renonçaient à faciliter la venue de leurs équipes coloniales. Les Jeux n'eurent pas lieu... Depuis lors, ils attendent.

Les dessous de cette aventure ne nous concernent pas. Il reste établi au'à la base d'une opposition qui ne se distingua pas par la franchise et la loyauté subsistait l'idée du prestige métropolitain entamé par les succès coloniaux. Or comment pouvait-on s'imaginer que, dans le monde moderne, il serait possible, de longtemps entraver l'extension sportive et d'en limiter le progrès à certaines

races et à certains pays? Trois ans seulement ont passé et voici que la grande exposition coloniale de Paris (1931. *Réd.*) destinée à célébrer le centenaire de l'Afrique française est amenée à faire une large place au sport. Qu'on ne s'y trompe pas pourtant, ce n'est pas encore quelque chose de franc et de définitif. Il s'agit surtout de spectacles sportifs. Cela ne signifie point du tout que chez eux on va encourager désormais les indigènes à pratiquer les exercices virils, leur en faciliter l'apprentissage et leur faire comprendre dans toute sa profondeur philosophique et pédagogique la devise que nous citons l'autre jour, celle de la « médaille africaine » créée en 1923 par le Comité International Olympique: médaille d'encouragement sur laquelle se lisent ces mots: *athletae propium est se ipsum noscere, ducere et vincere.*

Ici nous n'envisageons la chose que par rapport aux préceptes essentiels de la pédagogie sportive. Ces préceptes sont-ils applicables aux races indigènes, à leur existence souvent primitive? Mais sans doute; et même intégralement. Car c'est là leur beauté: qu'il soient assez foncièrement humains pour pouvoir convenir à la condition de l'homme depuis l'état demi-sauvage jusqu'à l'état ultra-civilisé.

Bien entendu, certains tempéraments sont à apporter dans l'application. Le Gabon et la Polynésie ne comportent pas le même régime. Il semble qu'en général les jeux athlétiques et principalement le football doivent dominer; ils sont d'organisation simple et occupent un grand nombre de participants. Si nous en sommes en certains pays d'Europe à connaître les excès des sports d'équipes, c'est-à-dire la limite au-delà de laquelle l'équipe en arrive à nuire à l'individu — frontière qui fut longtemps inaperçue — il n'existe pas encore d'état de choses analogue dans les pays soumis à l'action colonisatrice. Mais cela ne veut pas dire qu'il faille pour cela y négliger les sports individuels. Et si doit subsister encore quelque temps le préjugé auquel nous faisons allusion tout à l'heure et qui provoqua l'échec des premiers « Jeux africains », peut-être ce préjugé sera-t-il moins fort à l'égard des sports individuels que des sports d'équipe qui évoquent toujours quelque idée de bataille et de victoire terminale obtenue par une troupe représentative du pays ou de la cité. Les courses à pied, toutes les variétés du saut, du grimper, du lancer, les sports nautiques, les exercices gymniques aux agrès composent, même si l'on écarte par principe les escrimes, un programme assez vaste pour alimenter une abondante activité sportive coloniale.

Il existe par ailleurs certaines formes sportives indigènes qui, localisées dans une région ou parfois même dans un district ne sont pas à décourager, au contraire, mais ce ne seront jamais là que des amusements, de la récréation. Si l'on veut étendre aux indigènes des pays colonisés ce que nous appellerons hardiment les bienfaits de la « civilisation sportive », il faut les faire entrer dans le vaste système sportif à règlements codifiés et à

résultats comparés qui constitue la base obligatoire de cette civilisation.

C'est devant ce passé décisif que l'on recule encore dans plus d'une administration métropolitaine. Il va pourtant falloir se décider... ou bien les indigènes en viendront à s'organiser tout seuls. Et peut-être après tout, cela n'en sera-t-il pas plus mauvais pour eux, sinon pour leur dirigeants.

à

Problemas da atualidade...

Colonização esportiva

por Pierre de Coubertin (escrito por volta de 1930)

No ano de 1923, no decorrer dessa Sessão, que neste ano foi sustentada em Roma, no Capitólio, sob o patrocínio do Rei da Itália, o Comitê Olímpico Internacional, decidiu “conquistar a África” e foram criados os Jogos Africanos.

Eles deveriam ser realizados na periferia do enorme continente e ser ensinados pouco a pouco aos indígenas os benefícios da atividade esportiva. Todos aqueles que, mais tarde, se lembraram daqueles perigos que pesam sobre a vida negra e questionaram o valor que teriam lhe sido atribuídos como contribuição, se surpreenderão com o acolhimento que foi reservado a essa nova criação. Já existiam os Jogos do Extremo Oriente, cujas influências pedagógicas foram promovidas e aprofundadas na China, no Japão e nas Filipinas. Sobre outros lugares do globo inovações similares se manifestaram. Eram conhecidos na Índia os Jogos Hindus. Foram o “jardim de infância” do olimpismo aquele que desde o princípio o Comitê Olímpico Internacional teve especial interesse em testemunhar. A ‘Revista Olímpica’ de janeiro 1912 já abordou essa questão e denunciou essa ideia falsa “que uma vitória da raça dominada sobre a raça dominadora poderia ter um alcance perigoso e correria o risco de ser explorado pela opinião local como um incentivo para a rebelião”. Os alemães em suas colônias da África, bem equipadas, não temiam introduzir o esporte aos indígenas. Os ingleses na Índia, sem tanto encorajar o movimento, tampouco se opuseram. A Itália aceitou a ideia com benevolência sem ter tido novamente muito tempo de refletir sobre. Foi a França que se colocou no caminho. Tivemos reservado a Argel a honra de inaugurar os Jogos Africanos. Os algerianos, apoiados pela metrópole, se não conduzidos por ela, declinaram. Assim, a inauguração foi atrasada em dois anos e cedida ao país decano, o Egito. Alexandria construiu um estádio magnífico. A Comissão Organizadora dirigida pelo Sr. A. Bolanaki (membro do Comitê Olímpico Internacional) fez maravilhas para tudo para estar pronto a tempo; e em verdade tudo estava pronto. Subitamente, soube-se que os poderes sob quaisquer pretextos cederam e renunciaram a facilitar a chegada de suas equipes coloniais. Os Jogos não ocorreram... Desde então, eles esperam.

O que se seguiu não nos diz respeito. Continua estabelecido com base em uma oposição que não se distingue pela franqueza e lealdade a ideia subsistente do prestígio metropolitano iniciado pelo sucesso colonial.

Mas como se poderia imaginar que, no mundo moderno, seria possível, impedir em demasia a expansão atlética e limitar o progresso a certas raças e certos países? Apenas três anos se passaram e agora a grande exposição colonial de Paris (1931) destinada a comemorar o centenário da África francesa trouxe à tona um grande lugar ao esporte. Não se enganem, pois isso não é algo franco e definitivo. Trata-se, sobretudo, dos espetáculos esportivos. Isso não significa em absoluto que vamos doravante incentivar os nativos a praticarem exercícios viris, lhes facilitar a aprendizagem e fazê-los compreender em toda a sua profundidade filosófica e pedagógica o lema que citamos em outro dia, aquele da “medalha africana”, criada em 1923 pelo Comitê Olímpico Internacional: medalha de incentivo em que se lê estas palavras: *athletae propium est se ipsum noscere, ducere et vincere* (O dever e a essência do atleta é conhecer-se, guiar-se e vencer-se a si mesmo).

Aqui nós estamos olhando para algo com os preceitos essenciais da pedagogia esportiva. São estes preceitos aplicáveis às raças indígenas, à sua existência muitas vezes primitiva? Mas, sem dúvida; e até mesmo integralmente. Pois esta é a sua beleza: que são fundamentalmente humanos o suficiente para serem adequados à condição de homem a partir do estado semisselvagem até o estado ultracivilizado.

Obviamente, certos temperamentos são trazidos à tona durante a aplicação. O Gabão e a Polinésia não se comportam sob o mesmo regime. Parece que em geral os jogos atléticos e, principalmente, o futebol devem dominar; eles são de organização simples e ocupam um grande número de participantes. Se nós, estando em certos países da Europa, conhecemos os excessos dos esportes de equipe, ou seja, o limite além do qual a equipe passa a prejudicar o indivíduo – fronteira que por um longo tempo passou despercebida – não existe um estado semelhante de coisas nos países sujeitos à ação colonizadora. Mas isso não significa que devemos negligenciar para eles os esportes individuais. E assim ainda deverá permanecer por algum tempo o preconceito a que nos referimos anteriormente e que causou o fracasso dos primeiros “Jogos Africanos”, talvez esse preconceito seja menos forte contra esportes individuais do que contra os esportes de equipe, que ainda evocam uma ideia de batalha e vitória final alcançado por um exército representante do país ou da cidade.

Existem também algumas formas de esportes indígenas que, localizadas em uma região ou mesmo em um distrito, não são desencorajados, ao contrário, mas nunca serão nada mais que entretenimento, recreação. Se quisermos estender aos indígenas de países colonizados o que chamamos corajosamente de os benefícios da "civilização esportiva" é necessário que adentrem no vasto sistema esportivo em regulamentos consolidados e

aos resultados comparados, que se constitui a base obrigatória dessa civilização.

É perante esses acontecimentos decisivos que a administração mais metropolitana se omite cada vez mais. Teremos, portanto, que nos decidir... Ou os indígenas virão a se organizar sozinhos. E talvez, afinal de contas, isso não haverá de ser pior para eles, mas sim para os seus dirigentes.